

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Direito

Matheus Garcia Drawin

O SUJEITO E SUA LIBERDADE:

Fundamentos freudianos sobre a origem da liberdade de expressão

Belo Horizonte

2024

Matheus Garcia Drawin

O SUJEITO E SUA LIBERDADE:

Fundamentos freudianos sobre a origem da liberdade de expressão

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito.

Orientador: Professor Doutor Marcelo Campos Galuppo

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

D767s

Drawin, Matheus Garcia

O sujeito e sua liberdade: fundamentos freudianos sobre a origem da liberdade de expressão / Matheus Garcia Drawin. Belo Horizonte, 2024. 178 f.

Orientador: Marcelo Campos Galuppo

Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito

1. Freud, Sigmund, 1856-1939. 2. Sujeito (Filosofia). 3. Direito e psicanálise. 4. Liberdade de Expressão. 5. Democracia. 6. Direitos fundamentais. 7. Filosofia. 8. Filosofia da mente I. Galuppo, Marcelo Campos. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 340.63

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Matheus Garcia Drawin

O SUJEITO E SUA LIBERDADE:

Fundamentos freudianos sobre a origem da liberdade de expressão

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito.

Marcelo Campos Galuppo (Orientador) – PUC Minas

Álvaro Ricardo de Souza Cruz – PUC Minas

Fernando Armando Ribeiro – PUC Minas

Pablo Antonio Lago – UFMG

Vitor Amaral Medrado – UEMG

Belo Horizonte, 15 de março de 2024

Aos quatro “C’s” mais importantes da minha vida; Carlos, Ceres, Cecília e Carolina, por serem os pilares regentes de mim mesmo, bem como todos os outros entes queridos.

Ao Instituto Cultural Niten e todos os seus samurais na pessoa do meu mestre Sensei Jorge Kishikawa.

Ao quinto “C”, meu maior suporte nessa trajetória; Cássia, por seu apoio e paciência, sempre carinhosos.

RESUMO

O presente trabalho visa uma contribuição da Psicanálise, primordialmente a teoria de seu fundador, Sigmund Freud, para a Teoria do Direito. Neste ponto de convergência, a problemática escolhida foi a de indagar sobre a gênese da Liberdade de Expressão, sua natureza e, por alguns conceitos relacionados a ela, seu exercício na democracia. Assim, a pesquisa se subdivide em três partes.

A primeira parte tem o objetivo de mostrar a origem de um conceito de sujeito propriamente freudiano, introduzindo conceitos básicos em psicanálise freudiana e relacionando-os gradualmente a noções de direitos fundamentais na medida que os conceitos psicanalíticos vão se complexificando. Principalmente, visa estabelecer o funcionamento psíquico dessa entidade humana do sujeito cindido, que é o alvo e a origem da proteção dos direitos que visem um livre discurso, estudando a possibilidade de seu próprio surgimento advir da estrutura do sujeito do inconsciente.

A segunda parte faz uma transição importante na defesa da proximidade ou até união entre o mundo psicológico e o mundo político. Se evidenciam como ambos o público e o privado são importantes para o surgimento da liberdade de expressão, fazendo uma ponderação psicanalítica contextual também sobre o discurso de ódio, e estudando os movimentos intrapsíquicos do sujeitos, geradores de liberdade.

Na terceira parte se entra com mais profundidade em questões culturais. O uso dos textos antropológicos de Freud que trazem para o contexto argumentado da liberdade de expressão algumas contribuições sobre a origem e funcionamento do Estado de Direito e da natureza psíquica da democracia, fazendo associações entre um nível maior de explicação sobre a estrutura psicológica do sujeito e a complexidade cultural da sociedade livre e democrática.

Palavras-chave: Psicanálise. Liberdade de expressão. Sigmund Freud. Direito. Filosofia. Teoria da mente

ABSTRACT

The present work aims to make a contribution from Psychoanalysis, primarily the theory of its founder, Sigmund Freud, to the Theory of Law. At this point of convergence, the chosen problem was to inquire about the genesis of Free Speech, its nature and, through some concepts related to it, its exercise in democracy. Thus, the research is subdivided into three parts.

The first part aims to show the origin of a properly Freudian concept of human being, introducing basic conceptions of Freudian Psychoanalysis and gradually relating them to notions of fundamental rights as long as psychoanalytic ideas become more complex. Mainly, it aims to establish the psychic functioning of this human entity called the “person split mind”, which is the target and origin of the protection from the Law, aimed at free speech. We study the possibility of liberty arising from the structure of the unconscious subject.

The second part makes an important transition in defending the proximity or even union between the psychological world and the political world. It is evident how both the public and the private are important for the emergence of free speech, making a contextual psychoanalytic consideration also on hate speech, and studying the peoples intrapsychic movements, which generate freedom.

The third part goes into more depth into cultural issues. The use of Freud's anthropological texts that bring to the argued context of freedom of expression some contributions on the origin and functioning of the Rule of Law and the psychic nature of democracy, making associations between a higher level of explanation about the psychological structure of the person and the cultural complexity of a free and democratic society.

Keywords: Psychoanalysis. Freedom of speech. Sigmund Freud. Law. Philosophy. Theory of mind.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. O SUJEITO FREUDIANO COMO AQUELE QUE EXPRESSA.....	25
2.1. Ponderações acerca do sujeito freudiano como emissor da liberdade de expressão..	25
2.2. Origens do discurso a partir da castração do “sentimento oceânico”	36
2.3. A construção narcísica de possibilidade da liberdade.....	45
3. A LIBERDADE NOS MOVIMENTOS MENTAIS ENTRE AS INSTÂNCIAS PSÍQUICAS.....	65
3.1. Sobre como o sujeito clivado exerce sua liberdade discursiva ao revés do determinismo.....	65
3.2. A origem da liberdade de expressão pelos movimentos intrapsíquicos do aparelho mental.....	83
3.3. Uma distinção psicanalítica entre Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio	95
4. SUJEITO E SOCIEDADE	109
4.1. A segunda tópica e o sujeito <i>Spaltung</i>	109
4.2. O sujeito <i>Spaltung</i> na expressão da cultura	121
4.3. Sobre a introdução de uma tolerância da metapsicologia	145
5. CONCLUSÃO	165
REFERÊNCIAS.....	173

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa que se segue tem a intenção de ser uma tese que *pretende demonstrar que a liberdade de expressão tem origem em um processo de deslocamento narcísico*. Como fica evidente por esses termos, trata-se de uma pesquisa que vai girar ao redor da intersecção entre o *Direito e a Psicanálise*, sendo que muitos cortes investigativos são necessários para que isso seja viabilizado; primeiro na área do Direito com o foco exclusivo na temática da chamada “*Liberdade de Expressão*”, sendo que tal foco ainda possui um corte interno, na medida que a investigação se interessa pelas hipóteses de *fundamentação* da liberdade de expressão, e não em seus debates mais diretos, sem prejuízo de trazer à tona essas controvérsias sempre que necessário, como, por exemplo, sobre a liberdade de imprensa e de pensamento ou sobre o direito de crença e religiosidade, ainda assim, o *elemento discursivo* tomará a frente como a problemática principal. Segundo; na área da Psicanálise, podemos dizer que nosso foco epistemológico será sua origem, pelos textos de seu fundador, Sigmund Freud. A fundamentação teórica central, portanto, será a *psicanálise freudiana*, e mais uma vez, sem prejuízo do foco argumentativo, contaremos com outras referências ligadas à história da Psicanálise e a alguns outros psicanalistas de relevo para situar melhor algumas posições das teses freudianas utilizadas. Ficando de imediato o alerta que, considerando-se a vasta obra de Sigmund Freud, apenas a menor parte de seus escritos serão abordados, muito embora os consideremos todos essenciais. Dito isso, destacamos que uma pretensão secundária é a de estimular linhas de pesquisa que defendam uma reflexão filosófica mais aprofundada no ambiente acadêmico, principalmente na interdisciplinaridade entre o Direito, a Filosofia e a Psicologia, de modo que, em uma autêntica postura filosófica, não recuemos ante a questões que devam ser postas ou mesmo conjecturas mais ousadas, na esperança de uma riqueza que estimule os parâmetros pelos quais uma pesquisa possa mostrar curiosidade sobre seu próprio tema.

Antes de avançar qualquer passo, é necessário destacar o uso direcionado da teoria psicanalítica que irá se seguir. Primeiro, evidentemente, a Psicanálise

pode ser considerada um ramo do conhecimento completamente independente, ou seja, possui os aparatos conceituais intrínsecos para que se desenvolva por si mesma de forma completamente autônoma, sem nenhuma necessidade de outras áreas. Neste reconhecimento, o uso da teoria psicanalítica aqui, destacando-se a *Psicanálise Freudiana*¹, surgirá como uma fonte argumentativa importante. Não se espera, assim, que haja qualquer contribuição clara para o próprio campo psicanalítico (muito embora isso sempre possa acontecer), e seu vocabulário próprio será respeitado dentro dos limites em que isso seja possível. Segundo; os conceitos da Psicanálise serão extraídos para serem inseridos no contexto específico do inquérito sobre a liberdade, e serão a base conceitual abstrata para esclarecer a psicologia da liberdade explorada. E nisso, esse rico campo do conhecimento não será acanhado como fonte, como que ecoando em outro contexto o ensinamento de Freud acerca da *associação livre*².

Sigmund Freud (1856-1939), foi o fundador da Psicanálise, afirmando que sua vida só tinha interesse quando relacionada à Psicanálise, sendo, de fato, o trabalho de toda a sua vida (LANDMAN, 2007, p. 35). Por conseguinte, Freud é considerado por muitos como o descobridor do *inconsciente*³, não por

¹ O termo “*psicanálise freudiana*” serve apenas para concentrar os principais argumentos nos textos e teorias de Freud. Essa expressão é importante pois a Psicanálise já ultrapassou muito os perímetros de seu fundador, tendo nomes importantes como Carl G. Jung, Melanie Klein, Jacques Lacan e muitos outros como importantes expoentes que empurraram os limites do entendimento humano sobre a mente em áreas muito diversas como a filosofia, a simbologia, o comportamentalismo e outras tantas especialidades. Portanto, ainda que alguns ramos apareçam vez ou outra, a fonte original de Freud será sempre o pano de fundo do argumento.

² O termo “*associação livre*” vem de um método de análise descoberto por Freud muito cedo e gradativamente, não se sabe exatamente quando entre 1892 e 1898. No “Vocabulário da Psicanálise” de Laplanche e Pontalis, “*associação livre*” se define como: “*Método que consiste em exprimir indiscriminadamente todos os pensamentos que ocorrem ao espírito, quer a partir de um elemento dado (palavra, número, imagem de um sonho, qualquer representação), quer de forma espontânea.*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.39).

³A descoberta do Inconsciente em Sigmund Freud guarda uma das posições mais importantes na história do pensamento, até mesmo tendo sido um conceito que mudou o modo das pessoas verem o mundo. O Inconsciente, do alemão *Unbewusste*, deve ser posicionado na teoria freudiana como um conceito central, mas que teve suas modificações valorativas dentro do que chamamos de “Primeira Tópica”, no sistema do “consciente”, “pré-consciente” e “inconsciente” e o da “Segunda Tópica” no sistema do “Id”, “Ego” e “Superego”. Nessa linguagem técnica, em resumo, “*as características atribuídas ao sistema inconsciente na primeira tópica são de um modo geral atribuídas ao Id na segunda*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.236). Dito isso, é útil alertar que o inconsciente, na teoria psicanalítica se trata de uma instância mental à qual não temos acesso, mas apenas indícios que surgem, geralmente, no nível do pré-consciente, como os sonhos, as falhas de linguagem, atitudes automáticas e até sintomas psicossomáticos (embora isso não seja completamente pacificado entre os analistas). Para Freud, o inconsciente ocupa a maior parte

ineditismo, mas por formulação conceitual (LANDMAN, 2007, p.55). Ora, ao pensarmos a descoberta do inconsciente com as lentes do nosso objetivo; a liberdade de expressão, já suscitamos uma pergunta; para que exista liberdade de expressão, *alguém* deve se expressar, *alguém* deve ser livre, e se há o inconsciente, trata-se do inconsciente de *alguém*. Surge a necessidade de especularmos sobre o sujeito na indagação sobre a possibilidade de sua estrutura influenciar em sua capacidade e modo de expressão.

É com essa motivação que o texto se inicia, ponderando as características de um sujeito que possa ser considerado um *sujeito da psicanálise*, um *sujeito freudiano*, que é considerado o emissor e receptor da liberdade de expressão, e é em torno disso que a primeira parte da pesquisa vai se dedicar. Para tanto, o primeiro passo foi o de explicitar a primeira explicação sistemática que Freud nos fornece sobre o funcionamento do aparelho psíquico, a chamada “primeira tópica”, onde “tópica” é um “*termo derivado do grego topos (lugar) e que designa, na filosofia, (...) a teoria dos lugares, isto é, das classes gerais em que podem ser incluídas todas as teses ou elaborações. Sigmund Freud utilizou o termo como adjetivo e como substantivo, para definir o aparelho psíquico em duas etapas essenciais de sua elaboração teórica*” (ROUDINESCO, PLON, 1998, p.755). Assim, na exposição da primeira tópica, já podemos definir como o sujeito, no sentido da psicanálise freudiana é um sujeito *clivado* (cindido, fissurado) e um sujeito *do inconsciente*.

Essa explicação se inicia na primeira parte, mas deve ser lida como um avanço gradativo, ou seja, introduz elementos da Psicanálise tais como a teoria das pulsões e da libido, da cura pela fala, e do que se conecta ao discurso

de nosso psiquismo, enquanto o consciente é apenas o feixe de luz de uma lanterna apontada para a escuridão, daí as inexplicáveis contradições em nós mesmos. “*O inconsciente freudiano é, em primeiro lugar, indissolavelmente uma questão tópica e dinâmica, que brotou da experiência do tratamento. Este mostrou que o psiquismo não é redutível ao consciente, e que certos ‘conteúdos’ só se tornam acessíveis à consciência depois de superadas certas resistências; revelou que a vida psíquica era ‘(...) cheia de pensamentos eficientes embora inconscientes, e que era destes que emanavam os sintomas’; levou a supor a existência de ‘grupos psíquicos separados’ e, de modo mais geral, a admitir o inconsciente como um ‘lugar psíquico’ particular que deve ser concebido não como uma segunda consciência, mas como um sistema que possui conteúdos, mecanismos e, talvez, uma ‘energia’ específica*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.236). Tanto questões técnicas como as duas ‘tópicas’ quanto sutilezas e características do inconsciente serão melhor abordadas ao longo do texto, aqui, a menção é útil para já advertir ao leitor acostumado à outras áreas que o inconsciente em Psicanálise é *inacessível* ao nosso conhecimento, e, portanto, obscuro.

humano neste sentido, servindo para criar o suporte gradual entre a natureza psicológica desse sujeito freudiano, a profundidade conceitual da primeira tópica e como nesse terreno inicial podemos desvendar os protagonismos psíquicos da liberdade de expressão, a começar pelas influências obscuras do inconsciente. Assumimos com isso, a missão de integração da Psicanálise com a temática da liberdade de expressão, do Direito e mesmo da Filosofia dentro dos limites propostos pela presente investigação. Por isso, alertamos que a primeira parte serve muito como a construção de um contexto teórico que servirá como chave conectiva ao longo de todo o texto, mas que por si só, talvez, seja a parte mais distante dessa ligação entre as áreas, dado a dificuldade deste caminho. Uma chave de leitura para o melhor entendimento desta missão pode ser dada pelo alerta cético e explicação de Paul-Laurent Assoun, de como o sujeito do inconsciente deve ser introduzido de modo psicanalítico nos debates:

Há algo que jamais terá total crédito para o indivíduo de bom senso: que exista um sujeito inconsciente; isso é completamente paradoxal, ou seja, o indivíduo se sustenta inteiramente numa crença de sua própria individualidade, individualidade essa que pode ser mais ou menos alterada, mas não é o real. Logo, nossa tese epistemológica quer dizer aqui que o sujeito inconsciente estrutura uma experiência completamente específica. E aí se situa a ciência psicanalítica. Não podemos iniciar aqui os debates epistemológicos de bar, mas se a psicanálise é uma ciência inteiramente particular, ela é justo uma ciência por esse fato essencial de que o senso comum nunca admitirá, se a psicanálise não o empurrar a isso, a existência de um sujeito inconsciente. Ora, esse fato mostra as coisas de modo completamente diferente: nenhuma acumulação empírica não científica poderá produzir a ideia de um sujeito inconsciente; o sujeito inconsciente permanecerá totalmente supérfluo se a ciência psicanalítica não introduzi-lo. E toda explicação psicanalítica supõe reintroduzir o sujeito inconsciente. (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p. 77/78).

Portanto, sempre que explicamos novos elementos sobre esse sujeito da psicanálise, estamos introduzindo uma nova noção de uma psicologia que considera a existência do inconsciente para a liberdade de expressão. Ou seja, no *fundamento* do sujeito como a complexidade psíquica que expressa. Por isso, após a introdução das contingências iniciais da primeira tópica, damos uma passo atrás para elucidar o surgimento do aparelho psíquico.

A explicação que se segue vai mostrar o conceito freudiano de “*sentimento oceânico*”, estado anterior à fissura do Eu que remete ao período

gestacional de todo ser humano, e como, na medida de seu próprio crescimento biológico, simultaneamente nossa mente era originariamente um todo que não separava o mundo externo do interno. Nem mesmo podia identificar o próprio corpo em formação, mas com o tempo, se obriga a ser dividida entre o “Eu” e o “objeto” na medida em que a realidade se impõe a ela. Essa imposição da realidade sobre a mente, sobre o sujeito e seu psiquismo é visto por Freud como um corte de realidade, como uma “castração”. A “castração”, dita desse modo, parece simples, mas é um amplo conceito psicanalítico que aqui aparece no início desse surgimento do Eu, mas que também nos remete ao *complexo de castração* e a uma *ação castradora vinda da realidade* que atua ao longo de toda a vida de qualquer ser humano.

O papel dessa especulação sobre a “consciência oceânica” é de mostrar como nosso aparelho mental é, aos poucos, dividido pela ação da castração e a consequente imposição do *princípio de realidade*, que se equilibra em oposição ao *princípio de prazer* inicial. Tudo isso é explicado com o objetivo de apresentar mais conceitos freudianos que nos auxiliem a perceber em que sentido surgem as instâncias de “*consciente*”, “*pré-consciente*” e “*inconsciente*” da primeira tópica. Assim, se torna possível inferir como vai surgindo o nosso funcionamento mental através da estruturação de um *narcisismo*.

Para finalizar a primeira parte do texto, entramos na temática do narcisismo como exposto por Freud. Nisso, evoluímos nosso entendimento acerca do sujeito clivado porque o narcisismo, em Psicanálise, se trata de um processo estruturante da nossa mente. Ao introduzir o narcisismo, Freud primeiro expõe a ideia do *narcisismo primário*, nível do desenvolvimento mental infantil em que os efeitos da castração já se iniciaram, e a criança já possui uma diferenciação mental e emocional entre ela e o objeto externo, no entanto, seu Eu ainda é muito inflado, e o objeto externo se limita àquilo que a faz sobreviver, geralmente o seio materno. É aqui que geralmente toda criança aprende as funções básicas da comunicação, como o choro e o gemido. Nesse nível, o bebê não tem posse consciente, por óbvio, dessa comunicação rudimentar, mas é como se o choro fizesse curvar o mundo diante de suas necessidades, e sabemos que, caso tais necessidades não sejam atendidas, o bebê morrerá. É este status

infantil de nossa mente que Freud chamou de narcisismo primário, inclusive, é aqui que surge a célebre expressão freudiana “*his majesty, the baby*”.

O narcisismo primário, percebemos, já é comunicação humana, porém, com esse discurso infantil, mostramos que ainda não há liberdade de expressão. É aqui que explicitamos no texto como se desenvolve o *narcisismo secundário*, em que há uma maior estabilização do aparelho psíquico. A primeira parte de nossa investigação, assim, termina explicitando as características estruturantes do narcisismo secundário para a normalidade de um aparelho psíquico maduro, em contraste com dois, digamos, desvios dessa normalidade. Primeiro pela dor orgânica, que provoca a *retração narcísica*, na medida em que nosso Eu volta toda a sua energia libidinal para a fonte da dor em detrimentos de seus objetos de amor, dos objetos externos que em uma situação normal são investidos libidinalmente. Segundo, já sugerindo algumas características da *segunda tópica*, o narcisismo secundário remete à formação de um *ideal do Eu*, instância psíquica responsável pela *censura*, em nossa interioridade mental que visa manter boas relações com a realidade sem desconsiderar os desejos internos, em oposição ao *Eu ideal*, que geralmente nos leva à arrogância e egocentrismo. É com a estruturação do narcisismo secundário, e sua evidente contribuição para a cisão do Eu que o sujeito freudiano se completa na explicação adaptada da primeira tópica no sentido de ser a entidade psíquica emissora e receptora da liberdade de expressão.

A primeira parte, portanto, finaliza com todas essas exposições acerca do sujeito da psicanálise, limitando-nos em quase tudo, à primeira tópica. Mas é preciso manter em mente que tudo até aqui também são escolhas para que seja mantida nossa orientação ao redor da liberdade de expressão. Nosso objetivo é evidenciar os aspectos do sujeito freudiano que contribuam para demonstrar como a liberdade de expressão vai ocorrer a partir desse sujeito. Admitimos, portanto, que essas escolhas não visam esgotar o assunto dentro da Psicanálise, nem mesmo considerando somente os escritos de Sigmund Freud. Por conta disso, esbarramos em conceitos essenciais da área sem dar-lhe um foco que seria merecido, mas por conta da lealdade com a nossa proposta. Mesmo assim, mencionamos aqui, que por outro lado, nosso texto não ignora por completo

esses conceitos psicanalíticos, apenas os mantém tangencialmente. Talvez o exemplo mais marcante disso sejam os complexos estruturantes teorizados por Freud, destacando-se o *complexo de Édipo* e o *complexo de castração*. Por isso, apenas para aprofundar o contexto de nosso argumento, exemplificamos como Freud une tais elementos intimamente ao que estamos trazendo com mais destaque, como por exemplo, nas questões do narcisismo.

(...) A postura ambivalente ante o pai e a relação objetal exclusivamente terna formam, para o menino, o conteúdo do complexo de Édipo simples e positivo.

Com o desmoronamento do complexo de Édipo, o investimento objetal na mãe tem que ser abandonado. Em seu lugar pode surgir uma identificação com o pai. Costumamos ver este segundo desfecho como o mais normal; ele permite conservar, em alguma medida, a relação terna com a mãe. Graças à dissolução do complexo de Édipo, a masculinidade no caráter do menino experimentaria uma consolidação. De modo inteiramente análogo, a postura edípica da menina pode resultar num fortalecimento (ou no estabelecimento) de sua identificação com a mãe, que fixa o caráter feminino na criança. (FREUD, 2011, A, p.40).

Desse modo, é nítido nesse ponto como um complexo, aqui o de Édipo, aprofunda estruturalmente algumas questões, como a separação e definição do investimento libidinal no Eu e nos objetos externos.

A segunda parte da tese, agora com os aparatos conceituais iniciais ao redor do sujeito clivado já elaborados, vai providenciar uma pausa no desenvolvimento dessa perspectiva do sujeito, mas levará em consideração aquilo que já foi introduzido acerca do psiquismo humano para enfrentar três questões de suma importância. A primeira vem do fato de muitas descobertas psicanalíticas advirem de situações de patologia mental para, através dos fatos descobertos sobre os doentes mentais e sua ampla variação e nível, identificar essas mesmas tendências no funcionamento normal do psiquismo. Considerando as patologias ao mesmo tempo que o surgimento proposto do aparelho psíquico, aparece uma tentação de encarar os traumas da vida humana, as castrações da realidade e a estruturação tópico-narcísica como um destino indesejável, como se uma *doutrina determinista* fosse o coração da Psicanálise. Essa é a primeira questão abordada pela segunda parte, e dela não podemos escapar pois, caso tudo fosse pré-determinado pelo nosso histórico psicológico, isso certamente

seria uma ameaça ao livre arbítrio, sendo um duro golpe na liberdade de expressão. Assim, tentamos mostrar como, apesar de haver muitos determinismos nos conceitos freudianos, isso não significa de modo algum uma falta de liberdade, ainda que o escopo das escolhas humanas não seja tão amplo quanto gostaríamos.

A segunda questão que encaramos na segunda parte, uma vez definido que o determinismo tem o seu papel, mas não tem o governo de nossa liberdade, está justamente nos movimentos livres que ocorrem no interior do aparelho mental. Esses movimentos intrapsíquicos, os chamados *deslocamentos*, se ligam fortemente à *teoria das pulsões*, já que representam as direções e destinos de incontáveis, imprevisíveis ou mesmo desconhecidos investimentos libidinais. Aqui se destaca, mais uma vez, o papel central que a descoberta freudiana do inconsciente exerce, uma vez que muitos desses movimentos intrapsíquicos ocorrem por *pensamentos inconscientes*, querendo dizer que algumas coisas que se afloram em nosso agir são de origem psicológica desconhecida.

Esse trecho da pesquisa tem um objetivo, por assim dizer, *conectivo*, na medida em que busca definir como é o aparecimento de diversas questões relacionadas à liberdade a partir da mudança de um investimento libidinal a outro entre as instâncias do aparelho psíquico. Assim, não descartamos o determinismo por completo, mas o colocamos em perspectiva através de seu oposto conceitual no idealismo, e, principalmente, o colocamos em perspectiva diante do inconsciente, mostrando que a impossibilidade humana de controlar todos os aspectos da vida e de si mesmo não significa falta de liberdade, ao contrário, é justamente por conta de nossa condição psicológica clivada que podemos exercer um livre arbítrio para além de nossa natureza pulsional. Além de conectar o sujeito da primeira tópica com a liberdade, a função conectiva dessa segunda parte passa justamente ao intrapsíquico mais interno, algo não apenas conceitual, mas psicanaliticamente específico, destacando como é nas mudanças dos deslocamentos intrapsíquicos que possuímos a capacidade discursiva ao desviarmos impulsos mais agressivos e substituí-los pela liberdade de expressão. Para isso, os dois tipos de deslocamento destacados são o de *sublimação* e o de *renúncia*. A explicação da sublimação vem para mostrar uma

transformação a nível individual de como uma forma de agressão ou violência humana pode ter a mesma *origem pulsional* de uma produção cultural. Já a renúncia, no mesmo estilo, reforça a *transferência* pulsional entre o nível individual e o nível social na medida em que qualquer expressão humana, para que tenha valor comunicativo e/ou virtuoso, implica em uma *renúncia pulsional*. Define-se, ainda no foco da primeira tópica e de uma psicologia mais individual, que a liberdade de expressão depende da abdicação de alguns desejos.

Após esses movimentos intrapsíquicos definidos, então, na terceira questão da segunda parte, nos prontificamos a demonstrar como, a partir disso, Freud rompe as barreiras entre o individual e o coletivo, sem perder de vista suas características particulares. Para isso, começamos a fazer uso dos textos freudianos de sua obra considerados como explorações de um “*concepção antropológica global*” (MEZAN, 2019, p.159) mais diretamente. Nesse momento, através da “*Psicologia das massas e análise do Eu*”, abordamos os conceitos sobre os processos de *identificação* que tornam evidentes as correspondências entre os processos intrapsíquicos da mente humana e as construções políticas das formas de governo na cultura. Munidos das justificativas fundamentadas nesse paralelo, encaramos diretamente um problema profundamente importante para a Liberdade de Expressão; a posição do discurso de ódio no debate público. Exploramos diante disso e o que as ferramentas fornecidas pela Psicanálise podem dizer sobre a diferença entre liberdade e ódio no estabelecimento de um discurso político.

Chegando na terceira e última parte, atingimos um ponto culminante no qual as duas partes anteriores se encontram. Nisso, abordamos diretamente a *segunda tópica* da teoria freudiana sobre o aparelho psíquico, o que necessita de muitos dos elementos explorados antes, como a própria primeira tópica e a dinâmica do narcisismo. O aparelho psíquico é então compreendido pela Psicanálise de um jeito mais complexo, refinando o entendimento de sua clivagem pela divisão de suas instâncias entre “Eu”, “Id” e “Super-eu”. Iniciamos assim a terceira parte expandindo justamente nossa concepção de

sujeito, que apenas para salientar essa construção de trajetória feita até aqui, passa a ser chamado de sujeito (da) *Spaltung*⁴.

Com isso, podemos criar outras conexões entre o individual e o coletivo, uma vez que é possível identificarmos nessas instâncias, os representantes do mundo externo e do outro no interior da mente humana, tal como por vezes seria o funcionamento do Super-eu como um agente censor hipermoral de nossa mente, e que serve como representante do ideal do Eu, tanto que são sinônimos para a segunda tópica. No entanto, apenas como pedra de toque, é na conceituação gradual da segunda tópica que podemos diferenciar as aproximações do sujeito vindas da filosofia mais tradicional em contraste com o sujeito *Spaltung*. Assim, por mais semelhantes que sejam em seus aspectos conscientes, é pela existência de um Id e mesmo de um Super-eu que a perspectiva freudiana se diferencia profundamente dos sujeitos, por exemplo, kantiano e cartesiano. Por isso que, conseqüentemente, a liberdade de expressão entendida como ligada ao sujeito da Psicanálise também vai possuir outras características, na medida em que consideramos aspectos centrais da dinâmica do inconsciente, e conseqüentemente isso pode servir de base a outras normas jurídicas diferentes das inauguradas pelo indivíduo autônomo à moda kantiana. A terceira parte, portanto, ao iniciar suas colocações pela explicação da segunda tópica, vai reforçar os argumentos da segunda parte, principalmente aludindo aos deslocamentos intrapsíquicos, que agora podem ser reconsiderados entre o Eu, o Id e o Super-eu. Assim, a liberdade de expressão é ainda mais relevante para o ser humano em nível existencial nesse contexto, na medida em que seu discurso é psicologizado por sua clivagem, significando que o sujeito encontra a si mesmo no discurso.

⁴ Esse termo para identificar o sujeito freudiano vem da própria obra de Sigmund Freud, mas em nosso texto possui duas saliências; a primeira é o uso do termo em uma de nossas referências, o estudo do sujeito da Psicanálise feito por Paul-Laurent Assoun, e a segunda seria indicativa deste ponto culminante na progressão do texto; agora usando o termo “*sujeito Spaltung*” como forma de embutir a faceta valorativa teórica dessa construção em relação aos conceitos estruturantes do *narcisismo* bem como a *primeira e segunda tópicas*, é como uma facilitação e adensamento hermenêutico da leitura. De modo mais discreto, poderíamos dizer que essa escolha faz também uma homenagem oculta ao nosso marco teórico principal, Sigmund Freud. Isso porque destrinchamos nossos argumentos de frente para trás no sentido de que o manuscrito de Freud “*A cisão do Eu no processo de defesa*”, escrito em 1938 (um ano antes da morte de Freud) e publicado postumamente incompleto em 1940, têm o título original de “*Die Ichspaltung im Abwehrvorgang*” (FREUD, 2018, p.345), onde “*Ich*” significa Eu e “*spaltung*” significa cindido, mostrando que uma das últimas contribuições de Freud em vida é justamente a noção de sujeito clivado, se baseando em muito de sua teoria anterior, fato que tentamos honrar com esta escolha.

Como um modo de mostrar uma relevância do grande alcance dessa aproximação acerca da liberdade de expressão, destacamos que essa clivagem é eminentemente cultural na mesma profundidade que é individual. Desse modo, evocando todo o aparato conceitual já desenvolvido, nos centralizamos na psicologia social produzida por Freud e outros de seus textos antropológicos, inclusive, utilizando a ponte em relação ao que foi descrito da castração ao nos referirmos ao sentimento oceânico, já que, não por acaso, é o conceito exposto por Freud na primeira parte de “*O mal-estar na civilização*”, mas agora chegando ao argumento central deste texto, e, inescapavelmente, também no cerne de “*Totem e tabu*”.

A conexão se segue, portanto, ao explicitarmos agora as origens culturais do sujeito *Spaltung* na origem da própria cultura. Origem descrita pelo *mito do pai primevo* em “*Totem e Tabu*”. Esse fundamento da cultura, para Freud, só é considerado mítico por ser narrado em forma de conto e não possuir uma evidência, digamos, arqueológica. A evidência que importa é a evidência antropológica e psicológica de modo que Freud pode demonstrar uma união entre a filogênese e a ontogênese. Desse modo, adentramos na construção de uma interpretação psicológica de origem da civilização e da entrada do ser humano na cultura, abandonando o que seria um suposto *estado de natureza* mais animalesco e dominado por completo pelas pulsões.

Nessa trajetória, Freud constrói a descrição de três períodos de evolução da humanidade nos quais, cada um, gerou uma visão de mundo com parâmetros culturais. A primeira seria o *animismo*, marcado por *sociedades totêmicas* das mais diversas onde impera a *onipotência dos pensamentos*. O investimento libidinal das pessoas na fase do animismo se concentra justamente no Totem, representante do pai primevo, que fora assassinado pelos filhos por conta de sua tirania, mas que agora, de forma *ambivalente*, faz falta para todos devido à admiração e amor filial. Após a morte desse pai, ele se transforma na entidade psicológica do Totem, e suas regras se tornarão as leis da tribo na forma de tabus. A cultura se funda, desse modo, através de um *sentimento de culpa*, e este sentimento ficará marcado para sempre na herança psicológica de todos, que na forma do *deslocamento de condensações*, auxiliarão na instituição da tensão

pulsional presente no aparelho psíquico. A segunda época da cultura é a fase *religiosa*, nesta fase, o investimento libidinal das pessoas se transfere para figuras divinas; onde antes havia a onipotência dos pensamentos, agora surge a onipotência de Deus, que apesar de mais distante, ainda se acredita poder ser influenciado pelas pessoas, seguindo as regras de novos tabus, talvez mais adequadamente, de *mandamentos*. Por fim, a terceira fase da cultura colocada por Freud seria a *científica*, com a primazia prática da técnica e do empirismo, mundo no qual deslocamos nosso investimento libidinal para a ciência, para as *leis da natureza*, distanciando-o ainda mais de nós, e nos resignando à nossa mortalidade. Agora, aquilo que começou como tabu e como mandamentos se transforma em leis de um estado de Direito moderno.

Fica clara, então, que a teoria freudiana em “Totem e Tabu” se trata de um contrato social de natureza parcialmente hobbesiana, mas que guarda uma ligação íntima com o surgimento da psiquê e outras peculiaridades psíquicas que vão além de Hobbes. Desse modo, ao criar correspondências entre a filo e a ontogênese, Freud compara a fase animista com a fase oral, a fase religiosa com a fase anal e a fase científica com a fase fálica do desenvolvimento da psicologia infantil. Claro, é preciso certo mergulho no texto freudiano para que se compreenda o sentido, inclusive, *metapsicológico*, dessas comparações. Ainda assim, esse contrato social freudiano mostra claramente as origens, em psicologia social, do Direito, bem como as condições em que o sujeito da *Spaltung* produz sua liberdade de expressão apenas em relação com a cultura.

Do mesmo modo que o complexo de Édipo (e outros), não são mais extensamente explorados, mas meramente mencionados, as fases da psicologia infantil em oral, anal e fálica não têm um espaço de melhor compreensão no texto, afinal, isso significaria aqui um desvio muito grande e inadequado da liberdade de expressão, assim, a questão da criança como detentora dessa sexualidade polimorfa, por mais polêmica que seja, é apenas mencionada tangencialmente para melhor situar o argumento freudiano acerca de questões mais próximas à nossa problemática, como as que estão em “Totem e Tabu”.

Se aprendemos, com isso, que o sujeito clivado é cindido pela castração da realidade e essa realidade muitas vezes é uma realidade cultural, e se a cultura

possui certas exigências para que ela nos conceda sua proteção, isso obviamente tem um preço. O preço para se participar da cultura é justamente a abdicação dos prazeres daquele narcisismo primário, aquele ainda próximo do sentimento oceânico. A cultura exige extensas *renúncias* das pulsões para que a civilização seja estabelecida. É ao redor dessa questão; da *renúncia pulsional* necessária para a estabilização da cultura, que nosso texto começa a encontrar seu fim, destacando que o preço desta renúncia pulsional é justamente o tema de “*O mal-estar na civilização*”, afinal, uma vez que nossos desejos tenham de ser contidos pela repressão e pelo recalque, ou que sejam deslocados libidinalmente, por exemplo, pela sublimação, redirecionando seus destinos, isso em geral causa um mal-estar, isso é uma *angústia* para este ser ambivalente e clivado. A mais civilizada das pessoas tenderá para a angústia, quanto mais aderirem aos valores culturais, mais as *pulsões agressivas* são impedidas em sua satisfação, e tal tensão gera angústia.

É nesse sentido que nossa hipótese tenta dizer que a liberdade de expressão é um marco civilizatório claro, já que o discurso entre as pessoas, os debates, mesmo as controvérsias, enquanto são enunciação, enquanto são expressão comunicacional da cultura em seus inumeráveis modos de ser, representam uma renúncia em relação à pulsão de agressividade. Isso significa que aquele que defende a liberdade de expressão deve estar preparado para encarar que nem sempre a vitória da livre expressão vai significar uma satisfação para o sujeito, nem sempre a proteção ao discurso implicará na sensação da “justiça sendo feita”. A vitória da liberdade de expressão pode muito bem ser angustiante, porém, supomos que ela sempre seja civilizatória. Nossa hipótese vai considerar todos esses conceitos da Psicanálise freudiana para mostrar como é o sujeito *Spaltung* que é o emissor e receptor da liberdade de expressão, e portanto, os destinos das pulsões humanas provavelmente podem dizer muito sobre as posições tomadas em liberdade de expressão.

O encaminhar final da pesquisa, assumindo certo avanço sobre as construções psicológicas e políticas da Liberdade de Expressão, vai entrar mais a fundo no uso do que adquirimos acerca da teoria da cultura freudiana, para explorar as possibilidades de afetos sociais que podem ser tomados como

fundadores de um Estado de Direito, e porque a liberdade antagoniza o ódio se a expressão organizacional das sociedades humanas for a democracia. A sutileza que encontramos no final do texto, é que os parâmetros psicanalíticos podem, possivelmente, servir como alicerces para uma hermenêutica da *tolerância*, uma vez que uma sociedade gerida pelo medo (como pretendeu Hobbes), ou mesmo que usa a força da lei para reprimir a agressividade humana, só produziria uma sociedade sintomática, erigida com as pernas bambas de uma violência oculta. Por isso, uma aproximação metapsicológica da tolerância não só é necessária, mas a transforma em uma ferramenta de interpretação para a ação coercitiva das normas jurídicas.

Para finalizar essa introdução, é importante destacar duas chaves de leitura, já esboçadas. A primeira gira em torno do contexto conceitual da teoria de Sigmund Freud; ainda que a Psicanálise tenha sido amplamente limitada aos textos fundamentais de seu pai fundador, ignorando autores que certamente teriam muito a contribuir para o tema (destacando-se Jacques Lacan e Carl Gustav Jung), Freud escreveu por mais de quarenta anos, e muitas de suas teorias e conceitos foram desenvolvidos e retrabalhados ao longo de todo este período. Não bastando essa extensa obra, como dissemos no caso dos complexos e da sexualidade infantil, esses temas e tantos outros não possuem lugar de destaque para não invadir o fluxo de escrita que tenta encontrar na demonstração de origem da liberdade de expressão, seu foco principal. No entanto, é inevitável que ampliemos muitos conceitos psicanalíticos sob pena de um empobrecimento demasiado da pesquisa, e isso foi feito em larga medida nas notas de rodapé. Nelas muitas vezes tomamos a liberdade de aprofundar os significados de expressões utilizadas no corpo do texto, bem como trazer a explicação sucinta de conceitos chave através do uso de dicionários especializados. As notas de rodapé servem, desse modo, para situar o leitor em muitos momentos sobre o contexto da Psicanálise em que o argumento está sendo colocado, outras vezes, para esclarecer que estamos atentos a algumas questões, mas que propositalmente não as abordamos, até para mostrar como a escolha de alguns caminhos se unem ao objetivo do texto. Desse modo, recomendamos dois tipos de leitura; a primeira, com pausa em seu fluxo para ir até as notas de rodapé em nome do

aprofundamento do que está sendo colocado; a segunda, já armados por um contexto maior, de fluxo contínuo e sem dar atenção às notas, para que a linha principal do argumento, se é que conseguimos construí-lo de modo satisfatório, possa ser melhor apreciada.

A segunda chave de leitura se dá por algumas escolhas de tradução. A escolha principal para o acesso às obras de Freud foi, primordialmente, a coleção de suas *Obras Completas* pela Companhia das Letras, que conta com alguns tradutores, mas principalmente *Paulo César de Souza*. Essa coleção, além da consulta em outras línguas foi feita diretamente do texto original em alemão, traduzidos da *Gesammelte Werke*. São edições confiáveis e de alta qualidade, no entanto, chamamos atenção para algumas controvérsias dessa versão na comunidade psicanalítica, reconhecidas pelo próprio tradutor, como no volume 19, o último de textos (o volume 20 são índices e bibliografia):

No tocante aos termos considerados técnicos, não existe pretensão de impor a escolhas feitas aqui, como se fossem absolutas. (...) e os leitores e psicanalistas que empregam termos diferentes, conforme suas diferentes abordagens e percepções da psicanálise, devem sentir-se à vontade para conservar suas opções. Ao ler essas traduções, apenas precisarão fazer o pequeno esforço de substituir mentalmente “instinto” por “pulsão”, “instintual” por “pulsional”, “repressão” por “recalque”, ou “Eu” por “ego”, exemplificando. (SOUZA, em FREUD, 2018, p.12).

Seguindo exatamente os conselhos do tradutor, também estabelecemos nossas preferências, o que não significa a defesa de uma versão ou de outra, apenas um modo de escrita que consideramos mais adequado. Por exemplo, o leitor não deve ficar confuso, mas por conta disso preferimos utilizar na maior parte do corpo do texto “*pulsão*” no lugar de “*instinto*”, ainda que todas as citações usem o último, em respeito à sua autenticidade. Essa escolha foi preferida para não confundirmos o desejo humano, conhecido no meio psicanalítico como pulsão, dos desejos que governam os animais, conhecidos como instintos. Ainda que esse aceite seja apenas pontual, não assumindo nenhuma posição sobre o assunto, Elisabeth Roudinesco ensina que “*a escolha da palavra pulsão para traduzir o alemão Trieb correspondeu à preocupação de evitar qualquer confusão com instinto e tendência. Essa opção correspondia à de Sigmund Freud, que, querendo marcar especificidade do psiquismo humano,*

*preservou o termo *Trieb*, reservando *Instinkt* para qualificar o comportamento dos animais*” (ROUDINESCO, PLON, 1998, p.628). Por isso, nossa preferência por ‘pulsão’ é mais forte.

Outras expressões que não decidimos com tanta clareza, mas que devemos ficar atentos, seriam entre “cultura” e “civilização” e as instâncias da segunda tópica. A tradução mais correta da primeira certamente é “cultura”, vinda de “*Kultur*”, inclusive, o texto de Freud deveria se chamar “O mal-estar na cultura”, porém, além do termo “civilização” ter sido amplamente divulgado no Brasil (além de apoiado pelo tradutor), em muitos momentos ele parece ter uma adequação conceitual particular. Não está decidido, mas nossa preferência foi usá-los como sinônimos na maioria dos casos, apesar de algumas vezes percebermos uma sutil diferença entre eles. Já no tocante à segunda tópica, simplesmente seguimos o tradutor, por uma questão de facilitação da compreensão na explicação do conceito, por isso usamos “Eu”, “Id” e “Super-eu”, mas aqui são considerados sinônimos de “ego”, “isso” e “superego”.

Por fim, nossa última discordância ao redor disso foi no caso do “recalque” e de “repressão”. Apesar de todo recalque ser uma repressão, não o usamos exatamente como sinônimos, preferindo uma leve diferença em sua conceituação que encontramos em nossas pesquisas, sugerindo que o recalque é aquele tipo de repressão mais profunda, entre o pré-consciente e o inconsciente, já a repressão sem especificação, se refere mais à barreira mais rasa, entre pré-consciente e consciente. Feitos todos esses alertas e contextualizações, temos expectativa que a relevância da Psicanálise seja percebida por outras áreas das ciências humanas e sociais,; para a Filosofia, ao retirar sua racionalidade tão primordial, de uma possível frieza exagerada, e para o Direito, na ampliação de suas bases legislativas de fundamentação e em prol uma sensibilidade decisional mais profunda para seus operadores e construtores.

2. O SUJEITO FREUDIANO COMO AQUELE QUE EXPRESSA

2.1. Ponderações acerca do sujeito freudiano como emissor da liberdade de expressão

A Psicanálise é emblematicamente conhecida como uma ciência do psicológico, da alma, uma “psicologia das profundezas” (FREUD, 2018, p.353), e por sua grande abrangência será utilizada na exploração da liberdade de expressão através de muitos de seus conceitos particulares. Assim, *procuraremos demonstrar que a liberdade de expressão tem origem em um processo de deslocamento narcísico*. Para isso, precisaremos desenvolver e relacionar diversos conceitos da psicanálise freudiana por esta perspectiva, executando teoricamente aquilo que é exemplo na própria análise; um certo despertar para a consciência daquilo que já estava no discurso, porém como que inanimado, desabitado de posse e que por meio da análise psicanalítica pode ganhar animo (ROLLAND, 2017, p.18) e sair das sombras do inconsciente. É preciso, portanto, primeiro considerar que para Freud, o inconsciente é algo tópico, como algo que está apartado daquilo que é consciente, e dinâmico, como algo que se encontra fechado por barreiras mentais de resistência (LANDMAN, 2007, p. 59). E segundo, por essas razões ainda não esclarecidas, devemos começar a argumentar sobre a origem da liberdade de expressão por algo que foi uma conclusão tardia de Freud, de que o sujeito, aquele que seria portador de uma possível liberdade de expressão, na Psicanálise, é um sujeito cindido, sua estrutura mental como ser humano é irreparavelmente dividida em sua origem (FREUD, 2018, p. 347). No entanto, mesmo já considerando essa cisão do sujeito, essa posição acerca do aparelho psíquico, para que seja melhor compreendida, deve respeitar a gradual transição, elaborada por Freud, da própria estrutura mental entre a chamada primeira tópica; que divide o aparelho psíquico entre “consciente”, “pré-consciente” e “inconsciente”, e a segunda tópica; que o divide em “Id”, “Eu” e “Super-eu” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.55). Com esse contexto definido, nosso ponto de partida são algumas

considerações acerca do que pode ser entendido do sujeito de um ponto de vista freudiano, como o emissor da liberdade de expressão.

Primeiramente, devemos reconhecer que Freud não definiu ‘sujeito’ de um ponto de vista tradicional, sendo que em sua teoria tal categoria conceitual não se consolida como esperado (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.63). Essa densidade filosófica necessária, em sentido psicanalítico, surgiu apenas com Lacan⁵, que enriqueceu especificamente o freudismo com um peso filosófico próprio, assim como pode ser elucidado objetivamente por *Elisabeth Roudinesco* separando a tradição filosófica da psicanalítica sem necessariamente negar suas relações:

Em filosofia, desde René Descartes (1596-1650) e Immanuel Kant (1724-1804) até Edmund Husserl (1859-1938), o sujeito é definido como o próprio homem enquanto fundamento de seus próprios pensamentos e atos. É, pois, a essência da subjetividade humana, no que ela tem de universal e singular. Nessa acepção, própria da filosofia ocidental, o sujeito é definido como sujeito do conhecimento, do direito ou da consciência, seja essa consciência empírica, transcendental ou fenomênica.

Em psicanálise, Sigmund Freud empregou o termo, mas somente Jacques Lacan, entre 1950 e 1965, conceituou a noção lógica e filosófica do sujeito no âmbito de sua teoria do significante, transformando o sujeito da consciência num sujeito inconsciente, da ciência e do desejo. Foi em 1960, em “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”, que Lacan, apoiando-se na teoria saussuriana do signo linguístico, enunciou sua concepção da relação do sujeito com o significante: “Um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante.” Esse sujeito, segundo Lacan, está submetido ao processo freudiano da clivagem (do eu). (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.742).

Considerando-se essa separação conceitual, podemos reconhecer que há uma íntima ligação da definição mais filosófica de sujeito em Lacan com o que Freud fala *sobre* o sujeito em sua própria teoria, afinal, a principal fonte de

⁵ A menção a Jacques Lacan (1901-1981) aqui visa simplesmente esclarecer o direcionamento pretendido; o de explorar o que pode ser extraído de Sigmund Freud que podemos relacionar como os atributos de um “sujeito freudiano”, muito embora reconhecendo que o termo ‘sujeito’ não tenha sido utilizado dessa maneira por Freud, mas sim pela posterior corrente do freudismo. No entanto, reconhecemos que Lacan foi o psiquiatra e psicanalista que trouxe o peso necessário, com uma interpretação psicanalítica, ao termo ‘sujeito’, enquanto Freud falava mais do ‘eu’ em sua teoria. Ainda assim, o lacanismo se transformou em uma corrente extensa e complexa, além do próprio trabalho de Lacan ser longo, por isso escolhemos aqui por um argumento freudiano. Trata-se de uma escolha prática que não recusa as outras importantes correntes da Psicanálise, mas que apenas busca construir um argumento sobre a liberdade de expressão a partir de suas origens em sentido freudiano. Estamos deixando explicitamente Jacques Lacan de lado nesse trabalho, mas sua menção aqui, junto com outros, cumpre o papel de afirmar que existe sim, ainda que implicitamente, a figura do sujeito nos textos de Freud.

Lacan neste caso é o próprio Freud, uma vez que sua intenção era retornar ao fundador da Psicanálise (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.448) através do resgate da própria filosofia alemã, afastando a Psicanálise de suas bases biológicas, em um movimento paradoxal, já que o próprio Freud havia se afastado da filosofia, ou assim anunciava ser sua intenção (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.445). De todo modo, nossa presente posição, portanto, será que ao enunciarmos o termo *sujeito*; como aquele a quem a liberdade de expressão se refere e se relaciona, o faremos de modo coloquial, na medida em que o lacanismo é deixado de lado e nos centralizamos ao redor da teoria freudiana. Não obstante, essa apresentação do sujeito é importante também em Freud por perguntas instigadoras ligadas à origem da liberdade. Sendo assim, “*por que o sujeito é necessário? Por que é preciso supor o sujeito? Para ver em que medida existe aí uma instância do desejo inconsciente*” (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.64). Evoca-se, por assim dizer, e seguindo o sugerido por Roudinesco e Assoun, uma explicitação tópica da estrutura psíquica (por hora, a primeira tópica freudiana) e um esclarecimento parcial de uma de suas instâncias; o inconsciente, para evidenciar que o sujeito freudiano se trata de um sujeito clivado, e em sua clivagem, carrega uma maioria de substratos do inconsciente.

(...) o Eu da pessoa que décadas depois conhecemos como paciente da análise comportou-se de modo peculiar, em determinadas situações de apuro. Pode-se indicar (...) que foi sob o influxo de um trauma psíquico. (...) O Eu da criança, então, estaria a serviço de uma forte exigência instintual que está acostumado a satisfazer, e repentinamente é assustado por uma experiência que lhe ensina que a continuação desta satisfação terá por consequência um perigo real intolerável. Então ele deve decidir: ou reconhece o perigo real, curva-se diante dele e renuncia à satisfação instintual, ou recusa a realidade, querendo crer que não há razão para temor, a fim de prosseguir com a satisfação. Trata-se, portanto, de um conflito entre a exigência do instinto e a objeção da realidade. Mas a criança não faz nenhuma dessas duas coisas, ou melhor, faz ambas simultaneamente, o que resulta no mesmo. Responde ao conflito com duas reações opostas, ambas válidas e eficazes. Por um lado, rejeita a realidade, com o auxílio de determinados mecanismos, e não aceita nenhuma proibição; por outro lado, reconhece o perigo da realidade, admite a angústia diante dele como sintoma de sofrimento e procura então defender-se. (...) Os dois partidos em luta receberam o seu quinhão; o instinto pode manter sua satisfação e à realidade se tributa o devido respeito. Mas sabemos que tudo tem seu preço, que apenas a morte vem de graça. O êxito foi alcançado à custa de uma fissura do Eu que não se curará jamais, e que

aumentará com o tempo. As duas reações opostas ao conflito prosseguem existindo como núcleo de uma cisão do Eu. (FREUD, 2018, p.346/347).⁶

O sujeito clivado, na primeira tópica freudiana é fissurado, dito de modo simples, em “consciente”, “pré-consciente” e “inconsciente”, instâncias separadas que se comunicam no aparelho psíquico de um mesmo sujeito, e a primeira tópica será a primeira também a ser utilizada por sua grande praticidade, tanto na simplificação explicativa do funcionamento da mente (HERMANN, 1983, p.49), como por conta de ser um caminho legítimo para adentrar em conceitos freudianos mais complexos. E como podemos ver, a clivagem neste sentido está na origem de nossa existência, ocorrendo na formação biológica e cultural de todo ser humano, e ainda que a diversidade humana seja incontornável, todos possuímos em nossa condição básica essa “cisão do Eu”. E para entendermos como nosso aparelho psíquico se divide, devemos destacar o papel do inconsciente, que tem função central (embora desconhecida) para a compreensão da dinâmica psicológica do sujeito, e para isso a Psicanálise não conhece paralelos, tanto que Freud é considerado o descobridor do inconsciente, mesmo que tal termo já tivesse sido calcado por diversos filósofos anteriores a ele (LANDMAN, 2007, p.55/56). Desse modo:

O inconsciente freudiano não apareceu *ex nihilo*. Em torno da década de 1870, a ideia de uma força que escapa à consciência e governa a atividade dessa mesma consciência está adquirida, presente no campo da cultura, apesar de algumas obscuridades; ela constitui um dos elementos precursores do conceito de inconsciente freudiano. (LANDMAN, 2007, p.57).

A particularidade psicanalítica que nos importa nesse momento, no entanto, é que, para Freud, o inconsciente é uma instância inacessível na qual predomina uma lógica das emoções, como se fosse um bunker protegido por barreiras (resistências) onde reina o desejo do ser humano, e que, portanto, motivam nossas ações secretamente, nunca coincidindo com os motivos que afirmamos ser pelos quais agimos (HERMANN, 1983, p. 32/33), uma vez que

⁶ Essa passagem é importante para destacar uma das colocações mais essenciais do que Sigmund Freud diria sobre um sujeito freudiano; que é um sujeito estruturalmente fissurado, cindido, mas além disso é digno de nota que a tradução mais comumente aceita é o de “clivado”, assim passaremos a utilizar a expressão “clivagem do Eu” ou “sujeito clivado” neste sentido. Mais ainda, essa passagem faz referência indireta a muitos conceitos freudianos, uma vez que se trata de um texto tardio, e sendo assim muito dessa teoria será esclarecida mais a frente, com destaque para a origem primordial desta clivagem no embate entre inclinação pulsional e castração da realidade.

os motivos inconscientes, evidentemente, nos são desconhecidos. E poderíamos dizer, lembrando do trabalho dos analistas que é lá (no inconsciente) que se “*cifra o que aqui deciframos*” (HERMANN, 1983, p. 33).

Apenas você deve compreender que o inconsciente psicanalítico não é uma coisa embutida no fundo da cabeça dos homens, uma fonte de motivos que explicam o que de outra forma ficaria pouco razoável (...). Inconsciente é o nome que se dá a um sistema lógico que, por necessidade teórica, supomos que opere na mente das pessoas, sem no entanto afirmar que, em si mesmo, seja assim ou assado. Dele só sabemos pela interpretação.

(...) Teoricamente, supomos que haja uma série de forças impulsionando a vida mental. Em que forma existem, não se sabe ao certo. Porém, imaginamos que sejam forças que operam de permeio entre o físico e o psíquico. (HERMANN, 1983, p.36/37).

A noção de inconsciente, flagrantemente poderia colocar uma roupagem inteiramente inusitada na liberdade de expressão, e da liberdade de supostamente agirmos como queremos agir ou de defendermos as ideias que pensamos ser as melhores, afinal, admitindo que há um inconsciente que guia nossas ações de modo mais relevante do que o próprio consciente, não estaríamos legando a liberdade de expressão à irracionalidade? ou a uma falta de intencionalidade, por nossa vontade ser apequenada pelo domínio dos desejos? Veremos que este não é o caso, e que isso seria apenas uma pretensão natural de escape da angústia diante do desconhecido inconsciente, e que as ações originadas por pensamentos inconscientes não escapam à responsabilidade. Além disso, as próprias descobertas freudianas evidenciam que o inconsciente não se limita a uma central de desejos, e ainda que os interpretemos para deduzir o que seriam alguns conteúdos inconscientes, esses desejos reprimidos são apenas uma parcela desse âmbito maior que é o inconsciente (FREUD, 2010, A, p.100).

Fica claro que o inconsciente como elemento central da teoria freudiana surgiu como descoberta a partir de duas fontes seguras iniciais, e de forma gradual; primeiro, pelo processo de autoanálise que o próprio Freud fez e que resultou em sua obra magistral “*A interpretação dos sonhos*”, intencionalmente publicada em 1900, e, segundo, pelo tratamento das doentes histéricas, cuja a tentativa de cura fez com que Freud se desvencilhasse da hipnose e da sugestão, inicialmente utilizadas, para que desenvolve-se o processo da *cura pela fala*; a “*associação livre*” (MANNONI, 2023, p.49). De todo modo, como o conceito de

inconsciente em Psicanálise é amplo e se desenvolveu ao longo dos textos freudianos durante décadas, este início nos parece misterioso.

Sendo assim, repetimos que o que importa é destacar a inacessibilidade do inconsciente, não obstante o alcance de sua influência, e de sua posição tópica no aparelho psíquico com uma natureza estruturante da mente humana. Aquilo que é abstrato como estrutura encontrou, na cura pela fala, uma concretude na psicologia prática como método terapêutico para o alívio de aflições psicossomáticas. Como se não bastasse admitir que uma ‘cura pela fala’ já interessa profundamente como um fundamento da liberdade de expressão por este viés da saúde, a fala como ato descoberto da associação livre pode colocar a liberdade de expressão em um status de direito fundamental, não apenas como atrelado ao direito à saúde, mas como que concedendo uma roupagem psicológica à universalidade mais abstrata daqueles direitos fundamentais de primeira geração, que justamente por sua fórmula abstrata puderam se universalizar (BONAVIDES, 2014, p.577)⁷, retornando a algo não explorado

⁷ Esta menção aos direitos fundamentais de primeira geração, embora pareça fugidia, é discreta apenas para não perturbar o fluxo do texto principal, no entanto, cabe destacar a conexão inferida como um dos objetivos da tese que a entrelaça ao mundo do Direito e força uma necessidade de justificação para qualquer um que se dedique ao mais abstrato e filosófico de qualquer temática. Assim, a menção ao constitucionalista Paulo Bonavides mostra que os direitos fundamentais, hoje cláusulas pétreas em diversas Constituições no ocidente, possuem um fundamento histórico e permanentemente relevante por *ideias abstratas*. No caso da liberdade, Bonavides evoca a Revolução Francesa como momento histórico de aparição dos direitos fundamentais de primeira geração: “*Em rigor, o lema revolucionário do século XVIII, esculpido pelo gênio político francês, exprimiu em três princípios cardeais todo o conteúdo possível dos direitos fundamentais, profetizando até mesmo a sequência histórica de sua gradativa institucionalização: liberdade, igualdade e fraternidade. Com efeito, descoberta a fórmula de generalização e universalidade, restava doravante seguir os caminhos que consentissem inserir na ordem jurídica positiva de cada ordenamento político os direitos e conteúdos materiais referentes àqueles postulados. Os direitos fundamentais passaram na ordem institucional a manifestar-se em três gerações sucessivas, que traduzem sem dúvida um processo cumulativo e qualitativo, o qual, segundo tudo faz prever, tem por bússola uma nova universalidade: a universalidade material e concreta, em substituição da universalidade abstrata e, de certo modo, metafísica daqueles direitos, contida no jusnaturalismo do século XVIII.*” (BONAVIDES, 2014, p. 576/577). Desse modo, percebe-se que ideais abstratos são os direitos fundamentais de primeira geração, e uma vez institucionalizados podem tomar uma forma, digamos, “menos metafísica”, culminados nas próximas gerações de direitos fundamentais. Ainda assim, existiu uma necessidade metafísica originária que exprime o tempo passado do Direito. Tal necessidade metafísica também se mostra presente como objetivos ainda oníricos de Estados democráticos, como o próprio Paulo Bonavides dá a entender ao definir a paz como um direito fundamental de quinta geração: “*Queremos, todavia, acrescentar um terceiro elemento constitutivo no coração da democracia: a paz, como direito fundamental da quinta geração. Como se vê, vamos mais longe no sonho e na utopia, porque vislumbramos a esperança de que ela, a paz, concretize a associação da justiça com a democracia e a união do Direito com a liberdade.*” (BONAVIDES, 2014, p.605). Portanto, um futuro constitucional também é marcado de *abstrações metafísicas*, a concretude do Direito como ordenamento prático e positivado só ocorre na convergência do tempo presente, o que não pode implicar que tal concretude não pertença a um fluxo temporal mais amplo. O tempo passado e futuro, não sendo

nessa abstração sem prejuízo de seus desenvolvimentos posteriores. Além desse reconhecimento conferir ao próprio discurso uma saúde intrínseca que alude à inibição de admitir que a liberdade da expressão visa uma proteção jurídica do discurso humano, e, portanto, de alto teor psicologizante.

É interessante, ainda que de modo mais simples, como todos nós podemos suspeitar de que nossa psiquê não pode se limitar apenas ao que é consciente, apenas àquilo que gostaríamos que fossem direitos, mesmo as nossas lembranças não aparecem diretamente para nós simultaneamente, temos de evocá-las para que estejam em foco, de modo que cada instante de consciência mantém em foco um conteúdo mínimo, sendo que a maior parte do que sabemos e temos acesso, fica também na maior parte do tempo em um estado de latência (FREUD, 2010, A, p.102), esse indício já nos indicaria, no mínimo, a existência de um “pré-consciente”. Mais ainda, dentro dessas lembranças latentes temos algumas impressões, uma ‘sensação de lembrança’, algo de nossa experiência de vida que não sabemos o que é, mas nos soa como familiar ao entrarmos em contato com situações parecidas, talvez um fantasma da infância ou de uma experiência traumática, um resto de processo psíquico (FREUD, 2010, A, p.102) se podemos assim dizer. E isso ao menos representa indícios de que há um inconsciente e um pré-consciente.

Ao explorar os sonhos Freud desenvolvia o tratamento através da associação livre e ao mesmo tempo desvendava o inconsciente. Isso é importante para a liberdade de expressão porque a estrutura mental e a saúde mental estão articuladas pela fala, curiosamente, o próprio Freud pede que não recusemos “à vida onírica a liberdade de expressão” (FREUD, 2019, p.16).

Mas não se pode negligenciar o papel que a linguagem desempenha nesse processo: o pensamento do sonho tem uma forma verbal. Freud foi obrigado a supor a existência de um *pré-consciente* que tem o encargo das palavras. O processo primário traduz essas palavras em imagens, como um fazedor de

literalmente presentes, são presentes, portanto, apenas abstratamente, e a construção dessa coerência é papel do filósofo do direito. Ora, assim como introjeções metafísicas são coerentes, a presente tese, através da psicanálise, evoca a relevância da *metapsicologia* formulada por Freud para um patamar também pertinente à formulação de direitos fundamentais, alguns conhecidos e outros ainda indefinidos, como no tocante à liberdade de expressão. A Teoria do Direito deve ser o portal a receber as contingências psicológicas da humanidade, sob a pena de ter os portões de seu ‘ordenamento’ arrebatados pelos aríetes dos afetos políticos, que por reflexão ou revolução, cedo ou tarde penetrarão do Estado de Direito.

enigmas, e acontece que o sonho não deve ser interpretado como a pintura de alguma coisa, mas como a representação por assim dizer imagética das palavras. (MANNONI, 2023, p.73).

Toda essa dinâmica também pode ser reconhecida no outro, o sujeito aparece no Eu em contraste com o Outro. A hipótese do inconsciente se torna mais legítima nesse reconhecimento, e supomos por analogia que o outro ser humano também possua, ao menos, consciência (FREUD, 2010, A, p.104). Só que os indícios percebidos através de pensamentos e lembranças latentes são mais claros nos outros do que em nós mesmos, algumas vezes somos testemunhas de ocorrências em vidas alheias em que as próprias pessoas que vivenciaram a experiência juram que nunca lhes ocorreu nada, embora claramente se sintam ‘familiarizadas’ com certos acontecimentos, esboçando alguma reação com outras situações parecidas, ainda que seja uma reação de recusa e negação. Essa capacidade de perceber no outro o que ele mesmo não percebe em si, auxilia nossa *autoanálise*, na medida em que podemos admitir que, do mesmo modo que os outros não veem coisas sobre si mesmos, provavelmente nós também não vemos muitas coisas sobre nós mesmos, outro indício do inconsciente. Apesar de que, o caso da autoanálise é um paradoxo reconhecido por Freud através de uma carta enviada a Fliess⁸ em que afirma que a verdadeira autoanálise não é possível, uma vez que só podemos refletir sobre qualquer coisa nos baseando no conhecimento que temos acesso, ou seja, no consciente (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.44). O que impõe uma primeira limitação clara, inclusive, em nossa própria liberdade de expressão. Não obstante, esse método de investigação permanece válido e reforça a noção tópica do aparelho psíquico.

⁸ Wilhelm Fliess (1858 – 1928) foi um médico alemão que conheceu Sigmund Freud através de Josef Breuer, e foi um personagem na vida de Freud que por um momento guardou grande estima, tendo com ele trocado diversas cartas. Fliess cultivava uma teoria que fazia conexão entre a mucosa nasal e os órgãos genitais femininos (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.239), e compartilhava com Freud questões sobre a autoanálise (aqui sugerido) e a teoria da sedução, muito embora Freud tenha progredido para a noção de ‘fantasia’, o que provocou uma ruptura violenta entre os jovens médicos, (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.240) a ponto de Freud querer encobrir a relação com Fliess. No entanto, apesar de Freud ter destruído as cartas de Fliess, este preservou as de Freud até que chegassem a Anna Freud, que as manteve com discrição até sua publicação completa em 1985 (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.240). Desse modo, este foi um diálogo rico e importante para a origem da Psicanálise: “*Maravilhoso correspondente, Freud descreveu com prazer aquilo que chamou de sua auto-análise. Ao longo das páginas, descobrimos como ele adotou as teses do amigo sobre bissexualidade para transformá-las, e depois como elaborou suas primeiras hipóteses sobre a histeria, a neurose e o Édipo*”. (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.240).

(...) a psicanálise exige apenas que esse método de inferência se volte também para a própria pessoa – algo para o qual não existe, claro, uma tendência constitucional. Assim fazendo, será preciso dizer que todos os atos e manifestações que em mim percebo, e que não sei ligar ao restante de minha vida psíquica, têm de ser julgados como se pertencessem a uma outra pessoa, e devem achar esclarecimento por uma vida anímica que se atribua a esta pessoa. A experiência também mostra que sabemos interpretar nos outros, isto é, integrar no seu contexto anímico os mesmos atos a que negamos reconhecimento psíquico em nossa própria pessoa. (FREUD, 2010, A, p.106).

Definimos através da descoberta freudiana um sujeito dividido no seu Eu, e a primeira expressão explícita disso é ilustrada inicialmente pela primeira tópica, desse modo já é possível vislumbrar que o discurso comunicativo existe no espaço entre a pessoa e o outro, e no espaço entre a pessoa e ela mesma. O emissor da liberdade de expressão só pode ser o sujeito humano, e este carrega uma complexidade psicológica. Podemos dizer que o agente comunicante é o sujeito do inconsciente.

Mas antes de enfrentar a questão discursiva, sintetizemos a primeira tópica a partir desse contexto um pouco mais aprofundado para que nosso caminho seja esclarecido. Então, podemos dizer do “consciente” que:

A consciência é um desses entes difíceis de definir, mas que, por outro lado, felizmente, não requerem definição. Nós a conhecemos, ou melhor, não a conhecemos, porém tudo aquilo que conhecemos é consciência. (...) A percepção que temos do mundo é consciência; as lembranças, inclusive a dos sonhos e devaneios, são consciência. A memória é consciência e só há memória de fatos mentais conscientes. (...) Tudo o que se concebe, numa palavra, é consciência, menos o próprio processo de concepção. (HERMANN, 1983, p. 46/47).

Sobre o “inconsciente”, podemos dizer que:

(...) é o lugar teórico das representações recalcadas, ou daquelas que nunca puderam chegar à consciência, das pulsões sem representação consciente. No inconsciente, segundo Freud, há energia pulsional livre e representações que podem ser carregadas com essa energia, provocando as maiores confusões – se, por exemplo, o ato de escrever for excessivamente carregado de libido (ou “energia sexual”), alguém poderá sentir vergonha de escrever em público como se fora um exibicionista tímido. Inconscientemente, é também o próprio processo de recalamento, que impede certas ideias de emergir. (HERMANN, 1983, p.47).

Agora, tendo em mente ambos consciente e inconsciente, a terceira instância da primeira tópica, o “pré-consciente”, é bem mais inteligível por estar

situado entre os outros dois, sendo aquele conteúdo psíquico que não é consciente, mas tem a *capacidade* de sê-lo uma vez ultrapassadas as resistências do inconsciente (FREUD, 2010, A, p.110). E justamente por tal capacidade que sua dinâmica particular é interessante, cumprindo um papel mediador. Isso já deve ser mencionado para esclarecer a posição de um sujeito freudiano na primeira tópica, apesar de alguns elementos desta dinâmica serem esclarecidos apenas em outro momento. Portanto:

Entre o inconsciente e a consciência medeia um outro sistema psíquico, que é o pré-consciente. “Pré-consciente” chama-se o lugar onde, teoricamente, estariam as representações que, não sendo conscientes, podem vir a sê-lo, bastando para isso que o sujeito se interesse por elas. É o lugar do esquecido, do guardado, daquilo que é, no máximo, um tanto incômodo, mas não demais. O processo de relegar uma ideia ao pré-consciente chama-se “repressão”; é, por assim dizer, menos “forte” que o recalçamento. A verdadeira barreira da censura está, por conseguinte, onde há o recalçamento, entre o pré-consciente e o inconsciente – pois os conteúdos do primeiro ainda mantêm acesso à consciência, acesso fácil ou mais difícil. O que lhes é essencial, porém, é que já se exprimem por palavras, enquanto que os conteúdos inconscientes encontram vedado precisamente esse passo básico para chegarem à consciência. (HERMANN, 1983, p.48/49).

É possível perceber que a mera tentativa de definição das instâncias da primeira tópica já sugere um dinamismo mental entre estes três “*topos*” do psiquismo, elas necessariamente possuem um nível maior ou menor de comunicação entre si, porque fazem parte, é bom lembrar, da mesma entidade humana. Isso não é uma contradição, mas pode ser um passo para estabelecer que aquele que fala é o sujeito clivado, o sujeito humano. Isso se relaciona não apenas com a teoria psicanalítica a qual estamos concentrados, mas também à sua prática, lembremos que uma das fontes práticas do método freudiano para a cura das patologias mentais, é a chamada “*talking cure*”, uma certa descontinuidade do discurso que é ligado por analogias (ROLLAND, 2017, p.16) as quais o analista irá ajudar o paciente a conectar pela interpretação dos sinais vindos do inconsciente através da “associação livre”, e desse modo, tentar penetrar nas barreiras existentes entre a primeira censura (do inconsciente para o pré-consciente) e da segunda censura (do pré-consciente para o consciente) (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.39). Por assim dizer, a definição do sujeito freudiano como um sujeito clivado, sem ousadia, já estabelece uma clara conexão entre a Psicanálise e a liberdade de expressão, porque, no mínimo, há

discurso entre as instâncias psíquicas e ele é livre em relação e por relação com a realidade externa.

Partindo desse pressuposto, primeiramente poderíamos dizer que a liberdade de expressão é livre na fala de uma forma paradoxal, revelando o que se quer e o que não se quer. Assim como poderíamos ver nas análises clínicas de modo mais evidente, considerando a possibilidade de exposição de estados mais extremos de transtornos mentais nesses ambientes, de todo modo, essa função da fala, esse ato de enunciar e de ler os enunciados mostra uma necessidade dupla; de ser escutado e de se escutar (ROLLAND, 2017, p.23), estabelecendo muito mais significados ao discurso do que aparentemente ele tem. Por isso que:

O que se chama de “associação livre” não se desfralda somente na superfície do discurso, em sua horizontalidade – encadeando, segundo uma lógica implacável, pensamentos que não mantêm nenhum laço racional entre si. Ela também se banha nas profundezas da língua, nos idiomas infantis de diferentes épocas que ali se depositaram. É, aliás, a essa profusão dos discursos no discurso analítico que a interpretação analógica deve sua eficácia. (ROLLAND, 2017, p.24).

Frisemos, agora, que a associação livre ou qualquer método clínico mais prático, está ligado com a estrutura teórica do aparelho psíquico, e por isso Freud nos diz que o Eu é fissurado, como que evocando a estrutura de um cristal partido (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.71) e que, portanto, o papel da Psicanálise seria não de uma interpretação unificadora, mas justamente de articulação daquilo que é estruturalmente cindido, e é justamente lá, “*exatamente onde rachou, é o próprio lugar do sujeito*” (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.72). Por isso, se o sujeito freudiano é o emissor da liberdade de expressão, devemos compreender que o discurso livre é livre também de uma maneira inconsciente, e que qualquer pretensão de sua defesa ou de sua compreensão deve considerar essa complexidade da psiquê, uma vez que nossa expressão humana se estabelece, também, por sintomas, angústias e, como destacaremos mais a frente, nossa expressão no sentido de ser livre, vai surgir através de processos de *sublimação* e de *deslocamento* na interioridade do Eu.

No entanto, saibamos que essa interioridade do Eu não é bem o que achamos ser em primeira mão, como nos mostra Paul-Laurent Assoun, ainda que já possuamos a ferramenta interpretativa da primeira tópica.

Freud não nos diz que o sujeito tem uma interioridade, mas sim que a sensação de origem vem do mundo externo; então, o problema não é tanto que o sujeito ganhe sua interioridade, mas sim que, antes, ele possa se distinguir de uma realidade a partir de uma experiência da satisfação que é, ao mesmo tempo, uma experiência da falta. A partir daí, Freud pode reconhecer aquilo de que necessitava, ou seja, uma teoria da função do sujeito, desde que ela se estabeleça a partir de uma falta do objeto. É preciso então, em outras palavras, que o sujeito se coloque no mesmo lugar da pulsão, como experiência de derrota, ou experiência deficitária, e que possa reconhecer que algo faltou: se isso me falta, é que, de uma certa forma, sou suscetível de me representar como uma subjetividade. A partir da experiência de satisfação, já que ela é lacunar, pode se estabelecer uma função da falta que é, ao mesmo tempo, uma função do sujeito. É extremamente importante ver que uma teoria do real nos coloca nessa situação de pensar não somente uma teoria do narcisismo, mas também uma teoria do eu-prazer. É porque existe uma experiência do desprazer que pode haver um sentimento de subjetividade. (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.70).

Estabelecemos assim, que é razoável nos referirmos à esta subjetividade como o sujeito freudiano, e mais ainda, que aquilo “*que chamamos de ‘indivíduo’ é um sujeito inconsciente recalçado*” (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.73). Esse sujeito inconsciente é a própria articulação de sua fissura, e torna possível a admissão simultânea tanto do sujeito quanto do inconsciente através do *desemparo* de sua clivagem. Por isso, além da definição das instâncias tópicas e do reconhecimento apropriado de um sujeito freudiano, também devemos abordar as origens dessa clivagem do Eu, para aclarar o funcionamento dos movimentos intra-psíquicos que permitem a liberdade de expressão a partir do individual, assim como dos movimentos extra-psíquicos que lhe fazem um eco do discurso individual para o discurso público-político, permitindo a enunciação comunicativa da cultura por um viés civilizatório no sujeito da psicanálise, posteriormente também como sujeito social.

2.2. Origens do discurso a partir da castração do “sentimento oceânico”

Uma das formas mais interessantes e esclarecedoras pela qual podemos entender melhor a clivagem do Eu, se encontra em uma noção fundamental a partir do texto de 1930 de Sigmund Freud conhecido como “*O mal-estar na*

civilização”⁹. Essa noção se refere a um sentimento originário de todo ser humano, o qual Freud denominou de “sentimento oceânico”, que se mostra na origem ambos do indivíduo e da cultura como sombra um do outro, no sujeito com o início de sua existência na gestação, e na cultura pela sensação proveniente das grandes religiões (FREUD, 2010, B, p.14/15). Embora esse não se trate do cerne do argumento ao redor do mal-estar na cultura (que será abordado mais adiante), o “sentimento oceânico” é um ponto de partida desse texto freudiano a ser destacado por seu sentido de duplicidade. Por seu fundamento da origem psicológica do indivíduo como particularidade biológica e como isso é ao mesmo tempo uma expressão de como a civilização humana aparece, de certo modo, como resultante de uma dinâmica libidinal. Esses pontos da *Volkerpsychologie*¹⁰ na teoria freudiana são essenciais por possibilitar também uma dupla compreensão de que a liberdade de expressão carrega uma ponte inerente entre sujeito individual e coletivo. Freud concordaria com isso, uma vez que chamou o sentimento oceânico de “ser-um” com o universo, criando um conceito em paralelo entre esse algo de oceânico do indivíduo e o sentimento religioso da sociedade, ambos com uma carga ideativa (FREUD, 2010, B, p.25) que se modifica e molda a maturidade do adulto e os acordos

⁹ Os textos de Sigmund Freud mais ligados à Psicanálise foram escritos entre 1893, com seus “*Estudos sobre a Histeria*”, e 1939 com “*Moisés e o Monoteísmo*”, além de alguns manuscritos póstumos que foram publicados. E dentro de suas pesquisas, houveram muitas descobertas de Freud sobre a mente humana na medida em que a Psicanálise foi sendo criada. Assim, os textos que esta pesquisa utiliza se fazem valer do contexto de sua criação, mas, primeiro, devem ser considerados pertencentes aos seus argumentos restritos e pontuais, e depois, em segundo lugar, pertencem a descobertas freudianas que ao longo de seu desenvolvimento entravam em contradição com descobertas e argumentos posteriores. Em alguns momentos Freud é mais objetivo, baseando muitas de suas ideias na própria biologia (como ele a interpretava), outras vezes ele faz um caminho mais cultural, fazendo uso da história, da antropologia e mesmo da filosofia que buscara se distanciar, daí seu famoso bordão de ser um “*arqueólogo da mente humana*”, tendo ele mesmo admitido que leu mais sobre arqueologia do que sobre psicologia (COSTA, 2018, p.11). Por essa razão, muitas vezes os conceitos psicanalíticos são erroneamente criticados, por exemplo no caso da primeira e segunda tópica, muitos interpretam que a segunda é a negação da primeira, no entanto, seria mais adequado ver a segunda como um desenvolvimento que não refuta a primeira, que ainda permanece verdadeira em muitas situações, mas como um refinamento que inclui novos dispositivos psicológicos descobertos dentro da sistemática da teoria. Apesar de algumas pretensões de Freud que a Psicanálise algum dia iria ser substituída por uma biologia mais avançada, autores como Lacan implementaram um “resgate” ou “retorno” aos textos freudianos incutindo-os de uma carga filosófica ausente, mas necessária. Do mesmo modo, a seleção dos textos freudianos aqui não visa responder necessariamente as questões que eles mesmos suscitam, mas são como ferramentas metamórficas para uma compreensão mais profunda das condições mentais para a liberdade, ou das contingências psíquicas da liberdade humana que nos permitem manifestar a liberdade de expressão.

¹⁰ “Psicologia Social”.

sociais possíveis, ambos mediados pela realidade que se impõe. É preciso, no entanto, esclarecer o que é esse sentimento oceânico e como isso implica, em nossas origens, em uma consciência universal primária.

Primeiramente, imaginemos a fase inicial da formação biológica de um indivíduo. Ainda na fase gestacional, ele está sendo formado e, mesmo de modo incompleto, já desenvolveu um sistema neurológico central e já possui os órgãos dos sentidos que respondem a estímulos externos. No entanto, o ambiente no qual está inserido é o intrauterino. Dentro da proteção da placenta, aquele indivíduo em formação não tem esforços básicos como de alimentação e excreção, ou qualquer outro esforço pela sobrevivência, pois é sustentado pelo cordão umbilical e pela placenta. Mas, ainda mais relevante que essa total dependência para com o ambiente que o cerca, está o fato de que foi nesse ambiente protegido, e através dele, que o ser passou a existir. Aquele bebê, ainda no ventre materno, não diferencia o útero de seu próprio corpo, nem mesmo os estímulos que vem de fora da barriga da mãe, tudo é sua mente ainda encapsulada. Não existe nada fora de si mesmo porque o universo é sinônimo de sua atividade psíquica sem consciência de si e do outro. Essa ideia é, obviamente, muito mais completa e intrincada nos caminhos da psicanálise, mas, para fins especulativos, a apresentamos desta maneira sucinta. Essa atividade psíquica mergulhada neste ambiente protetor e fechado foi chamada por Freud de “Consciência Oceânica” (...) (DRAWIN; LOPES, 2018, p.244).

Todo ser humano é formado de modo que sua mente comece a surgir a partir dessa *consciência oceânica* primária, e isso pode ser claramente percebido nos bebês, que são como pequenas representações unitárias das fases do desenvolvimento civilizatório, como se fossem a passagem do anímico para a religiosidade¹¹, desse modo, tendo de ser civilizados desde o nascimento (SAROLDI, 2015, p.43). Freud vai evidenciar essa condição do bebê recém-nascido e de seu Eu.

O bebê lactante ainda não separa seu Eu de um mundo exterior, como fonte das sensações que lhe sobrevivem. Aprende a fazê-lo aos poucos, em resposta a estímulos diversos. Deve impressioná-lo muito que várias das fontes de excitação, em que depois reconhecerá órgãos de seu corpo, possam enviar-lhes sensações a qualquer momento, enquanto outras – entre elas a mais desejada, o peito materno – furtam-se temporariamente a ele, e são trazidas apenas por um grito requisitando ajuda. É assim que ao Eu inicialmente se contrapõe um ‘objeto’, como algo que se acha “fora” e somente através de

¹¹ Para Freud a cultura contou com três fases em seu desenvolvimento; a anímica com o surgimento do totemismo, a religiosa com a crença em uma divindade que transcende e se afasta de representações terrenas e a científica que relega a uma distância ainda maior aquela figura sempre presente em nossa estrutura psíquica do pai primevo/primeiro e suas representações. Essas ideias são exploradas em “*Totem e Tabu*” de 1912-13, que trataremos de forma adaptada à temática mais a frente.

uma ação particular é obrigado a aparecer. Um outro incentivo para que o Eu se desprenda da massa de sensações, para que reconheça um “fora”, um mundo exterior, é dado pelas frequentes, variadas, inevitáveis sensações de dor e desprazer que, em sua ilimitada vigência, o princípio do prazer busca eliminar e evitar. Surge a tendência a isolar do Eu tudo o que pode se tornar fonte de tal desprazer, a jogar isso para fora, formando um puro Eu-de-prazer, ao qual se opõe um desconhecido, ameaçador “fora”. *As fronteiras desse primitivo Eu-de-prazer não podem escapar à retificação mediante a experiência. Algumas coisas a que não se gostaria de renunciar, por darem prazer, não são Eu, são objeto, e alguns tormentos que se pretende expulsar revelam-se como inseparáveis do Eu, de procedência interna.* (FREUD, 2010, B, p. 18). (itálico nosso).

Existe assim uma duplicidade no próprio surgimento da consciência humana, se no início, nosso ego não sabia se diferenciar do próprio mundo, durante o processo em que é obrigado a fazê-lo, além de trabalhoso é claro que haveria certa confusão, uma confusão que se inscreve no próprio Eu uma dualidade entre infantilidade e maturidade. E isso marca a condição humana de forma definitiva. Essa condição é bem apontada por Nina Saroldi na própria descrição do sentimento oceânico:

Num primeiro momento, o eu inclui tudo a sua volta e é apenas posteriormente que ele destaca de si um mundo externo. O sentimento do eu no adulto não passa de um pálido sucedâneo de um sentimento muito mais vasto que, nos primórdios de seu desenvolvimento, o unia muito mais intimamente ao mundo exterior. Se considerarmos a hipótese de que em algumas pessoas esse sentimento sobreviveu à vida adulta, ele existiria lado a lado com o sentimento mais estrito do eu na maturidade. E a ideia que corresponderia a esse sentimento seria exatamente a de um vínculo ilimitado com o mundo, ou seja, aquilo que Romain Rolland chamou de “sentimento oceânico”¹². (SAROLDI, 2015, p.83).

É preciso perceber, desse modo, que o Eu é cindido a partir dessa consciência oceânica original. A estrutura do aparelho psíquico se dá a partir da rachadura dessa totalidade psicológica. Assim como indicado por Freud, deve haver um aprendizado necessário para que este “eu-de-prazer”, essa massa de sensações, saiba que ela não coincide com a totalidade do mundo, por mais que isso seja uma compreensão que signifique um sofrimento profundo do Eu. É nesse caminho que anotamos outro elemento daquilo que podemos considerar

¹² De fato, a expressão “sentimento oceânico” é dita por Romain Rolland, mas aqui devemos destacar que Nina Saroldi se encontra correta e totalmente dentro do contexto, uma vez que foi no “Mal-estar na civilização” que o próprio Sigmund Freud evoca essa discussão que teve com Rolland, em que ele indaga a Freud sobre a coincidência com o sentimento social de religiosidade (FREUD, 2010, B, p.14), algo que serviu de estímulo para uma abordagem psicanalítica mais contextualizada.

um sujeito freudiano; com este início que parece quase absurdo, de que há um “sentimento oceânico” no qual o próprio sujeito se confunde com o mundo e de como essa condição é inerente de todo ser humano (DRAWIN; LOPES, 2018, p.245). Acontece que seria impossível para qualquer um sobreviver com uma falta de comunicação tão profunda com a realidade, e é pelo contato com a realidade do mundo externo e interno que o sujeito recebe duros golpes em sua psiquê. Este Eu clivado que é o sujeito freudiano foi fissurado justamente por isso, por ações da realidade que o forçam no aprendizado de que o Eu é separado do objeto e o que sobra não é tanto quanto se gostaria que fosse. Há o exercício de uma *censura* àquela psiquê recém-nascida, como uma “*função que tende a interditar aos desejos inconscientes e às formações que deles derivam o acesso ao sistema pré-consciente-consciente*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.64), e é essa função psicológica da censura um dos primeiros elementos que contribuem para a estrutura mental descrita na primeira tópica.

No âmbito da primeira concepção tópica do aparelho psíquico (1900-1920), a censura é exercida, por um lado, entre o inconsciente e o pré-consciente, e por outro, entre o pré-consciente e a consciência: assim, a cada progresso para um nível superior de organização psíquica corresponde uma nova censura. (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.108).

Assim temos que o sujeito freudiano é resultado de uma censura, daquilo que sobrevive ao sofrimento psíquico, começando pelo sofrimento do nascimento. A formação de nossa personalidade, aquela entidade emissora do discurso que habitualmente chamamos de indivíduo, fala através de suas experiências que foram cortes em sua percepção psíquica do Eu e do mundo, cortes deste “Eu oceânico” original.

Ainda no momento do nascimento já podemos observar uma experiência de corte do “Eu oceânico”. A luz que faz doer os olhos, o ar que faz arder os pulmões, as primeiras experiências que o indivíduo faz de esforço para sobreviver já exigem um movimento, não é mais possível ficar estático. Nessa limitação, nesse corte do “Eu oceânico”, Freud desenvolve o conceito de “castração”, o qual nos acompanhará o resto da vida. A castração aparece para retirar o Eu de sua onipotência e confrontá-lo com as limitações; a criança passa fome, sede, tem doenças, não é absolutamente poderosa em relação ao mundo, como experienciava inicialmente. A formação do sujeito se dá, portanto, com a constante castração dessa sensação de onipotência que todos nós temos no início de nossas vidas. As dores e os prazeres de viver formam o sujeito, são as experiências que temos em nosso passado psíquico que constituem nossa personalidade. (DRAWIN; LOPES, 2018, p.246).

A cisão do sujeito, que na primeira tópica se divide entre “inconsciente”, “pré-consciente” e “consciente”, ocorre por este inescapável corte da realidade. Esse corte é notavelmente chamado de “castração” pela teoria psicanalítica e, nesse sentido, pode se aprofundar na medida que seus efeitos no sujeito sugerem um nível de *complexo*¹³, palavra que detém diversas referências específicas e genéricas¹⁴ em Psicanálise, e que também contribuem com a possibilidade de repressão para o inconsciente. De certa forma, nada na vida psíquica se perde completamente (SAROLDI, 2015, p.83), principalmente esses eventos traumáticos para a criança, e isso quer dizer que essa fissura que ocorre no sujeito permite com que haja uma supressão de diversas experiências; dolorosas ou prazerosas, para o inconsciente (SAROLDI, 2015, p.83), de modo a ‘esquecê-las’, como uma recusa dessa castração imposta pela realidade, dizemos que são experiências reprimidas e recalcadas (HERRMANN, 1983, p. 48).

Já aqui, é central que se considere a importância disso para a liberdade de expressão, uma vez que nossos enunciados advêm dessas facetas do sujeito freudiano, o que torna possível admitir que *“as palavras são traiçoeiras. Quando falamos, dizemos o que queremos dizer, porém, ao mesmo tempo, dizemos também muitas outras coisas de que nem suspeitávamos”* (HERRMANN, 1983, p.19). Nosso discurso, ao ser compreendido psicanaliticamente, é importante por indicar mais profundidade do que se pensava; algumas vezes quem diz é o Eu do inconsciente recalcado, como se elementos inconscientes e pré-conscientes brotassem à sua maneira no discurso.

¹³ Na Psicanálise, o termo “complexo” é utilizado de diversas maneiras, e muito embora não seja adequado se ater em demasia a nenhum deles no momento, talvez seja relevante destacar o que esta palavra implica no sentido de uma certa organização da energia psíquica. Portanto, podemos definir “complexo” como um *“conjunto organizado de representações e recordações de forte valor afetivo, parcial ou totalmente inconscientes. Um complexo constitui-se a partir das relações interpessoais da história infantil; pode estruturar todos os níveis psicológicos: emoções, atitudes, comportamentos adaptados.”* (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.70).

¹⁴ Como já indicado, o tema dos complexos na obra de Freud é muito extenso, aparecendo em diversos momentos de desenvolvimento, possuindo grande complexidade, e por isso não será enfrentado aqui para que o foco temático não se desvie. No entanto, os complexos como temática serão mencionados sem pudor na medida de sua necessidade, ainda assim, lembremos que é uma expressão que pode ser utilizada em um sentido genérico como ao se referir a uma cadeia associativa, ou mesmo um conjunto organizado de traços pessoais (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.71), ou um sentido específico, como o famoso “complexo de Édipo”, os complexos “paterno” e “materno” presentes dentro da lógica edipiana (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.72) e, inclusive, o “complexo de castração” que começamos a contextualizar aqui.

A liberdade de expressão ganha relevância aqui por ser o meio de exposição parcial da alma humana.

É lógico dizer que o discurso só existe, portanto, na medida em que o sentimento oceânico é castrado, afinal, se uma totalidade do Eu (como narcisicamente pretende a criança), fosse real, não haveria nenhuma necessidade de discurso. Uma vez que tudo seria o Eu, a fala não seria necessária. Por isso que:

O ponto mais digno de consideração que queremos enfatizar é que a constituição do sujeito implicará em lidar com a dor, com a frustração, com a perda, com a impossibilidade de uma satisfação absoluta. Há um processo de renúncia do Eu oceânico, uma abdicação do que o princípio do prazer quer e demanda. Usando a linguagem psicanalítica, o Eu narcísico, aquele que é voltado para si mesmo, é o “Eu ideal”. Através da castração, sempre constante, vamos chegando a esse Eu que agora tem a experiência oposta à do princípio do prazer, a experiência fornecida pelo princípio de realidade. Neste ponto determinado temos um Eu mais próximo de uma realidade concreta. O Eu, que agora é um Eu separado do objeto e do mundo, ainda sofre as influências do princípio do prazer, quer dizer, não é porque agora somos adultos e vivemos nossa realidade de maturidade que temos aprazimento a dor que essa realidade continua a nos impor. (DRAWIN; LOPES, 2018, p.247)¹⁵.

Percebemos, e chamamos atenção a isso, primeiro que é pela castração, pela imposição de um corte de realidade do sentimento oceânico que surge o sujeito clivado nesse sentido freudiano, e que tal surgimento não é opcional, ele ocorre universalmente desde a formação gestacional e nascimento e depois por toda a vida. Claro, a maneira como isso ocorre ao longo da vida tem suas particularidades e influências culturais e regionais específicas, há diversidade o tanto quanto existem indivíduos. O que é universal é a cisão, podemos ser todos únicos, mas somos universalmente cindidos em nossa estrutura mental, não há sujeito humano sem haver castração. Segundo, é que isso se dá já anunciando uma *ambivalência dos sentimentos*¹⁶, um constante ir e vir entre os desejos que

¹⁵ Assim como está sendo escrito, chamamos a atenção que os termos usados nessa passagem como “Eu ideal”, “princípio do prazer”, “princípio de realidade”, etc., são termos técnicos na Psicanálise freudiana que tem certa origem aqui, mas que serão explicitados mais a frente, assim, podemos tomar suas menções como um prelúdio da articulação do debate.

¹⁶ “Ambivalência dos sentimentos” é uma expressão que aqui possui um tom provocativo porque trata-se de um conceito presente no sujeito, como vemos aqui, mas que cumpre um papel fundamental na cultura, sendo extensamente explorado em “Totem e Tabu”, que dedica um capítulo exclusivo ao tema. Assim, temos outro elemento que serve de ponte entre individual e coletivo, um eco do outro.

devem ser abandonados e a falta de satisfação que provocam por seu abandono. Essa falta de satisfação, essa repressão que atinge duramente a consciência oceânica e os cortes castradores que ocorrem por todas as etapas da vida *deslocam* essa energia pulsional para o inconsciente. Podemos reprimir nossos desejos mais fortes, mas eles ainda permanecem em atuação no inconsciente. Essa é uma possibilidade admitida por Freud. Não é que tudo o que ocorreu em nossas vidas fique registrado, porém, nosso passado psíquico certamente atua substancialmente na construção da nossa personalidade.

O fato é que a conservação de todos os estágios anteriores, ao lado da configuração definitiva, é possível apenas no âmbito psíquico, e não temos como representar visualmente esse fenômeno.

Talvez levemos longe demais essa suposição. Talvez devêssemos nos contentar em afirmar que o que passou *pode* ficar conservado na vida psíquica, não tem *necessariamente* que ser destruído. De toda maneira é possível que também na psique elementos antigos sejam apagados ou consumidos – via de regra ou excepcionalmente – a tal ponto que não mais possam ser reanimados e restabelecidos, ou que em geral a conservação dependa de certas condições favoráveis. É possível, mas nada sabemos a respeito. Podemos tão só nos ater ao fato de que a conservação do passado na vida psíquica é antes a regra do que a surpreendente exceção. (FREUD, 2010, B, p.24).

A conservação do passado psíquico surge em nós, muitas vezes, em forma de sintomas, mas certamente atua na estruturação da nossa personalidade, é o que permite ser possível nossos enunciados na medida que nosso aparelho psíquico vai ganhando maturidade. Esse crescimento, para Sigmund Freud, ocorre pela estabilização do Complexo de Édipo, que deve muito de sua atividade libidinal à dinâmica do Complexo de Castração¹⁷. Esses argumentos devem ser mencionados quando a Psicanálise freudiana é utilizada porque são parte essencial da teoria da sexualidade e consequente maturação do psiquismo

¹⁷ “Sigmund Freud denominou complexo de castração o sentimento inconsciente de ameaça experimentado pela criança quando ela constata a diferença anatômica entre os sexos.” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 105). Essa concepção freudiana está entre as mais polêmicas, e envolve a conhecida inveja do pênis, uma ideia que fez com que o fundador da Psicanálise fosse acusado de desconhecer a sexualidade feminina. No entanto, possui o grande mérito de associar a formação da psicologia infantil com a mitologia, por exemplo de quando Cronos castrou Urano, seu pai, na mitologia grega, criando conexões entre a “Interpretação dos sonhos”, os “Três ensaios sobre a sexualidade” e a origem da cultura em “Totem e tabu” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.105). A explicitação mais conhecida do complexo de castração talvez esteja evocada no caso do pequeno Hans (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.105).

infantil¹⁸, afinal, talvez seja este um ponto em que preferimos incluir o desenvolvimento feito por psicanalistas depois Freud, relativizando sua teoria original¹⁹. No entanto, nossa busca é pelas origens da liberdade de expressão, assim, esse trecho que poderíamos tratar dos *complexos*, embora reconheçamos ser essencial, não será abordado com profundidade e será deixado de lado.

Por hora, basta notar a contribuição desse entendimento maior acerca do surgimento do Eu clivado para a liberdade de expressão. Uma vez que a soma da castração e da conservação, significa simultaneamente o surgimento de uma *dinâmica narcisista estrutural* e ao mesmo tempo um possível *retorno daquilo*

¹⁸ Freud pensou muito claramente uma ideia de difícil aceitação social, de que haveria uma sexualidade infantil (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.479), assim, a criança, que sempre representou a figura da inocência na sociedade passaria a ser vista como uma entidade polimorfa, atingida pelo complexo de castração e constituída pelo complexo de Édipo. Como isso não está em evidência aqui, o mencionamos nesta nota, admitindo que essa questão pode ser um ponto de dependência parcial do argumento.

¹⁹ Freud explicou o complexo de castração, de certo modo, como um “*complexo centralizado na fantasia de castração*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.73), mas sabemos que fantasia em Psicanálise não significa necessariamente irreal, mas existente em algum lugar psíquico. Nossa dificuldade com esse ponto em específico está, portanto, na insistência de Freud por uma certa literalidade psicológica do termo. Não se trata de uma discordância propriamente dita, uma vez que a castração é uma noção essencial no entendimento da fase fálica da criança em sua organização genital (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.73). Porém, preferimos, no ponto específico em que utilizamos a expressão “castração”, uma tradição interpretativa que surge a partir de Freud, e que tem talvez sua tradução mais clara no ponto culminante de Otto Rank, que descreve o trauma do nascimento como uma forma primária de castração (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.106), justamente o que estamos fazendo. Por este diferencial importante, não podemos nos furtar de citar justamente essa linha de raciocínio como uma *equivalência simbólica*, seguida também pela presente tese. Sendo assim: “*pode-se procurar situar a angústia de castração numa série de experiências traumatizantes em que intervém igualmente um elemento de perda, de separação de um objeto: perda do seio no ritmo da amamentação, o desmame, a defecação. Essa série é confirmada pelas equivalências simbólicas, identificadas pela psicanálise, entre os diversos objetos parciais de que o sujeito é assim separado: pênis, seio, fezes e mesmo a criança durante o parto. Freud, em 1917, consagrava um texto particularmente sugestivo à equivalência pênis=fezes=criança, às metamorfoses do desejo que ela permite, às suas relações com o complexo de castração e com a reivindicação narcísica: “O pênis é reconhecido como algo de destacável do corpo e entra em analogia com as fezes, que foram o primeiro pedaço de ser corporal a que se teve de renunciar”*”.

Na mesma linha de investigação, A.Starcke foi o primeiro a pôr toda a ênfase na experiência da amamentação e da retirada do seio como protótipo da castração: “[...] uma parte do corpo análoga a um pênis é tomada de outra pessoa, é dada à criança como sendo dela (situação a que são associadas sensações de prazer), e depois é retirada à criança causando-lhe desprazer”. Essa castração primária reefetuada a cada mamada, culminando no desmame, seria a única experiência real capaz de traduzir a universalidade do complexo de castração: a retirada do mamilo da mãe seria a significação inconsciente última, sempre encontrada por trás dos pensamentos, dos temores, dos desejos que constituem o complexo de castração.

No caminho que procura basear o complexo de castração numa experiência originária efetivamente vivida, a tese de Rank, segundo a qual a separação da mãe no traumatismo do nascimento e as reações físicas e essa separação forneceriam o protótipo de toda a angústia ulterior, leva a considerar a angústia de castração como eco, através de uma longa série de experiências traumatizantes, da angústia do nascimento.” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.74/75).

que foi recalcado²⁰, como uma reação à perda do sentimento oceânico, uma reação de um certo *narcisismo primário*²¹. Dito de forma singela, o exemplo conhecido do choro do recém-nascido, que expressa a dor de respirar ao nascer, mas também o sofrimento da perda do seio materno ao fim de cada amamentação, e seu chamado deste seio perdido, também pelo choro, é algo tão básico da vida humana e ao mesmo tempo já é uma expressão, já é nosso primeiro discurso, surgida na castração desses primeiros sofrimentos do nascer. É razoável, então, supor que *o discurso, de certo modo, surge por meio da castração do sentimento oceânico*. Essa expressão infantil primeira, porém, ainda não é comunicativa, carece de maturidade para sair de seu desamparo²². Assim, a expressão só pode se tornar livre evocando a *introdução de um narcisismo* como um elemento fundamental do sujeito da psicanálise, não apenas estruturalmente, mas também como contradição inerente na formação de uma personalidade resultante da tensão entre o prazer (princípio) e a realidade (princípio).

2.3. A construção narcísica de possibilidade da liberdade

Para que seja possível explorar como o discurso se torna comunicativo, mas intrinsecamente uma manifestação desse sujeito freudiano, precisamos

²⁰ “Para Sigmund Freud, o recalque designa o processo que visa manter no inconsciente todas as ideias e representações ligadas às pulsões e cuja realização, produtora de prazer, afetaria o equilíbrio do funcionamento psicológico do indivíduo, transformando-se em fonte de desprazer. Freud, que modificou diversas vezes sua definição e seu campo de ação, considera que o recalque é constitutivo do núcleo original do inconsciente.” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.647), portanto, aquilo que foi recalcado pode ressurgir de forma deslocada de tempos em tempos, como um sintoma ou de outros modos, considerando-se a conservação na vida psíquica. De forma sucinta, portanto, o retorno do recalcado é o “processo pelo qual os elementos recalcados, nunca aniquilados pelo recalque, tendem a reaparecer e conseguem fazê-lo de maneira deformada sob a forma de compromisso”. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.463).

²¹ Apesar de já ser necessário mencionar o termo “narcisismo primário” aqui, ele é um conceito que será esclarecido no próximo trecho, que falamos do texto de Freud “Introdução ao narcisismo”.

²² O ser humano recém-nascido possui uma dependência tão profunda e sua estrutura mental é tão universalista (oceânica) que ele morre sem os devidos cuidados, ao contrário de muitos animais, que são governados por instintos. Desse modo, nascemos no mais profundo *desamparo*, e ironicamente destinados a sermos livres. Essa situação de desamparo que é reconhecida e mesmo formulada pela Psicanálise será melhor definida mais a frente.

adensar essa perspectiva com outro elemento que aprofunda a noção de aparelho psíquico e contribui para a evolução da *segunda tópica*, para isso, antes de avançar vamos discutir alguns elementos do texto de Freud intitulado “*Introdução ao Narcisismo*”, de 1914. E imediatamente é preciso estabelecer que o narcisismo entendido pela Psicanálise se distancia muito do entendimento popular do termo como uma espécie de ‘arrogância’, na verdade, o narcisismo é um dos muitos elementos estruturantes da personalidade humana, dentro de uma dinâmica que Freud chamou de *economia psíquica*²³.

Inicialmente, é fácil admitirmos que o sofrimento, no sentido da castração, limita nossa liberdade. Mas o que isso significa psicologicamente? Para Freud, qualquer pessoa que se encontra em sofrimento físico (como um primeiro exemplo primordial, o nascimento) tende a concentrar suas energias psíquicas naquela dor. Ainda que momentaneamente, a pessoa que passa por um sofrimento ou alguma forma de intensa pressão concentra mais e mais parcelas de sua vida naquela situação.

É algo sabido, e tomamos por evidente, que alguém que sofre de dor orgânica e más sensações abandona o interesse pelo mundo externo, na medida em que não dizem respeito ao seu sofrimento. Uma observação mais precisa mostra que ele também retira o interesse libidinal de seus objetos amorosos, que cessa de amar enquanto sofre. A banalidade desse fato não pode nos dissuadir de lhe dar uma tradução em termos da teoria da libido. Diríamos então que o doente retira seus investimentos libidinais de volta para o Eu, enviando-os novamente para fora depois de curar-se. “No buraco de seu molar”, diz Wilhelm Busch do poeta que sofre dor de dente, “se concentra sua alma.” O conhecido egoísmo dos doentes cobre ambos. (FREUD, 2010, A, p.25/26).

²³“*Economia psíquica*”, ou “*energia pulsional*”; “*qualifica tudo o que se refere à hipótese de que os processos psíquicos constituem na circulação e repartição de uma energia quantificável (energia pulsional), isto é, suscetível de aumento, de diminuição, de equivalências*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p. 121). Assim, a economia psíquica, além de se referir a uma tentativa freudiana de quantificar alguns processos psíquicos, também se liga à teoria da libido na medida em que é uma energia libidinal, e se refere aos trabalhos da mente dentro de suas respectivas instâncias (consciente, pré-consciente e inconsciente), como, por exemplo, processos de “recalque”, “catarse”, “conversão”, “sublimação”, etc. A economia psíquica lida com as energias pulsionais, assim, “*o aparelho psíquico recebe excitações de origem externa ou interna, sendo que essas últimas, ou seja, as pulsões, exercem uma pressão constante que constitui uma ‘exigência de trabalho’*. De um modo geral, todo o funcionamento do aparelho pode ser descrito em termos econômicos como jogo de investimentos, desinvestimentos, contrainvestimentos, sobreinvestimentos” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.122). Assim, “*o que Freud entende por economia libidinal é precisamente a circulação de valor que se opera no interior do aparelho psíquico, a maior parte das vezes num desconhecimento que impede o sujeito de perceber, no sofrimento do sintoma, a satisfação sexual*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.124).

Primeiro, percebemos uma centralidade ao redor do Eu, digamos, do *investimento libidinal no Eu*, que circunda esta dor orgânica como um atributo de sentido para o aparelho psíquico. No exemplo do sujeito que encara a castração, tendemos desde o nascimento a evitar o desconforto da realidade, e por isso que a articulação do conhecimento psicanalítico é importante justamente aí, nessa fissura do Eu, porque independentemente de alguém ser neurótico, perverso ou psicopata, essas estruturas vão se articular justamente na *clivagem como processo de defesa* (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.73), como se uma parte de nós tentasse escapar do sofrimento que forma nossa própria personalidade, ou ao menos buscar uma satisfação pulsional de forma antissocial ou patológica em uma possível falha nesta formação de personalidade.

Assim, para usarmos o exemplo de Freud²⁴, quanto mais intensa for uma possível dor de dente acometida sobre nós, mais nos *tornamos* essa dor de dente, esquecemos de nossos entes queridos, de nossos compromissos e nossos gostos, toda a nossa mente se concentra na tentativa de interrupção daquela dor. Como que uma fuga retroativa ao “sentimento oceânico”, uma reação psicológica que tenta reaver um tempo em que o psiquismo era o “eu-de-prazer”, era uma totalidade na qual aquela dor orgânica não seria possível.

(...) Nós o achamos tão evidente pois estamos certos de comportarmo-nos igualmente nesse caso. O fato de mesmo a mais intensa disposição de amar desvanecer por causa de distúrbios físicos, sua repentina substituição pela completa indiferença, foi convenientemente explorado na arte do humor.

De modo semelhante à doença, o estado do sono também significa uma retração narcísica das posições da libido para a própria pessoa, mais precisamente para o desejo de dormir. O egoísmo dos sonhos se enquadra bem nesse contexto. Em ambos os casos vemos, ainda que seja apenas isso,

²⁴ É relevante notar, que o uso poético e metafórico de Freud do verso de Wilhelm Bush ficou famoso por inferir o conceito psicanalítico da dor orgânica, assim, é comum exemplificar que alguém que possui dor de dente se *torna* a dor de dente, até que ela acabe. Porém, exatamente foi Ferenczi quem formulou a possibilidade que aquele que sofre da dor orgânica perde o interesse pelos objetos do mundo externo (NICÉAS, 2013, p.62). Ainda assim, é possível atribuir a Freud este conceito dependendo do contexto, primeiro porque foi um elemento argumentativo para a estruturação do narcisismo, segundo porque Freud acrescentou um elemento importante a esta noção, embora singelo, como explica Carlos Augusto Nicéas: “A tais considerações ferenczianas, Freud acrescenta uma observação sobre esse sujeito em sofrimento: ele retirará também seu interesse libidinal de seus objetos de amor, isto é, deixará de amá-los enquanto durar sua dor. O fato é banal, mas Freud extrai dele ensinamentos que realimentam imediatamente o vocabulário próprio de sua teoria da libido: nesses casos, a libido reflui sobre o eu, até que, uma vez que a cura tenha se processado, o doente emita outra vez (à semelhança da imagem dada por Freud, anteriormente, do animal protoplasmático) seus próprios investimentos na direção dos objetos”. (NICÉAS, 2013, p. 62).

exemplos de mudanças na distribuição da libido graças à mudança no Eu (FREUD, 2010, A, p. 26).

Vemos assim, a repercussão que as violências infligidas sob nosso lado de corpo sensitivo acarretam em nossa dimensão psicológica. É evidente a importância de um mundo empírico, lembrando que atribuímos o início da castração aos traumas do nascimento e da retirada do seio materno, mas isso não esgota a totalidade do fenômeno do ponto de vista psíquico, essas realidades de sofrimento têm também um desdobramento na mentalidade ‘não-empírica’ das pessoas. *Um desdobramento que contribui de certo modo para a clivagem do Eu na medida em que introjetamos as regras do princípio de realidade e os desejos do princípio do prazer de forma a construir a própria infraestrutura de nosso aparelho psíquico*, e talvez mais ainda da dinâmica libidinal entre suas instâncias.

Uma vez afetadas por dores orgânicas e necessidades básicas desde o nascimento, isso significará uma forte consequência, também, na personalidade dos indivíduos. Não é uma fatalidade do destino, mas dentro desse fenômeno psíquico da dor castradora, muitas mudanças no Eu ocorrem. Sendo pelo período de surgimento da vida, ou pelas incuráveis sequelas da dor após o nascimento, há o surgimento desse sujeito freudiano. E a fundamentação disso está no desenvolvimento do próprio Eu, dado pela teoria da libido de Freud, particularmente no tocante ao desenvolvimento narcísico entre o investimento libidinal no Eu e o investimento libidinal no objeto.

É central, portanto, admitir a dinâmica do narcisismo, indicado primeiro pela dor orgânica, para a construção das personalidades e sua consequente interação com o mundo, afinal, a possibilidade da liberdade se relaciona com a capacidade de uma determinada psicologia de se manifestar na vida de modo minimamente auto satisfatório. É preciso que haja algum *retorno narcísico*²⁵

²⁵ O chamado “Retorno Narcísico” aqui se refere não a um narcisismo dotado de arrogância, mas àquela validação externa do Eu como elemento estrutural de nossa personalidade que se constrói pela aprovação externa de nossas ações, ou a concordância externa dos objetos no mundo os quais colocamos nossos investimentos libidinais. O *Retorno Narcísico*, como dito aqui, é um elemento psicológico fundamental para o surgimento da autoconfiança dos indivíduos, a ausência desse retorno pelo mundo externo muitas vezes significa uma reprovação tão forte que o indivíduo pode ficar existencialmente perdido e mesmo desenvolver síndromes de depressão e isolamento. Claro, a depressão também pode vir da ansiedade, por exemplo, mas a mensagem do mundo social que o que fazemos não tem sentido ou valor pode ser um

para o Eu do indivíduo adquirir alguma liberdade efetiva, daí a grande importância de uma estrutura interna razoavelmente estável.

O narcisismo na Psicanálise não se reduz, portanto, como imaginaram muitos, a uma fase do desenvolvimento a ser ultrapassada e que, uma vez deixada para trás, liquidada, se traduzisse como sinal de maturação do sujeito. Ao contrário, o narcisismo freudiano se revela um dado estrutural. (NICÉAS, 2013, p.47).

Dizemos estrutura de personalidade dentro da teoria libidinal pois a psicanálise freudiana possui um forte fundamento em sua teoria da sexualidade. Em seus extensos estudos, Freud fez descobertas que misturam o coletivo e o individual, algumas mais próximas da personalidade de cada um e outras mais relacionadas ao ambiente social em que vivem, à cultura. Suas observações de diversos pacientes e suas muitas reflexões o levaram a formular explicações de nossa realidade psicológica pelo prisma de sua teoria da sexualidade, e por isso, é de crucial importância que seus conceitos sejam lidos por uma hermenêutica aprofundada e ampliada. Evidentemente, sua teoria da sexualidade não pode, de modo algum, ser reduzida ao sexo genital, ou o prazer carnal mais fisiológico. O veio psicanalítico foi aos poucos sendo desenvolvido, primeiramente através de pacientes doentes e/ou psicologicamente dentro de um estado traumático²⁶. Porém, isso fez Freud perceber, em comparação com pacientes saudáveis, os traços naturais da mente humana que, somente caso desequilibrados para uma dilatação exagerada ou uma ausência total, causam patologias mentais. Em

caminho perigoso para o declínio da saúde mental, isto pode ser, inclusive, uma ponte entre o político e o psíquico. A questão é que o retorno vindo do mundo externo, da realidade ‘de fora’, é uma força que auxilia em uma ‘moldagem’ de nosso aparelho psíquico.

²⁶ Aqui é possível mencionar o caso das doentes histéricas, que levaram Freud, ainda no início de suas descobertas (1893 -1895) e junto de seu mentor na época, Josef Breuer, a tratar das histéricas pela hipnose e sugestão (MANNONI, 2023, p.43), mas com o tempo, Freud percebeu que essa “doença dos nervos” como era chamada na época, tinha fonte na forte repressão sexual sofrida pelas mulheres na era vitoriana. Os ataques histéricos, assim, eram uma forma de revolta da imensa energia libidinal (aqui mais próxima da sexualidade, mas não restrita a ela) que fora recalcada para o inconsciente. Foi uma das primeiras constatações científicas de como a mente pode adoecer o corpo no sentido psicossomático. Atualmente, os casos mais comuns desse tipo de agrura talvez seja o aumento da depressão e ansiedade em nossa sociedade atual, contexto que não será discutido aqui, mas que guarda clara relação com áreas juridicamente relevantes como o direito de família ou o direito penal, fazendo com que expressões codificadas como “sob forte coação emocional” ou mesmo critérios para o divórcio ou declarar, por exemplo, um prodígio, tomem novas formas decisórias considerando-se uma hermenêutica psicanalítica.

outras palavras, temos, em todos nós, *pulsões*²⁷, algumas agressivas, outras sexuais, outras de prazeres mais elevados e que levam, quando em nível patológico, por exemplo, um assassino a matar, com a frieza emocional dos crimes dos psicopatas ou com a fúria dos crimes passionais. A normalidade se dá no fato dessas pulsões estarem equilibradas em nossa psiquê, e restritas por um Superego²⁸ de funcionalidade normal. Isso quer dizer que a estrutura dita narcísica, para Freud, se conecta com o fato de que todos nós temos pulsões, e que muitas delas são latentes (pré-conscientes) ou inconscientes, e além de carecerem de qualquer controle da nossa consciência, ainda provocam uma constante tensão, uma vontade permanente de realização das pulsões, tal é a teoria libidinal freudiana. Desse modo:

Para além do jogo de cessão libidinal do eu para os objetos, para além da ocupação e retirada libidinal de um e de outro, Freud permanece atento ainda, sobretudo, a que não se apague na doutrina a marca de uma oposição entre as duas libidos, a libido do eu e a libido de objeto. (NICÉAS, 2013, p.47).

Estabelece-se assim, uma tensão pulsional dentro do aparelho psíquico. Como se aquele mencionado retorno daquilo que foi recalcado rompesse a dita fissura do Eu que encontrou nessa tensão pulsional a propulsão necessária para ultrapassar as barreiras inconscientes, as resistências entre uma instância e outra, e aparecer de algum outro modo no sujeito. Quando de forma doente, frequentemente como sintoma, mas também, sempre como uma revolta em relação àquilo que foi reprimido, o que algumas vezes pode ser somatizado positivamente em forma de discurso, mas que sempre nos revela esse dado estrutural narcísico que tem uma expressão relevante nessa constante tensão pulsional entre o investimento libidinal direcionado ao objeto e o investimento libidinal direcionado ao Eu.

²⁷ Existe certa discussão de nomenclatura para essa teoria, alguns autores preferem traduzir como “teoria das pulsões”, “teoria da libido” ou “teoria dos instintos” e não cabe agora discutir o quão acurada qual tradução é ou mesmo se as expressões possuem significados diferentes nos momentos em que Freud as usa, é primordial aqui simplesmente esclarecer que nem “pulsões”, nem “instintos” e nem “libido” se referem apenas aos desejos mais básicos e carnis das pessoas. E nem mesmo esses desejos podem ser considerados apenas os sexuais, outros também existem, como a fome, o sono e, nesta discussão, a vontade que alguma dor orgânica acabe.

²⁸ Aqui mencionamos o Superego, ou Super-eu, para indicar sua função de censura das pulsões, uma vez que já mencionamos a censura e a repressão. Porém, esta é uma instância da segunda tópica, que será esclarecida posteriormente. Aqui o importante é simplesmente atentar para uma instância psíquica reguladora das pulsões, função que não deve limitar nosso entendimento do Super-eu, o que representaria um erro de compreensão.

Como já mencionamos na explicação acerca do sentimento oceânico, uma das teorias freudianas que mais encontrou resistências, mas que ajuda a explicar nossa estrutura narcísica está em uma das propostas de Freud que mais causou uma repulsa explícita na sociedade da época (transição do século XIX para o XX), que foi a possibilidade da existência de uma sexualidade infantil, algo que foi previsto por Freud, uma vez que a *“certeza que tem do valor de sua contribuição dá-lhe a segurança de que precisa enfrentar tal situação; mas sobretudo sua própria teoria permite-lhe prever e interpretar as reações do público: ele as vê como sintomas. Uma descoberta que toca o inconsciente do leitor não pode deixar de provocar resistência”* (MANNONI, 2023, p.103). E por conta da ojeriza, as pessoas não entenderam a profundidade da descoberta, a existência da sexualidade infantil não retira as crianças de sua pureza ou inocência, mas nos ajuda a entender como se dá a formação do Eu através do investimento libidinal que é feito e quais são os objetos inconscientemente escolhidos para esse investimento.

Na medida em que investimos nossa energia psíquica em objetos do mundo externo estamos estabelecendo relacionamentos com o mundo real, com as pessoas e coisas fora de nós, isso acontece por muitos motivos, mas simplesmente podemos dizer, por exemplo, que para qualquer criança saciar sua fome, é preciso reconhecer que o alimento é um objeto externo a ela que cumpre essa função. Em outras palavras, parte fundamental da formação do Eu ocorre pela cisão de uma consciência de si inflada, que sofre ao perceber outras consciências com outras vontades no mundo que não são a sua, além de objetos de desejo que também não são parte de si.

De certo modo, o Eu se cria como uma escultura, e apenas pelo trabalho lento e comedido do martelo e cinzel da castração tomaria sua forma única de manifestação no mundo. No entanto, na medida em que fazemos esse movimento mental para fora, parte do nosso investimento libidinal se volta para nós mesmos, de certo modo, percebemos que percebemos. *“Dizemos que o ser humano tem originalmente dois objetos sexuais: ele próprio e a mulher que o cria, e nisso pressupomos o narcisismo primário de todo indivíduo, que eventualmente pode se expressar de maneira dominante em sua escolha de*

objeto” (FREUD, 2010, A, p.33). É assim que o Eu vai se formando na personalidade do indivíduo, cada um vai se percebendo um ser senciente a partir do que julga ser a totalidade da realidade percebida no seu próprio corpo e no corpo que faz a manutenção de sua vida (a mãe), e isto é considerado o *narcisismo primário*. Por isso, nessa primeira fase, “*Freud alicerçou (...) a sua primeira teoria pulsional num dualismo de forças vitais, em que uma induz à autoconservação e a outra remete propriamente à sexualidade humana*” (NICÉAS, 2013, p. 27). É justamente nesse dualismo que se percebe o narcisismo, primeiramente o chamado de primário, como um construtor do Eu e de nossa personalidade, e por isso “*o narcisismo não seria uma perversão, mas o complemento libidinal do egoísmo da pulsão de autoconservação, da qual uma parte é, a justo título, atribuída a todo ser vivo*” (NICÉAS, 2013, p. 37).

Na medida em que cada um vai nascendo, ainda no ventre da mãe, nossa percepção começa a surgir gradativamente. Sabemos sobre o desenvolvimento embrionário da gestação, da complexidade genética herdada e mesmo da formação de órgãos, mas o que chamamos de mente não pode ser definido por termos científicos tão duros. O ponto estabelecido por Freud é que, do mesmo modo que nosso ser biológico se forma aos poucos, nosso Eu também não aparece finalizado, o Narcisismo Primário, que vai surgindo do dualismo entre o investimento libidinal para fora e do investimento libidinal de autoconservação sugere “*que uma unidade comparada ao Eu não existe desde o começo no indivíduo; o Eu tem que ser desenvolvido. Mas os instintos autoeróticos são primordiais; então deve haver algo que se acrescenta ao autoerotismo, uma nova ação psíquica, para que se forme o narcisismo*” (FREUD, 2010, A, p.19). Progressivamente, o indivíduo vai refinando seu Eu, e por isso investe mais e mais de sua libido no objeto sexual externo, e isso pode ser, é claro, um parceiro sexual, mas comumente isso pode significar uma família ou uma profissão ou alguma vocação que se manifeste em uma pequena contribuição individual para a cultura. Nisso consiste a transformação psicológica do bebê para o adulto, o que geralmente ocorre de forma inconsciente ao longo da vida. É um movimento gradual do Eu que por ocorrer grande parte no inconsciente e em aspectos da vida os quais não temos controle ou acesso, assumimos como uma evolução

natural do crescimento humano (condenamos sem querer o ‘natural’ a um desconhecido).

A essa altura, o processo de clivagem do Eu se torna cada vez mais claro como uma condição universal diante da própria universalidade da castração. O sujeito freudiano, assim, vai surgindo por um processo narcísico de investimento libidinal entre o equilíbrio do investimento no Eu e no objeto. Esse é um dos elementos da chamada “introdução ao narcisismo”, portanto, a liberdade de expressão só é possível, também, na medida que os investimentos libidinais vão se movimentando entre o amor objetual e o amor no Eu, afinal, é somente a partir de nossa estrutura narcísica que articulamos nosso discurso, apenas através da separação entre o Eu e o objeto que nos é possível a comunicação com qualquer objeto da realidade externa e até com nós mesmos. Sendo assim, é preciso esclarecer um pouco mais o que este vocabulário freudiano de “amor”, “libido” e “pulsional” querem dizer, e como seu significado tem um sentido ampliado.

“Libido” é uma expressão proveniente da teoria da afetividade. Assim denominamos a energia, tomada como grandeza quantitativa (...), desses instintos relacionados com tudo aquilo que pode ser abrangido pela palavra “amor”. O que constitui o âmago do que chamamos amor é, naturalmente, o que em geral se designa como amor e é cantado pelos poetas, o amor entre os sexos para fins de união sexual. Mas não separamos disso o que partilha igualmente o nome de amor, de um lado o amor a si mesmo, do outro o amor aos pais e aos filhos, a amizade e o amor aos seres humanos em geral, e também a dedicação a objetos concretos e ideias abstratas. Nossa justificativa é que a investigação psicanalítica nos ensinou que todas essas tendências seriam expressão dos mesmos impulsos instintuais que nas relações entre os sexos impelem à união sexual, e que em outras circunstâncias são afastados dessa meta sexual ou impedidos de alcançá-la, mas sempre conservam bastante da sua natureza original, o suficiente para manter sua identidade reconhecível (...).

Por isso acreditamos que na palavra “amor”, com suas múltiplas acepções, a língua fez uma síntese perfeitamente justificada, e o melhor que temos a fazer é tomá-la como base para nossas discussões científicas. Com esta decisão, a psicanálise desencadeou uma tormenta de indignação. Como se fosse culpada de uma inovação escabrosa. E no entanto ela nada fez de original, ao conceber o amor desta forma “ampliada”. Em sua origem, função e relação com o amor sexual, o “Eros” do filósofo Platão²⁹ coincide perfeitamente com

²⁹ Apenas como nota, vale a pena mostrar como Freud situa bem sua teoria. O filósofo Platão, desde a antiguidade grega de fato concebia o ‘amor’ como “Eros” em um sentido ampliado e expôs isso em seu diálogo chamado “O Banquete”. E como um meio de enriquecer ainda mais a teoria da libido freudiana, mencionamos a introdução de Anderson de Paula Borges ao próprio diálogo em que explicita a definição platônica de ‘Eros’: “O tema do Banquete é uma investigação filosófica sobre Eros, termo que

a força amorosa, a libido da psicanálise, (...); e quando o apóstolo Paulo, na famosa carta aos Coríntios, louva o amor acima de tudo, sem dúvida o compreende no mesmo sentido “ampliado”, (...). (FREUD, 2011, B, p. 43/44).

Na Psicanálise, portanto, o Eu nesse sentido de cisão ganha uma relevância especial porque foi construído e formado pela própria condição humana, e essa condição humana o pauta com potencialidades e contingências. Não somos, em nosso narcisismo primário, voltados somente para fora, na *“afirmação de que não é somente um outro, exterior ao sujeito, que se constitui como seu objeto de investimento libidinal. A partir, portanto, da introdução do narcisismo na teoria psicanalítica, Freud demonstrou clinicamente que o Eu se oferece privilegiadamente como objeto das pulsões sexuais do sujeito”* (NICÉAS, 2013, p.25), e, portanto, é possível de se dizer que o nosso Eu surge, neste ponto de vista, em simultâneo contraste e relação com o mundo externo, não sendo razoável acreditar nem na eliminação do mundo social e nem na eliminação do mundo particular para a formação de nossas personalidades individuais, somos sociais e individuais ao mesmo tempo. No entanto, pensando nos destinos do nosso investimento libidinal, parte do investimento se volta ao objeto externo, e parte se volta ao próprio Eu. Uma vez que há a percepção do Eu, separado do mundo, o Eu pode ele mesmo ser alvo de amor objetual, constituindo assim um movimento narcísico dentro do aparelho psíquico.

O chamado “narcisismo primário”, portanto, é a base do desenvolvimento da individualidade após o desamparo total do recém-nascido, e seu auto centramento, seu investimento libidinal em si é tido como natural até certo ponto. Por exemplo, isso aparece em nossa atitude diante de um certo egoísmo dos bebês, que ainda se encontrando muito mais próximos da consciência oceânica de modo esperado, os tratamos como inocentes e eles suscitam em nós uma tendência pedagógica. Essa atitude muda na medida em que a pessoa cresce, e aos poucos esse excessivo investimento no Eu vai

traduzimos por “Amor”. Embora tenhamos adotado essa opção de tradução em todas as ocorrências de Eros no texto, é importante notar que o termo grego tem sentido mais amplo do que amor interpessoal (talvez o termo “desejo” seja mais apropriado em algumas partes do texto). Na verdade, a progressiva exposição da complexidade e amplitude da noção de Eros é o que constitui o próprio tema do diálogo, sendo delineada, aos poucos, pelos próprios oradores. Nesse sentido, nenhum discurso é suficiente e todos são complementares ao tema desenvolvido no Banquete”. (BORGES, em PLATÃO, 2017, p.7/8).

suscitando, ao contrário, mais e mais repulsa. Um adulto egoísta é tratado com ressentimento, pois ele já deveria ter sido civilizado e privilegiado a realidade a ponto de seu discurso ser sofisticado o bastante para guiá-lo na sociedade, enquanto um bebê ainda é tratado com compaixão.

Essa diferença de atitude na cronologia do desenvolvimento humano insinua, também, como o Eu vai se desenvolvendo após a instituição do narcisismo primário a partir do nascimento e da primeira infância. E caso esse ego exacerbado da criança não passe por outros processos de castração, corre-se o risco que um adulto não tenha restrições psíquicas internas de suas pulsões o suficiente, potencialmente sendo portador de um narcisismo patológico, o *egocentrismo*, e até mesmo sofra de uma falta de restrição do inconsciente, que sendo o reino dos desejos, o torne um adulto completamente disfuncional, infantilizado. Isso ocorre porque, ainda que nunca completamente abandonado (uma vez que se trata de um dado estrutural), o caminho normal para a estabilização de uma personalidade adulta é o de afastamento desse narcisismo primário, o que, é claro, não deixa de provocar uma nostalgia no adulto diante da inocência da criança, diante de tudo o que, por castração, fora reprimido e recalcado, como explica Freud:

O narcisismo primário que supomos na criança, que contém uma das premissas de nossas teorias sobre a libido, pode ser mais facilmente confirmado por inferência retrospectiva de um outro ponto do que apreendido por observação direta. Quando vemos a atitude terna de muitos pais para com seus filhos, temos de reconhecê-la como revivescência e reprodução do próprio narcisismo a muito abandonado. Como todos sabem, a nítida marca da superestimação, que já na escolha de objeto apreciamos como estigma narcísico, domina essa relação afetiva. Os pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições – que um observador neutro nelas não encontraria – e a ocultar e esquecer todos os defeitos, algo que se relaciona, aliás, com a negação da sexualidade infantil. Mas também se verifica a tendência a suspender, face à criança, todas as conquistas culturais que o seu próprio narcisismo foi obrigado a reconhecer, e a nela renovar as exigências de privilégios há muito renunciados. As coisas devem ser melhores para as crianças do que foram para seus pais, ela não deve estar sujeita às necessidades que reconhecemos como dominantes na vida. Doença, morte, renúncia à fruição, restrição da própria vontade não devem vigorar para a criança, tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será centro e âmago da Criação (FREUD, 2010, A, p.36/37).

Essa *projeção*³⁰ de perfeição feita pelos pais à criança pode ocorrer em diversos momentos na vida em relação, inclusive, a várias outras situações. Cria-se uma expectativa em relação à realidade do filho através do ‘não-realizado’ pelos pais, uma projeção baseada naquilo que gostaríamos de ter feito. Nisso se guarda dois riscos os quais é importante atentar, primeiro é o da supervalorização (como Freud alerta acima) do objeto amado, principalmente se tal intensidade nos faz negligenciar a nós mesmos. Com este risco surge um segundo, que é o ódio ao próprio objeto amado, ressentido por ser (mesmo que falsamente) tudo aquilo que não pudemos ser. Isso pode ser uma das fontes da pulsão de agressividade ou a situação que dá vazão a ela, e que, caso não restringida pelo *Super-eu*³¹, pode nos levar até mesmo a violentar aquilo que amamos.

Incontáveis são os exemplos no campo do Direito, principalmente criminal, como nos casos de um ex-marido que mata a ex-esposa. Com a linguagem psicanalítica, dizemos que foi uma ação mentalmente doente, pois o assassino não controlou sua pulsão de agressividade, este pode ser um ato de narcisismo patológico, como quem diz ao objeto amado: “se você não for minha,

³⁰ O termo “*projeção*” em Psicanálise é riquíssimo em significado. Na neurologia se refere muitas vezes às partes do corpo correspondentes no cérebro, assim, nossos pés tem uma projeção de si mesmos em determinada região do cérebro, por um lado, o cérebro projeta os pés e por outro os pés se projetam no cérebro. Mas além desse sentido estritamente fisiológico, também há a neurologia comportamental com as chamadas “técnicas projetivas”, quando por exemplo, os desenhos de uma criança revelam sua personalidade comportamental. Em outro sentido “*projeção*” remete a um estudo referente à racionalidade prática, uma ilustração simples seria a de um empresário que faz projeções de negócios para o futuro, de certa forma, usa sua razão para ir além do tempo presente, e neste ponto, é possível um paralelo direto com o Direito, na medida em projetos de lei são projeções coletivas e racionais de uma organização social desejável. Apenas estas menções já poderiam ser amplamente estudadas, no entanto, aqui importam para ilustrar o sistema abrangente no que implica a segunda tópica, que estamos introduzindo através da noção do narcisismo, sendo possível deduzir que algumas projeções são conscientes e outras inconscientes, ou, algumas do Id e outras do Ego. Dito isso, sem desconsiderar noções neurológicas e racionais, o sentido psicanalítico de projeção é mais propriamente psicológico, e para alguns até simbólico, assim, “*no sentido propriamente psicanalítico, (projeção é a) operação pela qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro – pessoa ou coisa – qualidades, sentimentos, desejos e mesmo “objetos” que ele desconhece ou recusa nele. Trata-se de uma defesa de origem muito arcaica, que vamos encontrar em ação particularmente na paranoia, mas também em modos de pensar “normais”, como a superstição*”. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.374). E é esse sentido que temos na projeção de expectativas dos pais em relação aos filhos, o que contribui na formação narcísica de sua personalidade, e consequentemente, de todos nós. A projeção também foi ampliada por Lacan, ao supor a relação especular, na qual projetamos nos outro nossos defeitos e nossos desejos.

³¹ O “*Super-eu*” ou “*Superego*” é a instância psíquica censora explicada pela segunda tópica freudiana, e possui uma complexidade metapsicológica e moral mais elevada. Isso será melhor abordado em outras partes do texto, ainda assim, é uma expressão mais adequada para alguns aspectos da teoria do narcisismo, daí seu uso prematuro já neste trecho.

então, não será de ninguém” levando-o ao ato criminoso em um surto de posse violento. Esse narcisismo patológico difere muito daquele estrutural, que remete desde o primário e até ao retorno narcísico, ainda que possa ser explicado ou mesmo surgir destes³². Esse equilíbrio entre a normalidade e a doença na mente humana é uma das muitas complexidades que dificultam a compreensão da teoria psicanalítica. Por isso é necessário voltarmos ao status psíquico do bebê antes de explorar uma possibilidade mais avançada e complexa como esta do direito penal, ou da *escolha por um discurso civilizado no lugar da violência*. Portanto, é central uma compreensão mais profunda acerca do pedestal que a criança é colocada pelas projeções dos pais e pela proximidade e interação de seu sentimento oceânico, bem como o quanto isso molda a estruturação do Eu na espécie humana, de um jeito ou de outro. Afinal, sem alguma espécie de pedestal, ou de ‘trono’, os bebês humanos perecem e morrem, daí outra saliência universalista do argumento que levou Freud à sua célebre expressão:

His Majesty the Baby, como um dia pensamos de nós mesmos. Ela deve concretizar os sonhos não realizados de seus pais, tornar-se um grande homem ou herói no lugar do pai, desposar um príncipe como tardia compensação para a mãe. No ponto mais delicado do sistema narcísico, a imortalidade do Eu, tão duramente acossada pela realidade, a segurança obtida refugiando-se na criança. O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na transformação em amor objetual revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora (FREUD, 2010, A, p.37).

A ilustração do exemplo da criança é útil para nos mostrar essa tentativa inconsciente e constante de retorno ao narcisismo primário. Uma vez que nos afastamos dele, fazemos uso desatento do mecanismo da projeção, e de certo modo sempre tentamos retornar à essa plenitude do bebê, em seu nível de majestade psicológica-existencial e em sua subsistência de fragilidade amplamente amparada pelo mundo externo, sobretudo do amor dos pais, sem o qual, por mais defasado ou impróprio que possa ser, a criança simplesmente perece e morre. Esse movimento libidinal é uma dinâmica típica do que Freud

³² Esse exemplo de homicídio, comumente tratado pelo direito penal, aqui possui um tom de provocação que será destacado mais adiante, afinal, essa vazão dada à pulsão de agressividade, levada às últimas consequências, toma lugar do que deveria ter sido *sublimado* e se transformado em liberdade de expressão. Este é um dos pontos centrais do presente estudo, mas que antes de ser diretamente argumentado, precisamos continuar no esclarecimento da dinâmica psíquica, primeiro na explicitação do sujeito freudiano e depois dos movimentos que ocorrem nas instâncias psíquicas desse sujeito que permitem a exequibilidade da liberdade de expressão.

chamou de sexualidade infantil, mas que, caso tal nostalgia dessa sexualidade infantil venha a dominar a mente do adulto, isso pode ser considerado um distúrbio, mesmo que tal sexualidade infantil tenha sido o solo no qual a personalidade do sujeito brotou.

O desenvolvimento do Eu consiste num distanciamento do narcisismo primário e gera um intenso esforço para reconquistá-lo. Tal distanciamento ocorre através do *deslocamento da libido para um ideal do Eu imposto de fora*, e a satisfação, através do cumprimento desse ideal.

Ao mesmo tempo, o Eu enviou os investimentos libidinais de objeto. Ele se empobrece em favor desses investimentos, tal como do ideal do Eu, e novamente se enriquece mediante as satisfações ligadas a objetos, assim como pelo cumprimento do ideal.

Uma parte do amor-próprio é primária, resto do narcisismo infantil; outra parte se origina da onipotência confirmada pela experiência (do cumprimento do ideal do Eu); uma terceira, da satisfação da libido objetual (FREUD, 2010, A, p.48). (*itálico nosso*).

A estruturação da personalidade e o surgimento gradativo do Eu, na psicanálise freudiana, revela, portanto, um dualismo entre um *ideal do Eu* e um *Eu ideal*³³, e tal embate surge justamente pela introdução da noção de narcisismo. A questão é que podemos tomar, assim, um caminho egocêntrico, de uma arrogância que infla nosso Eu de forma idealizada em relação à realidade, o Eu ideal. Ou ganhamos mais estabilidade pulsional e social, criando um representante interno para o inconsciente, o ideal do Eu, que atua censurando o

³³ Essas duas expressões; “Ideal do Eu” e “Eu Ideal” se referem à manifestação do narcisismo na vida pessoas de modo estrutural e de modo exacerbado como um distúrbio ou uma espécie de cegueira da realidade. O primeiro, o Ideal do Eu, é aquele estrutural, que geralmente se manifesta em um projeto de vida, ou seja, torna-se um objetivo de vida da pessoa adulta, capaz de visualizar um desejo no futuro e os desafios desse seu objetivo. Geralmente, contam com exemplos de personalidades admiráveis. O Ideal do Eu é quem diz coisas como; “Dostoiévski foi um escritor incrível, e eu também quero escrever, então tenho que estudar e praticar muito, devo adquirir cultura e absorver o máximo de meus professores, assim poderei me aproximar de ser um grande escritor”, este é, portanto, um Eu, um Ego, que se idealiza para frente de modo razoável e com humildade. De modo sucinto é uma “*expressão utilizada por Freud no quadro de sua segunda teoria do aparelho psíquico. Instância da personalidade resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das identificações com os pais, com seus substitutos e com os ideais coletivos. Enquanto instância diferenciada, o ideal do ego constitui um modelo a que o sujeito procura conformar-se*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.222). Já o segundo, o Eu ideal, é propriamente o que chamamos de egocentrismo, ou uma cegueira do Eu em relação à realidade e em favor de si mesmo, o que popularmente é chamado de narcisismo (que tecnicamente é errado) como quem diz; “até que Dostoiévski era bom, mas eu sou muito melhor que ele e nem precisei estudar nem me esforçar, aliás, sei mais sobre escrever do que meus professores, que não sabem nada”, essa é uma fala e visão inflada sobre si, arrogância típica do Eu ideal, assim esta é uma “*formação intrapsíquica que certos autores, diferenciando-a do ideal do ego, definem como um ideal narcísico de onipotência forjado a partir do modelo do narcisismo infantil*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.139).

Eu através do que Freud chamou de consciência moral (FREUD, 2010, A, p.43)

³⁴. O que é essencial que se entenda aqui, e que contribui para o começo de uma transição da primeira para a segunda tópica, corre ao redor da dinâmica do narcisismo. Assim, antes Freud indicava uma dualidade pulsional entre as pulsões do eu e as pulsões sexuais (NICÉAS, 2013, p.29), mas agora:

(...) o narcisismo fez nascer uma segunda oposição no campo das pulsões, mas dessa vez uma oposição desdobrada numa diferença apenas quanto ao destino da libido, uma diferença entre libido do eu e libido do objeto. Libido do eu seria um dos nomes criados no contexto da distinção de endereçamentos da libido, dentro da hipótese da existência do narcisismo, termo que não se confunde, portanto, com as pulsões do eu, designação que permanece reservada a um dos dois polos da primeira oposição pulsional. (NICÉAS, 2013, p.29).

Percebe-se com isso que a economia psíquica das pessoas, em sua individualidade, carrega uma complexidade escondida e intimamente ligada à *teoria das pulsões*³⁵. Embora possua uma estrutura conhecida, a maior parte dos conteúdos dessa estrutura está oculto sob o inconsciente e nos é desconhecido, por isso a individualidade é dinâmica, pois sua estrutura total nos é sempre desconhecida, podendo intempestivamente nos revelar uma parte não sabida por nosso consciente sobre nós mesmos. Mais ainda, um ensinamento substancial da Psicanálise revela que mantemos sob controle aquilo de pulsional que existe nas patologias. As neuroses, psicoses e perversões podem surgir de um ideal do Eu desregulado, que sucumbe ao Eu ideal de várias formas. Sendo assim, a

³⁴ Devemos esquecer por hora o que a Filosofia chama de ‘consciência moral’, aqui estamos nos referindo especificamente ao que Freud identificou como uma instância censora dentro do aparelho psíquico, que surge na “Introdução ao narcisismo” como este ideal do Eu, mas que depois se consolida na segunda tópica. Portanto, estamos nos concentrando apenas em seu surgimento pelo distanciamento do narcisismo primário e deixando de lado conceitos mais clássicos da Filosofia. Para isso, mencionamos Freud diretamente, apenas para indicar o surgimento dessa instância no sujeito de um modo mais natural, pelo contato com a realidade, assim ele diz que: “A instituição da consciência moral foi, no fundo, uma corporificação inicialmente da crítica dos pais, depois da crítica da sociedade, processo que é repetido quando nasce uma tendência à repressão a partir de uma proibição ou um obstáculo primeiramente externos.” (FREUD, 2010, A, p.43).

³⁵ Nosso tema não condiz com uma demonstração mais profunda e direta da teoria das pulsões, no entanto, estamos trazendo vários elementos da mesma uma vez que supomos que o sujeito freudiano é o emissor da liberdade de expressão, e como o surgimento desse sujeito envolve muito dinâmicas pulsionais, não a evitamos quando necessário, mesmo que por vezes isso torne um pouco mais obscura a leitura daqueles sem nenhuma familiaridade com a Psicanálise. Por isso, seu avanço será gradativo como tem sido até aqui no texto. Cabe informar agora, apenas que esta segunda dualidade da “libido do eu” e “libido de objeto” culminou posteriormente em argumentos de metapsicologia que talvez também possam contribuir para a liberdade de expressão, quando do surgimento da dualidade de Eros e Tânatos (pulsão de vida e pulsão de morte), na Psicanálise freudiana. (NICÉAS, 2013, p.30).

possibilidade da liberdade, em sua manifestação de discurso, em adequação social, aparece inclusive pelo surgimento de um ideal do Eu mais estável. Este ideal do Eu é também chamado de Super-eu ou Superego, e atua, muitas vezes, como um representante do inconsciente (Id) que controla moralmente nosso Eu (ego), impondo-lhe limitações (HERRMANN, 1983, p.51), como veremos mais adiante pelo desenvolvimento do sujeito freudiano a partir da segunda tópica.

Ao avançarmos nesse contexto, retornamos à ideia da dor orgânica, sabendo ser possível ocultar de nós mesmos coisas que já haviam sido reveladas, e reprimi-las de volta para o inconsciente. Agora com muito mais significado, o investimento libidinal de um adulto em sofrimento tende a retornar ao seu narcisismo primário de forma artificial (ou patológica), através dos artifícios da dor, do medo, da impotência etc., o movimento libidinal tende a se infantilizar, concentrando toda nossa energia psíquica na pulsão de autoconservação, restringindo os amores objetais externos, em detrimento da preservação do corpo. Isso torna a mente dos indivíduos atrelada ao narcisismo infantil, mas por se tratar de uma coerção externa, como nos casos de violência, não remete a um egocentrismo, mas a uma alienação da liberdade em termos de estrutura da personalidade. Nesses casos, a dor orgânica torna essa situação mental muito difícil de se escapar, e logicamente percebemos que seria impossível uma liberdade de expressão sob coação, sob intenso sofrimento físico ou psicológico. O aceite do sujeito freudiano implica necessariamente que não é possível um discurso livre em contato com a tortura, a violência e, por extensão, qualquer contexto de opressão marcado pelo medo e pela agressividade sem limites. Do ponto de vista de um sujeito freudiano, ainda que tratemos de um Eu clivado, e por isso de elevada complexidade intelectual para seu entendimento, caso este seja o emissor e receptor da liberdade de expressão, estaríamos mais tendentes a concordar que a liberdade de expressão só pode ocorrer “*free from harm*” (COHEN, 2020, p.77 a 101)³⁶, livre de danos, ainda que este “*harm*”, a menos

³⁶ Dentro do debate mais político sobre a liberdade de expressão existe o questionamento acerca que quando é possível haver uma interferência na liberdade de alguém, quando se justifica impedir diretamente alguma liberdade baseando-se em uma limitação. Uma dessas limitações que possui maior concordância seria o limite do “*harm*” que talvez possamos traduzir para “danos”, e ainda que seja um pouco difícil que definamos isso, já se trata de um princípio limitante, assim; “*the harm principle indicates we can justly interfere with others only when they harm another*” (COHEN, 2020, p.81). Esse princípio segue, de certo modo, a máxima de que “meu direito termina quando começa o direito de

que signifique uma violência mais direta (como a tortura ou a lesão corporal), seja muito mais obscuro para nós. Por isso, mesmo com um significado psicanalítico, provavelmente é adequada a impressão natural que temos de que escravos, refugiados, prisioneiros, famintos e todos aqueles em situação de extrema precariedade, como sendo pessoas *desamparadas*³⁷, e por isso não possuem a possibilidade de uma verdadeira liberdade de expressão, ainda que não no mesmo sentido do bebê mergulhado no narcisismo primário e ligado ao sentimento oceânico, mas de um desamparo mais social que impõe o domínio da pulsão de autopreservação. *Isso significa que práticas como a tortura não podem ser permitidas por nenhum ente estatal e devem ser proibidas pelo Direito em qualquer contexto, porque se diante da dor orgânica há uma retração narcísica, é claro que seria impossível, por exemplo, obter informações legítimas através da tortura.* Caso aceita a proposta freudiana do aparelho psíquico e sua estruturação narcísica, o Direito não tem como permitir práticas cruéis de qualquer tipo de violência física, do contrário não haveria discurso

outrem”, e ainda que seja um conceito demasiadamente aberto, certamente podemos notar que concorda com a retração narcísica em Psicanálise, porque mesmo que geralmente seja um recuo do Eu diante de uma dor orgânica, estamos nos referindo a um processo psíquico, ainda assim, fica o alerta de que embora psicologicamente eles combinem, o “harm” carrega um valor mais politizado e carrega, podemos dizer, uma relevância mais ética ao se atrelar a uma ação ‘errada’ contra alguém. “*We can thus say that a harm, as we use that term in the harm principle (...) is a wrongful setback of interests*” (COHEN, 2020, p.82).

³⁷ O “desamparo”, ou o que Freud chamou de *Hilflosigkeit*, na Psicanálise tem um significado muito profundo, primeiro se refere ao estado biológico de nascimento do ser humano, que surge no mundo absolutamente desprotegido e vulnerável, e se comparado a outros animais, o ser humano nasce prematuramente, o que não deixa de ser por uma boa razão. Na evolução do Homo Sapiens, o nascimento prematuro se deu por consequência do aumento e uso proporcional do cérebro e de nossa capacidade de andarmos eretos, a criança humana deve nascer antes da formação completa do cérebro e do crânio para que o parto seja possível (HARARI, 2016, p.18). De todo modo, essa vulnerabilidade infantil foi chamada por Freud de “estado de desamparo”, assim, é um “*termo da linguagem comum que assume um sentido específico na teoria freudiana. Estado do lactante que, dependendo inteiramente de outrem para a satisfação de suas necessidades (sede, fome), é impotente para realizar a ação específica adequada para pôr fim à tensão interna*”. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.112). E é esse estado de desamparo que eleva a mãe a um patamar de veneração inconsciente, afinal, devido a essa total dependência a mãe ganha um status de onipotência, fato psicológico que estrutura o psiquismo e provoca no ser humano uma necessidade de ser amado até o fim de sua vida, dado essa separação prematura do Ego e do Id (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.112/113).

Depois dessa definição, é preciso agora dizer que também há desamparo na vida adulta, e esse segundo significado interessa ainda mais para a pesquisa, uma vez que se relaciona com um estado de angústia, como dito por Freud em seu texto “*Inibição, Sintoma e Angústia*” de 1926. Portanto, “*para o adulto, o estado de desamparo é o protótipo da situação traumática geradora de angústia (...) o estado de desamparo torna-se o protótipo da situação traumática. (...), Freud reconhece uma característica comum aos “perigos internos”: perda, ou separação, que provoca um aumento progressivo da tensão, a ponto de, num caso extremo, o sujeito se ver incapaz de dominar as excitações, sendo submergido por elas – o que define o estado gerador do sentimento de desamparo*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.112).

livre e muito menos democrático, aceitar esses parâmetros psicanalíticos auxilia o Direito em sua própria legitimação. Temos então, uma primeira diretriz de fundamento psicanalítico, como um requisito da liberdade de expressão; a ausência da coerção física. Isso guarda uma saliência psicanalítica especial, ainda que na prática coincida com princípios de filosofia política que já fundamentam, por exemplo, a proibição da tortura e outros meios cruéis, já a um nível de Direito Constitucional Internacional³⁸.

Os aspectos explorados pelo narcisismo, portanto, nos fornecem uma ferramenta dupla para enfrentar o problema da liberdade. Primeiro, como um elemento estrutural dos seres que pretendem ser livres; os seres humanos. A liberdade explorada aqui é individual e social justamente pela formação do Eu, e pelo reconhecimento de que, uma vez que nossa totalidade só possui uma pequena parte consciente, em respeito à instância obscura do inconsciente, seria uma arrogância muito grande afirmar que sabemos com certeza o que é ou qual é a forma de liberdade que devemos promover, na verdade, uma vez que a questão da liberdade se direciona a uma questão mais humana, não podemos saber de fato o que, absolutamente, ela seja. Devemos adotar uma posição de humildade na medida em que ela nos é revelada. Claro, tal posição de humildade não é de forma nenhuma, passividade, afinal, em segundo lugar, a ferramenta do narcisismo também nos dá a lição muito severa da dor orgânica.

O sofrimento, evidenciando aqui a dor orgânica, nos revela duas coisas sobre a liberdade que se impõe sobre nós, primeiramente, em muitos estados de sofrimento psíquico nós obviamente não estamos livres, somos escravos de nosso próprio sofrer, e segundo, pelo prisma do sofrimento, que sempre pode

³⁸ A constitucionalista e especialista em Direito Internacional, Flávia Piovesan, destaca um tratado já oficializado desde 1984 pela ONU, contando com 146 países signatários; a “*Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*” que “*define ‘tortura’ como ‘qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões;*” (PIOVESAN, 2011, p.265/266), defendendo ainda, que a proteção contra a tortura é (ou deveria ser) uma proteção jurídica universal (PIOVESAN, 2011, p.267). Percebemos com isso, como a proibição do Direito Internacional, apesar de já amplamente pacificada nesse sentido, pode ser fundamentada através da Psicanálise a partir da própria estrutura do sujeito, que impossibilita a lógica da tortura de maneira muito semelhante. Isso é apenas um exemplo pontual, mas é possível defender que o jurista hermeneuta pode utilizar a metapsicologia para apoiar um sistema de leis que apreenda com muito mais profundidade mente psico-cultural humana, e assim, estabelecer os parâmetros da liberdade. Sobre a metapsicologia em Freud, a abordaremos de maneira direta mais à frente.

atingir qualquer um, nossa percepção de liberdade é distorcida, podendo ser extremamente violada como em casos de precariedade social (por exemplo, em regimes totalitários) cuja mentalidade de massa elimina a liberdade dos indivíduos (FREUD, 2011, B, p.49), ou pode ser distorcida de forma quase invisível, como as dores mais naturais de um cotidiano e de uma realidade naturalmente castradora.

Já o elemento do narcisismo como estrutura mental a nível social e a nível individual das pessoas, infere um relacionamento com o estado de desamparo que favorece o argumento acerca do Eu clivado. Isso porque o sofrimento posto pelo princípio de realidade através da castração, uma vez introjetado em forma normativa pelo aparelho psíquico, cria a condição mental mínima para qualquer possibilidade de discurso livre, ou seja, relacionado com a realidade.

O narcisismo, assim, é inerentemente *ambivalente*; ao mesmo tempo em que sabota a formação de um ideal do Eu autêntico, restando apenas aqueles mecanismos mentais de sobrevivência típicos da pulsão de autoconservação e da infantilidade do narcisismo primário, favorecendo a formação de um Eu ideal, é também pela dinâmica do narcisismo que o próprio ideal do Eu é formado pelo investimento libidinal bem equilibrado entre mundo interno e externo. No relacionamento entre a realidade e o inconsciente há um afastamento do narcisismo primário, *a maturação psicológica normal do narcisismo secundário de um ser humano adulto o torna um sujeito capaz da liberdade de expressão*.

A Psicanálise, então, ensina sobre o “*‘sentimento de si’, tanto no sujeito normal quanto no sujeito neurótico, sentimento que vê enraizado em três origens: satisfação própria do narcisismo primário, satisfação do desejo de onipotência e resposta dos objetos de amor*” (NICÉAS, 2013, p.84). Essas três origens, sendo normais ou neuróticas, podem assim ser negativas ou positivas, estruturando o ser normal ou o ser patologizado. Consequentemente, ao direcionarmos-nos a um ideal do Eu saudável, cumprimos esses requisitos de um narcisismo secundário e civilizado; temos uma satisfação (sublimada) do narcisismo primário após sua maturação adulta, o desejo de onipotência

realizado em equilíbrio com o princípio de realidade³⁹ e a aprovação de nossos objetos de amor. Isso pode nos tornar seres humanos realizados e, portanto, *livres em nossa existência psíquica*, como enunciadores da liberdade de expressão. Em contrapartida, fica claro que não temos escolha, uma vez vivos, da cisão do nosso Eu, o que é preciso atentarmos, portanto, é pela estabilização dessa fissura, afinal, supomos ser na articulação entre essas instâncias tópicas do aparelho psíquico a possibilidade ou o obstáculo à liberdade de expressão.

³⁹ O chamado “princípio de realidade”, na verdade, foi esboçado desde as primeiras elaborações metapsicológicas de Sigmund Freud em 1911, e justamente por isso não pode ser muito destacado ainda, mesmo que seja importante ser mencionado. O que é relevante de se manter em mente é que o princípio de realidade existe desde a origem da mente de cada indivíduo, se equilibrando com o princípio do prazer. De forma geral, esse princípio apareceu em diversos momentos na teoria freudiana, e se modificou em alguns deles sem que para isso Freud tenha formulado seu conceito de forma sistemática, motivo pelo qual terá uma menção limitada no texto, já que se encontra intrincado com o complexo de Édipo e com tudo o que já nos referimos sobre as pulsões sexuais e de autoconservação. Por isso, primeiro podemos definir o princípio de realidade como “*um dos dois princípios que, segundo Freud, regem o funcionamento mental. Forma par com o princípio de prazer e modifica-o; na medida em que consegue impor-se como princípio regulador, a procura da satisfação já não se efetua pelos caminhos mais curtos, mas faz desvios e adia o seu resultado em função das condições expostas pelo mundo exterior. Encarado do ponto de vista econômico, o princípio de realidade corresponde a uma transformação da energia livre em energia ligada; do ponto de vista tópico, caracteriza essencialmente o sistema pré-consciente-consciente; do ponto de vista dinâmico, a psicanálise procura basear a intervenção do princípio da realidade num certo tipo de energia pulsional que estaria mais especialmente a serviço do ego*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.368).

Levando em consideração esse intrincamento, por hora o princípio da realidade será entendido por um significado mais simples; como *a força castradora do mundo externo para com nossos desejos*. Assim, primeiro para a criança, que ainda não tendo formado e estabilizado sua personalidade tenta buscar a satisfação dos seus desejos em uma modalidade alucinatória (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.370), e é cindida pelo limite do possível. Segundo para o adulto, no qual este princípio já é um princípio *ligado*, podendo ser exteriorizado em forma de ponderação, como, por exemplo, alguém quer ter o prazer de pular de uma cachoeira, mas adia este prazer para antes verificar se não existem pedras no fundo. Essa busca por um prazer e seu adiamento em prol da prudência indica um equilíbrio entre o princípio do prazer e o princípio de realidade, embora esse exemplo seja exageradamente simplório.

3. A LIBERDADE NOS MOVIMENTOS MENTAIS ENTRE AS INSTÂNCIAS PSÍQUICAS

3.1. Sobre como o sujeito clivado exerce sua liberdade discursiva ao revés do determinismo

Vimos que o sujeito freudiano pode ser considerado como existente dentro da própria Psicanálise freudiana como um sujeito clivado e cindido, e mesmo que Freud não tenha tematizado diretamente o que seriam as características desse sujeito (GOLDENBERG, 2006, p.22), ele o revela em suas explicações do *aparelho psíquico*, na *dinâmica do narcisismo* e nos *processos de repressão e recalçamento*. Isso porque, é adequado lembrar, que Freud algumas vezes, como analista, estava mais preocupado com a cura de seus pacientes/analisandos do que com alguns progressos em sua teoria (GOLDENBERG, 2006, p.20), o que não significa negligenciá-la, mas apenas a colocar em sua origem de “psicologia das profundezas” no sentido de deter interesses muito específicos, sem que se recuse as *origens sociais* dos indivíduos e o eco que isso produz, por exemplo, nas massas e nos próprios sujeitos individuais como pertencentes a uma tribo, casta, ou aglomeração, etc. (FREUD, 2011, B, p.15/16). Isso coloca o pesquisador em Psicanálise mais na posição de descobridor e articulador, e menos na posição de construtor de um conhecimento sistemático, ainda que este resultado seja inevitável. Por isso, antes de avançarmos na conceituação do aparelho psíquico, devemos explorar um pouco de como a fala, o discurso, é livre em sua expressão considerando-se a descoberta do inconsciente e suas relações com o restante do aparelho psíquico. Para isso, devemos nos aproximar, timidamente, da prática da análise, para depois emergir na relativização de que um sujeito fissurado pelo trauma da castração não é uma entidade ligada a um destino inevitável, mas portador de uma liberdade específica surgida na enunciação do discurso.

Retomemos, para tanto, a tensão existente no aparelho psíquico (pensando-se na primeira tópica por enquanto) entre as exigências das pulsões e a castração da realidade, e assim, situar a interpretação psicanalítica:

Evocamos, ao começar, o que há de enigmático na presença do radical *sprechen*, “falar”, nos conceitos freudianos de *Anspruch*, “reivindicação” (da pulsão) e *Einspruch*, “objeção” (da realidade), que designam operações muito profundas e muito obscuras do funcionamento psíquico. Nessa escolha semântica, Freud acaso não estaria sugerindo a parte ocupada pela língua na organização de toda formação psíquica, bem como a indecisão em que nos coloca quanto a discernir aquilo que, na produção do espírito, testemunha um ato ou sinal? A interpretação, como toda formação de palavra, como toda formação psíquica, é da ordem tanto do signo quanto do ato: ela leva o paciente a enunciar – logo, a renunciar –, a fazer do homem que vê o homem que fala. (ROLLAND, 2017, p.114).

Com este trecho, o psiquiatra e psicanalista francês Jean-Claude Rolland evidencia essa relação de tensão entre pulsão e realidade dentro da clínica psicanalítica. Já vimos, assim, que utilização da “*talking cure*”, a cura pela fala, pela descontinuidade do discurso na associação livre como meio principal de tratamento (ROLLAND, 2017, p. 16), além de cura, demonstra uma conexão direta entre Psicanálise e liberdade de expressão, afinal, a associação livre só ocorre mediante a expressão do analisando, comumente sendo a comunicação verbal, mas certamente como um movimento de libertação das angústias e inibições de sua mente que, de outro modo, atravancam seu livre discurso.

Ao exemplificar que o paciente analisado, muitas vezes, ao passar pelas sessões em silêncio ou ao faltar várias delas, indica uma tentativa de fuga daquilo que o deixa desconfortável, ele se mantém em silêncio ou ausente para não encarar uma realidade possivelmente traumática que *transferiu* para a sessão (ROLLAND, 2017, p. 106/107), se furtando inconscientemente de sua liberdade de expressão. De todo modo, essa fuga é uma fuga da *fala*, um escape para não encarar o sofrimento que se encarna em uma necessidade falada, algo que começa, como vimos, desde a primeira infância com o domínio do sentimento oceânico; o choro (por exemplo), como comunicação infantil é uma rebeldia narcísica contra a dor. Ao reprimirmos para o inconsciente esse sentimento oceânico, renunciamos a esta totalidade do Eu, a este “Eu-de-prazer” e construímos nossa capacidade de relacionamento com o mundo externo

(FREUD, 2010, B, p. 18); isto é, nossa fala, nosso discurso, nossa liberdade de expressão serve como guia menos agressivo para obtermos a possibilidade de viver no mundo como seres humanos. O que não significa nenhuma contradição contra os “atos e signos” da formação psíquica, contra as ações vindas do *inconsciente*. Por isso, a inevitabilidade da formação do aparelho psíquico não significa um *determinismo* dos indivíduos e grupos, mas apenas a peculiaridade de seu livre arbítrio, uma liberdade tipicamente humana. A descoberta freudiana apenas dita que, para um discurso livre, deve haver uma renúncia pulsional diante dos fatos inconscientes desconhecidos.

Quem tomar a palavra para comunicar-se ficará sempre aquém ou além do que esperava transmitir; não obstante o que deve ser reconhecido e, no fim, também reconhecer-se como autor não apenas do que queria dizer, mas do que efetivamente disse sem querer. (...)

“Não sabia” (o que dizia, o que queria, o que fazia), escutamos dos pacientes cotidianamente. A isto se resume, do ponto de vista prático, o inconsciente freudiano, a um “saber insabido”. (GOLDENBERG, 2006, p. 21).

Avançamos singelamente da criança, sem comunicação verbal formada, mas que nunca será esquecida em nosso psiquismo devido à *condensação*⁴⁰, para adultos normais, aqui ilustrados por esses pacientes da clínica, já com as dificuldades de um aparelho psíquico maduro. A noção específica de liberdade que visamos explorar neste ponto, pretende justamente escapar à essa tendência ao *determinismo* que se pretende justificar apenas porque o adulto emissor do discurso o faz através de um Eu clivado, dotado de consciente, pré-consciente e inconsciente. Entendemos com isso que para haver liberdade de expressão, é

⁴⁰ A condensação não é exatamente um movimento intrapsíquico tanto quanto é uma formação simbólica dentro do aparelho psíquico, como um aglomerado de investimentos libidinais que nos é misterioso por estar, em grande parte, no inconsciente. De certo modo, “a condensação é uma característica do pensamento inconsciente” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.88). E por estar mais atrelada ao inconsciente que geralmente a usamos para marcar que muitos eventos psicológicos não são esquecidos, mas possivelmente reprimidos para o inconsciente e aglutinados junto a outros, assim, um pensamento inconsciente pode ser manifesto via pré-consciente de modo a não parecer fazer muito sentido por representar muitos investimentos libidinais reprimidos que aparecem na forma de palavras cheias de significado ou de sonhos. Assim, a condensação é “um dos modos essenciais do funcionamento dos processos inconscientes. Uma representação única representa por si só várias cadeias associativas, em cuja interseção ela se encontra. Do ponto de vista econômico, é então investida das energias que, ligadas a essas diferentes cadeias, se adicionam a ela. (...) A condensação nem por isso deve ser assimilada a um resumo: se cada elemento manifesto é determinado por várias significações latentes, inversamente, cada uma destas pode encontrar-se em vários elementos; por outro lado, o elemento manifesto não representa num mesmo relato cada uma das significações de que deriva, de modo que não as subsume como o faria um conceito” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.87/88).

preciso aceitar a existência de discursos vindos de *pensamentos inconscientes*, mas que nem por isso são menos livres. Antes de haver tolerância por opiniões alheias, devemos buscar uma tolerância em relação ao sujeito do inconsciente.

Freud imaginava o indivíduo como portador de um aparelho psíquico (no sentido em que se diz “aparelho digestivo”) compartimentado em várias instâncias, não todas perceptíveis diretamente pelo interessado. Como ele concebia a existência de atividade psíquica complexa sem consciência alguma de si mesma, o sintagma *pensamentos inconscientes* não lhe soava tão estranho quanto a quem supuser que um pensamento deve ser obrigatoriamente o pensamento *de* alguém, de alguém que o está pensando. (GOLDENBERG, 2006, p.20).

Para que seja possível afirmarmos nosso conceito de liberdade, mesmo quando vinda pela expressão de pensamentos inconscientes de um Eu clivado, é central a noção das limitações que podem ser impostas a ela, mas que atuam como seus próprios fatos geradores. Primeiro, limitações propriamente empíricas, vindas da realidade, que impõe uma castração irrestrita e infinitamente diversa a todas as pessoas, ou limites jurídicos, dizemos, culturais, como as regras de convivência social que tornam *civilizadas*⁴¹ todas as pessoas. Esses seriam limites externos da liberdade, mas que a integram em um sentido psíquico, uma vez que só pode haver liberdade de expressão em relação à sociedade, em contrapartida a um outro ouvinte.

Segundo, temos os limites internos, ilustrados tanto pelas condições biológicas que potencialmente condenam as possibilidades de liberdade (como a imposição da fome ou da sede, por exemplo) e, principalmente aqui, a própria *estrutura narcísica* da mente humana, assolada por *traumas* em sua formação, mas que não determinam necessariamente nosso *destino* (GOLDENBERG, 2006, p.19). A questão é, que para sermos livres, existem diversas condições impeditivas e por isso, a cultura escolhe diversas ferramentas para esse embate, mas também, só somos livres a partir de tais condições impeditivas. A ambiguidade denunciada pela Psicanálise é a mesma na esfera pública ou privada. Veremos, inclusive, que Freud não separa com clareza o social do

⁴¹ “Civilizadas” aqui é usado de forma proposital, como uma provocação ao que Freud descreveu como a entrada dos seres humanos na cultura em “Totem e Tabu” e o resultado em sua dinâmica mental como indicado em “Mal-estar na civilização”. Apresentaremos conceitos mais específicos quanto a isso em outro momento.

individual na formação do aparelho psíquico, sendo o sujeito da psicanálise um amálgama cultural do público e do privado simultaneamente.

No panorama de Freud, há aqueles estudiosos que o colocam (e isso é um passo atrás em uma classificação filosófica para depois darmos um passo à frente) dentro da corrente do *determinismo*, já outros, mais raramente, o posicionam dentro do *idealismo*. Isso porque ou o sujeito é determinado por seus traumas ou vive em um mundo de sonhos, mas, no mínimo, é acusado de ser determinado por aquilo que está marcado e compõe seu inconsciente. Essa tentativa de classificar Freud não é a posição defendida aqui, pois como já foi visto, as exigências de um Eu clivado não reduzem de forma determinista seu livre arbítrio, mas o possibilitam.

Embora Freud seja, em parte, responsável por essa versão (que, por outro lado, atende às expectativas bastante generalizadas de transferir o ônus dos próprios fracassos: “trauma” é quando os culpados de minha desgraça são os outros), é bom lembrarmos que tal noção de inconsciente é muito pouco freudiana. Não basta descobrir que conduzo minha vida conforme uma lógica que desconheço, ainda é necessário que eu me dê conta de que se trata de *minha* lógica e de que eu não estou sendo governado mediante fios por um titereiro, mesmo que essa seja minha sensação. Até o fim de seus dias, Freud se debateu com a contradição entre o estrito determinismo inconsciente, as leis que descobria por trás da menor das nossas ações, e a liberdade de determinar o próprio destino que define o humano. Como compor o livre-arbítrio com a causalidade inconsciente? Era ao mesmo tempo um problema clínico, teórico e – por que não? – filosófico definir o inconsciente sem cair na armadilha de considerar o doente apenas vítima passiva de determinações ocultas de sua história pregressa. A clínica mostrava que, mesmo sem se dar conta, o neurótico estava comprometido ativamente na origem e manutenção dos sintomas que padecia. A hipótese de uma etiologia inconsciente dos sintomas neuróticos nunca impediu Freud de falar em “*escolha* da neurose”. (GOLDENBERG, 2006, p.19/20).

É preciso haver um afastamento do determinismo e a assunção de uma renúncia pulsional, afinal, o determinismo é a corrente filosófica na qual todos os acontecimentos, ainda que impossíveis de serem preditos ante a uma quantidade imensa e modificável de variáveis, já estão, de certa maneira, predestinados a acontecerem de um único modo possível. Coloquialmente, não importam as escolhas que nós façamos, nosso destino já está traçado. Ora, se as escolhas das pessoas são irrelevantes para o resultado, como poderíamos ser livres em um sistema determinista? Essa é uma questão levantada uma vez que

tal corrente é vista como um circuito fechado, e ainda que reconhecidamente o determinismo seja muito mais complicado que isso, aqui, a menção a essa corrente só cumpre o papel de contextualizar mais profundamente a psicanálise freudiana como capaz de explicar a corrente geradora da liberdade de expressão a partir de uma *renúncia narcísica*.

Uma explicação rápida, mas já contextualizada do determinismo pode ser fornecida por Peter Gay, que foi professor de história na *Yale University* e é um pesquisador na área da política e notavelmente da Psicanálise, tendo escrito, inclusive, uma conhecida biografia de Sigmund Freud:

Sistemas deterministas são, grande parte das vezes, sistemas fechados. Para o defensor do livre arbítrio, esses sistemas podem induzir claustrofobia. Ele os vê como algo que sentencia o homem a ser uma vítima incontornável de forças incontrolláveis e desconhecidas, reduzindo o ser humano a um mero boneco que obedece servilmente a seu invisível e onipotente ventríloquo. Os movimentos que que alguém pode livremente fazer neste tipo de sistema, para o advogado do livre arbítrio, nunca é autônomo e muito menos espontâneo. Eles são (...) passos de um balé rigorosamente coreografado de antemão. Escolhas, alternativas, e toda a planície de liberdade mental se tornam, no determinismo, desacreditadas como ficções infantis; o determinista trata tais liberdades com desdém como as últimas filhas da inocência (*naïveté*), como flores (...) que aprisionam os homens em correntes – e posso acrescentar, flores falsas. Nenhum senso de responsabilidade poderia crescer, ou mesmo sobreviver em um sistema assim. (GAY em RYAN, 1979, p. 44). [tradução livre]⁴²

Assim, muitas limitações de nossa liberdade, são igualmente limites em nossas escolhas, limites em nossa possibilidade de expressão. Algumas vezes isso é muito claro, como no caso de coerções diretas que retiram nossa possibilidade de escolha (como um estado de prisão e cárcere por exemplo), mas também, de modo mais corriqueiro, por exemplo, escolhemos o que consideramos ser, conscientemente, um bom caminho no trânsito, algumas vezes

⁴² [Original] Deterministic systems are, by and large, closed systems. In the defender of free will, they induce claustrophobia. He sees them as making man into the helpless victim of uncontrollable and often unknown forces, as reducing him as a mere puppet slavishly obeying an invisible and omnipotent puppeteer. The movements man is allowed to perform in such a system, the advocate of free will is bound to say, are never autonomous, let alone spontaneous. They are (...) steps in a ballet rigidly choreographed in advance. Choices, alternatives, the whole panoply of mental freedom are, in determinism, discredited as childish fictions; the determinist treats them with disdain as the last survivors of *naïveté*, as flowers (...) decking men's chains – and, I might add, artificial flowers at that. No sense of responsibility can flourish, or even survive, in such a system. (GAY in RYAN, 1979, p. 44).

sem saber que existe um caminho melhor o qual desconhecemos, este ‘sem saber’ pode se referir ao inconsciente, pois a escolha não nos foi retirada, mas apenas não temos acesso a ela em nossa mente naquele momento. Na coerção, sabemos que não podemos escolher, mas no corriqueiro dos pensamentos inconscientes, não sabemos que não escolhemos o que, na verdade, de fato pretendíamos. Esses tipos de exemplos representam em parte como é o movimento do consciente, do pré-consciente e do inconsciente, e como nossa estrutura de personalidade, desse modo, pode determinar nossas escolhas. A estrutura de personalidade obsessiva, continuando o exemplo do trânsito, tende a conferir o caminho antes de uma viagem, podendo se atrasar ao se obcecar por uma ideia fixada, já uma estrutura histérica, tende a iniciar o trajeto com mais ímpeto, ignorando alguns cuidados e seguranças, mas começando a viagem mais cedo. De um jeito ou de outro, sem certa liberdade e com tudo pré-determinado, fica realmente impossível estabelecer um senso de responsabilidade razoável a qualquer um pela conduta específica que sua personalidade tende a seguir.

Por conta dessa linha de raciocínio psicanalítica, é fácil perceber porque Sigmund Freud é considerado por muitos como um *determinista*. Inclusive, é muito comum que os psicanalistas a esse modo tratem seus pacientes, ao buscarem um nexos de causalidade a partir dos sintomas que os levem a uma experiência traumática originária. Peter Gay também considera Freud como um determinista, no entanto, não de forma tão rigorosa como o determinismo é geralmente colocado. Freud é um autor cheio de contradições, e sem culpa, sua teoria da mente aborda muitas contradições da própria natureza humana. Desse modo, Peter Gay reconhece sim, que ele é um determinista, mas de uma forma muito mais matizada, o separando completamente de uma “doutrina do destino”⁴³, a questão é que o ser humano é humano, e por isso necessariamente

⁴³ Já indicamos que em Freud o sujeito possui em sua própria estrutura uma concatenação entre individual e coletivo, e veremos como existe uma implicação disso no surgimento da cultura dentro da teoria freudiana, porém, no presente ponto, temos o enfoque da questão da liberdade em oposição ao determinismo simples. Assim, uma classificação sobre o Determinismo é importante porque caso essa fosse simplesmente uma “doutrina do destino”, de fato não haveria liberdade, o que não é o caso. Como a Psicanálise possui importantes questões acerca de psicologia social, façamos um paralelo aqui para mencionar como um estudo da natureza psicológica do ser humano pode afetar diretamente questões políticas. Por exemplo, no ensaio “*Historical Inevitability*”, Isaiah Berlin, um famoso professor de Oxford por seus estudos em liberdade política, faz uma intervenção pontual, em nota de rodapé, que diferencia Determinismo de Fatalismo. Nela, vemos que questões morais orbitam essas correntes filosóficas, assim,

possui características humanas, como a questão de lidar com o sentimento oceânico no nascimento (FREUD, 2010, B, p.25) e a própria formação do aparelho psíquico, no entanto, uma vez humano, *este sujeito clivado possui liberdade através das expressões possibilitadas por sua fissura estrutural*.

O determinismo freudiano é diferente. Sua estrutura é aberta para o mundo, e recebe em si a mudança e as possibilidades; ele abre espaço para esforços morais e de mentalidade. Na década de 1920, em algumas reflexões sobre sua teoria dos sonhos, Freud comenta; “Obviamente que qualquer um deve tomar a responsabilidade para si de impulsos ruins presentes em seu próprio sonho, o que mais poderia se fazer?”. O tom confiante desta afirmação torna tudo ainda mais decidido. As pessoas são responsáveis pelo que fazem, e até pelo que sonham – “obviamente”. Mas como poderiam assumir a responsabilidade de seus pensamentos, e de seus sonhos, se estes são meros elos finais de uma corrente de causas anteriores? O comprometimento de Freud em relação ao acaso e a ocorrências acidentais é o primeiro passo para a resolução dessa dificuldade. (GAY em RYAN, 1979, p. 44). [tradução livre]⁴⁴

Não é necessário ir muito longe, portanto, para perceber o quão importante é a falta de escusa de Freud ante a responsabilidade que cada um

alguém só recebe um reconhecimento moral caso tenha tido uma intenção interna de que o resultado de sua ação fosse, também, moral e virtuoso. Afinal, caso tal resultado fosse mera consequência de fatos outros, estaríamos falando em fatalismo, sugerindo uma linha *kantiana* de argumentação na qual a ação livre se liga à uma ação moral. Portanto, “*if my choice is itself the result of antecedent causes, I am, in the relevant sense, not free. Freedom to act depends not on the absence of only this or that set of fatal obstacles to action – physical or biological, let us say – while other obstacles, e.g. psychological ones – character, habits, ‘compulsive’ motives etc. – are present; it requires a situation in which no sum total of such causal factors wholly determines the result – in which there remains some area, however narrow within which choice is not completely determined.*” (BERLIN, 2017, p.116). Isso significa que aquilo que nos é subjetivo, importa para discussões centrais sobre liberdade na teoria política, inclusive e principalmente por seus aportes morais. Ora, ainda que Sigmund Freud tenha muito claramente relegado muito do nosso Eu ao inconsciente desconhecido, vimos que mesmo com relação à pensamentos inconscientes ou pulsões vindas de origens inconscientes, ainda assim, detemos responsabilidade consciente sobre seus resultados (GOLDENBERG, 2006, p.20), claro que não estamos falando em responsabilidade moral do mesmo modo que Immanuel Kant, mas é inegável que, considerando-se não o sujeito autônomo kantiano, mas o sujeito clivado freudiano, há uma ligação, já que o próprio Freud menciona forças psíquicas morais equiparando, na segunda tópica, a instância do “Super-eu” (Superego) como um imperativo categórico (FREUD, 2011, A, p.43) que evoca o rigor kantiano. Essa linha argumentativa é importante de ser mencionada apenas para evidenciar a ligação direta entre a Psicanálise e o Direito, mas não foi incluída no corpo do texto primeiro para evitar a interrupção do raciocínio e segundo porque ainda não entramos nas características do sujeito clivado como ele o é na segunda tópica.

⁴⁴ [Original] Freud’s determinism is different. His structure is open to the world, hospitable to change and to possibilities; it makes room for the exercise of mental and moral effort. In the 1920s, in some reflection on his theory of dreams, Freud comments, ‘Obviously one must hold oneself responsible for the evil impulses of one’s dreams. What else is one to do with them?’ The confident tone of this observation makes it only the more decisive. Men are responsible for what they do, even for what they dream – ‘obviously’. But how can they assume responsibility for their thoughts, and their dreams, if these are merely the last links in a chain of causes? Freud’s commitment to chance, or ‘accident’, is the first step to a resolution of this difficulty. (GAY in RYAN, 1979, p. 44).

deve tomar, ele não perdoa nem mesmo os sonhos da responsabilidade individual, é fácil perceber que se ele cedesse a um determinismo mais grosseiro, ele retiraria a responsabilidade das pessoas por suas próprias vidas. Isso seria, não apenas uma forma de recusar a liberdade, mas poderia garantir ainda mais o sucesso de doutrinas cuja essência recusa a liberdade de expressão, falsamente se baseando em contingências psicológicas. As dinâmicas pulsionais descobertas por Freud não tornam o ser humano como uma entidade reduzida a uma cadeia de acontecimentos. Como já vimos, há responsabilidade mesmo considerando-se a instância desconhecida e/ou não controlada do inconsciente e do pré-consciente, sendo que “*de modo algum minimizo a realidade subjetiva do sofrimento, mas a dor não inocenta o sofredor*” (GOLDENBERG, 2006, p.23), e tal colocação é profundamente significativa uma vez que nos lembremos do quanto a dor pode nos provocar uma forte *retração narcísica* (FREUD, 2010, A, p.25/26), nos fazendo recuar de nossa possibilidade de discurso civilizado.

A questão da responsabilidade é importante, porém, é imperativo agora que seja visto e destacado por qualquer estudioso atento que a posição freudiana não é, portanto, meramente determinista, mas reconhece as limitações das possibilidades de escolha humana, dada sua condição de finitude. O que não significa que seja suportada a suposição de que o indivíduo não tenha escolha, mas apenas que nossas escolhas não são as que parecem ser, e frequentemente não são as que gostaríamos que fossem. Reforçando essa perspectiva, Isaiah Berlin também concorda em seu ensaio “*Historical Inevitability*”⁴⁵:

No geral, é uma boa coisa que tenhamos de ser lembrados por cientistas sociais que o arcabouço da escolha humana é muito mais limitado do que geralmente o supomos ser; a evidência à nossa disposição mostra que muitas ações tidas como dentro daquilo assumido como controle individual não são bem assim – que o homem seja um objeto (...) da natureza em um grau mais elevado do que se supõe, que os seres humanos mais vezes do que não, agem como agem por conta de características advindas de sua hereditariedade, de seu ambiente físico, social e educacional, ou por suas características físicas e

⁴⁵ Este ensaio de Isaiah Berlin intitulado “*Historical Inevitability*” também compõe a coleção dos “*Four Essays on Liberty*” (aqui presentes na coleção ‘Liberty’, livro organizado por Henry Hardy), no entanto, o ponto aqui tratado não é ainda seu principal argumento, ainda assim, o pano de fundo e o próprio ensaio já está sendo trazido aqui como uma forma de integrar ainda mais a linha de raciocínio que junta a liberdade de expressão a uma esfera de realidade psico-social, para com isso, através do reconhecimento de uma profundidade histórica nos levar à importância que o conhecimento têm para a natureza do ser humano livre.

biológicas, ou pelo jogo cruzado de todos esses fatores uns com os outros, ou mesmo pela relação com fatores mais obscuros tidos como características psíquicas; e que os hábitos resultantes de seus pensamentos, sentimentos e expressões são, ao menos em princípio, tão capazes de serem classificados e sujeitos de hipóteses e leis sistemáticas quanto o comportamento de objetos materiais. E isso certamente altera nossas ideias sobre os limites da liberdade e da responsabilidade. (BERLIN, 2017, p. 124). [tradução livre]⁴⁶

Percebemos claramente que Berlin também reconhece os limites da liberdade por razões internas, assim como faz Freud. Inclusive, ao continuar o trecho acima em seu ensaio, ele fala da responsabilidade a ser cobrada pelas ações de um cleptomaníaco (caso de desvio psicológico tipicamente estudado na psicanálise), indicando que nós exigiríamos um tratamento psicológico ou psiquiátrico para ele, como faríamos em muitos outros casos que apresentem uma doença mental, sendo a responsabilização jurídica penal inadequada para essas pessoas (BERLIN, 2017, p.124/125), mas que caso houvesse uma capacidade de responsabilidade mental, o ato não seria cleptomaníaco, mas furto, gerando uma responsabilidade legal baseada na liberdade de ação. Sempre há, como disse Freud, alguma responsabilização, ainda que ela seja diferente dependendo do status mental do indivíduo. E o Direito se mostra neste exemplo censurando a ação do furto ou pela prisão ou pelo tratamento mental compulsório, de todo modo, é psicológico o parâmetro utilizado para a decisão judiciária.

Essas questões da liberdade e da responsabilidade mencionadas aqui são relevantes para esclarecermos *como a liberdade de expressão surge a partir de movimentos psíquicos do sujeito clivado*, considerando-se que este sujeito é, reafirmamos, moldado de forma individual e coletiva ao mesmo tempo. Mas reconhecemos que esta é uma questão ainda não completamente resolvida.

⁴⁶ [Original] For it is plainly a good thing that we should be reminded by social scientists that the scope of human choice is a good deal more limited than we used to suppose; that the evidence at our disposal shows that many of the acts too often assumed to be within the individual's control are not so – that man is an object in (...) nature to a larger degree than has at times been supposed, that human beings more often than not act as they do because of characteristics due to heredity or physical or social environment or education, or biological or physical characteristics, or the interplay of these factors with each other and with the obscurer factors loosely called psychical characteristics; and that the resultant habits of thought, feeling and expression are, at least in principle, as capable of being classified and made subject to hypotheses and systematic laws as the behavior of material objects. And this certainly alters our ideas about the limits of freedom and responsibility. (BERLIN, 2017, p. 124)

É possível que a reserva de Freud em matéria de política fosse devida às dificuldades de articular a psicologia individual com a psicologia coletiva, obstáculo enfrentado, porém jamais devidamente resolvido ao longo de toda obra, de *Totem e Tabu* (1913) a *Moisés e a religião monoteísta* (1939). O manifesto freudiano definitivo concernente a essa articulação foi dado no seu livro de 1921, *Psicologia das massas e análise do eu*. Poderíamos resumir sua tese dizendo que toda psicologia individual é ao mesmo tempo psicologia social, pelo simples fato da presença inevitável do outro, que entra em cena como modelo, objeto ou adversário. A oposição entre individual e coletivo desloca-se para a dos processos libidinais envolvendo o outro e dos processos relativos ao narcisismo. (GOLDENBERG, 2006, p.12).

A questão da responsabilidade, desse modo, surge no sujeito vinda do contato com a cultura pois é introjetada na estrutura de seu eu⁴⁷ na medida da castração, e portanto, um discurso responsável a ponto de ser uma *continuidade da renúncia em relação ao sentimento oceânico* e em favor da fala, agora, de modo mais maduro, deve ser responsável pelas tendências pulsionais de nossos pensamentos inconscientes, e este é um dos motivos pelos quais a *liberdade de expressão surge em um processo de deslocamento narcísico* que tenta fugir àquela tentação de retração ao narcisismo primário e rendição ao desamparo, devemos compreender com isso que a “fala nasce no lugar da renúncia”:

As duas atividades psíquicas, da fala e da renúncia, têm então, em comum, um mesmo material, (...). Frente a essa estranheza, dois pensamentos nos assaltam. O primeiro formula-se assim: a fala nasce no lugar da renúncia, efetivada pelo espírito, da sua atividade representativa visionária. Ela é uma “formação psíquica” comum e o “signo” de que o espírito se abre para o mundo. O segundo: a língua é uma instância simbólica, exterior ao sujeito; ela se impõe ao espírito e o força a sublimar suas formações de desejo numa atividade de fala. (ROLLAND, 2017, p. 99/100).

Uma posição como esta que chegamos, que concatena a formação do aparelho psíquico com a liberdade de expressão poderia ser, talvez, a de um determinismo relativo? Um que reconhece e permite uma posição de destaque do livre arbítrio e da escolha individual como algo central, como algo que utiliza as regras do jogo de maneiras imprevisíveis, ou, de modo não determinado? Para entender melhor esse ponto acerca do lado determinista da teoria da mente de Freud, Peter Gay nos fornece uma interessante analogia; a do jogo de xadrez, assim, “*chamarmos sua (de Freud) visão da natureza humana de monótona é equivalente a chamar o jogo de xadrez monótono porque faz uso de peças*

⁴⁷ Como veremos na segunda tópica, na forma do Super-eu.

específicas e se baseia em regras específicas” (GAY em RYAN, 1979. P. 45) [tradução livre]⁴⁸. Ou seja, afirmar que a vida de alguém está pré-determinada ou o futuro de uma sociedade está predestinado a uma trilha certa que pode ser prevista por algum tipo de ciência, fazendo com que grandes intervenções no presente sejam baseadas em um futuro certo, seria um enorme erro, ainda que reconhecendo o limite de opções que uma existência finita possui. Ao contrário, o trabalho psicanalítico visa mostrar quais são as peças do jogo, e não limitar o número de jogadas. A liberdade no sentido de se ter diversas escolhas a serem selecionadas por livre-arbítrio não é anulada pela psicanálise, mas meramente advertida por ela dos elementos escondidos pelas contingências humanas.

A escolha ocupa um lugar de honra na psicologia freudiana da liberdade. E sobre a questão da escolha, os filósofos atentos à psicologia moderna estão unidos em conjunto com os psicanalistas; tanto que, de fato, suas posições adquiriram o status de lugar comum na literatura científica. Eles concordam que o verdadeiro alcance da escolha é bem mais limitado que aqueles que escolhem pensam, ou sentem ser. Sem que percebam, todos que escolhem algo estão cercados por limitações ocultas vindas de toda parte. (GAY em RYAN, 1979, p. 48) [tradução livre].⁴⁹

Essa maneira de ver a liberdade de escolha se une perfeitamente aos grandes sistemas freudianos da teoria da mente, da teoria da libido e até do complexo de Édipo. Isso porque parte da confusão causada entre um determinismo relativizado e a liberdade de escolha vem da dinâmica entre ‘consciente’, ‘pré-consciente’ e ‘inconsciente’, pela primeira tópica e ao se considerar a dinâmica entre ‘Eu ideal’ e o ‘ideal do Eu’, a partir da introdução do narcisismo. Já percebemos que muitos esclarecimentos sobre a origem do discurso se encontraram mais tarde, consequentemente, pela dinâmica do ‘Id’, ‘Eu’ e ‘Super-eu’, com a segunda tópica. No entanto, para caminhar de modo estruturado nessa direção, primeiro estamos mostrando como o fato de haver condições limítrofes na psicologia humana não significa que todo discurso possível deva ser determinado. O determinismo relativo que estamos aceitando

⁴⁸ [Original] “to call his (Freud’s) view of human nature monotonous is equivalent to calling the game of chess monotonous because it has few pieces and rests on a few rules” (GAY in RYAN, 1979. P. 45).

⁴⁹ [Original] Choice occupies a place of honor in Freud’s psychology of freedom. And on the question of choice, philosophers aware of modern psychology have been at one with psychoanalysts; so much so, indeed, that their position has acquired the status of a commonplace in the scientific literature. They agree that the true range of choice is far narrower than choosers might think, or feel, it to be. Choosers are hedged in by concealed constraints everywhere. (GAY in RYAN, 1979, p. 48).

(como na metáfora do xadrez) está na estrutura do aparelho psíquico, mas não na sua capacidade discursiva. Não na sua capacidade de deslocamento de investimentos libidinais que culminam na enunciação comunicacional civilizada no lugar de alguma barbárie ou forma de agressividade pulsional qualquer. Outra vez, a liberdade de expressão ocorre pela renúncia de desejos mais agressivos, renunciar é escolher falar, ao pensarmos em economia psíquica.

Falar, renunciar são, indistintamente, a “matéria” do pensamento consciente, colmatando a nossa aspiração contraditória de ser tanto aquilo que somos como aquilo que o mundo nos prescreve ser. E, como brotamento do espírito, falar e renunciar são os princípios que, in fine, qualificam da melhor forma o “pensar”. Desse ângulo, o pensamento aparece menos como uma “produção” psíquica, definida por um conteúdo positivo, do que um movimento do aparelho anímico: aos moldes de um sismo, ele decompõe certa organização de representações para recompô-la de outra forma num outro nível, dando-lhe uma forma que não se reduz a ser apenas um continente, mas concorre para a “transubstanciação” do seu conteúdo (...). (ROLLAND, 2017, p.101).

Apesar do que pode parecer uma confusão, lembrando da inevitabilidade das pulsões, da aparição de atos falhos⁵⁰, de pensamentos inconscientes e mesmo diversos tipos de sintomas neuróticos, isso não significa uma ausência de liberdade, mas nos leva a perceber a condição humana, nossa troca interativa (e libidinal) entre força e vulnerabilidade que nunca cessa. Lembremos que, para Freud, a maior parte de nossa mente é inconsciente, levando-nos à essa inconstância que nos torna humanos e até mesmo capazes de sermos livres. Freud nos mostra ao mesmo tempo que todos somos neuróticos e que a neurose é uma forma de escravidão (GAY em RYAN, 1979, p.54), mas que, ainda assim, até mesmo a infância humana pode ser vista dessa maneira, uma vez que a criança tida como “*sua majestade, o bebê*” (FREUD, 2010, A, p.37), não é livre por conta de sua alienação infantil, mas também não é livre por não escolher seus objetos de amor (que sempre são aqueles que mantém o bebê vivo, geralmente pai e mãe), além de não ter escolha a não ser crescer, perder sua onipotência em um doloroso processo de maturação (GAY em RYAN, 1979,

⁵⁰ Aqui não entraremos com profundidade do que seria o “ato falho”, isso será tratado logo na próxima sessão. No entanto, nos adiantamos em chamar atenção que nos referimos ao termo original de Freud “*Fehlleistung*”, que reúne uma ampla gama de lapsos que poderíamos considerar erros simples à margem de nosso cotidiano, mas que com a Psicanálise ganharam estrutura e corpo valorativo, inclusive, sendo um indicativo da tensão pulsional que nasce pela clivagem do Eu.

p.54/55) pela castração, mas que isso tudo se refere mais à vulnerabilidade de seres mortais do que à impossibilidade da liberdade.

Outro aspecto, mais difícil de se encaixar a Psicanálise, seria a da corrente filosófica do *Idealismo*, e não convém que tomemos muito tempo para isso. Ainda assim, mencionamos o idealismo apenas por frequentemente se opor ao determinismo, sendo uma tradição filosófica antiga, contando com *Platão* como, talvez, seu mais célebre representante⁵¹. No presente contexto, porém, o idealismo pode penetrar justamente na aceitação da possibilidade da liberdade de escolha. O idealismo pode estar presente considerando-se a direção que a Psicanálise toma na liberação das amarras psíquicas de ilusão e neurose para que o Eu, maduro e desprendido, possa seguir o caminho de seu *ideal do Eu*, consolidando sua estrutura mental pelo narcisismo secundário. E podemos concordar, que de fato, Freud favorecia nosso lado humano mais elevado, aquele que tende a raciocinar e se equilibrar controlando as emoções, em desfavor do nosso lado mais pulsional, rendido aos prazeres e diretrizes do desejo, e por isso, no controle da irracionalidade pulsional e do impulso sexual, alguns poderiam colocar Freud como um inesperado aliado do idealismo (GAY em RYAN, 1979, p.58). Claro, esse é o risco das posições relativizadas, no momento em que reduzimos a força de uma opinião, seus opostos podem penetrar em seu meio. Mas aqui, estamos tratando, talvez, do tema mais privilegiado no sentido de poder considerar amplamente diversos aspectos, ainda que opostos: a liberdade. Com a lembrança que, em acordo com a teoria psicanalítica, toda renúncia

⁵¹ O Idealismo que mencionamos aqui, ainda que esta seria uma hipótese ousada e até digna de estudo em um outro momento visa encarar o inconsciente em sua obscuridade como possivelmente é vista pela perspectiva do consciente; algo desconhecido a ser explorado, mas que, ao mesmo tempo em que é inerente a nós, sempre correríamos o risco de estar cegos para alguma verdade. Sendo assim, a menção a Platão é adequada pois em sua famosa alegoria da caverna, presente no capítulo sétimo de seu texto “A República”, estaríamos acorrentados no fundo de uma caverna, vendo apenas as sombras do que seria a verdade, e confundindo aquela obscuridade com a própria realidade, sem perceber que estamos presos (PLATÃO, 2014, p.290). Assim Platão supõe ser a vida da maioria das pessoas, que geralmente não percebem e nem mesmo se importam pelo bem, pelo belo ou pelo conhecimento, se contentando em morrer acorrentados (PLATÃO, 2014, p.317). De forma (ousada) podemos criar um paralelo aqui com a psicanálise freudiana ao identificarmos incontáveis pessoas que preferem viver inconscientemente em negação de seus traumas e limitações, demonstrando um apego profundo ao seu próprio recalçamento, fazendo brotar uma atitude no consciente de repulsa ou desprezo a tudo o que cause um real desconforto. Ainda que acreditemos que esta relação Freud-Platão possa ser construída, admitimos que esse entrelaçamento entre Filosofia Antiga e Psicanálise não pode ser facilmente acessado, mesmo assim, talvez isso sirva para direcionar a Psicanálise para realmente ser uma busca pelo conhecimento, uma busca por explorar o desconhecido inconsciente, como o próprio Freud afirmava ser.

pulsional implica em uma resultante angústia como contraposição, porém isso não significa que a penúria da angústia nos tome necessariamente a liberdade concedida pela cultura⁵².

Como já afirmado, essa classificação de correntes filosóficas entre *Determinismo* e *Idealismo* não é absolutamente correta, pois é muito mais complexa e extensa em Filosofia, mas é necessariamente enriquecedora e a escolha por seu destaque se deu por duas razões já sugeridas; a primeira é que o fato de haver um eu clivado em inconsciente, consciente e pré-consciente como emissor da liberdade de expressão, o fato de haver uma inescapável ação do inconsciente em nossas vidas não quer dizer de modo algum que nossa expressão não seja livre, ao contrário, o ser humano possui liberdade de expressão justamente através de sua clivagem. A segunda razão, que infere a primeira, é mais pontual, e aparece no fato de que a enunciação de qualquer opinião requer uma renúncia pulsional, a fala só existe direcionada a *outro*, e o mínimo do reconhecimento do outro, a mínima visualização da *alteridade* já reflete uma renúncia aos desejos de onipotência do egocentrismo, uma renúncia àquele ‘eu-de-prazer’ totalizante. Assim, sendo conscientes ou inconscientes, as instâncias do aparelho psíquico são o que nos permite o livre-arbítrio como seres humanos, e não significam submissão ao determinismo de maneira absoluta.

Um passo atrás filosófico como esse nos ajuda nesse avanço, sendo o primeiro deles, justamente essa posição relativa diante da finitude humana. Assim, o próprio reconhecimento de nossas limitações se torna uma ferramenta para a liberdade, e isso provoca uma confusão natural da liberdade quando sua manifestação se dá em meio a uma contradição. Se por um lado, ao não possuímos nenhuma escolha em relação à castração, e por isso não somos livres, por outro, caso fosse possível contarmos com infindáveis opções e escolhas irrestritas (característica que seria apenas de Deus) também nos sentiríamos presos, congelados diante de tantas possibilidades, seríamos quase

⁵² Esse argumento está presente no texto de Freud chamado “*Mal-estar na Civilização/Cultura*”, um dos principais escritos psicanalíticos da sua parte mais social. Alguns elementos desse livro vão aparecer também nas próximas partes, sua primeira aparição nos forneceu a noção essencial de “sentimento oceânico” iniciando a interação de uma psicologia mais individual e sua relação com o social. Na segunda aparição, seus conceitos mais famosos serão utilizados do social para o individual, o que inclusive explica este “mal-estar” a que estamos referindo.

‘não-humanos’ ou qualquer escolha seria fatalmente irrelevante. Assim, uma das vantagens da civilização é permitir uma liberdade de expressão um pouco mais autêntica na admissão das necessidades humanas ao mesmo tempo em que impõe a ela vastas regras sociais institucionalizadas mais concretamente pelo Estado de Direito. A noção de sujeito freudiano é um diferencial importante na medida que nos permite reconhecer que a liberdade de expressão talvez nunca possa excluir completamente as falhas morais do discurso que se originam nas forças pulsionais de cada um.

O reconhecimento da necessidade, portanto, pode ser um pré-requisito para a liberdade, e de duas maneiras: a primeira é que pode apontar o caminho, embora obtuso, para regiões de autonomia que são invisibilizadas ou indistinguíveis enquanto os limites das compulsões não sejam firmemente mapeados. Além disso, tal reconhecimento talvez alivie aquele tipo de ansiedade que a incerteza nos induz, e assim, amplia nossa capacidade de fazer escolhas. Mas a terapia freudiana é apenas em parte direcionada para a aceitação calma e tranquila de nossa impotência. Em dois célebres resumos da ação terapêutica, Freud sugere, claramente, que a psicanálise tem o objetivo de reduzir, ou no mínimo reconhecer, limitações. Freud disse de diversas maneiras, que o propósito da psicanálise é tornar consciente aquilo que é inconsciente: e ele disse, apenas uma vez, em um epigrama muito citado, “Onde havia o Id, o Ego deve ocupar”. (GAY em RYAN, 1979, p. 53). [tradução livre].⁵³

Esse objetivo da Psicanálise exposto por Freud e destacado por Gay, é uma chave hermenêutica central para a reflexão sobre a liberdade de expressão. É preciso atenção, afinal, ao se afirmar que ‘*o propósito seria transformar aquilo que é inconsciente em consciente*’, estamos claramente tomando um caminho de autoconhecimento e de conhecimento. Não existe intenção de sabedoria absoluta, não existe a pretensão por uma libertação mágica das amarras de si, Freud nunca sugeriu que fosse possível nós eliminarmos nosso inconsciente atingindo uma elevação mental quase divina de consciência, é impossível deixarmos completamente de lado nossa faceta pulsional,

⁵³ [Original] The recognition of necessity, then, can be a precondition for freedom, and in two ways: first, it may point the way, however obliquely, to regions of autonomy that had been invisible, or indistinct, as long as the boundaries of compulsion’s kingdom had not been firmly mapped. Moreover, such recognition may relieve the sort of anxiety that uncertainty is bound to induce, and thus increase one’s capacity for making choices. But the Freudian therapy is only in part aimed at the calm and candid acceptance of one’s powerlessness. In two celebrated summaries of therapeutic action, Freud suggests, clearly enough, that psychoanalysis aims to reduce, as much as to recognise, constraints. Freud said, in a number of ways, that the purpose of psychoanalysis is make conscious what is unconscious; and he said, just once, in a much-quoted epigram, ‘Where id was, there ego shall be’. (GAY in RYAN, 1979, p. 53)

principalmente sem consequências, levando-se em conta nossas necessidades e condição geral de desamparo. Entretanto, existem muitos níveis humanos de libertação, muito avanço possível de maturação para uma linguagem de liberdade possível que seja uma expressão de livres escolhas mais conscientes.

Vemos, dessa maneira, que Freud seria de fato, mais determinista do que idealista, e se obrigados a escolher, concordaríamos com Gay que ele seria determinista. Mas não de um modo completamente tradicional, afinal, o que é determinado é a finitude humana, havendo um crucial espaço para a liberdade de escolha, o determinismo freudiano, como já dito, se relaciona mais com as descobertas feitas sobre a psiquê humana do que com algum tipo de amarra do livre-arbítrio. E por isso o discurso, de um ponto de vista psicanalítico, também segue as tendências humanas e deve ser reconhecido como uma expressão não apenas da cultura ou de nossa relação com o outro, mas também, originalmente como uma diferenciação entre as instâncias do aparelho psíquico, ou seja, em qual instância se origina a fala e essência do que estamos dizendo e se aquilo que forma nosso discurso apareceu vindo de dentro de nós ou de fora de nós.

Dessa continuidade semântica que religa a experiência visionária à experiência da fala, decorre, enfim, a eficácia do método analítico. (...) Trabalhamos para “deslocar” o significante satélite fixado na representação inconsciente e para restaurar seu lugar tanto na hierarquia polissêmica da fala da qual ele saiu, quanto na organização rigorosa do pré-consciente. A interpretação, quanto a seus efeitos na profundidade psíquica, exerce uma ação fundamentalmente direta, cujo esboço é a interpretação analógica: ela evoca, no paciente, uma enunciação nova, que inscreve os significantes perdidos na língua subjetiva no holismo do discurso e livra, assim, o aparelho perceptivo-motor da pressão que sobre ele exercem as representações inconscientes ligadas aos significantes-satélites. Ela restaura até a função de controle, de duplo que o sistema pré-consciente realiza normalmente junto ao sistema perceptivo, oferecendo-lhe os meios de discernir o que lhe vem de dentro do que lhe vem de fora do aparelho. (ROLLAND, 2017, p.113/114).

Colocando-se em termos diretos, *o sujeito encontra-se consigo mesmo no discurso*, e muito embora esta afirmação ainda não tenha se estabelecido completamente, começamos a perceber que a escolha livre pela fala, pode representar uma forma de autoconhecimento na expressividade do Eu, que diz reconhecer o seu inconsciente em si mesmo e toma responsabilidade por ele, portanto, o contexto que integra a liberdade em Freud e possui um fundo de interpretação política torna ainda mais adequada a apresentação daqueles

aspectos da Psicanálise relevantes para a *psicologia social*, que é política por ultrapassar os limites do indivíduo e de suas relações, mas que se mantém psíquica por identificar na estrutura social muitas ‘macrotendências’ da mente pulsional humana, se mostrando peculiarmente livre através de sua forma *ambivalente*⁵⁴ de se construir.

Finalmente, é preciso destacar uma diferenciação de tendência freudiana, devemos tentar observar, admitindo a inevitável confusão mental que isto pode causar, a diferença entre necessidade humana e o que ela provoca em nossas vidas, dos grilhões de nossa vida psíquica interna, que são mais estruturais do que prisões verdadeiras. O fato, sem contradição, é que para nós a livre escolha é limitada, que existe pluralismo individual e necessidade universal, e que, portanto, as descobertas psicanalíticas nos levam a admitirmos a contradição da natureza humana na liberdade, acatando que em diversas ocasiões somos livres e ‘não-livres’ ao mesmo tempo. Assim como inúmeros pacientes deitados nos divãs dos psicanalistas podem comprovar.

Eles se sentem livres, ainda assim são presos; eles se sentem sob a compulsão, mas por razões diversas daquelas que haviam antecipado. Uma boa parte dessa confusão orbita daquilo que Freud chamou de ‘estranho comportamento dos pacientes’, um comportamento no qual eles combinam ‘um saber consciente com um não saber’. Um paciente pode ‘saber’ que ele está performando cerimônias compulsivas, e ele pode também ‘saber’, que estes são sintomas neuróticos; ainda assim ele não se sente capaz de interromper suas ações e condutas repetitivas: ‘saber’ a verdade não o tornou livre. (GAY em RYAN, 1979, p. 49). [tradução livre].⁵⁵

Assim sendo, um ponto central para se dizer algo da liberdade de expressão a partir de um sujeito freudiano vem de um autoconhecimento que faz toda a diferença, mas que se esgota, um autoconhecimento que diz não que

⁵⁴ Outra vez, temos uma palavra carregada de significado pela psicanálise freudiana, no caso, evoca-se a “*ambivalência dos sentimentos*”, e a destacamos aqui pois é um conceito explorado em “*Totem e Tabu*”, reforçando o paralelo entre cultura e indivíduo. Devemos ficar atentos a tais conceitos que nos parecem contraditórios, mas que nos são integrados estruturalmente.

⁵⁵ [Original] They feel free, yet are unfree; they feel under compulsion, but for reasons different from those they advance. A good part of this confusion stems from what Freud once called ‘the strange behaviour of patients’, behaviour in which they combine ‘a conscious knowing with not knowing’. A patient may ‘know’ that he is performing compulsive ceremonies, and he may ‘know’, too, that they are neurotic symptoms; still, he does not feel capable of stopping his repetitive conduct: ‘knowing’ the truth has not made him free. (GAY in RYAN, 1979, p. 49).

somos contraditórios, mas que somos propriamente ambivalentes. E por isso ao concedermos reconhecimento às falas que brotam de nosso inconsciente, estamos conhecendo a nós mesmos ao mesmo tempo em que possibilitamos situar nosso discurso com mais precisão dentro da cultura. Uma vez trazido para a discussão da liberdade de expressão o sujeito clivado, foi preciso mostrar como este sujeito que expressa não é pré-determinado em sua liberdade pela sua clivagem. Este é um ponto importante ao estabelecermos esse encontro consigo mesmo no discurso, porque esse encontro confere uma importância indispensável à liberdade de expressão, e a eleva não apenas como um direito na atualidade democrática, mas a eleva a um patamar de refinamento civilizatório propriamente dito, como uma profunda marca divisora entre a civilização e o primitivismo. Mas se o discurso vem do sujeito e este sujeito pode ser livre apesar de sua tensão pulsional, devemos nos concentrar agora em que sentido essa liberdade de expressão se dá primariamente nos movimentos intrapsíquicos da mente humana.

3.2. A origem da liberdade de expressão pelos movimentos intrapsíquicos do aparelho mental

Chegamos a um ponto que une a continuidade do argumento a um fundamento essencial de nossa demonstração, lembrando que nossa pretensão é a de *demonstrar que a liberdade de expressão tem origem no processo de deslocamento narcísico*. Agora, já introduzida a ideia do narcisismo como algo estrutural do nosso Eu (NICÉAS, 2013, p.47) e reforçando nossa natureza de sujeito clivado (FREUD, 2018, p.347), devemos nos voltar para a necessidade de expor melhor alguns movimentos presentes dentro do aparelho psíquico, dentro dessa clivagem, entre uma instância psíquica e outra, de modo a mostrar como é a partir desses deslocamentos internos que nos é possível a enunciação externa e a comunicação da expressão de modo geral.

Primeiro, vamos resgatar a conexão já mencionada entre a análise psicanalítica e o processo da fala, uma vez que a Psicanálise, em sua origem, visava libertar seus pacientes justamente pela expressão da fala:

A Psicanálise surge certamente muito influenciada pelo “teatro da histeria”. Acusadas de excessos cênicos e de apresentarem sintomas fictícios, o sofrimento das histéricas de outrora, condenadas ao silêncio quanto aos seus desejos, precisava se manifestar como súplica diante dos olhos da plateia de que dispunham. A palavra silenciada tinha que se converter em um sintoma corporal (paralisia, tremor, convulsão, etc.) para que fosse vista e percebida. Já em seus inícios, o método freudiano se pautava na “tradução” da linguagem dos sintomas corporais para a linguagem verbal. A *talking cure* já envolvia, portanto, uma tradução do sofrimento, dando o estatuto discursivo ao que se confundia com o anatômico-fisiológico.

Curiosamente, porém, se Freud apontava para a necessidade de traduzirmos na clínica, substituindo o corporal por palavras, diante das versões de seus escritos que até recentemente dispúnhamos, aprendemos também a lê-los substituindo palavras. Um analista pode, em sua prática, traduzir-substituir, por exemplo, uma *falta de ar* por uma crise de *angústia*, uma *afonia* por um *silenciamento autoimposto* (...). (TAVARES, em FREUD, 2023, p.73).

Descobre-se na cura pela fala da associação livre não apenas um tratamento para aquilo que era psicossomático nos pacientes, Sigmund Freud foi perspicaz em notar que os sintomas psicológicos dos doentes se encontravam presentes nas pessoas saudáveis, e sua origem pulsional inconsciente apresentava diferentes manifestações, foi assim que pode estruturar sua interpretação da mente na identificação da sociedade entre neuróticos, perversos e psicopatas. Mas para além dessas classificações, Freud revelou nossa impotência para descobrir o inconsciente fugidio ao nosso saber ao mesmo tempo em que, como um arqueólogo, identificava seus efeitos no consciente. É fácil concordar que a repressão total das pulsões, como era tentado no caso das histéricas, adoece a alma. Então, de certa maneira, a liberdade de expressão é mais fundamental do que pensávamos, podendo estar ligada à saúde humana, mas ainda mais do que isso, ela é o caminho mental pelo qual podemos entrar e construir a coesão psicológica da civilização. Este, no entanto, é um reconhecimento da constante ação pulsional em nossas vidas, Freud não recusa a existência e ação das pulsões em favor a um mundo de racionalidade, ao contrário, sua racionalidade reconhece o desejo e cria uma demanda interpretativa permanente que só se dá a partir do discurso.

Uma ressalva, porém, necessária, o *sujeito* (do inconsciente) só se apreende nos *efeitos* da fala. Não existe um texto anterior, escrito ou oral, ou exterior (a conduta) que o crítico possa analisar para descobrir o inconsciente oculto ali. Em um tratamento, só há *acontecimentos discursivos* aos quais se imputa

um agente: não sabia que desejava a morte da irmã até dizer, *sem querer*, “a morta” em vez de “a Marta”. Mas, uma vez dito, já sabe o que a sua devoção fraterna à filha caçula de sua mãe, sempre doente e carente, oculta. Um saber anuncia de maneira tal que só *depois* o falante possa reconhecer ali seu lugar de sujeito. Esse só *depois* (*après-coup*) é um conceito e um operador clínico fundamental, e está na base de uma questão tão metodológica quanto ética. Deduzir o inconsciente eficaz de um conhecimento *prévio* da genealogia de alguém, obtido na anamnese ou em uma biografia, tanto faz, não tem nada a ver com a psicanálise; talvez com uma psicologia oriunda do romantismo na qual precisamente Freud demarcava seu território ao dizer-se parte dela. Interpretar deveria ser um ato irredutível a qualquer determinação anterior. (GONDENBERG, 2006, p.23/24).

Em nível do tratamento clínico da Psicanálise, já temos uma manifestação da expressão do inconsciente na fala, uma fala que falha, em um discurso que diz o que quer dizer, mais do que disse e mesmo o que não queria dizer. Chamamos esse descontrole psíquico de *Fehlleistung*, o “ato falho” ou de parapraxia, e sua existência já indica a necessidade de uma liberdade para o nosso discurso, já que sem tal liberdade estaríamos condenando nossa sociedade a uma neurotização patológica devido à repressão das pulsões.

Nossos desejos ocultos acabam aparecendo em ato falho, e é comum que surjam no discurso, sendo necessário uma certa complacência constante entre os interlocutores. Sua comunicação não é restritamente pragmática, mas é também cultural-inconsciente. Isso garante que vida cotidiana possa acontecer nesse sentido, em um sentido mais psicológico e carente do controle que gostaríamos de ter, a estruturação deste sentido no qual o inconsciente se mostra uma peça central do cotidiano é algo que antes de Freud não havia sido agrupado (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.44), sendo que o ato falho foi considerado apenas como pequenos erros. Portanto, desse modo, o ato falho é uma porta de entrada para a interpretação dos movimentos mais profundos da mente. Devemos, por isso, entendê-lo em sua definição como uma manifestação inconsciente de um desejo não realizado, ou irrealizável. Como se segue a definição do *Fehlleistung*:

Ato em que o resultado explicitamente visado não é atingido, mas se vê substituído por outro. Fala-se de atos falhos não para designar o conjunto das falhas da palavra, da memória e da ação, mas para as ações que habitualmente o sujeito consegue realizar bem, e cujo fracasso ele tende a atribuir apenas à sua distração ou ao acaso.

Freud demonstrou que os atos falhos eram, assim como os sintomas, formações de compromisso entre a intenção consciente do sujeito e o recalado. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.44).

Assim como muitos sintomas, em sua descoberta de origem, também esses lapsos, apesar de comuns na linguagem não se limitam a ela e nem apenas ao seu aparecimento na clínica, mas indicam movimentos intrapsíquicos mais profundos, e evidentemente, ocorrem entre as instâncias psíquicas do inconsciente, pré-consciente e consciente. As parapraxias também são manifestações de tensão pulsional daqueles desejos que foram reprimidos ou recalados, quase como válvulas de escape (HERMANN, 1983, p. 39). É por isso que para pensarmos no surgimento da liberdade de expressão, há de se reconhecer que ela também seria afetada por repressões e recalamentos, lembrado que, no vocabulário da primeira tópica isso significa que: “*à proibição de se representar conscientemente uma pulsão denomina-se repressão: se ela é muito completa, recalamento. A repressão, portanto, impede que a ideia (...) dum impulso aceda à consciência; contudo, o prazer ou o desprazer ligado à representação não dá para sufocar*” (HERMANN, 1983, p.38). Para simplificar, podemos ligar a *repressão* como aquilo que impede a pulsão do pré-consciente vir a ser consciente e o *recalamento* como aquilo que impede a pulsão inconsciente de vir a ser pré-consciente ou consciente. A liberdade de expressão, aqui, que existe na representação consciente, como vimos, “não dá para sufocar”. No entanto, por que isso importa tanto para a liberdade de expressão? Primeiro porque negar a existência dos impulsos libidinais adoece a mente e o corpo, obviamente prejudicando a liberdade, enquanto a própria expressão nos liberta (*talking cure*). No entanto, esse é um argumento clínico relacionado à saúde, ele não basta. Precisamos perceber que esses movimentos internos de nossa psique são a própria expressão humana, e ela se dá nesses *deslocamentos* do aparelho psíquico, surgindo daquela tensão entre pulsão interna e realidade externa, o deslocamento é aquilo que expressa a tensão libidinal que nos é constitutiva.

Duas forças psíquicas entram em confronto, uma trabalhando na memorização de acontecimentos importantes, outra sendo uma resistência que se opõe a esta. O conflito termina num compromisso: “...em vez da imagem mnêmica originalmente justificada, ocorre uma outra imagem mnêmica, que substitui parcialmente a primeira por *deslocamento* na

associação.” (...) O deslocamento consiste numa operação de substituição, que incide sobre impressões importantes cuja memorização esbarrou numa resistência, e cuja existência será estabelecida pela análise. (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.148).

O *deslocamento*, portanto, é um movimento interno que está ligado à estrutura do aparelho psíquico e é totalmente conectado às repressões; *“diversamente da condensação, o deslocamento aparece como totalmente ligado à censura: esta, com efeito, comanda a escolha de elementos anódinos destinados a substituir outros, potencialmente conflitantes”* (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.148). Destacamos, assim, que o deslocamento é onde pode surgir nosso discurso, na medida em que ele pode ser entendido como o conceito freudiano que representa os movimentos intrapsíquicos da mente humana, e como está ligado ao pulsional, trata-se de um processo psíquico inconsciente capaz de transformar conteúdos latentes em conteúdos manifestos, através de deslizos associativos (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.148), desse modo, o deslocamento, por exemplo, exerce uma função primordial na transição do narcisismo primário ao secundário, e como não é perfeito, pode mostrar sua origem pulsional através dos mais diversos tipos de lapsos.

Lembremos que a formação do sujeito freudiano se dá pela estruturação, inclusive, do narcisismo, portanto, o Eu que fala, o Eu que enuncia sua liberdade, o faz a partir de um investimento libidinal direcionado ao próprio Eu, por *deslocamento* em sua inconsciência, na diferenciação entre sua individualidade e o resto do mundo. O mesmo movimento psíquico que o fissa o torna apto à liberdade de expressão, o inautêntico do inconsciente ao investir libidinalmente o próprio Eu como objeto, torna autêntico o enunciado consciente, que só poderia existir em um impulso na direção do mundo externo.

O narcisismo primário designa um estágio muito precoce em que a criança investe toda a libido da qual dispõe sobre si mesma, e o narcisismo secundário faz referência a uma retirada da libido que estava dirigida sobre objetos e que retorna secundariamente sobre o eu. Freud tem o mérito de fazer a noção de narcisismo sair de sua conotação perversa. Não há somente patologias narcísicas, como a psicose ou a homossexualidade, há também um destino normal do narcisismo secundário: é aquele que se encontra em ação

na constituição de uma instância pós-edipiana normal e estruturante, o *ideal do eu*⁵⁶. (LANDMAN, 2007, p. 75). (*itálico nosso*)

O processo do deslocamento, então, é fundamental na estruturação do Eu, e é em seu movimento que o sujeito clivado detém a capacidade para sua liberdade de expressão. Assim, por tudo aquilo que significa essa clivagem, demonstramos *como* nossa liberdade de expressão se origina em um processo de deslocamento narcísico, em um processo inconsciente e constante que reflete a tensão pulsional presente em qualquer sujeito que existe no mundo, como um ser que carrega sua individualidade na cultura, e exhibe as marcas de seu antigo desamparo. Agora, mostrar como isso acontece não basta para o nosso entendimento da questão, precisamos de justificativas que demonstrem também *o que é, no que consiste*, esse deslocamento narcísico, demonstrando como o discurso se faz através de outros movimentos intrapsíquicos, de tipos específicos e gerais de deslocamento, que talvez ilustrem melhor nosso argumento.

A Psicanálise ainda nos fornece dois conceitos importantes de serem mencionados para esse entendimento amplo de como a liberdade se dá na esfera dos deslocamentos do aparelho psíquico. Ambos, na verdade, estão relacionados com o *Ideal do Eu* e com as pulsões, também ambos não são fixos em suas aparições na economia psíquica, seriam os conceitos de “*sublimação*” e de “*idealização*”. As duas podem aparecer como uma forma de direcionamento da libido, uma pode ser saudável e a outra não, a depender do modo que surgem. “*O processo da sublimação, nos lembra Freud, atrela a pulsão a uma finalidade outra que a satisfação sexual. De outro lado, a idealização. Esta diz respeito ao objeto, e por ela, sem que haja propriamente uma mudança em sua natureza, ele é engrandecido e enaltecido pelo sujeito*” (NICÉAS, 2013, p.83). Assim, primeiro a sublimação sucede a pulsão, no lugar de um desejo, por exemplo, se produz uma obra de arte e a obra substitui o desejo não realizado, que se transformou em uma manifestação cultural desprovida do sexual em si. Já a

⁵⁶ Chamamos atenção outra vez para a grande importância do chamado “ideal do Eu”. Intencionalmente não estamos entrando em detalhes aqui, mas isso se liga e já indica diretamente a gradual transformação da teoria freudiana do aparelho psíquico para a segunda tópica, sendo que o “ideal do Eu” se refere à uma de suas instâncias, com uma noção teórica mais rebuscada, mas que conta com muito de seu fundamento naquilo que já expomos sobre o narcisismo estrutural e a dinâmica das pulsões através do texto de Freud “Introdução ao Narcisismo” de 1914. A segunda tópica será abordada mais diretamente nas próximas etapas do texto, na medida em que fundamentamos nossa perspectiva acerca da liberdade de expressão.

idealização focaliza sua energia justamente naquilo que é o objeto direto do desejo, elevando-o e engrandecendo a uma importância que ele não tem. A idealização não é desprovida do sexual, mas uma superestimação do objeto sexual em si.

Uma anotação importante finaliza essas considerações freudianas: tanto o registro da libido do eu quanto o registro da libido de objeto podem suscitar a idealização. No primeiro caso, por exemplo, teríamos o delírio de grandeza. No segundo, uma valorização exagerada dos objetos nas relações explicitamente amorosas, ou mesmo nas que aparentemente seriam de natureza não sexual. É o caso da idealização do mestre pelo discípulo.

Mas o autor não se esquece de tratar dessas mesmas relações entre formação de ideal e sublimação com esta advertência: a formação de ideal do eu não deve jamais ser confundida com a sublimação das pulsões. E ele aperfeiçoa assim seu ensinamento: quando um sujeito troca seu narcisismo por um elevado ideal do eu, isso não quer dizer que ele tenha sublimado suas pulsões libidinais. Concluindo, ele nos lembra que as relações entre uma e outra devem ser ainda mais finamente definidas: é verdade que o ideal do eu pode requerer uma sublimação, diz Freud, mas é preciso saber que ele pode, tão somente, incitá-la a se esboçar. (NICÉAS, 2013, p.83).

Carlos Nicéas já aponta aqui uma clara advertência, mas que utilizamos em nosso próprio contexto; nem todos os movimentos intrapsíquicos significam uma consequente manifestação da liberdade de expressão. Esse é o motivo de mencionarmos o conceito de idealização como o fizemos, e que assim como o *enamoramento*⁵⁷, faz com que o sujeito extraia todo (ou praticamente todo) seu investimento libidinal e o deposite no objeto, forjando uma relação de dependência que, obviamente, é o oposto da liberdade. No entanto, feito este

⁵⁷ O enamoramento é um dos únicos estados mentais no qual o Eu quando relacionado ao mundo externo perde sua boa definição, uma vez que ao investir libidinalmente em demasia sua energia psíquica em um objeto externo, ao mesmo tempo o Eu negligência a si mesmo. Sobre este processo, Freud explica: “No auge do enamoramento, a fronteira entre o Eu e o objeto ameaça desaparecer. Contrariando o testemunho dos sentidos, o enamorado afirma que Eu e Tu são um, e está preparado para agir como se assim fosse. Algo que pode ser temporariamente abolido por uma função fisiológica também poderá ser transtornado por processos mórbidos. A patologia nos apresenta um grande número de estados em que a delimitação do Eu ante o mundo externo se torna problemática, ou os limites são traçados incorretamente; casos em que parte do próprio corpo, e componentes da própria vida psíquica, percepções, pensamentos, afetos, nos surgem como alheios e não pertencentes ao Eu; outros, em que se atribui ao mundo externo o que evidentemente surgiu no Eu e deveria ser reconhecido por ele. Logo, também o sentimento do Eu está sujeito a transtornos, e as fronteiras do Eu não são permanentes.” (FREUD, 2010, B, p.16/17). Desse modo, nossa percepção do Eu não é sempre tão clara, ela pode ser patológica, como, por exemplo, em casos de anorexia, em que o doente perde a percepção real do próprio corpo a ponto de colocar a própria vida em risco, ou no enamoramento, que é um movimento não patológico e até comum na vida humana, mas que possui esse movimento de subtração do Eu que pode reduzir, de fato, a liberdade do sujeito.

alerta, outros movimentos como o da *sublimação* exprimem nossa mais refinada capacidade para a liberdade de expressão, através da sublimação que podemos transformar uma energia libidinal de teor sexual em um investimento libidinal esvaziado do sexual e com um profundo conteúdo cultural ou, no mínimo, civilizatório.

A pulsão não é redutível a uma necessidade natural e busca satisfação fora de qualquer desejo natural (comer, defecar, conservar a vida). A pulsão origina-se nos orifícios do corpo, tornados então zonas erógenas, mas ao mesmo tempo pertence a um universo simbólico que transcende o universo natural. As pulsões, que não são educáveis, têm destinos diversos em função da evolução edipiana – e um desses destinos é a sublimação. A sublimação da pulsão estaria na origem de todas as grandes criações humanas, culturais, artísticas e sociais. O melhor e o pior do social têm a mesma origem pulsional. (LANDMAN, 2007, p.73).

Devemos considerar a amplitude e profundidade metafórica da teoria da libido freudiana, assim, tomemos algumas pulsões como uma liberação de energia libidinal através da agressividade (pulsão de agressividade), através de uma vontade malévola que nos leva ao desejo de destruir o outro, destruir aquilo que impede meu desejo de se realizar. Esse desejo é algumas vezes infantil e outras neurótico, e algumas vezes até egocentrista, mas pode ser sublimado de maneira que, no lugar de dar vazão à esta pulsão destrutiva, possamos escolher enfrentar nosso incômodo através de um debate, ou de uma produção artística e cultural⁵⁸. Para Freud, a sublimação era muito ligada à produção cultural através da dessexualização de um conteúdo pulsional, mas em sua teoria foi um conceito tangencialmente desenvolvido, sendo que mesmo hoje alguns o consideram uma lacuna da teoria psicanalítica (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.297). Mesmo assim, esse movimento intrapsíquico de sublimação é marca da psiquê humana, e torna possível que, no lugar de agirmos meramente como seres primitivos instintivamente, possamos dar lugar ao nosso discurso em sentido

⁵⁸ Não cabe nesse argumento nos desviarmos do foco explicativo para o surgimento da liberdade de expressão, por isso não entraremos em alguns pormenores do debate psicanalítico. No caso, Freud inicia sua conceituação de sublimação estritamente considerando o esvaziamento de pulsões sexuais na produção de obras artísticas-intelectuais. No entanto, outros de seus escritos mais tardios indicam que a sublimação poderia sim, ser um movimento inconsciente de transformação que incluísse outras pulsões, como a de agressividade, e produzir outros resultados sublimados na cultura. Essa controvérsia inclusive se transformou em pontos de vista diferentes ao redor da sublimação nas pessoas de seus herdeiros intelectuais, particularmente Anna Freud e Melanie Klein. Como então, é possível que a sublimação abarque outras pulsões além da estritamente sexual, a tomaremos em seu sentido amplo, sem prejuízo do argumento.

amplo, à nossa capacidade de nos realizarmos na cultura pela enunciação da nossa individualidade.

O deslocamento da sublimação pode ser considerado um dos meios que fazem surgir a liberdade de expressão, ao transformar aquele destino pulsional em uma ação cultural. De certo modo, *“a pulsão sexual põe à disposição do trabalho cultural quantidades de força extraordinariamente grandes, e isto graças à particularidade, especialmente acentuada nela, de poder deslocar a sua meta sem perder, quanto ao essencial, a sua intensidade. Chama-se a esta capacidade de trocar a meta sexual originária por outra meta, que já não é sexual mas que psiquicamente se aparenta com ela, capacidade de sublimação”* (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.495). Isso pode ocorrer de um modo rude, como um extravasamento de agressividade em que, no lugar de uma violência física, proferimos xingamentos àquele que nos ofende. Vejam, mesmo neste caso de sublimação, claramente rústica e incompleta, a passagem da violência física para a violência verbal já sinaliza uma transformação, deixamos de lado uma violência “maior”, para agirmos em cima de uma “menor”, e isso gerou um discurso verbal direto a partir de uma mesma origem pulsional.

Ora, se em um caso grosseiro como este conseguimos perceber uma ação tímida da sublimação, há casos de refinamento extremo, como, por exemplo, podemos pensar no caso do homicídio de uma criança, o qual provoca uma fúria sem tamanho em seu pai, porém, este pai, no lugar de procurar se vingar do assassino, transforma pela sublimação essa vontade de vingança em uma obra literária, na qual ele reflete sobre mortalidade humana. Sem dúvida este último exemplo seria um caso muito mais refinado de sublimação, afinal, tanto a vingança quanto a produção de uma obra literária teriam uma origem pulsional igual, mas *apenas o destino sublimado dessa pulsão representa uma liberdade de expressão*.

Percebemos que o movimento intrapsíquico da sublimação, ao abandonar a agressividade e o sexual (ambos no sentido da satisfação imediata de um prazer), é ele mesmo, uma manifestação do discurso civilizado. Por isso, devemos definir mais diretamente a sublimação:

Termo derivado das belas-artes (sublime), da química (sublimar) e da psicologia (subliminar), para designar ora uma elevação de senso estético, ora uma passagem do estado sólido para o estado gasoso, ora, ainda, um mais-além da consciência.

Sigmund Freud conceituou o termo em 1905 para dar conta de um tipo particular de atividade humana (criação literária, artística, intelectual) que não tem nenhuma relação aparente com a sexualidade, mas que extrai sua força da pulsão sexual, na medida em que esta se desloca para um alvo não sexual, investindo objetos socialmente valorizados. (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.734).

A sublimação então, pelo viés enfrentado, é considerada um *deslocamento libidinal inconsciente* capaz de produzir a liberdade de expressão como uma manifestação enunciativa de qualquer indivíduo, o discurso livre é um objeto socialmente valorizado, afinal, somente através de alguma potência comunicativa podemos nos estabelecer na sociedade e integrar a cultura. A sublimação está ligada ao aspecto narcísico do sujeito (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.496), de modo que exprime um deslocamento narcísico intrapsíquico na arena do inconsciente provocando uma mudança determinante no modo de agir do consciente. Nosso argumento de que a clivagem do Eu é o local onde surge o discurso ganha um reforço. Porém, além da sublimação, gostaríamos destacar um último movimento intersubjetivo, e talvez o mais determinante, que também ocorre entre as instâncias do aparelho psíquico e que carrega a capacidade da mesma posição, além de deter um status especial: a *renúncia*.

Após explicitar como ocorrem algumas movimentações internas do sujeito clivado, devemos mencionar a renúncia como um ponto culminante, mas que só terá o desfecho de seu valor conceitual completo mais a frente. Portanto, retomemos o contexto de movimentos da economia psíquica que nos fez chegar aqui; primeiro, revelamos que de início seria mais fácil identificar tal dinâmica quando estas provocam patologias, mas as doenças ou distúrbios psicológicos refletem a dinâmica da normalidade, só que em estados extremos. Assim vemos nos *atos falhos* indicações de pensamentos inconscientes que afetam nosso discurso, ainda que as parapraxias sejam apenas um dos muitos sinais pelos quais podemos perceber a presença irrecusável do inconsciente. Segundo, dentre esses pensamentos inconscientes, então, tomamos o *deslocamento* como um

movimento intrapsíquico especial, reconhecendo seu aspecto de defesa contra algumas dores ligadas à repressão, mas, principalmente, na amplitude de se referir a todos os movimentos internos do nosso aparelho psíquico. Terceiro, na especificidade dos deslocamentos, mostramos como a *sublimação* é um conceito que se refere à produção da expressão cultural humana de forma refinada, ligando diretamente a liberdade de expressão a movimentos intrapsíquicos na formação da nossa mente, e nosso consequente modo de nos comunicarmos com o mundo.

Seguindo tanto esta linha de raciocínio quanto a gênese do aparelho psíquico já mencionada anteriormente, a *renúncia* seria um ponto crucial porque significa a abdicação última das pulsões em favor do discurso. Quer dizer, a renúncia das pulsões não pode ser confundida com sua eliminação, o que seria impossível e antinatural, mas é um movimento constante em nossa estrutura psíquica. A *renúncia pulsional* ocorre tanto pela coerção social, da realidade (pela castração), quanto por uma necessidade racional (ROUDINESCO, 2016, p.396) e mesmo por um movimento inconsciente. Para Freud este é um ponto central de estruturação civilizatória. E temos que toda sublimação exige também uma renúncia pulsional em seu favor, ao menos com relação ao primeiro nível de satisfação no que se refere ao objeto de um desejo ainda não deslocado. Porém, antes de entrarmos nos relevantes aspectos da renúncia na psicologia social, ainda que isso nos seja muito relevante, devemos nos atentar para a mistura entre o individual e o coletivo neste ponto.

Isso significa simplesmente destacar que, antes de tudo, o indivíduo renuncia às suas pulsões como um movimento intrapsíquico culminante, porque através de toda essa cronologia individual, desde o desamparo e a consciência oceânica até o narcisismo secundário, a psicanálise freudiana é capaz de nos mostrar que o comportamento humano se faz justamente nessa estruturação. Tal valor para a capacidade de transformação da existência humana foi reconhecida também pelo filósofo *Maurice Merleau-Ponty*, que evoca essa crônica do sujeito:

O sujeito vive então como crianças que se guiam pelo sentimento imediato do que é permitido e do que é proibido, sem buscar o sentido do que é proibido.

A chamada inconsciência do complexo reduz-se, portanto, à ambivalência da consciência imediata. A regressão do sonho, a eficácia de um complexo adquirido no passado, e finalmente a inconsciência do reprimido, manifestam apenas o retorno a uma forma primitiva de organizar o comportamento, um enfraquecimento das estruturas mais complexas e um recuo para as mais fáceis. Mas a partir de então o funcionamento psicológico tal como Freud o descreveu, os conflitos de força e os mecanismos energéticos que ele imaginou representariam apenas, aliás de forma muito aproximada, um comportamento fragmentário, isto é, patológico. A possibilidade de construção de uma explicação causal do comportamento é exatamente proporcional à insuficiência da estruturação realizada pelo sujeito. A obra de Freud não é um retrato da existência humana, mas um retrato de anomalias, por mais frequentes que sejam. Ao lado dos mecanismos de compensação, de sublimação e de transferência que as mesmas metáforas energéticas pressupõem e que são, portanto, soluções doentes, seria possível um verdadeiro desenvolvimento, uma transformação da existência humana. (MERLEAU-PONTY, 2009, p.193/194). [tradução livre].⁵⁹

Reforça-se assim, o caso que são as dinâmicas em nossa estrutura libidinal que mobilizam energeticamente as forças psicológicas necessárias para uma transformação humana, e concordamos com esse argumento de Merleau-Ponty na medida em que a economia psíquica de fato mostra sua normalidade por esta fragmentariedade, e que todo ser humano possui a possibilidade da doença mental ao inflar alguns destinos pulsionais de forma danosa, mas, ao contrário, também sempre há a possibilidade de direcionar tais destinos à benesses de deslocamentos civilizatórios, o que de fato são elementos intrapsíquicos de transformação da vida humana.

Freud também sugere que a transformação da pulsão através da renúncia, permite nossas expressões culturais (FREUD, 2010, B, p. 60), portanto, na figura desse outro movimento intrapsíquico; de *renúncia pulsional inconsciente*, que

⁵⁹ [Original] Le sujet vit alors à la manière des enfants qui se guident sur le sentiment immédiat du permis et du défendu, sans chercher les sens des interdits. La prétendue inconscience du complexe se réduit donc à l'ambivalence de la conscience immédiate. La régression du rêve, l'efficacité d'un complexe acquis dans le passé, enfin l'inconscience du refoulé ne manifestent que le retour à une manière primitive d'organiser la conduite, un fléchissement des structures les plus complexes et un recul vers les plus faciles. Mais dès lors le fonctionnement psychique tel que Freud l'a décrit, les conflits de force et les mécanismes énergétiques qu'il a imaginés ne représenteraient, d'ailleurs d'une manière très approximative, qu'un comportement fragmentaire, c'est-à-dire pathologique. La possibilité de construire une explication causale de la conduite est exactement proportionnelle à l'insuffisance des structurations accomplies par le sujet. L'œuvre de Freud n'est pas un tableau de l'existence humaine, mais un tableau d'anomalies, si fréquentes soient-elles. À côté des mécanismes de compensation, de sublimation, et de transfert que présupposent les mêmes métaphores énergétiques et qui sont donc des solutions de malade, un vrai développement, une transformation de l'existence humaine serait possible. (MERLEAU-PONTY, 2009, p.193/194).

podemos obter conscientemente (ou parcialmente no consciente) a capacidade para a liberdade de expressão. Finalmente, e ainda que sem o fechamento das implicações da renúncia, terminamos este trecho acerca dos movimentos intrapsíquicos na convicção de que a liberdade de expressão ocorre intercaladamente entre como é a estrutura do sujeito freudiano, do *sujeito clivado*, e dos *deslocamentos* entre suas instâncias psíquicas, de modo a deixar lacunas inconscientes seja na forma de lapsos ou na própria estrutura coletiva-individual. Por isso, existe uma contradição derivada da própria condição humana, e que por isso “*o homem se torna neurótico porque não pode suportar a medida de privação que a sociedade lhe impõe*” (FREUD, 2010, B, p.45), porém, antes de mergulhar em fatores mais significativos dessa psicologia social que evidencia nossa *ambivalência de sentimentos*, devemos elevar a posição do Eu clivado diretamente no contexto da *segunda tópica*, para que possamos nos referir à cisão do Eu de forma mais completa, autorizando o uso amplo do sujeito *Spaltung*⁶⁰ como entidade primordial da liberdade de expressão. Mas por uma necessária amplitude conceitual, esclarecendo os movimentos de introjeção da cultura no sujeito e como o sujeito se implica no funcionamento da cultura, é preciso avançar um pouco mais nesse mistério entre o coletivo e o individual, que se confundem psicologicamente sem jamais serem confundidos um com o outro na concretude empírica. De tal forma que, em posse dessas noções do sujeito da psicanálise, possamos adentrar diretamente na *Volkerpsychologie*⁶¹ em Freud e para além dele.

3.3. Uma distinção psicanalítica entre Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio

É notável que na psicanálise freudiana não exista separação clara entre o sujeito como indivíduo e o sujeito como unidade social, algo que complexifica sua abordagem ao redor da cultura, mas que a torna mais interessante na medida

⁶⁰ Por hora, termo utilizado como sinônimo de sujeito clivado, mas que adquirirá características mais próprias no avançar do trabalho.

⁶¹ “Psicologia Social”.

em que revela uma gênese de ambas as esferas pública e privada de modo introjetado no sujeito e projetado na sociedade. É como se as regras de formação do aparelho psíquico encontrassem eco nas regras de formação da cultura, ou seja, no passado histórico e no presente cultural de um Estado de Direito cuja diretriz de sua autoridade também atende aos inadvertidos fluxos do inconsciente, mesmo a nível social. A justificação disso pode ser encontrada nos já mencionados deslocamentos intrapsíquicos da mente, mas que mesmo postos internamente, guiam ações externas. Um relevante exemplo disso é a *transferência*.

Este termo, transferência, designa várias coisas: a ideia mais difundida é que transferência é o deslocamento de representações “subjuntivas” sobre a pessoa do terapeuta. Dizemos do terapeuta, ou até do cuidador, e não necessariamente do psicanalista, pois a transferência não é algo que ocorre apenas na análise. Na verdade, a transferência pode ocorrer em qualquer tipo de relacionamento. Encontramo-nos, portanto, diante de um fenômeno bastante universal que precisará ser esclarecido de que forma pode ser considerado específico da relação analítica. (LUCCHELLI, 2009, p.25/26) [tradução livre]⁶².

Essa noção de transferência foi um conceito descoberto na clínica psicanalítica, no momento em que o paciente literalmente *transferia* seu afeto para a figura no analista, ou médico, que fazia seu tratamento. Isso funcionava quase que como um grito da *resistência* à cura analítica (LUCCHELLI, 2009, p.29) que temos diante do ataque ao apego a ideias fixas ou noções arraigadas de nossa psiquê que nem sempre são tão benéficas, e que visam ocultar algum *trauma*, nos protegendo do contato com o sofrimento em uma ambiguidade irônica ao preservar, com isso, o cerne do próprio sofrimento. Foi esse tipo de percepção, de um deslocamento intrapsíquico que sai para fora, que Freud teve ao tratar várias pacientes histéricas. Do ponto de vista da patogênese, é melhor, por exemplo, que a paciente transfira ao analista o amor que ela tem em relação ao pai, do que admitir profundamente que este pai ‘idealizado’ é na verdade alguém cheio de defeitos e que foi causa de inúmeros sofrimentos em sua vida.

⁶² [Original] Ce terme de transfert désigne plusieurs choses: l'idée la plus répandue est que le transfert est le déplacement de représentations “subjunctives” sur la personne du thérapeute. On dit bien du thérapeute, du soignant même, et pas forcément du psychanalyste, puisque le transfert n'est pas quelque chose qui se produit seulement en analyse. En effet, le transfert peut se produire dans n'importe quel type de relation. Nous nous trouvons donc face à phénomène assez universel dont il s'agira de préciser en quoi il peut être dit spécifique à la relation analytique. (LUCCHELLI, 2009, p.25/26).

Assim, por *transferência*, ela passa a falaciosamente a amar o analista, já que não pode mais amar ao pai desse modo perfeito, ou a odiá-lo, condenando-o por sua própria descoberta ao entrar em negação. De todo modo, Freud descobriu que “*o histérico sofre sobretudo de reminiscências*” (FREUD, 2016, p.25). Aqui temos a noção central de que esses deslocamentos intrapsíquicos só encontram sua efetividade mais abrangente quando carregados de afeto, e pelo afeto que se tornam políticos, ou seja, saem da individualidade e se *projetam* no mundo na forma de uma conduta. Freud nos remete a isso pela manifestação negativa de tal fenômeno nas doentes históricas, ao perceber que seus sintomas apenas desapareciam quando o afeto estava presente:

(...) o nexa causal entre o trauma psíquico motivador e o fenômeno histérico não é tal que o trauma, como *agent provocateur* [agente provocador], desencadeasse o sintoma, que então, tornado independente, permaneceria. Devemos antes afirmar que o trauma psíquico ou, mais precisamente, a lembrança do mesmo age como um corpo estranho que ainda muito depois de sua penetração deve ser considerado um agente atuante no presente, e vemos a prova disso num fenômeno extremamente curioso, que, ao mesmo tempo, confere um notável interesse *prático* a nossas descobertas.

Pois vimos, para nossa grande surpresa inicial, *que cada sintoma histérico desaparecia de imediato e sem retorno, quando conseguíamos despertar com toda a clareza a lembrança do acontecimento motivador, assim avivando igualmente o afeto que o acompanha, e quando, em seguida, o doente descrevia o episódio da maneira mais detalhada possível, pondo o afeto em palavras*. Recordar sem afeto é quase sempre ineficaz; o processo psíquico que ocorreu originalmente deve ser repetido da maneira mais viva possível, levado ao *status nascendi* e então “expresso”. (FREUD, 2016, p.23).

É fácil notar no tratamento das históricas o gérmen do que seria a técnica da associação livre, mas destacamos que este “*por o afeto em palavras*” é algo que “*expressa*” aquilo que de outro modo teria outra manifestação. No caso de patologias psíquicas lidamos com a saúde, no entanto, esse não é o único campo de atuação dessa liberdade de expressão propriamente psicanalítica. Outra manifestação possível, como já mencionado, é a transferência conhecida como enamoramento, em que retiramos danosamente nosso investimento libidinal do Eu e o direcionamos exageradamente ao objeto, nublando nossa noção de mundo interno e externo no tocante a este objeto libidinalmente investido (FREUD, 2010, B, p.16/17). Porém, não é apenas no caso de percepções pessoais que esses deslocamentos trazem sua influência. Este ‘esvaziamento’ na economia

psíquica do indivíduo em favor de um objeto externo também é coletivo, sendo um dos fatores que demonstram como o psiquismo influencia diretamente na política, fazendo com que o indivíduo fique *identificado* com a massa, criando assim uma espécie de conduta de horda (FREUD, 2011, B, p.15)⁶³, uma temática diretamente explorada por Freud em “*Psicologia das massas e análise do Eu*”.

Para Freud, a massa se *identifica* com algo libidinalmente, transferindo coletivamente cada conduta particular em pública favorecendo essa identificação em comum para a mesma direção, e essa identificação possui algumas fontes que já compreendemos:

O que já aprendemos dessas três fontes pode ser resumido assim: primeiro, a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva com um objeto; segundo, por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetal libidinosa, como que através da introjeção do objeto no Eu; terceiro, ela pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais. Quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação. (FREUD, 2011, B, p. 64/65).

De certa forma, com isso, é possível que fiquemos ‘enamorados’ de um líder ou de um governo que apresente uma ideia que representa as necessidades da massa e é também fanático por essas ideias, com isso, certo grupo pode conferir poder político a um governo, a massa sem vontade transfere sua vontade ao líder (FREUD, 2011, B, p.30), e tal falta de vontade da massa ocorre porque uma multidão psicológica cria uma espécie de alma coletiva que anula as particularidades individuais enquanto houver o movimento desta multidão. Apesar dessa massa ser muitas vezes passageira, o surgimento dessa alma coletiva torna, em seu contexto, irrelevantes as inteligências particulares que, fora da alma coletiva não agiriam como agem dentro dela (LE BON, 2018, p.32). Cria-se assim, em paralelo, uma espécie de moralidade de conduta social na qual as inibições individuais se apequenam e abre-se o risco da vazão das pulsões mais agressivas, fazendo com que a massa possa se tornar cruel e destrutiva. Por outro lado, a sugestão coletiva faz também se reduzirem os interesses particulares, tornando possível que o nível de renúncia pessoal dos

⁶³ Além do texto “*Psicologia das massas e análise do Eu*” de 1921, Freud também descreve a origem dessa conduta de horda em “*Totem e Tabu*”, que será melhor abordado mais a frente.

indivíduos da massa chegue a patamares muito elevados (FREUD, 2011, B, p.27). Essas características mostram como, geralmente, a multidão psicológica possui uma capacidade intelectual inferior à do indivíduo (FREUD, 2011, B, p.28), sendo que a formação de um coletivo por esse processo de identificação sempre sinaliza um possível traço de alienação política; *a violência pode ser o destino trágico e incivilizado de uma renúncia não sublimada* e guiada pelo fanatismo.

O lado arriscado dessas qualidades da multidão psicológica está justamente no que alertamos sobre a presença do *afeto* como a força motivadora de sua mobilização, assim como na transferência particular, agora na identificação de massa, esta mobilização ocorre por conta de uma *orientação mental*, e não pela proximidade de determinado grupo. Podem ser alguns poucos ou toda uma nação, independente de sua localidade, é possível que caiam sob alguma influência, criando assim, a alma coletiva de uma multidão psicológica (LE BON, 2018, p.30). É preciso compreender, neste sentido, que a formação da massa algumas vezes alivia aquela tensão libidinal daquela pulsão que fora inibida em sua meta original (pela repressão ou pelo recalçamento) ao permitir que o indivíduo expresse um desejo que de outro modo não viria à tona, algo que, durante um movimento de violenta emoção da massa, pode até mesmo afastar momentaneamente alguns sintomas de uma psicose (FREUD, 2011, B, p.110), tal pode ser o poder alienante de determinado discurso. Fica evidente, então, *a presença política do inconsciente*.

É fácil constatar em que medida o indivíduo na multidão difere do indivíduo isolado; porém, é menos fácil descobrir as causas de tamanha diferença.

Para chegar a entrevistá-las, é preciso lembrar-se primeiro desta observação da psicologia moderna: não é somente na vida orgânica, é também no funcionamento da inteligência que os fenômenos inconscientes desempenham um papel preponderante. A vida consciente do espírito representa apenas uma pequena parte comparada à sua vida inconsciente. O mais sutil dos analistas, o mais penetrante dos observadores consegue descobrir apenas um número muito reduzido dos móveis inconscientes que o dirigem. Nossos atos conscientes derivam de um substrato inconsciente formado sobretudo por influências hereditárias. Esse substrato contém os inumeráveis resíduos ancestrais que constituem a alma da raça. Por detrás das causas confessas de nossos atos encontram-se causas secretas que ignoramos. A maioria de nossas ações corriqueiras é efeito de móveis ocultos que nos escapam. (LE BON, 2018, p.33).

Existe uma correspondência altamente relevante, portanto, entre o aparelho psíquico e a psicologia de massas. Seu funcionamento não é idêntico, claro, mas admitir a presença social do inconsciente, como já vimos, significa uma admissão de um desconhecido pelo qual não deixamos de ser responsáveis, como já vimos. O movimento de tendência alienante que percebemos nas multidões psicológicas não são pulsões sublimadas, ao contrário, são um escape pulsional egocêntrico e direto que após exercer sua violência tenta escapar de sua responsabilidade.

O discurso na associação livre pôde servir como ferramenta de cura para as histéricas já que seus sintomas são provenientes de uma repressão cuja qual as obrigava a silenciar todo e qualquer desejo. Os ataques histéricos foram um meio de “falar com o corpo” e de algum jeito se expressar mostrando que “*sua dor era o discurso por outros meios*”, um discurso psico-somatizado através da doença, mas ainda assim um discurso que buscava se expressar, culminando fisicamente em “atos discursivos” (GENTILE, 2018, p.14). É central que continuemos, então, nossa correspondência entre o aparelho psíquico e a psicologia de massas, afinal, da mesma forma que o indivíduo, é possível que formemos uma sociedade neurótica que atue repressivamente causando desde casos particulares de histeria, ansiedade ou depressão, até um incentivo coletivo para que se siga um caminho pusilânime que contribua para a alienação de grupos políticos e multidões psicológicas que são, por excelência, um acúmulo inconsciente do que há de mais ordinário na mediocridade humana (LE BON, 2018, p.34). É preciso reconhecer o risco social que estamos destacando, afinal, Freud acabou descobrindo que além das pulsões sexuais e suas forças libidinais, as *pulsões de agressividade* podem cumprir um papel preponderante na ação humana nos levando a caminhos deveras destrutivos (GENTILE, 2018, p.84).

Conforme o testemunho da psicanálise, quase toda relação sentimental íntima e prolongada entre duas pessoas – matrimônio, amizade, o vínculo entre pais e filhos – contém um sedimento de afetos de aversão e hostilidade, que apenas devido à repressão não é percebido. Isso é mais transparente nas querelas entre sócios de uma firma, por exemplo, ou nas queixas de um subordinado contra o seu superior. O mesmo ocorre quando as pessoas se juntam em unidades maiores. Toda vez que duas famílias se unem por casamento, cada uma delas se acha melhor ou mais nobre que a outra. Havendo duas cidades vizinhas, cada uma se torna a maldosa concorrente da

outra; cada pequenino cantão olha com desdém para o outro. Etnias bastante aparentadas se repelem, o alemão do sul não tolera o alemão do norte, o inglês diz cobras e lagartos do escocês, o espanhol despreza o português. Já não nos surpreende que diferenças maiores resultem numa aversão difícil de superar, como a do gaulês pelo germano, do ariano pelo semita, do branco pelo homem de cor. (FREUD, 2011, B, p. 56/57).

Nesse trecho Freud mostra um avanço gradativo dessa *pulsão de agressividade*, que vai se espalhando e pode se potencializar com facilidade, uma vez inflado por um lado ruim do narcisismo, como um recuo ao narcisismo primário agora em sentido social. E Freud caracteriza essa hostilidade também como um dado natural da estrutura humana, que aqui já adiantamos se tratar da pulsão de agressividade⁶⁴.

Quando a hostilidade se dirige para pessoas normalmente amadas, chamamos isso de *ambivalência afetiva*, e explicamos o fato, de maneira certamente racional em demasia, pelas muitas ocasiões para conflito de interesses que surgem precisamente nas relações íntimas. Nas antipatias e aversões não disfarçadas para com estranhos que se acham próximos, podemos reconhecer a expressão de um amor a si próprio, um *narcisismo* que se empenha na afirmação de si, e se comporta como se a ocorrência de um desvio em relação a seus desenvolvimentos individuais acarretasse uma crítica deles e uma exortação a modificá-los. Não sabemos por que uma suscetibilidade tão grande envolveria justamente esses detalhes de diferenciação; mas é inegável que nesse comportamento dos indivíduos se manifesta *uma prontidão para o ódio, uma agressividade cuja precedência é desconhecida*, e à qual se pode atribuir um caráter elemental. (FREUD, 2011, B, p. 57/58) [itálicos nossos].

Somemos essas tendências destrutivas com o *contágio social* que ocorre flagrantemente nos processos identificatórios das multidões psicológicas, momento em que a mediocridade massificada, impulsiva e volúvel pelo frenesi inconsciente convence as pessoas de um “*sentimento de onipotência*” em que “*a noção do impossível desaparece para o indivíduo na massa*” (FREUD, 2011, B, p. 25).

Diversas causas determinam o surgimento das características específicas das multidões. A primeira é que o indivíduo na multidão adquire, exclusivamente por causa do número, um sentimento de poder invencível que lhe permite ceder a instintos que, sozinho, teria forçosamente lhe refreado. Cederá a eles

⁶⁴ Já sabemos que uma das trajetórias mais relevantes da metapsicologia freudiana se mostra de forma relevante no trabalho “*Além do princípio do prazer*”, denunciando que um dos pontos culminantes da pulsão de agressividade é a pulsão de morte (que passa a aparecer em diversos textos tardios), inaugurando uma tensão libidinal de caráter (até) mesmo existencial da vida humana entre *Eros* e *Tânatos*, entre pulsão de vida e pulsão de morte. Apesar desta temática interessante, deixaremos este avanço metapsicológico para um outro momento em nome de não nos desviarmos demasiadamente do presente argumento.

ainda mais facilmente na medida em que, sendo a multidão anônima e consequentemente irresponsável, desaparece inteiramente o sentimento de responsabilidade que sempre detém os indivíduos.

(...) Em uma multidão, todo sentimento, todo ato é contagioso, e contagioso a ponto de que o indivíduo sacrifique muito facilmente seu interesse pessoal ao interesse coletivo. Essa é uma propensão contrária à sua natureza, da qual o homem torna-se capaz apenas quando faz parte de uma multidão. (LE BON, 2018, p. 34/35).

Fica evidente, a essa altura, que estes são diversos fatores que compõem um *fundamento psicanalítico do discurso de ódio*. A massa que promove um discurso de ódio possui justamente essa característica específica de renunciar aos interesses pessoais em nome da ‘causa’ da massa. No entanto, é do seu próprio interesse que cada indivíduo abre mão, o que acontece é uma predominância da pulsão de agressividade, o que vai sobrepujar a individualidade é justamente uma dominância pulsional, não existe então, de nenhum modo, uma renúncia *pulsional* no tocante ao discurso de ódio, ao contrário, *o discurso de ódio é o estabelecimento de uma dominância pulsional*. Por isso aqueles que exercem o ódio e a violência sentem prazer com a destruição de seus antagonistas, é a realização da pulsão de agressividade. *No discurso de ódio, não há sublimação alguma*. Sendo, portanto, a agressividade um fato da psiquê humana, isso pode significar que silenciar discursos pode ter um efeito contrário (GALUPPO, 2024, p.148) na medida em que tais pulsões agressivas não desaparecem, mas são alimentadas justamente pela censura contra discursos odiosos (GALUPPO, 2024, p.148)⁶⁵.

Isso significa que caso a alma coletiva sofra um processo de identificação com ideias odiosas, ela estaria seguindo uma alienação no ódio em um sentido destrutivo. Mas não apenas isso, sabemos que essa liberação sem amarras das

⁶⁵ É interessante como podemos (se pretendemos relacionar a psicologia individual com a dinâmica das massas, como fez Freud), relacionar o *retorno do reprimido* como o que foi apontado pelo professor Marcelo Galuppo sobre o esquecimento, sendo que: “*é preciso lembrar que, do ponto de vista do aparelho psíquico, o esquecimento é absolutamente impossível – e é ele, o esquecimento (e não a mentira e a falsidade) a antítese da verdade* (Gentile, 2016, p. 201). A ideia comum sobre um suposto efeito benéfico do esquecimento é a “*imagem da erosão: a usura do tempo, ao se exercer sobre as experiências, acabaria por limar as arestas [...] das lembranças correspondentes a estas experiências*” (Mezan, 1988, p. 73). Contudo, a psique não é uma cidade em que os vestígios da cidade anterior são demolidos, implodidos, eliminados, para que novas estruturas se construam por cima. Nada é esquecido na cidade da psique, regida por um princípio que Freud (2010d, p. 20) chamou de *conservação do psíquico*”. (GALUPPO, 2024, p. 149). Ou seja, querer que nos esqueçamos do nosso ódio, da nossa agressividade, simplesmente faz com que este ódio apareça em outro canto ou em outro momento da vida, sob o risco de potencializá-lo.

forças pulsionais, fortificadas pelo grupo, são logicamente o oposto de se refrear, o oposto de se restringir, e assim são por definição antijurídicas. Caso a doutrina da massa siga, assim, o ódio embasado na pura agressividade, é claro que o discurso de ódio não poderia coincidir com nada que se pretenda ser o Direito, ou qualquer sistema que vise a ordem e a coação da desordem. O ódio é por natureza desordenado do ponto de vista cultural, já que, caso levado às últimas consequências, culminaria da desintegração e até extinção da cultura. Ainda que suas aparências institucionais pareçam ser organizadas ao carregar sua missão de destruição do ‘inimigo’, seu movimento estimula uma forma de conduta baseada no narcisismo primário, que possui a marca de sua infantilidade, inclusive, em sua profunda incapacidade de gerar qualquer estabilidade civilizacional sem a presença de ‘antagonistas’, acusados em figuras reais ou em construções fantasiosas.

Sermos tomados por impulsos de agressividade, ficarmos mantidos em submissão pelas pulsões tem uma ligação direta, portanto, entre a sintomatologia das neuroses e a formação antropológica da cultura (MEZAN, 2019, p. 159)⁶⁶, evidenciando, por assim dizer, que *o discurso de ódio possui uma linguagem própria* que lembra muito à das histéricas, que em sua patologia expressavam sua pulsão represada através do adoecimento físico, descontrole do corpo e até epilepsias.

A linguagem também reconhece essa diferença nas consequências psíquicas e físicas e, de modo bastante característico, designa como “agravo” precisamente o sofrimento suportado em silêncio. – A reação do lesado ao trauma só tem efeito inteiramente “catártico” quando é adequada, como a vingança. Mas o ser humano encontra na linguagem um sucedâneo para a

⁶⁶ Aqui tratamos de forma sutil de um adiantamento temático, mas que já é sugerido porque a “*Psicologia das massas e análise do Eu*” é considerado um dos textos freudianos ditos ‘antropológicos’, e seus escritos dessa natureza guardam uma relação próxima uns com os outros, inclusive, o contexto conceitual abordado aqui serve de auxílio para o entendimento da união peculiar que faz Freud entre a ontogênese e a filogênese. É sobre essa interessante união entre indivíduo e cultura que Renato Mezan aborda aqui, e que vale a pena citar em nome da profundidade conceitual: “*Da sintomatologia das neuroses à origem da moral, da religião e da literatura, o campo da psicanálise ‘aplicada’ se amplia, exigindo então uma conceção antropológica global, necessidade à qual vem responder ‘Totem e tabu’*. Com esse livro, ocorre a passagem da psicologia individual para o domínio das relações sociais propriamente ditas, pois o crime primordial só pode ser perpetrado pelos irmãos ‘coligados’ – eis aí o germe dos estudos mais amplos de Freud, como ‘*Psicologia coletiva e análise do ego*’ e ‘*O mal-estar na cultura*’. Por fim, o último texto da série, ‘*Moisés e o monoteísmo*’, tentará desvendar o funcionamento desses mecanismos, não mais no nível do genérico, mas num caso particular, o das relações entre o legislador bíblico e seu povo, que é também o de Freud” (MEZAN, 2019, p.159).

ação, com o auxílio do qual o afeto pode ser “*ab-reagido*”⁶⁷ quase do mesmo modo. Em outros casos, a própria fala é o reflexo adequado, como queixa e como enunciação de um segredo que atormenta (confissão!). Quando não ocorre semelhante reação por atos, palavras e, em casos mais leves, pelo choro, a lembrança do episódio conserva, a princípio, o realce afetivo. (FREUD, 2016, p.26).

Do mesmo modo que os casos particulares, o coletivo também pode ser marcado por esses realces afetivos, de modo que seja possível a formação de ‘sociedades histéricas’, ou ‘sociedades obsessivas’, de um jeito ou de outro, sem ferramentas culturais mais refinadas qualquer grupo humano pode se neurotizar. Retornamos assim, ao ponto crucial da responsabilidade. Como antes, mostramos que a presença do pulsional e do inconsciente não significam um determinismo, mas é uma condição do sujeito. Agora, se existe uma tendência pulsional da massa para o ódio, isso também deve ser entendido como um risco, ainda que constante, e não uma fatalidade. Freud estava interessado em decifrar o desconhecido da alma humana, e isso inclui a alma coletiva.

Freud também se dedicou a desvendar as leis que nos determinam. Não pelo bem da primazia da razão, mas pelo bem de expor as leis da irracionalidade, de decifrar o reino da paixão, de decodificar os símbolos e sinais do desejo desordenado do tabu. Na exploração de Freud da dialética entre liberação e repressão, razão e irracionalidade, descobrimos – mais do que uma busca pela razão e autonomia – sua inclinação para a legalidade. (GENTILE, 2018, p.84). [tradução livre].⁶⁸

⁶⁷ No “Dicionário de Psicanálise”, Elisabeth Roudinesco e Michel Plon definem “*ab-reação*” de modo bastante sucinto como: “*Termo introduzido por Sigmund Freud e Josef Breuer em 1893, para definir um processo de descarga emocional que, liberando o afeto ligado à lembrança de um trauma, anula seus efeitos patogênicos*” (ROUDINESCO, PLON, 1998, p. 03). Este exemplo de cura através de uma ação catártica é interessante porque reflete como as tensões pulsionais buscam certo alívio, e que, assim como as histéricas, a sociedade possui um funcionamento similar; caso algum impulso libidinal ou tensão seja simplesmente reprimido por algum tipo de força que o oprima, a pulsão não será eliminada, mas surgirá na forma de um sintoma. Por isso que a liberdade de expressão é um valor central na democracia; e excesso de repressão também produz uma sociedade adoecida. O discurso pode ser a catarse necessária para que não haja o sintoma da violência no mundo social. Porém, Freud continua este trecho alertando: “*A ‘ab-reação’ não é, porém, a única forma de lidar com o trauma psíquico que se acha à disposição do mecanismo psíquico normal da pessoa sadia. A lembrança dele, mesmo quando não foi ab-reagida, entre no grande complexo da associação, ocupa um lugar ao lado de outras vivências que talvez a contradigam, sofre correção por outras ideias. (...) A lembrança de um agravo é corrigida pelo estabelecimento correto dos fatos, por ponderações sobre a própria dignidade etc., e assim, por meio de operações associativas, a pessoa normal consegue fazer desaparecer o afeto concomitante.*” (FREUD, 2016, p. 27).

⁶⁸ [Original] Freud was also dedicated to unlocking the laws that determine us. Not for the sake of reason’s primacy, but for the sake of exposing the laws of unreason, of deciphering the realm of passion, of decoding the symbols and signs of disordered and taboo desire. In Freud’s exploration of the dialectic between release and repression, reason and irrationality, we discover – more than a search for reason and autonomy – his inclination toward lawfulness. (GENTILE, 2018, p.84).

A questão passa então, pelos reflexos correspondentes entre os traços psicológicos do indivíduo e os traços psicológicos da cultura, que são o *mesmo traço*, por excelência humano. E admitindo isso, que existem afetos e desejos, razão e desrazão, mas sobretudo algo de desconhecido, que Freud busca encontrar essa “*lawfulness*”. Por isso que *é justamente nesses deslocamentos intrapsíquicos que encontramos também a diferença entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio*; ambas marcadas de maneira central por uma dinâmica do narcisismo, onde a liberdade de expressão vai na direção do narcisismo secundário e sua maturidade cada vez mais sublimada em seu ritmo lento, enquanto o ódio retrocede, pelo reforço coletivo, ao narcisismo primário, ligado a um egocentrismo que demanda a satisfação imediata de seus desejos. “*Segundo nossas concepções teóricas, tal limitação do narcisismo pode ser produzida apenas por um fator, pela ligação libidinal a outras pessoas. O amor a si encontra limite apenas no amor a outro, amor aos objetos*” (FREUD, 2011, B, p. 58). Portanto, a estabilização de uma cultura que favoreça a anarquia ou a democracia, o totalitarismo ou o estado de direito, depende muito das dinâmicas libidinais da economia psíquica.

Aumentamos profundamente com esses fatores a importância do *sujeito clivado*, agora enriquecido por implicações culturais. É interessante que um dos últimos textos de Freud; “*A cisão do Eu no processo de defesa*”⁶⁹, escrito tardio e incompleto feito um ano antes de sua morte em 1939, resgate uma intuição, se podemos falar assim, já aludida nos primórdios de seus estudos com as histéricas, em que já reconhecia uma *cisão da consciência*, com se fosse uma “*double conscience*”, uma ambiguidade que podia ser vista de modo rudimentar nas histéricas (FREUD, 2016, p. 31). De um jeito ou de outro, nos importa não apenas esse reconhecimento da “*subjetividade*” da cultura, mas também sua característica de “*sujeitividade*”, ainda que de modo desidêntico.

A psicanálise postula que não é a subjetividade que conta, mas a “*sujeitividade*”, se é que podemos inventar essa palavra. É o sujeito do inconsciente que conta, e não a pessoa com “*subjetividade*”. Qual é a diferença? A psicanálise não cabe (ou não deveria caber) numa espécie de psicologia da pessoa ou do ego. Ela argumenta que existe uma tensão entre o

⁶⁹ Mencionado no início deste trabalho.

individual, a personalidade, o Ego e o sujeito, o inconsciente no sentido freudiano. Existem, por assim dizer, entre o indivíduo (o Eu) e o sujeito do inconsciente, dois planos heterogêneos que se cruzam. Um vai contra o outro e perturba-o, como vemos nos diferentes sintomas neuróticos, na medida em que não coincidem com as exigências do Ego, com as exigências dos ideais (narcisistas) do Ego. (LUCCHELLI, 2009, p.26).⁷⁰

Considerando, finalmente, como o sujeito do inconsciente funciona, e como essa fissura psíquica também marca profundamente as características da cultura, definimos *uma diferença fundamental entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio*; reforçamos que a liberdade de expressão possui um caráter de *destino pulsional sublimado*, é pela sublimação que ocorre a liberdade de expressão. Portanto, um *discurso de ódio não é liberdade de expressão* e não poderia sê-lo, uma vez que este é alienado pelos ditames da agressividade.

Apesar da similar aparência pela linguagem, as falas destes enunciados são completamente diferentes. Quem se guia pelo ódio anula sua individualidade consciente em favor do lado obscuro do pré-consciente e do inconsciente, e suas ações atingem o cume de rompimento fantasioso da castração (o que é impossível), negando coletivamente o exigido pelo princípio de realidade, e abaixando a cabeça ao princípio do prazer, às vezes até a morte.

Se render ao ódio pode influenciar a estrutura jurídica de modo determinante, por isso:

Pelo simples fato de fazer parte de uma multidão, o homem desce portanto vários graus na escala da civilização. Isolado era talvez um indivíduo culto, na multidão é um instintivo, consequentemente um bárbaro. Possui a espontaneidade, a violência, a ferocidade e também os entusiasmos e os heroísmos dos seres primitivos. Aproxima-se deles também por sua facilidade em se deixar impressionar por palavras, imagens e conduzir a atos que lesam seus mais evidentes interesses. O indivíduo na multidão é um grão de areia no meio de muitos grãos de areia que o vento agita a seu bel-prazer.

⁷⁰ [Original] La psychanalyse pose que ce n'est pas la subjectivité qui compte, mais la "sujetivité", so l'on peut inventer ce mot. C'est le sujet de l'inconscient qui compte, et non la personne avec sa "subjectivité". Quelle est la différence? La psychanalyse ne s'inscrit pas (ou ne devrait pas s'inscrire) dans une espèce de psychologie de la personne ou du moi. Elle avance qu'il y a une tension entre l'individu, la personne, le Moi, et le sujet, l'inconscient au sens freudien. Il y a, pour ainsi dire, entre l'individu (le Moi) et le sujet de l'inconscient deux plans hétérogènes qui se coupent. Celui-ci va à l'encontre de celui-là, il le dérange, comme on le voit dans les différents symptômes névrotiques, dans la mesure où il ne coïncide pas avec les exigences du Moi, avec les exigences des idéaux (narcissiques) du Moi. (LUCCHELLI, 2009, p.26).

E é assim que vemos júris dar veredictos que os jurados desaprovam individualmente, assembleias parlamentares adotar leis e medidas que cada um dos membros que a compõem reprovava em particular. (LE BON, 2018,36/37)⁷¹.

Por outro lado, quem trilha o difícil caminho da liberdade de expressão, retrai o lado pulsional de seu inconsciente a partir de uma renúncia, favorecendo seu lado consciente sem deixar de prestar contas aos desejos, não nega as demandas da realidade e reconhece a existência do princípio de prazer, escolhendo uma expressão da vida civilizada ao encarar a castração que lhe é acometida, por mais angustiante que seja. Apenas a liberdade de expressão legítima demanda, então, uma *renúncia propriamente pulsional*.

Esse movimento também pode possuir consequências na formação de um Estado de Direito:

O que depois aparece na sociedade como espírito comunitário, *esprit de corps*, não desmente sua procedência da inveja original. *Justiça social quer dizer que o indivíduo nega a si mesmo muitas coisas, para que os outros tenham de renunciar a elas ou, o que é o mesmo, não possam pretendê-las. Tal exigência de igualdade é a raiz da consciência social e do sentimento de dever. (...)*

O sentimento social repousa, portanto, na inversão de um sentimento hostil em um laço de tom positivo, da natureza de uma identificação. Até onde podemos enxergar hoje esse curso de eventos, tal inversão parece ocorrer sob influência de um laço afetoso comum a uma pessoa que está fora da massa. (FREUD, 2011, B, p.82/83) [itálico nosso].

Sem jamais abandonar as contingências humanas, Freud nos revela um meio, que não dizemos ser o definitivo, mas que é certamente relevante, para diferenciar liberdade de expressão e discurso de ódio, afastando o segundo do primeiro ao mesmo tempo em que reconhece que existe, na liberdade de expressão (e talvez sempre haja), uma possibilidade de sua conversão em ódio. Certamente a *renúncia pulsional* é, desse modo, uma indicação essencial da liberdade de expressão. Mas quais as implicações disso? O que essa diferenciação pode significar? E para onde ela pode conduzir a sociedade, ou, ao menos, para onde pode guiar as políticas do Direito? Antes de encarar

⁷¹ É interessante que logo após este trecho, Gustave Le Bon faz referência ao período do terror após a Revolução Francesa, o célebre momento histórico que forneceu ao mundo a ‘sublimada’ “*Declaração universal dos direitos do homem e do cidadão*” para, logo em seguida, aterrorizar seu próprio ambiente cultural com a ‘agressividade pulsional’ da guilhotina. Não apenas irônico, mas um exemplo e tanto do que veremos Sigmund Freud chamar de ‘ambivalência dos sentimentos’.

questionamentos mais diretos como esses, outro salto conceitual é necessário. Um avanço na teoria freudiana irá auxiliar nossa compreensão, e, com mais profundidade, saberemos o que está em jogo nessa renúncia pulsional, destacando um novo patamar de entendimento sobre o que é o sujeito clivado, fazendo uso, agora, da segunda tópica. Para isso é essencial entrar em outros escritos sociais de Freud, com destaque para “*Totem e Tabu*” e “*O mal-estar na civilização*”. Com isso, buscaremos esclarecer mais a fundo como a gênese psico-social da cultura pode nos conduzir a um esclarecimento do *Ego* e à uma sublimação do *Id* capazes de produzir estruturas de organização sociais psicologicamente congruentes.

4. SUJEITO E SOCIEDADE

4.1. A segunda tópica e o sujeito *Spaltung*

Ao adentrarmos na chamada ‘segunda tópica’ dentro da teoria de Sigmund Freud, é central que saibamos que não se trata de uma refutação da primeira tópica, mas de um desenvolvimento integrativo. É com base na primeira tópica que é desenvolvida a concepção do Eu na segunda e consequentemente na teoria como um todo (FREUD, 2011, A, p.28), desse modo, é a partir do sistema “consciente”, “pré-consciente” e “inconsciente” que a dinâmica, mais complexa do “Eu/ego”, “Super-eu/superego” e “Id/Isso” pode se desenvolver, *“levemos em consideração, chamando de Eu a entidade que parte do sistema Pcp e é inicialmente pcs, e de Id, (...), a outra parte da psique, na qual ela prossegue, e que se comporta como ics”* (FREUD, 2011, A, p.29). Primeiro, então, é apenas importante que levemos em consideração tudo o que se referiu a um desenvolvimento do aparelho psíquico, afinal, nessa segunda tópica, nesse segundo ‘lugar psíquico’ (*topos*, que significa ‘lugar’) (HERRMANN, 1983, p.49), o sujeito ainda possui diferentes instâncias mentais. Como se Freud tivesse percebido que a complexidade da clivagem ia além do que primeiro havia se pensado.

A partir desse fluxo conceitual, destacamos a *estruturação narcísica* e a dinâmica dos *pensamentos inconscientes* como fatores que geram e auxiliam na compreensão dessas novas instâncias introduzidas pela segunda tópica, que aqui chamaremos de “Id”, “Eu” e “Super-eu”, mantendo em mente que a diferenciação psíquica entre consciente e inconsciente é uma premissa básica da Psicanálise (FREUD, 2011, A, p.15). Assim, devemos seguir a linha de raciocínio da primeira tópica como base para a conceituação de dinâmicas mais complexas do aparelho psíquico, sem perder de vista o que já mencionamos sobre os movimentos de *deslocamento* intrapsíquicos, sejam eles *censores* (repressão e recalçamento) ou *transformadores* (sublimação, renúncia, etc.). Para isso, seguiremos o exemplo de Freud, mencionando diretamente o contexto da dinâmica libidinal no qual surge a segunda tópica:

Portanto, adquirimos nosso conceito de inconsciente a partir da teoria da repressão. O reprimido é, para nós, o protótipo do que é inconsciente. Mas vemos que possuímos dois tipos de inconsciente: o que é latente, mas capaz de consciência, e o reprimido, que em si e sem dificuldades não é capaz de consciência. Esta nossa visão dinâmica psíquica não pode deixar de influir na terminologia e na descrição. Ao que é latente, tão só descritivamente inconsciente, e não no sentido dinâmico, chamamos de *pré-consciente*; o termo *inconsciente* limitamos ao reprimido dinamicamente inconsciente, de modo que possuímos agora três termos, consciente (*cs*), pré-consciente (*pcs*) e inconsciente (*ics*), cujo sentido não é mais puramente descritivo. O *Pcs*, supomos, está muito mais próximo ao *Cs* do que o *Ics*, e, como qualificamos o *Ics* de psíquico, tampouco hesitaremos em qualificar o *Pcs* latente psíquico. (FREUD, 2011, A, p.17/18).

A questão de o pré-consciente ser latente afeta diretamente nosso argumento, pois, não sendo completamente consciente, não temos o controle nem o conhecimento de seu conteúdo, e sendo latente, pode brotar a qualquer momento. Ou seja, algo que é parte de nós, mas que não temos o controle pode surgir a qualquer momento em nosso discurso, e é algo que devemos nos responsabilizar. Esse é um aspecto crucial da liberdade de expressão que a Psicanálise evidencia, caso, por exemplo, aconteça de nossa pulsão de agressividade ter uma vazão mais efetiva, poderemos ser responsabilizados (mesmo legalmente) pelas injúrias ou difamações de nosso discurso⁷². “*A injúria é, desse modo, entendida como um dano registrado ao nível da sensibilidade, o que quer dizer que esse tipo de ofensa constitui um dos riscos que podem advir da liberdade de expressão*” (BUTLER, 2021, p.98). O fato de nossa enunciação não ser completamente consciente mostra que a responsabilidade é inerente à liberdade de expressão nesse sentido, se queremos que nosso discurso seja livre, devemos assumir a responsabilidade por nossa dinâmica libidinal, caso ela se manifeste socialmente, ainda que sem nossa intenção consciente.

A expressão humana que existe no livre-arbítrio, como já vimos, é a expressão desse sujeito freudiano, esse sujeito que além de clivado (como propriamente o é agora com a segunda tópica) é também um sujeito inconsciente. “*Isso quer dizer que o que chamamos de ‘indivíduo’ é um sujeito*

⁷² No Brasil, em seu Código Penal, a calúnia, a difamação e a injúria são tipificadas pelos artigos 138, 139 e 140 respectivamente (BRASIL, 2020, p.387), o que é um exemplo jurídico de interferência legal no discurso. No entanto, percebemos que a origem psicanalítica disso pode muito bem ser a pulsão de agressividade, que se manifesta de modo danoso a outrem, podendo tudo isso ser potencializado pelo egocentrismo de quem comete a injúria. Evidentemente, a Psicanálise pode ser uma fonte importante para a elaboração legislativa das leis jurídicas de um país.

inconsciente recalcado” (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.73), mas agora, em outro nível, o sujeito inconsciente se mostra no discurso através do pré-consciente. Freud diz isso diretamente ao responder sua própria indagação; “*‘como algo se torna pré-consciente?’*. E a resposta seria: *pela ligação com as representações verbais correspondentes.*” (FREUD, 2011, A, p. 24). Isso significa que emitimos nosso discurso não apenas a partir de nossa história psíquica, mas principalmente através da estrutura psíquica de nós mesmos, daí a importância de avançar teoricamente na teoria do aparelho psíquico, definindo melhor as instâncias também da segunda tópica. Portanto:

É fácil ver que o Eu é parte do Id modificada pela influência direta do mundo externo, sob mediação do *Pcs-Cs*, como que um prosseguimento da diferenciação da superfície. Ele também se esforça em fazer valer a influência do mundo externo sobre o Id e os seus propósitos, empenha-se em colocar o princípio da realidade no lugar do princípio do prazer, que vigora irrestritamente no Id. A percepção tem, para o Eu, o papel que no Id cabe ao instinto. O Eu representa o que se pode chamar de razão e circunspecção, em oposição ao Id, que contém as paixões. (FREUD, 2011, A, p.31).

Existe uma relação estreita entre Eu e Id, por mais que sejam antagônicos entre si, por isso, e para esclarecer essa dinâmica, tomaremos emprestada a conceituação de Fábio Herrmann dessas duas instâncias, por serem sucintas e claras:

O id – que nas palavras-cruzadas tem como conceito: “substrato instintivo da mente” – é exatamente assim: uma espécie de substrato, de onde provêm as pulsões. Seus conteúdos são os representantes psíquicos das pulsões, seja os que nunca chegaram a se tornar inconscientes, seja os que foram recalcados. Dessa forma, é fácil compreender que o id é a instância original da psique. Ao nascer, o indivíduo psicológico seria, para Freud, puro id. Aos poucos, todavia, o contato com as pressões da realidade iria provocar uma espécie de organização secundária da periferia do id, fazendo uma parte de tal massa indiferenciada se estruturasse – mais ou menos como a crosta dum pão que está assando. A essa casca organizada dá-se o nome de ego.

O ego é a sede de quase todas as funções mentais. Toda a consciência cabe ao ego, que se responsabiliza portanto pelo contato com o ambiente, com a realidade externa. O ego, nesse sentido, é um simples feixe de funções: percepção, atividade, juízo (ou julgamento do que é real e dos fins a perseguir) etc. etc. Mas o ego não é só consciência. Há funções inconscientes do ego, os famosos mecanismos de defesa, (...). Por conseguinte, se o id é puro inconsciente, o ego liga-se estreitamente ao sistema pré-consciente-consciência, mas, como todas as boas famílias, também tem seu pé na cozinha. (HERRMANN, 1983, p. 49/50).

Uma vez já esclarecida a maior complexidade teórica do Eu (ego) e do Id (isso), passamos à definição do Super-eu, instância tópica peculiar por se tratar de uma outra diferenciação, agora no interior do Eu, que possui uma relação mais distante do consciente (FREUD, 2011, A, p.34/35), mas que agora convoca diretamente aqueles conceitos já abordados sobre o *narcisismo* e sobre alguns movimentos intrapsíquicos, sobretudo a *sublimação* (obviamente no que tange os deslocamentos em geral). Antes de mais nada, a formação do Super-eu corresponde àquilo que Freud em “*Introdução ao Narcisismo*” elaborou como sendo o *ideal do Eu*.

Por conta dessa relação do Eu com o Id vemos mais uma vez a tensão pulsional agir no interior do sujeito, a falada pressão entre as exigências pulsionais e a imposição da realidade. Por isso, o ideal do Eu, quando integra as instâncias psíquicas, faz o papel de julgador, concessor, repressor e cedente, muito embora sua dinâmica não seja tão facilmente contornada. Portanto, da natureza psicológica do homem, é importante destacar o que Freud reflete, em resumo, sobre o ideal do Eu:

A formação do ideal do Eu é frequentemente confundida, em prejuízo de compreensão, com a sublimação do instinto. Haver trocado seu narcisismo pela veneração de um elevado ideal do Eu não implica ter alcançado a sublimação de seus instintos libidinais. É certo que o ideal do Eu requer tal sublimação, mas não pode forçá-la; a sublimação continua sendo um processo particular, cuja iniciação pode ser instigada pelo ideal, mas cuja execução permanece independente da instigação. Precisamente nos neuróticos encontramos as maiores diferenças de tensão entre o desenvolvimento do ideal do Eu e o grau de sublimação de seus primitivos instintos libidinais, e em geral é bem mais difícil convencer os idealistas do que homens simples, modestos em suas pretensões, acerca do inadequado paradeiro de sua libido. A formação de ideal e a sublimação também se relacionam diferentemente à causação da neurose. Como vimos, a formação de ideal aumenta as exigências do Eu e é o que mais favorece a repressão; a sublimação representa a saída para cumprir a exigência sem ocasionar repressão. (FREUD, 2010, A, p.41).

Que todos esses conceitos psicanalíticos sejam integrados a uma organização sistemática da dinâmica da economia libidinal, dentro daquilo que for adequado nas duas tópicas freudianas para a discussão da liberdade é importante que seja tentado, no entanto, a própria existência do Super-eu pode ser tomada como uma reação ao constante desconhecido advindo do Id que

pode, sem aviso, surgir no nosso discurso e marcar o que pensávamos ser uma autonomia do Eu. Portanto, levando em conta o lado emocional e pulsional, o lado biológico e físico, e até os lados conscientes, pré-conscientes e inconscientes do ser humano, é possível mostrar que a liberdade está também na possibilidade de considerar essa forma de interpretar a realidade, uma maneira sempre inerentemente carente da nossa necessidade de controle. A Psicanálise, ao expor o funcionamento do aparelho psíquico, denuncia que *frequentemente confundimos nosso desejo de controle com a liberdade de expressão*. Isso certamente provoca um estranhamento, os atos protagonizados pelo Super-eu expressam, de certa forma, a contradição da natureza humana.

A terceira instância ou estrutura psíquica, o superego, nada mais é do que uma parte bastante diferenciada do ego. Tão diferenciada, que seus interesses separam-se daqueles do ego e podem se lhes contrapor. O superego é uma espécie de censor das funções do ego, estimula o que se deve processar, proíbe o resto. Para realizar essa tarefa ingrata – ingrata para o ego –, ele se baseia nas normas morais que se fixam a partir dos primeiros anos de vida. Há uma pequena discussão, entre os psicanalistas, para saber quando exatamente se forma o superego – para nós ela não é importante, basta observar que, como seus critérios são fundados em normas muito precoces, o juízo moral do superego é frequentemente primitivo, chocando-se com as aquisições mais elevadas do ego. É um juiz, mas não é um bom juiz. Às vezes proíbe coisas que o ego mais desenvolvido poderia fazer com perfeito sucesso, só porque não o poderia ter feito nos tempos de sua origem. O superego age como uma consciência moral e, no entanto, é fundamentalmente inconsciente e bastante imoral, eis o paradoxo. (HERRMANN, 1983, p.50/51).

Mais uma vez desponta a *ambivalência humana*, agora de forma estrutural; a instância do Super-eu é moral e imoral ao mesmo tempo, isso porque sua função de censora exerce sua exigência e punição em nome das imposições da realidade, mas, quando esta for muito dura, nunca nos deixa esquecer daquilo que é pulsional, podendo pressionar o Eu e o Id de lados opostos. Tomemos como um exemplo, para demonstrar a *ambivalência* do agir humano, a metáfora de um escritor, dentro de sua psiquê que idealiza, sublima e forma um ideal na realidade. Este escritor, não conseguindo possuir a mulher que deseja, pode *sublimar* tal desejo na forma de uma personagem em um romance, dando vazão ao seu desejo de modo modificado, não mais sexual, sem ter de reprimi-lo ou negá-lo, evitando o retorno do recalcado ao expressar de forma literária aquela origem pulsional, mas que, sublimada, revela uma

satisfação legítima pela literatura. Esta personagem, pode ser idealizada pelo escritor, em seu livro ela o pertence e tem apenas as características que ele julga adequadas, para condená-la ou venerá-la, ele deve idealizá-la, como uma maneira de lidar com a angústia de sua falta de controle na realidade ele sublima aquele desejo pela criação de uma personagem. É uma maneira de lidar com a agressividade de não poder tê-la na vida real. Desse modo, a origem pulsional é satisfeita em forma sublimada, passando a existir no mundo real como literatura, e como tal, é uma manifestação clássica da liberdade de expressão no direito de imprensa e de produção literária. Isso permite a enunciação de toda a angústia de sua recusa, sua agressividade se transforma em uma roupagem cultural, contraditoriamente, o escritor homenageia a origem de seu sofrimento através de um movimento inconsciente da sua liberdade de expressão.

Além disso, se essa contradição ocorre na sublimação, mais ainda o paradoxo pode se aprofundar quando da formação estrutural do ideal do Eu. Ainda que não seja possível sublimar seu desejo, o escritor pode passar a pretender se tornar um grande escritor, sem que tenha de ser uma pretensão consciente, ainda que ele não saiba, surgiu para ele um ideal do Eu. E através deste ideal, e em sua perseguição, ele obterá o retorno narcísico de que precisa para estabilizar sua personalidade entre suas exigências libidinais internas que pressionam o Eu e a castração externa que também exerce sua força no Eu. Ao ocorrer um trauma de amor (que pode ocorrer no narcisismo primário com os pais, ou no secundário com a sociedade) surge um grande poeta pela estabilização de seu Super-eu, e o espírito de sua escrita, de sua enunciação literária certamente passa por seu Id, que lhe é desconhecido.

A metáfora do escritor é útil para mostrar a relevância da questão do ideal do Eu tanto para o sujeito quanto para a sociedade, ainda que esta pareça ser uma questão de escolha de carreira, ela é metafórica pois reflete, na verdade, a construção psicológica do sujeito em relação com o ambiente cultural que habita, e isso ocorre em todos os níveis possíveis. Na verdade, no fim da *“Introdução ao Narcisismo”* o próprio Sigmund Freud indica que *“do ideal do Eu sai um importante caminho para o entendimento da psicologia da massa. Além de seu lado individual, ele tem o social, é também o ideal comum de uma*

família, uma classe, uma nação” (FREUD, 2010, A, p.50), é possível com isso que um ideal do Eu seja, inclusive, social, através da identificação entre pessoas de uma mesma época, obrigadas a se relacionar com a castração de uma realidade mais próxima. De toda forma, fica clara que a dinâmica da segunda tópica opera por um *deslocamento* entre o Eu e o Id, passando pela ação do Super-eu entre impulsos eróticos e destrutivos (FREUD, 2011, A, p.55). Percebemos assim, articulações entre as instâncias psíquicas muito mais complexas, e que provavelmente encadeiam uma profundidade da fissura do sujeito mais derradeira do que esperávamos.

Nossas concepções do Eu começam a se tornar claras, suas diferentes relações ganham nitidez. Agora vemos o Eu em sua força e em suas fraquezas. Ele é incumbido de importantes tarefas; em virtude de sua relação com o sistema perceptivo, ele estabelece a ordenação temporal dos processos psíquicos e os submete à prova da realidade. Interpolando os processos de pensamento, ele alcança um adiamento das descargas motoras e domina os acessos à motilidade. Este domínio, entretanto, é mais formal do que factual; em relação ao agir, o Eu tem posição semelhante à de um monarca constitucional, sem cuja sanção nada pode se tornar lei, mas que precisa refletir muito, antes de impor seu veto a uma proposta do parlamento. O Eu se enriquece com todas as vivências oriundas de fora; mas o Id é seu outro mundo exterior, que se empenha em subjugar. Ele retira libido do Id em configurações do Eu. Com ajuda do Super-eu, e de forma ainda obscura para nós, ele haure as experiências pré-históricas armazenadas no Id.

Por dois caminhos o conteúdo do Id pode penetrar no Eu. Um é direto, o outro passa pelo ideal do Eu, e pode ser decisivo, para algumas atividades psíquicas, em qual desses dois caminhos elas sucedem. O Eu se desenvolve da percepção dos instintos ao domínio sobre eles, da obediência aos instintos à inibição deles. Nesta operação tem forte presença o ideal do Eu, que é, em parte, uma formação reativa aos processos instintuais do Id. A psicanálise é um instrumento que deve possibilitar ao Eu a conquista progressiva do Id. (FREUD, 2011, A, p.69/70).

Fica evidente, com essa última frase de Freud e pelo que já sabemos sobre os *deslocamentos psíquicos*, que a conquista progressiva do Eu em relação ao Id não tem fim, nunca eliminamos ou dominamos a inteireza dos *desejos inconscientes*, no entanto, uma vez inseridos na cultura, e ainda que pagando o preço por isso⁷³, uma vitória decisiva do Eu sobre o Id é definitivamente a

⁷³ Sem demora, após citarmos aqui várias características da segunda tópica e do sujeito *Spaltung*, falaremos desse preço a ser pago diretamente na forma de angústia, resultante da renúncia pulsional. Essa ideia em Freud tem sua origem em “*Totem e tabu*” e é o ponto crucial de “*O mal-estar na civilização*”, ambos os textos serão mais bem mencionados nesse sentido na próxima sessão.

liberdade de expressão. Reforçando o que já argumentamos, que *é pela renúncia, pela sublimação e por tantos outros possíveis tipos de deslocamento que a liberdade de expressão tem sua origem*. Mas pelo destaque dessa luta pulsional entre o Eu e o Id, por vezes subjugados pelo Super-eu, percebemos que se falamos em origem, e se esta origem advém do aparelho psíquico, fica posto que *o sujeito se encontra consigo mesmo no discurso, e por isso a liberdade de expressão é tão importante*. Pensando em seu papel estrutural-psicológico, a liberdade de expressão é uma das ferramentas mais essenciais que representam as vitórias do Eu sobre o Id, do contrário, caso as pulsões não fossem deslocadas a um viés civilizatório da comunicação entre indivíduos, instituições e a cultura, estaríamos à mercê (como já estivemos em ocasiões históricas⁷⁴) de um “Eu ideal” individual-coletivo e que, como toda manifestação pulsional não deslocada, só pode advir daquela origem de *puro Id* do começo da vida, daquele *sentimento oceânico* que, nas ações de um adulto, de uma nação ou de uma instituição, só pode ser tirânica com o mundo externo, impondo agressivamente sua própria satisfação pulsional ao outro, ocasionando a morte e a destruição, até que destrua a si mesmo. Obviamente, esta é uma opção e um perigo absolutamente oposto à liberdade de expressão.

Chegamos ao ponto em que se percebe como há uma dobra existencial do sujeito para que haja a liberdade de expressão, uma *clivagem* da estruturação narcísica que ocorre na cisão do Eu, e tal clivagem evidencia como os dois grandes destinos pulsionais teorizados por Freud, entre o erótico e o de morte⁷⁵, fazem do nosso movimento de livre-arbítrio um caminho de *ambivalências*, o que não foi facilmente descoberto e é representado no todo da teoria freudiana por diversas aparentes contradições em seu pensamento, mas que, na verdade

⁷⁴ Isso pode ser argumentado em Freud pelo texto “*Psicologia das massas e análise do Eu*”, em que, de certa forma percebemos o risco do “Eu ideal”, quando se torna a doutrina nacional, pode, por exemplo, no caso do povo, tomar a forma do enamoramento de uma figura autoritária, resultando no esvaziamento do investimento libidinal em si mesmo e o investimento totalmente na figura do ditador. Certos casos históricos são retratos célebres dessa dinâmica psicológica de massa, como foi a Alemanha nazista em relação a Hitler.

⁷⁵ Esses dois grandes destinos pulsionais, nas figuras mitológicas de Eros e Tânatos, se encontram inicialmente nos textos freudianos “*As pulsões e seus destinos*”, é sugerido também em “*O Eu e o Id*”, mas tem seu tema diretamente abordado em “*Além do princípio do prazer*”. Apesar de ser uma importante nota devido ao contexto da psicanálise freudiana, isto será deixado de lado nesse momento, em favor de evidenciar o emissor da liberdade de expressão como o sujeito clivado.

refletem o *indeterminismo* de nossa condição como enunciadores. Elisabeth Roudinesco, ao falar sobre a publicação que introduzia o narcisismo em uma biografia de Freud, indicou justamente essa ambivalência que sabemos extraída dos antagônicos destinos pulsionais com um simultâneo salto para o social:

Com a publicação de um artigo sobre o narcisismo, em 1914, Freud reformava sua doutrina e, baseando-se na contribuição de Karl Abraham, clínico de psicoses, produzia uma alternativa à “libido dessexualizada” de Jung. Não se contentava mais em referir-se à libido como uma manifestação da pulsão sexual, mostrando que ela podia reportar-se ao eu. E daí deduzia a existência simultânea, no psiquismo, de uma oposição entre libido do eu e libido de objeto, entre narcisismo primário, estado originário da vida, e narcisismo secundário, evoluindo para um retraimento dos investimentos de objeto. Assim, abria o caminho para uma reflexão sobre os distúrbios da subjetividade que iam muito além da maneira como pensara até ali a gênese do conflito neurótico. Doravante, o sujeito não era mais simplesmente Édipo convertido em Hamlet, mas Narciso culpado de contemplar sua imagem até morrer por conta disso: maneira de enfatizar a que ponto o homem do novo século era habitado pelo desejo profundo e permanente de se destruir, destruindo o outro. (ROUDINESCO, 2016, p.201/202).

O sujeito freudiano ganha, então, novo patamar de profundidade ao considerarmos as instâncias da segunda tópica. Além de profundidade, isso significa uma perspectiva flagrantemente importante para nossa compreensão da liberdade de expressão. Sem que fosse sua intenção, Sigmund Freud forneceu parâmetros com os quais poderia haver uma influência determinante da Psicanálise no Direito e na Filosofia. Para que isso fique em evidência, devemos mencionar que esse sujeito clivado traz consigo elementos que não estão presentes nas concepções mais clássicas em filosofia, como em René Descartes e em Immanuel Kant.

(...) servindo-se dessa noção ao mesmo tempo jurídica e metafísica, podemos situar Descartes. Com ele, o eu pensante se acha erigido, e trata, de fato, de uma ereção metafísica – encontra-se erigido em substância metafísica. O famoso “penso, logo existo”, que se tornou, digamos assim, um senso comum, designa essa operação extraordinariamente audaciosa, que consiste em colocar o sujeito no lugar mesmo do advento da verdade. (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.66).

É central o entendimento que o objetivo não é de modo algum apequenar os argumentos racionalistas do sujeito cartesiano, nem mesmo entrar em seus méritos, mas apenas indicar que mesmo a determinante contribuição do “*cogito, ergo sum*”, que em seu sentido põe fim à dúvida da existência do sujeito através

da constatação do pensamento próprio, instituindo o primeiro princípio da filosofia cartesiana (DESCARTES, 2011, p. 37), ele está certamente considerando o pensamento acessível à nossa consciência, de modo a criar a possibilidade de muitos argumentos astutos em relação ao Eu, porém, podemos afirmar que Descartes não encarou os *pensamentos inconscientes*, ou ao menos não como Freud, por isso é o sujeito freudiano que poderia se manifestar no social e no individual através de seu discurso considerando as possíveis influências do Id e do Super-eu. Do mesmo modo, funciona a autonomia kantiana:

(...) a tendência ocidental caminha sempre no sentido de salvar o sujeito, aqui não mais no sentido de substância metafísica, mas simplesmente como uma representação em geral. Essa representação, Kant a chama de transcendental, ou seja, se trata de uma representação que deve acompanhar todas as representações. Quando eu tenho uma representação particular, preciso estar nela, isso deve poder acompanhar. Vejam que não se trata mais de um sujeito metafísico com sua densidade metafísica própria, mas simplesmente de uma condição funcional. Eu insisto muito nesse ponto, pois ele é muito importante para compreender o fato psicanalítico: doravante, o sujeito não é mais substância, mas ele é uma função. Função, claro, transcendental, o que ainda parece terrivelmente metafísico, mas “transcendental” em Kant indica simplesmente que é uma condição *a priori*, ou seja, que precede a experiência, mas que a precede e, ao mesmo tempo, a acompanha (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.67).

A diferença do sujeito freudiano faz todo sentido ao incluirmos as peculiaridades psicológicas das pessoas para além de meras inclinações, e a função que esse sujeito é se revela em si mesmo; ele é o discurso, tanto em uma comunicação interna do aparelho psíquico entre suas instâncias, quanto na sua enunciação externa, na associação livre, ou nos atos falhos, ou no próprio ato de enunciar que o liga imediatamente a uma renúncia (ROLLAND, 2017, p.114), já que a fala do sujeito em sociedade já é uma renúncia pulsional em favor dessa transubstanciação verbal da cultura que fora absorvida em sua interioridade (FREUD, 2011, A, p.28). Por isso o sujeito kantiano é diferente, porque ele pode até mesmo ser pressionado entre a razão e a sensibilidade, mas não é clivado como em Freud, e muito menos tem origem inconsciente. Para Kant, tanto na *transcendentalidade* da *Crítica da Razão Pura* (1781) quanto no *pensamento autônomo* da *Crítica da Razão Prática* (1788), a liberdade supõe uma tensão entre razão e inclinação, mas nunca chega a nada similar a uma cisão do Eu, a

liberdade em Kant adviria da norma autoimposta racionalmente, e o sujeito seria livre pelo cumprimento voluntário de um dever formulado pela razão, a liberdade é a autonomia como base natural de toda a dignidade humana e de toda sua racionalidade (KANT, 2018, p.78), além disso, essa autonomia de base racional para Kant é o que constitui o princípio supremo da moralidade (KANT, 2018, p.83), sendo totalmente diferente, por exemplo, da origem moral a partir do Super-eu com Freud.

Sendo assim, a questão do desejo é muito mais complexa na Psicanálise, além de, como já vimos, devemos ser responsáveis mesmo por nossas formulações inconscientes que se tornam alguma ação externa, e sendo inconscientes, do ponto de vista da consciência não poderiam ser racionais. O sujeito freudiano toma responsabilidade pelo desconhecido, ainda que seja pela ação implacável do Super-eu. Irônicamente, Freud considera a censura do Super-eu como a manifestação de um imperativo categórico (FREUD, 2011, A, p. 43), e seu papel é fundamental na renúncia pulsional.

Do ponto de vista da restrição instintual, da moralidade, pode-se dizer que o Id é totalmente amoral, o Eu se empenha em ser moral, e o Super-eu pode ser hipermoral e tornar-se cruel como apenas o Id vem a ser. É notável que o homem, quanto mais restringe sua agressividade ao exterior, mais severo, mais agressivo se torna em seu ideal do Eu. Para a consideração habitual é o oposto, ela vê na exigência do ideal do Eu o motivo para a supressão da agressividade. Mas o fato permanece como o enunciamos: quanto mais um indivíduo controla sua agressividade, tanto mais aumenta a inclinação agressiva de seu ideal ante ao seu Eu. É como um deslocamento, uma volta contra o próprio Eu. Já a moral comum, normal, tem o caráter de algo duramente restritivo, cruelmente proibitivo. Daí vem, afinal, a concepção de um ser superior que pune implacavelmente. (FREUD, 2011, A, p. 68).

O caminho Freudiano que leva ao sujeito clivado, portanto, implica a renúncia pulsional em favor da estruturação do narcisismo secundário, vemos outra vez um deslocamento intrapsíquico. E para além da construção da segunda tópica, no próprio texto freudiano vai acontecendo a produção teórica e a maturação conceitual necessária para chegarmos à clivagem do Eu.

Sobre essa trajetória, Paul-Laurent Assoun destaca que a primeira figura do sujeito em Freud corresponde ao texto “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, através da exposição da teoria da libido que além de discutir sobre

a sexualidade infantil, vai colocar em pauta a teoria das pulsões e de seus consequentes investimentos libidinais. Isso mostra uma primeira noção de tensão pulsional entre a libido do eu e a libido de objeto (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.69), embate presente na economia psíquica de todo ser humano. A segunda figura da qual podemos extrair a noção de sujeito no texto freudiano está justamente em *“Introdução ao narcisismo”*, em que há uma separação definitiva entre libido do eu e libido de objeto, estruturando o sujeito, na medida de sua maturação mental, do narcisismo primário ao secundário. Assim, o *“narcisismo é um sujeito da libido; mas esse sujeito da libido pode ser alcançado a partir dessa questão essencial da relação entre o prazer e a realidade, ou seja, o eu- prazer e o eu-realidade”* (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.69). A terceira figura do sujeito pode ser identificada, assim, no livro *“Mal-estar na civilização”*, em que Freud teoriza sobre o real, o real que liga a origem do indivíduo e a cultura. É aqui que ele explica a gênese do psiquismo, como já vimos anteriormente, a partir do sentimento oceânico, ceifado pela castração que vai esculpindo o sujeito. Isso quer dizer que *“para que o sujeito possa aceder a alguma coisa que se pareça justamente a um ser-sujeito, a uma subjetividade, é preciso que haja um acontecimento, uma espécie de deiscência, uma espécie de corte entre o que é interno e o que é externo, uma espécie de modulação temporal”* (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.70). Fica evidente que nessa trajetória, ainda que o sujeito como entidade individual em uma problemática filosófica não tenha sido abordado diretamente por Freud, ao olharmos sua obra, o sujeito certamente detém um contorno.

Nessa altura, através do enfoque da liberdade de expressão, tocamos em diversos pontos cruciais de todo esse caminho, e é como que se referindo a tudo isso, que passaremos a chamar (não que não o pudéssemos fazer antes) o sujeito freudiano de *sujeito Spaltung*. *“Freud fala, (...), de ‘Spaltrichtung’. ‘Richtung’ quer dizer direção e ‘Spalt’ remete a Spaltung no sentido de clivagem. Existem direções de clivagem”* (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.72). Chegamos, portanto, a um ponto culminante, podemos dizer dessa direção do sujeito *Spaltung*, uma direção existencial, uma direção no sentido em que entendemos a liberdade de expressão. Nela, na liberdade de expressão, o sujeito enuncia a si

mesmo em evocação de sua história psíquica, portanto, nossa última escalada deve enfrentar, a partir desse ponto culminante, implicações sociais desse sujeito *Spaltung* na integração dessa clivagem e suas direções também na coletividade cultural.

4.2. O sujeito *Spaltung* na expressão da cultura

Elucidamos, pelo surgimento do sujeito *Spaltung*, que existem duas fases formativas do psiquismo, se colocarmos a questão de modo simples. A primeira no embate entre o Eu-de-prazer e o Eu-realidade, na estabilização da personalidade pela fase oral, anal até se aderir ao investimento pulsional genital na fase da puberdade. Claro que isso indica que a formação do aparelho psíquico é processual e não ocorre instantaneamente, tal é dinâmica da segunda tópica. A segunda fase, que se relaciona com a primeira, não se limita ao universalmente próprio da sexualidade humana, mas na sua relação com a cultura, fazendo uso da ferramenta da *identificação*⁷⁶ como sua maneira própria de integração. Pois bem, é sabendo deste contexto que revelamos que Sigmund Freud à sua maneira também descreveu a origem psíquica da cultura por fundamentos pulsionais, primeiro em “*Totem e tabu*” de 1912/13, e depois em “*O mal-estar na civilização*”, de 1933, textos em que iremos nos inspirar para abordar essa segunda fase do sujeito *Spaltung* e todas as suas implicações, agora na sociedade, da liberdade de expressão. Curiosamente já o começamos, uma vez que a noção de *sentimento oceânico* se encontra na elaboração inicial do texto do “mal-estar”.

⁷⁶ De forma sucinta, a ‘Identificação’ é um “termo empregado em psicanálise para designar o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos-chave de sua evolução, dos aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que os cercam” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.363). Portanto, a identificação é uma ferramenta constitutiva do sujeito na medida que se comporta como elemento de assimilação do outro em si mesmo, ou seja, de assimilação, através da figura do outro, daquilo que é cultural, introjetando, por identificação, a civilização em si mesmo. Sobre esse aspecto do coletivo assimilado pela identificação, Freud abordou amplamente em “*Psicologia das massas e análise do eu*”.

Não como estamos acostumados a dizer a razão, mas como nos casos apresentados, como um modo de *ressignificação*⁷⁷, todos nós, na diversidade de nossa individualidade, carregamos as consequências psicológicas do passado formativo de nossa organização social e da nossa dificuldade pessoal de adaptação ao meio social em que nascemos. Essa articulação ocorre na cisão do Eu, e é ela que Freud demonstra em seus textos de *Volkerpsychologie*⁷⁸, ao relacionar a origem do sujeito com a herança cultural que adquire e perpetua de maneira introjetada em sua própria psicologia.

Um longo caminho deve ser percorrido para que se criem elos claros entre um elemento e outro do que nos permite expressar a liberdade, ainda assim, permanece a dificuldade em se perceber a ligação entre o primeiro e o último elo da corrente. Por essa razão é necessário unir em um mesmo momento essas referências que parecem, à primeira vista, avessas entre si. Inclusive, a Psicanálise fornece também, agora teoricamente, mais algumas ferramentas que expressam essa capacidade humana de mudar seu estado de consciência, modificando as possibilidades políticas a seu redor. Isso envolve as origens e destinos da cultura, assim, essa mudança do que definimos até aqui como esse sujeito *Spaltung*, pode ser expresso pelas grandes interpretações sobre a liberdade dentro da história psíquica da cultura.

Com esse objetivo no horizonte, a descrição mítica presente em “*Totem e Tabu*” é primordialmente importante porque vai nos levar ao momento antepassado da origem psicológica da organização social, o qual nos referimos como cultura, “*afinal, é principalmente nessa obra que Freud estabelece a analogia entre a filo e a ontogênese, entre processos que atingem a espécie e os que atingem cada ser humano em particular*” (SAROLDI, em KOLTAI, 2018,

⁷⁷ Essa expressão busca ter um fundo psicanalítico não muito comum, como sendo a junção de um retorno do recaiado e uma sublimação do trauma rememorado. O retorno do recaiado é o “processo pelo qual os elementos recaiados, nunca aniquilados pelo recalque, tendem a reaparecer e conseguem fazê-lo de maneira deformada sob a forma de compromisso” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.463), lembrando que “Freud sempre insistiu no caráter ‘indestrutível’ dos conteúdos inconscientes” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.463). Assim, o trauma que foi recaiado aparece de novo na consciência, algumas vezes sob nova forma, no entanto, nesse momento o trauma pode ser sublimado, ou seja, convertido para uma outra ação, mais benéfica, a partir desse combustível psíquico, inicialmente negativo, *ressignificando* o trauma vivido.

⁷⁸ “Psicologia Social”.

p.13). É evidente a presença de mecanismos da Psicanálise nos movimentos da mente humana, porém, aqui torna-se possível afirmar que essas ferramentas mentais não refletem apenas os modos individuais com que lidamos com o mundo através do Eu, Super-eu e Id, mas os meios nos quais a cultura se manifesta no indivíduo e na própria formação dessas instâncias. Por essa razão, começará a ser exposta agora um conceito; a *ambivalência dos sentimentos*, que se encontra na base tanto da descrição contida em “*Totem e Tabu*”, quanto na condição cultural descoberta em “*O mal-estar na civilização*”, e que já percebemos, inclusive, na possível contradição entre as vontades das instâncias do aparelho psíquico e a direção de seus deslocamentos pulsionais.

O desejo instintual desloca-se constantemente, a fim de escapar ao cerco em que se acha, e procura obter sucedâneos para o proibido – objetos substitutos e ações substitutas. Por isso também a proibição se move, estendendo-se aos novos alvos do impulso proibido. A proibição responde a cada novo avanço da libido reprimida com um novo aguçamento. (FREUD, 2012, p.59).

Freud evidencia a mediação dessa tensão pulsional entre o permitido e o proibido através da ação do Super-eu, como vimos na segunda tópica, mas essa ação de censura, que atua como um imperativo categórico psicológico é estabelecido por Freud nas sociedades primitivas como um paralelo ao tabu, que posteriormente fora internalizado (FREUD, 2012, p.48). A *ambivalência* dessa tensão pulsional interna entre proibido e permitido provoca e é provocada pela cultura ao longo de gerações.

O conceito de ‘*ambivalência dos sentimentos*’, no entanto, está situado na teoria freudiana dentro do contexto maior de “*Totem e Tabu*”, mas que não poderia ser totalmente explicitado⁷⁹. Esse escrito é considerado entre os

⁷⁹ O livro “*Totem e Tabu*” foi publicado por Freud entre 1912 e 1913. Tanto ele quanto “*Mal-estar na civilização*” (utilizados nesta sessão), são escritos dos mais longos que Sigmund Freud escreveu em continuidade, na versão utilizada possuindo mais de 200 páginas. Além disso, no caso de “*Totem e Tabu*”, Freud nos fornece amplas informações da antropologia de sua época (com destaque para Frazer e Wundt) e por essa linha, primeiro explica o funcionamento de diversas sociedades totêmicas estudadas pelos antropólogos explicitando, por exemplo, a sua inerente exogamia cultural baseada no horror ao incesto, ao mesmo tempo em que identifica tal horror como um tabu, ou seja, é uma regra social rígida dos povos totêmicos, mas que é especialmente desejada em segredo, sendo sua violação permitida em rituais religiosos especiais. Ocorrências como essas acontecem, diz Freud, de um jeito ou de outro em todos os povos humanos e percebe-se, obviamente, que esse horror de contato com o tabu e o simultâneo desejo intenso de fazer a prática do tabu é uma das fontes culturais mais fortes da ambivalência humana. Além disso, Freud vai trazendo para essa discussão vários conceitos já descobertos pela Psicanálise, utilizando conhecimentos acerca, por exemplo, da sexualidade infantil e dos neuróticos obsessivos para evidenciar a herança psíquica das culturas antigas em nossa humanidade atual, além de paralelos mais diretos como as

psicanalistas de primordial importância por exibir a *versão freudiana da origem da cultura aos moldes da tradição do contrato social na teoria política*, resguardando a originalidade de fazê-lo através de um sentido totalmente integrado ao psiquismo humano. E interessante que isso ocorre sem que necessariamente tenha sido uma intenção de Freud. Desse modo, ainda que a teoria psicanalítica seja a base mais fundamental deste texto, em “*Totem e tabu, ao propor uma teoria do poder democrático centrado em três necessidades – um ato fundador, uma lei e a renúncia ao despotismo – estaria mais próximo de um livro de política de inspiração kantiana do que de um livro de antropologia*” (KOLTAI, 2018, p. 24). Sendo assim, “*Totem e Tabu*”, nos oferece argumentos essenciais sobre como a liberdade pode se expressar na intersecção entre o político e o psíquico, afinal, ele fez uma relação direta entre filogênese e ontogênese, entre a origem da pessoa como indivíduo e a própria história da humanidade (KOLTAI, 2018, p.19).

Devemos salientar, portanto, que a fundação da cultura, para Freud, se dá na dinâmica do *mito do pai primevo*, que para ele não era mito, mas sim um fato histórico (KOLTAI, 2018, p. 21). É central ressaltar que “*com Totem e tabu, Freud teria acrescentado dois novos temas à antropologia de sua época: a lei moral e a culpa*” (KOLTAI, 2018, p. 24), afirmando que o sentimento de culpa, que aparece inclusive como ambivalência da estrutura humana, seria o afeto fundador da civilização, nos retirando de um *estado de natureza* no qual o pai primevo reinava de forma tirânica até o momento de sua morte e consequente passagem para o estado de cultura. Portanto, é inevitável mencionar diretamente a descrição essencial do mito do pai primevo em seu ponto culminante, o da refeição totêmica, dada pelo próprio Freud.

(...) Um pai violento e ciumento, que reserva todas as fêmeas para si e expulsa os filhos quando crescem, eis o que ali se acha. Esse estado primevo da sociedade não foi observado em nenhuma parte. O que vemos como organização primitiva, que ainda hoje vigora em determinadas tribos, são *bandos de machos*, compostos de membros com direitos iguais e sujeitos às

fazes do nosso desenvolvimento mental, de certo modo, corresponderem a épocas culturais; do animismo, da religiosidade e da cientificidade. Dentro da história da Psicanálise, também é útil lembrar que neste período Freud havia rompido com Carl Jung, seu promissor discípulo, de modo que “*Totem e Tabu*” também funciona como um distanciamento da linha jungiana, inclusive reforçando a hipótese de universalização do complexo de Édipo.

restrições do sistema totêmico (...). É possível que uma tenha se desenvolvido da outra? E de que forma, então?

Recorrendo à cerimônia da refeição totêmica, podemos dar uma resposta. Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. (...). O fato de haverem devorado o morto não surpreende, tratando-se de canibais. Sem dúvida, o violento pai primevo era modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte da sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião.

Para achar verossímeis estas consequências, fazendo abstração de suas premissas, basta supor que o bando de irmãos rebeldes era dominado, em relação ao pai, pelos mesmos sentimentos contraditórios que podemos discernir no complexo paterno de nossas crianças e nossos neuróticos. Eles odiavam o pai, que constituía forte obstáculo a sua necessidade de poder e suas reivindicações sexuais, mas também o amavam e o admiravam. Depois que o eliminaram, satisfizeram seu ódio e concretizaram o desejo de identificação com ele, os impulsos afetuosos até então subjugados tinham de impor-se. Isso ocorreu em forma de arrependimento, surgiu uma *consciência de culpa*, que aí equivale ao arrependimento em sentido comum. O morto tornou-se mais forte do que havia sido o vivo; tudo como ainda hoje vemos nos destinos humanos. Aquilo que antes ele impedira com sua existência eles proibiram então a si mesmos, na situação psíquica da “obediência *a posteriori*”, tão conhecida nas psicanálises. Eles revogaram seu ato, declarando ser proibido o assassinio do substituto do pai, o totem, e renunciaram à consequência dele, privando-se das mulheres então liberadas. Assim criaram, a partir da *consciência de culpa do filho*, os dois tabus fundamentais do totemismo, que justamente por isso tinham de concordar com os dois desejos reprimidos do complexo de Édipo. Quem os infringia tornava-se culpado dos dois crimes que inquietavam a sociedade primitiva. (FREUD, 2012, p. 216/217/218/219).

Definimos assim uma hipótese de contrato social, a freudiana, para a fundação da cultura e de uma sociedade de direito primitiva. O texto “*Totem e Tabu*” precede o “*Introdução ao Narcisismo*”, que Freud escreve logo nos anos seguintes, porém, ao explorar a origem da civilização, ele já sugere a necessidade de deixarmos de lado nosso narcisismo primário, como um amor-próprio naquele sentido que no adulto seria patológico, para favorecermos a convivência social, como fizeram os filhos após o assassinato do pai primevo, ainda que sempre permaneça uma parcela da libido investida no Eu (FREUD, 2012, p. 141) de forma estrutural. Isso ocorre para podermos adquirir cultura na

obediência das diretrizes do totem, na formação de regras sociais com base na dinâmica libidinal.

O afastamento de um egocentrismo infantil, que clama pela satisfação irrestrita das pulsões, nos permite obedecer àquilo que é ordenado pelo totem, na medida em “*que as proibições do tabu devem ser vistas como produto de uma ambivalência emocional*” (FREUD, 2012, p. 111). Isso significa que, do ponto de vista da liberdade de expressão, nossos enunciados perante o mundo social carregam essa ambivalência emocional originária, e podemos encontrar aqui uma gênese psicológica da moralidade (FREUD, 2012, p. 112) nesse sentido, assim, *o ato de renúncia das pulsões é um ato de liberdade humana na cultura*, e é interessante que o tabu pode ser considerado uma forma primitiva de consciência moral, surgida através de um sentimento de culpa pelo que foi feito em nome da própria liberdade (o parricídio), isso carrega certa profundidade filosófica porque essa tomada de consciência histórica envolve uma epifania em relação à psicanálise freudiana ao percebermos uma presença universal do complexo de Édipo e de outras condições do aparelho psíquico como interligadas intimamente com a cultura humana. A separação entre filogênese e ontogênese não é de ruptura, mas de simbiose. Sobre esse entendimento fornecido pelo mito do pai primevo, Elisabeth Roudinesco ajuda muito com seu esclarecimento:

Se por um lado Freud fazia do selvagem um equivalente da criança e conservava os estágios da evolução, por outro rejeitava todas as teorias da “inferioridade” do estado primitivo. Por conseguinte, não fazia do totemismo um modo de pensamento mágico menos elaborado que o espiritismo ou o monoteísmo: via-o antes como uma remanescência intrínseca a todas as religiões. E, pela mesma razão, não comparava o selvagem com a criança senão para provar a adequação entre a neurose infantil e a condição humana em geral, erigindo assim o complexo de Édipo em modelo universal. Por fim, em se tratando do interdito do incesto e da origem das sociedades, Freud trazia uma nova visão. De um lado, renunciava à própria ideia de origem, afirmando que tal horda não existia em lugar nenhum: o estado originário era na verdade a forma interiorizada por cada sujeito (ontogênese) de uma história coletiva (filogênese) que se repetia ao longo das gerações; de outro, assinalava que a proibição do incesto não nascera, (...), de um sentimento natural de repulsa dos homens a respeito de tal prática, e sim, ao contrário, que havia desejo de incesto e este tinha como corolário o interdito instaurado sob a forma de uma lei e de um imperativo categórico. Com efeito, por que teriam proibido um ato que causava tamanho horror à coletividade? Em outras palavras, Freud trazia para a antropologia dois temas oriundos de sua

doutrina: a lei moral e a culpa. No lugar da origem, um ato concreto: o assassinato necessário; no lugar do horror ao incesto, um ato simbólico: a interiorização do interdito. Nessa perspectiva, toda sociedade era fundada no regicídio, mas só saía da anarquia assassina na medida em que esse regicídio era seguido de uma sanção e uma reconciliação com a imagem do pai, única a autorizar a consciência. (ROUDINESCO, 2016, p.196/197).

A violação do tabu acarreta para os primitivos um profundo *sentimento de culpa*, e assim, a consciência tratada aqui se origina diretamente pela *ambivalência dos sentimentos* entre totem e tabu, entre a vergonha causada pela ruptura moral do tabu e o profundo desejo de cometer a atividade tabu. Essa ambivalência, de acordo com Freud, marca profundamente todas as sociedades que vieram após este suposto assassinato do pai primevo, de modo a se repetir psicologicamente a cada geração, além de integrar cada complexo de Édipo. Como uma relação social de sacralização e profanação das atitudes individuais e culturais de cada um através de sua simbologia psíquica.

Portanto, também a consciência [*Gewissen*] provavelmente surge com base numa ambivalência emocional, a partir de relações humanas bem específicas às quais se liga tal ambivalência, e sob as condições reivindicadas para o tabu e a neurose obsessiva, de que um dos sentimentos opostos seja inconsciente e conservado reprimido pelo outro, obsessivamente dominante. (FREUD, 2012, p. 113).

O surgimento da consciência a esse modo, bem como no paralelo da estrutura obsessiva, são modos diretos que Freud uniu o particular do psiquismo humano com a origem política da humanidade. São elementos teóricos diretos da união de filogênese e ontogênese, por isso, para que essa linha de pensamento seja fortalecida, talvez seja interessante trazer um elemento histórico para enriquecer o mito do pai primevo. E já que Freud supõe o surgimento da cultura por parâmetros psicológicos, precisamos destacar a possibilidade de que após essa horda primitiva, houve uma continuidade na evolução cultural, além de na história psíquica da humanidade, na medida em que o pai primevo, de totem se transformou em Deus e de Deus fora mais distanciado ainda de nosso Eu, possibilitando a era científica.

O mito do pai da horda, e a “invenção de Deus” que o acompanha, permitiu a Freud confirmar sua hipótese quanto à existência de uma analogia entre a filogênese e a ontogênese, entre o devir do indivíduo e o da história da humanidade, em que a cada idade da humanidade – animista, religiosa e científica – corresponderia um estado da ontogênese. É assim que, à fase

animista, corresponderia o narcisismo e a onipotência dos pensamentos; à fase religiosa, a fixação da libido nos pais, momento em que o humano teria concedido a onipotência aos deuses, ainda que sem renunciar totalmente a ela; e à científica, o reconhecimento, por parte do homem, de sua fragilidade, o que o levou a se resignar com a morte. (KOLTAI, 2018, p.73).

Digamos que, ainda que o elemento histórico do desenvolvimento da cultura esteja presente de forma também psicológica em sua natureza, ele é de crucial importância para que a origem da civilização ao redor do mito do pai primevo e a ambivalência dos sentimentos não se assente no nada. O peso da consideração de um paralelo entre a evolução cultural e a evolução mental da espécie encontra razoabilidade ao acrescentar um peso histórico ao debate. No entanto, o principal que gostaríamos de salientar é que “*o homem se torna neurótico porque não pode suportar a medida de privação que a sociedade lhe impõe*” (FREUD, 2010, B, p.45). A junção da estrutura psíquica e da cultura, possibilitadas pela tese freudiana, permite vislumbrar uma construção única da liberdade de expressão ao redor do sujeito *Spaltung* na convergência da filogênese e ontogênese nos precipícios de sua clivagem.

Essa tese pode ser, de modo sucinto, formulada da seguinte maneira: o social é constituído pela mesma substância que o psíquico, em virtude de sua origem comum no assassinato do chefe da horda, o qual, ao instituir o complexo de Édipo, fez surgir ao mesmo tempo e pelo mesmo movimento o desejo, a culpabilidade e a proibição do incesto, apresentando cada uma dessas entidades uma face psíquica e uma face coletiva ou social. Dada essa origem comum, a analogia do psíquico individual ao psíquico coletivo e deste ao social propriamente dito é fundada, e as conclusões dela extraídas valem tanto no sentido indivíduo-sociedade quanto na direção oposta. O que a fundamenta, na ordem das causas, é a realidade do assassinato primitivo, e, na ordem da interpretação, a definição de psicanálise como ciência do inconsciente. (MEZAN, 2019, p. 601/602).

Como o sujeito *Spaltung* é também o sujeito do inconsciente, é possível inferir que, atrelada a uma evolução de nossa psicologia, temos de necessariamente considerar que a manifestação da liberdade também era diferente em cada uma dessas fases da psicologia histórica; animista, religiosa e científica. Ainda assim, independentemente de quaisquer fases históricas, a maturidade humana expressa na forma do discurso que simboliza nossa própria capacidade de sobrevivência na cultura e de construção da cultura sempre foi marcada pela ambivalência dos sentimentos. Porém, desde que houve a sacralização dos primeiros tabus é possível vislumbrar um surgimento da lei, que

vai separar o discurso permitido como liberdade de expressão de simples manifestações destrutivas que se transvestem deste discurso, mas que, no entanto, são essencialmente movidas pelas pulsões agressivas. E esse contexto também pode nos fornecer uma outra origem psicológica do Direito, a partir da horda primitiva fundada pelos irmãos.

Nessa família primitiva falta ainda um traço essencial da civilização; a arbitrariedade do pai e chefe não tinha limites. Em *Totem e tabu* procurei mostrar o caminho que levou dessa família ao estágio seguinte da vida em comum, os bandos de irmãos. A vitória sobre o pai havia ensinado aos filhos que uma associação pode ser mais forte que o indivíduo. A cultura totêmica baseia-se nas restrições que eles tiveram de impor uns aos outros, a fim de preservar o novo estado de coisas. Os preceitos do tabu constituíram o primeiro “direito”. (FREUD, 2010, B, p.61/62).

Isso significa que por mais que os povos totêmicos expressem sua liberdade, na concretude prática, de forma diferente dos grupos posteriores de organização religiosa, e estes das sociedades modernas de ordem científica, a condição humana se mostra presente em todos eles. A cada era, é a condição humana que vai lidar de maneiras diferentes com a castração da realidade, por mais que a castração tenha provocado resultados profundamente diferentes através dos tempos, sempre há na vida humana alguma forma de castração. Queremos dizer que para o surgimento de quaisquer sistemas jurídicos que possibilitem a articulação e debate da liberdade de expressão, existe um fundo psíquico a ser considerado pela civilização; de que aquele sentimento que fala que o que nós melhor podemos conhecer somos nós mesmos, nosso Eu em sua vontade e necessidade, se trata de uma aparência enganosa, pois o Eu se prolonga para nosso interior sem uma fronteira nítida a partir do mundo inconsciente da instância que chamamos de Id (FREUD, 2010, B, p.16), de modo a nos forçar a admitir que mesmo as democracias mais sofisticadas da atualidade tem de considerar os movimentos do inconsciente social, bem como pagar seu tributo ao Super-eu e suas diretrizes.

Claro, alguns momentos históricos são notáveis para evidenciar as lentas transformações da cultura, e uma das mais interessantes talvez seja a fase mitológica, que marcou a mudança do animismo para a religião. A época da mitologia é certamente marcada por elementos animistas e religiosos, ainda não

havia sido retirada de cena a sacralização das forças psíquicas do animismo presentes espiritualmente em figuras de animais e forças da natureza. Assim, temos presentes, a título de exemplo, figuras com um aspecto animal, como; na mitologia grega, representando algum castigo divino o caso do Minotauro ou da Medusa; ou na mitologia egípcia com Rá, o Deus-sol e divindade maior no Egito antigo, que possuía cabeça de falcão; e até na antiguidade chinesa, através de famosas lendas como a do Rei Macaco, do conto “*A viagem para o oeste*”. É interessante traçar esse tipo de paralelo, mas para não desviarmos do assunto em demasiado, ele fica por aqui, marcando presença apenas como um contexto histórico para auxiliar *a posição da liberdade de expressão como sendo possível a partir de um estado de consciência no qual, independentemente de sua época, reflete uma renúncia pulsional*, favorecendo o discurso do tabu, ou seja, da regra cultural, do Direito, em desfavor da realização pulsional particular.

A vida humana em comum se torna possível apenas quando há uma maioria que é mais forte que qualquer indivíduo e se conserva diante de qualquer indivíduo. Então o poder dessa comunidade se estabelece como “Direito”, em oposição ao poder do indivíduo, condenado como “força bruta”. Tal substituição do poder do indivíduo pelo da comunidade é o passo cultural decisivo. Sua essência está em que os membros da comunidade se limitam quanto às possibilidades de gratificação, ao passo que o indivíduo não conhecia tal limite. Portanto, a exigência cultural seguinte é a da justiça, isto é, a garantia de que a ordem legal que uma vez se colocou não será violada em prol de um indivíduo. Não é julgado, aqui, o valor ético desse direito. O curso posterior da evolução cultural tende a tornar esse direito não mais a expressão da vontade de uma pequena comunidade – casta, camada da população, tribo –, que novamente age como um indivíduo violento face a outros grupos talvez mais numerosos desse tipo. O resultado final deve ser um direito para o qual todos – ao menos todos capazes de viver em comunidade – contribuem com sacrifício de seus instintos, e que não permite – de novo com a mesma exceção – que ninguém se torne vítima da força bruta. (FREUD, 2010, B, p.57).

Dizemos que as eras animista/mitológica, religiosa e científica são visões de mundo independentes e que romperam com a era anterior, mas sempre permanecendo ligadas pela herança psicológica carregada pela humanidade que sobrevive em resquícios culturais simbólicos nas visões de mundo posteriores. Por exemplo, na mais antiga delas, no contexto freudiano do animismo, podemos afirmar que “*é um sistema de pensamento, ele não só explica um fenômeno particular, mas permite compreender o mundo como unidade, a partir de um ponto*”. (FREUD, 2012, p.124). De certo modo, nessas sociedades

primitivas, seguir os ditames sociais impostos poderia significar a própria sobrevivência, aproximando a liberdade social da liberdade que começa a ser possível pela satisfação do pré-requisito básico da subsistência, de um escape do desamparo total. Desse modo, as sociedades animistas se aproximam de uma conduta política narcisista, uma vez que, ao eleger um totem como elemento central de organização da realidade, passa a haver uma *onipotência de pensamentos*, conceito freudiano, que vai pautar as condutas sociais por crenças baseadas no tabu.

O primitivo só sabia pensar o mundo à sua imagem e semelhança, fazendo desaparecer tudo aquilo que não se coadunava com essa imagem, constatação que levou Freud a estabelecer uma correlação entre onipotência do pensamento e narcisismo, entendido enquanto investimento libidinal em si próprio, em que o outro existe como mero objeto de satisfação, não como alteridade.

Essa correlação entre a onipotência do pensamento dos primitivos e o narcisismo permitiu a Freud traçar um novo paralelo entre as diferentes maneiras de conceber o mundo e o desenvolvimento da libido individual, em que a fase animista corresponderia ao narcisismo primário, a religiosa ao estágio no qual a libido se fixa nos pais e a científica ao estado de maturidade no qual o indivíduo renuncia à exclusiva procura do prazer e subordina sua escolha de objeto às exigências da realidade. (KOLTAI, 2018, p.41).

Acompanhamos através dessa reflexão, que há um desenvolvimento da maturidade individual de modo correspondente à maturidade cultural, ainda que não sejam facilmente associadas. Entendamos, uma não é consequente da outra, mas é simultânea à outra, são integradas na mesma tapeçaria da realidade humana, o que não é o mesmo de afirmar que seriam a mesma coisa, obviamente não o são. Porém, fazemos aqui uma equivalência *simbólica* através do sentido psicológico da cultura, afinal, é óbvio que a cultura humana vem se desenvolvendo por milênios e por isso não corresponde ao curto período de uma única vida humana. Mas como temos visto, no sentido psicanalítico, os processos culturais se refletem nos processos estruturais do homem na formação de seu aparelho psíquico.

Por assim dizer, as sociedades modernas, na era científica, correspondem ao sentido psíquico desse aparelho mental das pessoas que compõe esta sociedade e que são compostas por ela. Podemos entender dentro dessa interpretação como o estabelecimento do narcisismo secundário bem como

a complexidade dinâmica vista com a segunda tópica nos faz compreender também as condições do nosso próprio contexto cultural e os sacrifícios pulsionais exigidos em nossa era. Como dissemos, existe um sacrifício pulsional na liberdade de expressão, afinal, o discurso civilizado é gradativamente manifesto no lugar da agressividade humana, elemento pulsional central de acordo com Freud. E assim podemos fazer essa leitura do que o texto freudiano descreve nessa dinâmica claramente fusionada de individual e coletivo, evidenciando como a agressividade pulsional se movimenta para favorecer a estrutura tópica e a civilização:

A agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. Lá é acolhida por uma parte do Eu que se contrapõe ao resto como Super-eu, e que, como “consciência”, dispõe-se a exercer contra o Eu a mesma severa agressividade que o eu gostaria de satisfazer em outros indivíduos. À tensão entre o rigoroso Super-eu e o Eu a ele submetido chamamos de consciência de culpa; ela se manifesta como necessidade de punição. A civilização controla então o perigoso prazer em agredir que tem o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior, como por uma guarnição numa cidade conquistada. (FREUD, 2010, B, p.92).

O fenômeno religioso por exemplo, quando foi a visão de mundo dominante, forneceu uma contribuição inestimável não apenas para o que lhe é mais evidente como herança na atualidade, no *direito à liberdade religiosa e de crença* (inclusive, sendo esta uma das espécies de proteção específicas dentro da liberdade de expressão), protegido por várias constituições modernas⁸⁰, mas fez avançar, em termos freudianos, nossa *renúncia pulsional*, *deslocando* a onipotência dos pensamentos para a onipotência dos Deuses, e assim, atingindo um outro patamar de civilização. Portanto, indivíduo e sociedade, ao falarmos em liberdade, se encontram intimamente ligados de forma natural, como no caso

⁸⁰ Mencionamos que a Constituição da República Federativa do Brasil atual (1988) protege diretamente o direito à liberdade religiosa como um dos centrais dentro da proteção da liberdade de expressão, assim, em seu artigo 5º, inciso VI ela dita: “*é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção dos locais de culto e suas liturgias*” (BRASIL, 2020, p. 18). Curioso para nós, que integramos a o estudo psicanalítico nesse contexto a expressão “liberdade de consciência”, algo que obviamente se torna imediatamente emblemático, uma vez que a consciência moral viria do Super-eu, já a consciência a que temos acesso no Eu é dividida entre os comandos do Super-eu e as demandas pulsionais do Id. Isso evidencia mais uma vez como o psiquismo humano não pode ser desconsiderado da reflexão acerca da ordem social.

da liberdade de crença na era moderna, que pode ser defendida em vários níveis, do individual e passando por grupos, instituições, governos e até nações.

Em Estados laicos, com uma democracia saudável, o direito à liberdade religiosa carrega a marca de uma herança psicológica com maturidade, expressando esse direito como um dos direitos individuais defendidos pela liberdade de expressão, ainda que os pormenores de sua aplicação seja um desafio razoável. A mensagem freudiana nesse sentido é ainda menos determinista do que se pensava, uma vez que destacamos a ambivalência dos sentimentos que nos estruturam, afinal, no lugar de um absoluto ético, o mal pode ser simplesmente algo que nos dá prazer (FREUD, 2010, B, p.93), mas que é enviesado pela presença do *outro*, de algo que castra um prazer danoso a outros (na realização de algum tabu, por exemplo). Esse tipo de prazer, admitindo nossa ambivalência, indica nossa *dependência emocional* em relação a este outro que nos castra, e assim temos em nosso *desamparo* uma marca humana profunda na dependência dos outros, algo que em nós pode aparecer como *medo*⁸¹ (FREUD, 2010, B, p.93). Desse modo e em nossa busca por aprovação, percebemos que a *estruturação da cultura envolve de fato certo sentimento de culpa*.

De qualquer modo, a fase na qual a religião era a visão dominante contribuiu politicamente para a evolução da mentalidade humana, de acordo com Sigmund Freud, muitas *representações religiosas* que refletiam a *onipotência dos pensamentos* e a consequente satisfação de desejos (como que chova através de rituais) poderia refletir àquelas *brincadeiras* que as crianças fazem (FREUD, 2012, p. 134) buscando a satisfação pulsional também pela força imaginativa dos pensamentos. E isso está ligado ao próprio desenvolvimento da expressão da liberdade nos estados modernos, que começou a tomar forma na liberdade religiosa para depois afirmar-se em direito individual, atrelando-se até mesmo ao direito de opinião. Digamos, ainda que a onipotência dos pensamentos dita assim possa parecer infantil devido ao exemplo comparativo do desenvolvimento da criança, ela não o é. Essa situação mostra a capacidade de formularmos *acordos*

⁸¹ No texto original de Freud, este “medo” é aferido em alemão como “*Angst*”, uma palavra que por vezes pode designar tanto ‘medo’ quanto ‘angústia’, essa menção vale a pena e não é mera questão de tradução devido à própria tese do “Mal-estar na civilização” de que a cultura provoca uma angústia em todos nós.

sociais ao redor de crenças, tornou-se possível para a cultura uma interpretação de grande refinamento civilizatório, tais como os *contratos sociais* amplamente teorizados em filosofia política. Percebemos como a afirmação freudiana baseada no mito do pai primevo culmina, desde a época da horda dos filhos, à proibição psíquica da força bruta generalizada. Ainda que em um sentido psicanalítico, “*Totem e tabu*” expressa uma proposta de Freud de um contrato social (KOLTAI, 2018, p.101). E ao fazermos paralelos, ainda que superficiais com a filosofia política, percebemos como algumas implicações de origens diferentes se assemelham na prática, tal como expressado por *Benjamin Constant*, ao defender o direito do indivíduo e das minorias nesse mesmo viés.

A opinião da minoria nunca pode estar sujeita à da maioria: nenhuma opinião pode ser controlada pelo pacto social. A religião existe em todos os tempos, em todos os lugares e em todos os governos; seu santuário está na consciência do homem e a consciência é a única faculdade que o homem nunca pode sacrificar às convenções sociais. O corpo social não deve comandar nenhum culto, e não deve rejeitar nenhuma prática religiosa. (CONSTANT, 2015, p.44) [tradução livre].⁸²

Apesar de Freud dizer que o grupo não pode mais sofrer com a tirania do pai que detém todo o poder e o gozo para si, e Constant, embora dizendo que a maioria não pode sujeitar a minoria, ambos refletem uma tirania de idêntico status psicológico, afinal, quando um segmento do grupo social ignora as regras gerais da sociedade, sendo ele maioria ou minoria, no fundo estão agindo com a mesma tirania herdada do pai primevo (FREUD, 2010, B, p.57) ignorando as diretrizes dos tabus sociais e portanto maculando o totem, em outras palavras, sempre haverá a tentação para aqueles detentores do poder de recusar sua necessária renúncia pulsional para participar da sociedade organizada culturalmente. A vantagem de uma interpretação psicológica das situações é agraciada justamente pela capacidade de visualizar os elementos pulsionais ocultos por detrás das ações concretas. Claro que aqui Constant fala de uma consciência como uma intimidade ligada à religiosidade individual, e não de uma instância psíquica como Freud, no entanto, ambos refletem a necessidade de

⁸² [Original] L’opinion de la minorité ne peut jamais être assujettie à celle de la majorité: aucune opinion ne peut être commandée par le pacte social. La religion est de tous les temps, de tous les lieux et de tous les gouvernements; son sanctuaire est dans la conscience de l’homme et la conscience est la seule faculté que l’homme ne puisse jamais sacrifier à une convention sociale. Le corps social ne doit commander aucun culte, il n’en doit repousser aucun. (CONSTANT, 2015, p.44).

renúncia pulsional, a necessidade de ser parte da cultura. Nesse sentido, embora de um lado aos leis da maioria tenham de ser seguidas por todos daquela sociedade e do outro lado haver uma minoria irreduzível que não pode ser esmagada pela maioria, essas duas realidades práticas que concretamente se chocam estão em mesmo status psicológico porque sua posição é uma posição civilizada, equilibrada em ambos os casos entre o desejo de tirania (do pai primevo) e a renúncia pulsional da civilidade. Mais uma vez, a liberdade de expressão se liga à ideia de renúncia pulsional, afastando logicamente a ideia que um suposto discurso de ódio advém sempre de uma opressão majoritária contra certa minoria, do contrário, o ódio vem da mazela melancólica de não aceitar as limitações da realidade, reagindo com desejo de destruição e dominância. E isso pode nascer de qualquer segmento social que em dado momento se encontre em estado de incivilidade pulsional.

A capacidade de sublimação que nos leva à liberdade de expressão releva através de ferramentas psicanalíticas um status mental diferente. Essa evolução do nosso *status cognitivo* faz sua aparição através das mudanças vistas dessa onipotência dos pensamentos pelas fases históricas descritas por Freud, assim, nossa capacidade de consciência individual vai se constituindo em direitos individuais que se tornam inalienáveis aos poucos a partir da transição da visão de mundo religiosa para a científica. Cabe destacar, assim, que as contingências da humanidade sempre nos acompanham, mas isso não impede que a liberdade tenha se amplificado por ‘revoluções copernicanas’, marcadas por diferentes visões de mundo, algo que imprime profundamente sua marca nas pessoas de cada época.

Se aceitarmos o referido curso das concepções do mundo na história humana, em que a fase animista é sucedida pela religiosa e esta pela científica, não nos será difícil acompanhar as vicissitudes da “onipotência dos pensamentos” através desses estágios. Na fase animista, o homem atribui a si mesmo a onipotência; na religiosa, ele cede aos deuses, mas não a abandona seriamente, pois reserva-se a faculdade de influir sobre os deuses de maneiras diversas. Na concepção científica do mundo não há mais lugar para a onipotência do homem, ele reconhece a própria pequenez e submete-se resignadamente à morte e às outras necessidades naturais. Mas a confiança no poder do espírito humano, a contar com as leis da realidade, retém algo da primitiva fé na onipotência. (FREUD, 2012, p.139/140).

Indicamos assim, que para a Psicanálise, a liberdade religiosa, tida aqui como uma representante da liberdade de expressão, uma vez que facilmente acessível no entendimento paralelo entre a época psíquica dita por Freud e um direito posto pelas constituições modernas, não se limita de forma alguma a qualquer religião específica, mas possui um significado muito mais profundo, uma vez que conecta historicamente a onipotência dos pensamentos em atuação sobre nossas vidas a uma época anterior. E apenas assim, sabendo que a expressão direta de algo se liga simbolicamente a um universo histórico-cultural, em uma menor escala, podemos eliminar as sombras do pai primevo em nosso ego e o *transformá-lo pela sublimação* em totem, em uma renúncia de si, em uma renúncia voluntária das próprias pulsões, libertando-nos de nós mesmos.

(...) em Freud, a religião vai muito além do estudo do fenômeno religioso propriamente dito, já que ela diz respeito tanto ao fundamento da sociedade humana quanto à gênese da lei e à crônica crise da civilização, ao seu mal-estar, em termos freudianos. A cultura, sem a qual a humanidade é inconcebível, impõe sérias renúncias ao sujeito pulsional no que se refere às satisfações eróticas e agressivas, sem lhe oferecer compensações à altura. É daí que decorre o mal-estar que constitui o pano de fundo sobre o qual se desenvolverão as ilusões, religiosas ou não, já que podem também ser políticas e científicas. (KOLTAI, 2018, p.67).

A relação da cultura com a angústia é diretamente mencionada em “Totem e Tabu”, pela fundação da civilização estar relacionada com a “*consciência de culpa do filho*” (FREUD, 2012, p.219), mas é no escrito conhecido como “*Mal-estar na Civilização*” que Sigmund Freud aborda diretamente essa relação de cultura e angústia, o que, por si só, caracteriza-se em uma ambivalência. “*Freud supõe que o mal-estar na civilização seria o aprofundamento da ambivalência psíquica, porque originalmente a atividade das pulsões se exerceria sem os freios da cultura, sem os diversos códigos e sistemas morais e jurídicos que organizam a vida coletiva*” (SAROLDI, 2015, p.24). Percebemos assim, que a angústia nesse sentido é uma herança em nossa estrutura psicológica, e, portanto, mental, do primeiro ato de renúncia social, que constituiu o totem ainda na fase animista (o parricídio), e consequente instituição de tabus na sociedade. Por isso que a violação de um tabu exige ainda mais renúncia (FREUD, 2012, p.65), assim como o progresso cultural também o exige, na obediência das leis da civilização (tabus).

Desse modo, para ilustrar a ressonância dessa dinâmica na economia psíquica social, a fase religiosa parece nos remeter àquele “*sentimento oceânico*” como origem do anseio pela própria religiosidade (SAROLDI, 2015, p.81), uma vez que a sensação de onipotência se desloca de seu Eu narcisista, pela fase animista e o narcisismo primário que talvez a domine, para a figura de deuses na fase religiosa e sua projeção em um objeto externo investido libidinalmente da perfeição que gostaríamos, egoicamente, de usufruir. Isso acontece através de um sentimento de pertencimento à essa “eternidade” divina e “ilimitada”, um sentimento egóico de negação da finitude humana surge, e, por assim dizer, atua como uma ilusão de “oceânico” (FREUD, 2010, B, p. 14), uma vez que nos unimos ao que é divino na obediência das exigências de novos tabus.

Isso, claro, nos permite ter um avanço social presente ainda hoje, após o avanço e domínio da era científica, uma vez que essa herança da fase religiosa significa que um resto de sentimento oceânico ainda permanece em nós a esse modo, bastando que alguém mantenha o suficiente desse sentimento oceânico para ser considerado religioso (FREUD, 2010, B, p. 15). Esse destaque da fase religiosa serve para nos mostrar como, apesar das mudanças das visões de mundo em nossa história cultural, “*a passagem do animismo, da magia e da onipotência das ideias para o universo da religião, e depois da ciência, se fez graças à renúncia pulsional exigida pela Kultur*” (KOLTAI, 2018, p.42).

O assassinato do pai, com o qual os filhos mantinham uma relação ambivalente de amor e ódio, foi fundamental para a passagem de um estado arcaico, no qual dominavam o incesto e violência, para um estado de direito, no qual o pai morto se revelou mais poderoso do que o vivo, os filhos passando a interditar aquilo que o pai impedia, anteriormente, pela força. Ao matar o pai, os filhos puderam dar vazão ao ódio, enquanto que o amor, que também sentiam, se transformou em sentimento de culpa, engendrando os dois tabus fundamentais do totemismo: matar o totem e casar com uma mulher do mesmo totem que correspondem, como já vimos, aos dois desejos reprimidos do complexo de Édipo. O sistema totêmico pode, portanto, ser entendido como um contrato concluído com o pai, em que esse promete cumprir tudo aquilo que a imaginação infantil poderia esperar dele, proteção, favores, cuidados, à condição de que sua vida seja respeitada e não se renove o ato que lhe custou a vida. (KOLTAI, 2018, p.48).

As diferentes visões de mundo nas diferentes épocas da história nos convocam a admitir que a liberdade não é sempre a mesma em seu aspecto prático, em sua aparência empírica, jurídica e em sua proteção dada pelo Estado.

Sua manifestação prática pode até mesmo ser oposta à de um tempo anterior. Porém, uma herança psicológica, cultural, a realidade do sofrimento, o risco da opressão e o perigo da alienação permanecem elementos da contingência humana, ilustram nossas estruturas da mente, de corpo, da sexualidade e, também, a estrutura de nossos governos, moralidades e civilizações. “*A Kultur não só é fruto da renúncia pulsional como essa passa a ser uma constante estrutural dela*” (KOLTAI, 2018, p.48). Por isso, não é exótico sugerir que há alguma essência da liberdade que nos faz humanos, ainda que nunca a possamos conhecer completamente. Parte do que sabemos e da nossa possibilidade de agir livremente sempre guardará sua parcela de inconsciente, portanto, de desconhecido.

Essas razões reforçam como os recursos da cultura nos são estimados, eles nos possibilitam a liberdade ou a destruição. E de acordo com esses elementos, de um contrato social psicanalítico trazido por Freud, vemos que organizações sociais como o Direito não são apenas uma técnica, independente de uma realidade antropológica complexa, mas sim um desses diversos recursos da cultura que possibilitam que o indivíduo se integre com a humanidade⁸³. O exemplo do Direito é interessante, pois, genericamente, ele estabelece os tabus que a sociedade não pode violar em algum momento histórico específico. E por maior que seja a insatisfação individual, é assim que esse mesmo indivíduo insatisfeito se une ao todo, não como simples cédula da comunidade, mas como sujeito personalíssimo, um sujeito que, devemos lembrar, é essencialmente *clivado*, e como tal, demonstra outra ambivalência, mais essencial a nós; de um lado depende e se realiza na cultura, de onde extrai

⁸³ Podemos utilizar um exemplo mais pontual fornecido pelo próprio Freud, de como a evolução cultural integrou valores sociais no surgimento da prática jurídica, algo que mostra que o Direito talvez não seja uma entidade à parte da cultura, como uma mera invenção inquisidora, mas surge da própria organização cultural. Como Freud sugere, por exemplo, para o surgimento do sistema penal: “*O castigo para a violação de um tabu era originalmente deixado para uma instância interior, de efeito automático. O tabu ferido vinga a si mesmo. Mais tarde, quando surgiram ideias de deuses e espíritos com os quais o tabu ficou associado, esperava-se que a punição viesse automaticamente do poder divino. Em outros casos, provavelmente devido a uma ulterior evolução do conceito, a própria sociedade assumiu a punição dos infratores, cuja conduta pôs em perigo os companheiros. Assim, os mais velhos sistemas penais da humanidade podem remontar ao tabu.*” (FREUD, 2012, p.45). Do ponto de vista da legalidade, dessa forma, a liberdade de expressão, inclusive, pode ser o debate do que seria ou não um tabu no discurso. Um discurso em que os enunciadores são os sujeitos da *Spaltung*.

seu retorno narcísico, de outro lado, sofre de uma profunda angústia existencial provocada por este pertencimento.

Se a cultura impõe tais sacrifícios não apenas à sexualidade, mas também ao pendor agressivo do homem, compreendemos melhor por que para ele é difícil ser feliz nela. De fato, o homem primitivo estava em situação melhor, pois não conhecia restrições ao instinto. Em compensação, era mínima a segurança de desfrutar essa felicidade por muito tempo. O homem civilizado trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança. Mas não esqueçamos que na família primitiva somente o chefe gozava dessa liberdade instintual; os outros viviam em submissão escrava. Logo, a oposição entre uma minoria gozando as vantagens da cultura e uma maioria destituída dessas vantagens foi levada ao extremo naquela época primeira da civilização. Informando-nos mais cuidadosamente acerca dos primitivos que ainda hoje vivem, aprendemos que não se pode invejá-los a liberdade em sua vida instintual; esta é sujeita a limitações de outra espécie, mas talvez de maior rigor que as daquela do civilizado moderno. (FREUD, 2010, B, p.82).

A angústia advinda da civilização é entendida como o resultado da condensação das pulsões que são castradas pela entrada na cultura, falar que a cultura nos constitui e que constituímos a cultura pela ação de nossa renúncia pulsional é mostrar como são naqueles movimentos intrapsíquicos que já vimos, notoriamente a sublimação e a renúncia, que podemos dizer que o sujeito *Spaltung* é uma entidade cultural, é uma entidade humana na medida em que nosso psiquismo é social. Por isso nossas regras sociais devem prestar atenção às realidades psicológicas, pois apesar de algumas vezes não existirem empiricamente, elas se fazem concretas culturalmente, fazendo aparecer aquela agressividade reprimida também em sentido negativo no direito, na política e mesmo na convivência social. Se existem sentimentos ambivalentes e se existe um mal-estar causado pela renúncia pulsional, também muitos valores culturais caros a nós são igualmente ambivalentes e provocam mal-estar. Uma particularidade ao considerarmos o sujeito *Spaltung* como protagonista do contexto cultural reside em que, como tal, a cultura também se dinamiza no inconsciente.

Talvez seja aqui bem-vinda a observação de que o sentimento de culpa nada é, no fundo, senão uma variedade topográfica da angústia, e em suas fazes posteriores coincide inteiramente com o *medo ao Super-eu*. Na relação com a consciência, a angústia exhibe as mesmas extraordinárias variações. De algum modo a angústia se acha por trás de todo sintoma, mas ora reivindica ruidosamente para si a consciência inteira, ora se oculta de modo tão perfeito, que nos vemos obrigados a falar de angústia inconsciente ou – se quisermos

ter uma mais limpa consciência [Gewissen] psicológica, já que a angústia é em princípio uma sensação – de possibilidade de angústia. E por isso é fácil conceber que também a consciência de culpa produzida pela cultura não seja reconhecida como tal, permaneça inconsciente ou venha a luz como um mal-estar, uma insatisfação para a qual se busca outras motivações. (FREUD, 2010, B, p.108).

Imperativamente, portanto, o entendimento da estrutura da mente individual é essencial para que se definam concepções de Estado e formas de governo, a organização política-cultural, por ser resultante de uma organização humana que visa, entre outras coisas, impedir a ação livre da pulsão de agressividade de qualquer um, é inerentemente angustiante pela não satisfação de muitos prazeres pulsionais, mais ainda a nível individual. E isso significa que existe um aspecto inconsciente na cultura, há algo na cultura que resulta de sentimentos inconscientes e que, no vocabulário psicanalítico, poderíamos dizer que alguns destinos culturais encontram sua residência no Id. Por isso a proibição de discursos é perigosa, nem sempre a expressão humana é premeditada conscientemente pelo Eu, muito da nossa expressão surge nos meandros desconhecidos do Id, e assim a liberdade é central como direito porque, mesmo sem ela, o Id se manifestaria como algum sintoma social. Em acordo com isso, a própria Psicanálise só poderia surgir como forma de conhecimento em um ambiente social de liberdade.

(...) a democracia foi o único regime que permitiu a existência da psicanálise. A partir de sua reflexão, pode-se acrescentar que o próprio líder democrático, em relação ao ditador, seria como um analisando bem-sucedido, mais consciente de seu desamparo e das dificuldades do governar. O ditador, por sua vez, se entregaria à onipotência dos pensamentos, ligada ao narcisismo, assim como os primitivos, as crianças e os neuróticos de que trata Freud no terceiro ensaio de Totem e tabu. Investigando os paradoxos criados pelo poder, Caterina sublinha a difícil e sempre instável passagem da horda ao estado de direito e a necessidade constante que temos de zelar por ele. (SAROLDI, em KOLTAI, 2018, p.17).

Dizemos que “o líder totalitário representa um funcionamento pulsional sem entraves, caricatura odiosa da megalomania infantil” (KOLTAI, 2018, p.106). E é justamente no problema da identificação das pulsões sociais que a razão deve atuar, afinal, em um sistema totalitário, por exemplo, afetos como o medo, o ódio e a repulsa são predominantes, sendo estes que devem ser policiados durante a expressão de um discurso, visto que são as sementes da

alienação, não para que os proibamos, mas para que sejam espaço onde aquilo que foi recalcado pela renúncia pulsional possa, ainda que seja impossível prever como, se estabelecer como sintoma. A tensão pulsional pelos impulsos vindos do Id, caso simplesmente censurados, podem provocar um colapso generalizado.

(...) isto parece ser o mais importante, é impossível não ver em que medida a civilização é construída sobre a renúncia instintual, o quanto ela pressupõe justamente a não satisfação (supressão, repressão, ou o quê mais?) de instintos poderosos. Essa “frustração cultural” domina o largo âmbito dos vínculos sociais entre os homens; já sabemos que é a causa da hostilidade que todas as culturas têm de combater. Ela também colocará sérias exigências ao nosso trabalho científico; aí teremos muito o que esclarecer. Não é fácil compreender como se torna possível privar um instinto de satisfação. É algo que tem seus perigos; se não for compensado economicamente, podem-se esperar graves distúrbios. (FREUD, 2010, B, p.60)

É por isso que *existe uma importância essencial no processo de deslocamento narcísico que origina a liberdade de expressão*. Tal liberdade reconhece a necessidade do debate constante em respeito à inerente estrutura pulsional do ser humano, sua razão se encontra em reconhecer que há um inconsciente de desejos pulsantes que deve ser reconhecido politicamente. A transformação sublimada dos desejos serve como satisfação parcial, e é neste sentido que o Direito deve amparar a liberdade de expressão; como meio de satisfação de desejos sociais sublimados.

É forte o argumento em favor de uma união, para se explicar a liberdade, entre psicologia, política e história, com a junção de elementos que normalmente não parecem estar ligados à primeira vista. Com efeito, é adequado que algumas afirmações possam ser feitas sem prejuízo da autenticidade ou da particularidade de cada teoria que se relaciona. Podemos exemplificar isso com um paralelo teórico ao dizer que o estado natural original das pessoas dentro do mito do pai primevo coincide com o homem no estado de natureza como afirmado por *Thomas Hobbes*, uma vez que a civilização foi fundada por atos de violência extrema, e da guerra generalizada entre os filhos após o parricídio, o que seria insustentável não fosse o surgimento da cultura.

Considerando o que já foi colocado sobre o sujeito *Spaltung*, esses afetos inconscientes sempre irão ameaçar a liberdade concedida aos membros da civilização após sua renúncia pulsional, sempre haverá um *risco de retorno do*

recalcado, entendido também politicamente, portanto, percebemos que Sigmund Freud define a natureza humana como uma de agressividade, que neste ponto específico coincide com a teoria política de Thomas Hobbes, algo evidente tanto em “Totem e Tabu”, como em “O mal-estar na Civilização”.

O quê de realidade por trás disso, que as pessoas gostariam de negar, é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus* [O homem é o lobo do homem]; quem, depois de tudo o que aprendeu com a vida e a história, tem coragem de discutir essa frase? Via de regra, essa cruel agressividade aguarda uma provocação, ou se coloca a serviço de um propósito diferente, que poderia ser atingido por meios mais suaves. Em circunstâncias favoráveis, quando as forças psíquicas que normalmente inibem estão ausentes, ela se expressa também de modo espontâneo, e revela o ser humano como uma besta selvagem que não poupa os de sua própria espécie. Quem chamar à lembrança os horrores da migração dos povos, das invasões dos hunos, dos mongóis de Gêngis Khan e Tamerlão, da conquista de Jerusalém pelos impiedosos cruzados, e ainda as atrocidades da recente Guerra Mundial, terá de se curvar humildemente à verdade dessa concepção. (FREUD, 2010, B, p.76/77).

Percebe-se diretamente o exemplo de Freud, que ao fazer uso da célebre frase de Hobbes “*Homo homini lupus*”, se refere ao argumento do filósofo inglês de que o ser humano, em seu estado natural (sem uma cultura e sem um Estado que controle suas atitudes) estaria em uma situação de *guerra de todos contra todos* (HOBBS, 2014, p.108). Freud faz uso deste argumento aos moldes de seus exemplos da história, tudo dentro de um contexto do psiquismo. É nesse sentido que os afetos também fundam a sociedade, não é meramente uma decisão livremente acordada, mas uma forma de mitigar o *sentimento de culpa* pelo assassinato do pai primevo, transformando-o em Totem (FREUD, 2012, p.220), e se livrar da condição de violência entre os irmãos que, antes de estabelecerem o tabu, lutavam entre si pelo posto anteriormente ocupado pelo pai. Portanto, além do sentimento de culpa pela morte do pai, também há um *medo* da violência generalizada entre os filhos caso não haja um totem com seus tabus, no mesmo modo que Hobbes afirma ser o medo o afeto principal do estado de natureza (HOBBS, 2014, p.108).

A cultura, desse modo, é uma espécie de reconciliação com essa fonte de culpa, é como, uma vez na forma de Totem, um “*contrato com o pai, em que este concedia tudo o que a fantasia da criança podia dele esperar, proteção, cuidado, indulgência, em troca do compromisso de honrar sua vida, ou seja, não repetir contra ele o ato que havia destruído o pai real*” (FREUD, 2012, p.221). O contrato social, por assim dizer, não carrega meramente uma lógica racional para a melhoria da vida em comum, e também não é apenas uma renúncia estimulada pelo medo de destruição, ele carrega a marca da *ambivalência*, é racional na medida em que a razão integra, considera em si, os sentimentos e afetos. E nesse sentido Freud vai claramente além de Hobbes, sua conexão, digamos, se inicia e termina apenas no vínculo do estado de natureza e na formação de um contrato social.

Da perspectiva que aqui nos interessa, a do poder, convém lembrar que a história que Freud nos conta em seu mito é a da violência originária necessária que fez do assassinado um acontecimento primordial e fundador, o que lhe permitiu articular a atemporalidade pulsional do inconsciente com a historicização dos processos culturais, visto que foi em torno da imagem de soberania do pai da horda que a união dos irmãos podia ser mais poderosa do que a força bruta de um único indivíduo. Nessa ficção que é *Totem e tabu*, o contrato social freudiano tem, como vimos, acentos profundamente hobbesianos, não apenas porque nos fala da violência originária e do papel do crime cometido em conjunto da construção de um novo vínculo social, mas também porque nos fala das leis da submissão e da origem da dominação que se exerce sobre os humanos com seu acordo e segundo as representações imaginárias de seu desejo, visto que faz da morte do pai originário o verdadeiro momento do contrato. (KOLTAI, 2018, p. 100/101).

Muito embora, ambas as visões, de Freud e de Hobbes, possam ser consideradas demasiadamente melancólicas, é inevitável reconhecer sua riqueza argumentativa e as possibilidades que trazem para um debate da liberdade de expressão. Afinal, tudo indica que se expressar a liberdade está intimamente ligado à *natureza humana*; aos seus vínculos sociais como estudados na política, e às suas contingências psíquicas, como ruminado pela psicanálise. De todo modo, chegamos a um ponto alto de nossa argumentação final; a angústia provocada pela civilização significa duas coisas para a liberdade de expressão; a primeira é a releitura imediata do próprio sujeito como um ser social.

Freud cria algo que é um sujeito novo, um sujeito que deve ser pensado. Sujeito que se manifesta de maneira muito concreta, muito modesta, pelo fato

de ser formado como um núcleo, um núcleo explosivo constituído pela justaposição de duas atitudes psíquicas totalmente incompatíveis uma com a outra. Estrutura trágica – o sujeito é sempre trágico – mas não é o sujeito edipiano trágico. Édipo não é realmente um sujeito e, além do mais, ele tem problemas, visto que tem problemas com seu objeto, mas o sujeito trágico é sempre alguém que tem problemas com seu objeto, pois é o objeto que é trágico. Enquanto o sujeito da *Spaltung* é um sujeito que é estruturado como trágico: o drama não é o objeto, é o fato de que não há mais problema com o objeto e que o próprio sujeito tornou-se um. Eis o que é a renegação, eis o que é a *Spaltung*. É essa interessante estrutura que Freud nos lega: não somente um sujeito edipiano que tem problemas com seu objeto, mas um sujeito estruturado como um problema. O trágico da *Spaltung* é o fato de que o sujeito não tem problemas, que tem uma estratégia fetichista que faz com que esteja pronto para garantir o gozo, que esteja pronto para se apresentar como garante para o sonho. Isso se parece um pouco com o homem da pós-modernidade, que afirma que não tem mais problemas com a culpa, o que é, ao mesmo tempo, falso e verdadeiro; é falso porque a culpa permanece, mas verdadeiro porque o impasse está feito. É bastante patético que Freud, nessa última figura do sujeito, nos ofereça alguma coisa que tenha a ver com o sujeito da psicanálise, na medida em que ele é o sujeito da *Spaltung*. (ASSOUN, em ALTOÉ, 2007, p.74).

O sujeito *Spaltung*, psicanaliticamente humano, é assim, por natureza, um ser trágico também pela angústia de estar vivo na clivagem da cultura em si mesmo. Como um ser social que é social pela abdicação possível de sua existência biológica pulsional. A liberdade de expressão desse sujeito só poderia ser trágica na medida em que, no lugar da agressão, emitimos um discurso. *A liberdade de expressão desse modo é uma marca de civilização, e como tal tende a não conceder satisfações pulsionais aos que debatem livremente.* Encontramos a nós mesmos no discurso porque o discurso da liberdade de expressão é, assim como nós, a constante articulação de uma fissura, nós mesmos somos o objeto investido libidinalmente nos conteúdos da liberdade de expressão, e neste sentido, trágicos, ao abdicarmos deste mesmo investimento na realização de um discurso realmente livre.

O segundo drama que a angústia cultural impõe à liberdade de expressão é sua submissão total à ambivalência humana, entre o que nos leva ao refinamento civilizatório e o que nos puxa para a destruição. Essa ambivalência, como um paradoxo primordial da vida é explicitado por Freud pela tensão pulsional entre duas pulsões centrais da humanidade:

(...) em tudo o que segue me atenho ao ponto de vista de que o pendor à agressão é uma disposição de instinto original e autônoma do ser humano, e

retorno ao que afirmei antes, que a civilização tem aí o seu mais poderoso obstáculo. No curso desta investigação, impôs-se-nos a ideia de que a cultura é um processo especial que se desenrola na humanidade, e nós continuamos sob o influxo dessa ideia. Acrescentamos que é um processo a serviço de Eros, que pretende juntar indivíduos isolados, famílias, depois etnias, povos e nações numa grande unidade, a da humanidade. Por que isso teria de ocorrer não sabemos; é simplesmente a obra de Eros. Essas multidões humanas devem estar ligadas libidinalmente entre si; a necessidade apenas, as vantagens do trabalho em comum não as manterão juntas. Mas a esse programa da cultura se opõe o instinto natural de agressão dos seres humanos, a hostilidade de um contra todos e de todos contra um. Esse instinto de agressão é o derivado e representante maior do instinto de morte, que encontramos ao lado de Eros e que partilha com ele o domínio do mundo. Agora, acredito, o sentido da evolução cultural já não é obscuro para nós. Ela nos apresenta a luta entre Eros e morte, instinto de vida e instinto de destruição, tal como se desenrola na espécie humana. Essa luta é o conteúdo essencial da vida, e por isso a evolução cultural pode ser designada, brevemente, como a luta vital da espécie humana. (FREUD, 2010, B, p. 90/91).

Finalmente, é nessa contradição que existe a ambivalência humana que se assenhoreia da liberdade de expressão, no paradoxo entre a pulsão de vida e a pulsão de morte. Nossa hipótese final gira em torno de algo que não é nem individual e nem coletivo; o sujeito *Spaltung* como emissor e receptor da liberdade de expressão, dada sua contingência existencial, *demonstra que a liberdade de expressão de fato tem origem na articulação de um processo de deslocamento narcísico*. O trágico final disso é que qualquer conclusão é extraída também entre brumas psicalíticas, e dentro do paradoxo metapsicológico da cisão do Eu, assim, o discurso também se encontra entre Eros e Tânatos, e pode ser propulsor da vida ou da morte pelos ditames do inconsciente.

4.3. Sobre a introdução de uma tolerância da metapsicologia

Existe um momento em que Sigmund Freud reconhece que aquilo que está em sua teoria faz parte de uma *metapsicologia*. E falar sobre o sujeito *Spaltung* como a figura central da liberdade de expressão, e sobre aquilo que não é liberdade de expressão, como já argumentamos ser o discurso de ódio, só revela seu verdadeiro senso se carregado simbolicamente dos sintagmas

psicanalíticos até aqui explorados, com suas variações de subordinação sempre dinâmicas, de acordo com a economia libidinal. Portanto, uma contribuição decididamente relevante da Psicanálise para o Direito vem justamente dessa *metapsicologia freudiana*; entre as quais já mencionamos as duas tópicas, a teoria do narcisismo, a teoria das tensões pulsionais e também as teorias de psicologia social e cultural. Desse modo, o que interfere no significado específico da liberdade de expressão que estamos explorando não se trata propriamente de uma *metafísica*, mas de uma *metapsicologia*, aquela freudiana⁸⁴, que não abandona seu aspecto originário de preocupação com a saúde da mente humana ou mesmo com observações mais empíricas nesse aspecto, mas que alça o voo necessário para muito além disso, a ponto de servir como uma opção de fundamento teórico para a democracia ou ao menos a organizações sociais que sirvam de base a um Estado de Direito sob o qual a liberdade de expressão possa aflorar para todos. É neste sentido que Jill Gentile também mostra como a Psicanálise desvela novos nuances do ‘expressar’:

Se seguirmos o exemplo de Freud e reconhecermos as muitas dimensões da comunicação humana, sem insistirmos no discurso verbal como o único ou mais verdadeiro modo de expressão válida, então começaremos a vislumbrar um modelo mais inclusivo de liberdade de expressão, e uma visão democrática mais inclusiva do que a estabelecida na Constituição. Na sua fundação, a psicanálise expandiu o domínio da significação: mesmo os mais desprovidos de direitos, os praticamente sem voz, podem ser ouvidos e destacados, apesar dos seus desejos e vontades de se esconderem, de se camuflarem e de permanecerem mudos. É claro que grande parte da arte (se não também da ciência) da psicanálise dependia de uma nova forma de ouvir. Desde o seu início, foi uma prática dedicada a atrair vozes privadas de direitos para um discurso partilhado. Procurou explicitamente libertar a fala daqueles cujo silêncio resultou em um comportamento, ou “fala” física, que

⁸⁴ Sobre a noção de metapsicologia freudiana, é interessante o lugar especial que ganha perante as teorias da Psicologia e ao seu lugar no meio universitário e científico, que tende a recusar à Psicanálise o que ela é; pertencente ao seu próprio lugar especial. Sobre isso, Renato Mezan destaca: “A psicanálise tem pouco em comum com a psicologia acadêmica, cujo postulado implícito é, como se sabe, o da unidade do sujeito, o que escamoteia a dimensão essencial à metapsicologia – esse é o nome que Freud dá a suas descobertas –, ou seja, o conflito psíquico. (E o termo ‘psicologia dinâmica’, com o qual a Academia tenta reintegrar a psicanálise como uma de suas ‘tendências’ ou ‘escolas’, revela mais um desejo de recuperação da disciplina freudiana do que o reconhecimento de sua especialidade.) Tampouco me parece adequado fazer intervir a noção de personalidade, com suas conotações empiristas, para designar o que Freud denomina ‘aparelho psíquico’, conceito fundado sob a noção de instâncias separadas entre si por barreiras dinâmicas, e cujo funcionamento tem por princípio o vencimento de resistências psíquicas e por resultado a deformação constante do sentido nos conteúdos manifestos”. (MEZAN, 2019, p.160).

os fez parecer anormais ou doentes. (GENTILE, 2018, p.91/92). [tradução livre].⁸⁵

Deixando de lado a especificidade de Gentile em relação à Constituição norte-americana, fica clara que uma expansão da ‘expressão’ ao ponto de novas manifestações dos enunciados de pessoas ou grupos poderem ser identificados como objetos de proteção e/ou interpretação jurídica, requeiram também, que aparatos teóricos sejam convocados para colocar em relevância alguns parâmetros da liberdade de expressão inacessíveis sem seu vocabulário específico. O Direito deve tomar para si considerações conceituais alheias para exercer essa ‘escuta’ perante a própria sociedade que advém. Mais uma vez, a Psicanálise pode se dizer como a ferramenta que convoca o inconsciente para um ambiente de pensamento em que já estava, mas não era percebido.

Nesse sentido, incluindo os já constatados processos psicossomáticos, cria-se uma penumbra evidente com relação aos atos e às falas; seriam alguns tipos de discurso considerados mais ações do que palavras? Judith Butler se coloca o mesmo questionamento ao citar J. L. Austin e seu livro “*How to do things with words*” (Como fazer as coisas com palavras), (BUTLER, 2021, p.77) deixando claro que para Austin existem, de fato, “*atos de fala*”, como se fossem “*ações que são performatizadas em virtude de palavras*” (BUTLER, 2021, p.78), o que não deixa de ser irônico, uma vez que as doentes histéricas também foram ditas por Freud como tendo em seus ataques uma espécie de *encenação*, só que em virtude do não dito e do transferencial (MAURANO, 2014, p. 51/52). De toda forma, é justamente pela metapsicologia, então, que podemos avançar a algum lugar neste ponto, não nos colocando contra ou a favor de uma metafísica, apenas esclarecendo que “*não há em Freud um dualismo ‘alma-corpo’*. *Psíquico e somático são dois aspectos de um único ser biopsíquico. Há censura entre*

⁸⁵ [Original] If we follow Freud’s lead and recognize the many dimensions of human communication, without insisting on verbal speech as the only or truest mode of valid expression, then we begin to glimpse a more inclusive model of free speech, and a more inclusive democratic vision then set forth in the Constitution. At its founding, psychoanalysis expanded the realm of signification: even the most disenfranchised, the practically voiceless, might be heard and amplified, even despite their wishes and desires to hide, to camouflage, to remain mute. Of course, much of the art (if not also the science) of psychoanalysis depended upon a new form of hearing. From its inception, it was a practice dedicated to drawing disenfranchised voices into a shared discourse. It explicitly sought to free the speech of those whose silence had resulted in behavior, or physical “speech”, that made them seem abnormal or ill. (GENTILE, 2018, p.91/92).

eles, mas não ruptura” (SCARFONE, 2005, p.46). Percebemos assim, que essa distinção entre ato e fala não é tão simples, principalmente ao se considerarmos que alguns nomes, enunciados e declarações são performances de nós mesmos (BUTLER, 2021, p.78) revelando assim, um problema acerca de nossa conclusão anterior de que *encontramos a nós mesmos no discurso*.

Claro que, mesmo desconsiderando os tormentos psicológicos que chegam ao nível de patologia, os traços de personalidade bem dentro do espectro que podemos considerar a normalidade humana, possuem alguma concretude nos discursos, tal é a proximidade e mesmo a não separação entre individual e coletivo, como vimos anteriormente. A questão central é que a cultura não é apenas o ambiente de renúncia das pulsões, mas o ambiente simbólico no qual existe a predominância da linguagem em detrimento da violência, e é o discurso uma das ferramentas mais aparentes para a domesticação de forças pulsionais primitivas (ROLLAND, 2022, p.199). Isso quer dizer que ainda que ação e discurso tenham uma distinção difícil, eles se separam não por uma diferença entre concretude e abstração, mas por uma diferença de conteúdo pulsional. *“Essa ‘domesticação’ inclui o deslocamento dos objetos edipianos, em direção aos objetos do mundo chamados a substituí-los, depois que ela realizou uma transubstanciação de representações de imagens (que eu identificaria às coisas e seriam o primeiro estágio da vida psíquica) em representações de palavras, uma operação possivelmente sempre reversível”* (ROLLAND, 2022, p.199). Essa reversibilidade é a indicação de que a questão central para a liberdade de expressão não se encontra ao redor exatamente da separação entre discurso e ato, mas da regulação jurídica dos comportamentos, portanto, dependente dos contextos pulsionais, uma vez que o fluxo das pulsões pode ir e vir entre estados conscientes e inconscientes.

A um nível pragmático, qualquer direito universal ou soberano à liberdade de expressão é complicado pela tênue linha entre discurso e ação. Se a fala não pode ser distinguida categoricamente da conduta, então não existe um reino sagrado e impermeável no qual a fala exista e possa receber tratamento especial. Regular a fala é, assim como regular o comportamento, dependente de situações e contextos. (GENTILE, 2018, p.126). [tradução livre]⁸⁶

⁸⁶ [Original] On a pragmatic level, any universal or sovereign right to free speech is complicated by the tenuous line between speech and action. If speech can't be distinguished categorically from conduct, then

Os contornos que buscamos destacar significam que, apesar dessa dificuldade de distinção entre ação e discurso, existe uma questão de conteúdo psíquico que torna essa separação menos relevante para decisões de coerção pelo Direito. E isso se dá em um cerne similar à diferenciação que construímos entre liberdade de expressão e discurso de ódio⁸⁷; ganhamos certo vigor nesse debate ao reconhecermos como central certa capacidade de equilíbrio entre liberações e restrições pulsionais, uma vez que tais aspectos dos afetos humanos são decisivos para a consolidação de qualquer política emancipatória para o Direito. Isso coloca a Psicanálise provavelmente ao lado da democracia, sendo que através de noções de discurso simbólico possamos perceber as relações transferenciais que não recuam diante da repressão e do pessimismo, evocando a inclinação psicanalítica em favor da democracia (GENTILE, 2018, p.85), ponto em que concordamos, mas que depende também profundamente dessa capacidade de um acordo social capaz de balancear a tensão pulsional entre permitir a liberação dos afetos e sua restrição. *“Na sua carreira madura, Freud encontrou-se perpetuamente equilibrando duas ações psicoterapêuticas contrárias: permitir o desejo (incluindo o desejo destrutivo) dos recônditos do inconsciente; e impor restrições a esse desejo. Encontrar esse equilíbrio tem desafiado o discurso e a prática psicanalítica desde então”* (GENTILE, 2018, p. 126) [tradução livre]⁸⁸. Se a democracia e a liberdade de expressão têm algo a ganhar com uma saliência psicanalítica seria então, assim como a Psicanálise o fez com o inconsciente, reconhecer que existem afetos políticos inconscientes de natureza destrutiva, e que é função do Estado de Direito uma vigilância constante desses afetos, incluindo-os no contexto democrático. Apenas uma certa gestão do sofrimento psíquico social, e não sua mera proibição/repressão, pode matizar de forma sublimada muitas das contingências de nosso tempo

there is no sacred impermeable realm in which speech exists and may receive special treatment. Regulating speech is, like regulating behavior, dependent on situations and contexts. (GENTILE, 2018, p.126).

⁸⁷ Item 3.3. deste trabalho.

⁸⁸ [Original] In his mature career, Freud found himself perpetually balancing two contrary psychotherapeutic actions: eliciting desire (including destructive desire) from the recesses of the unconscious; and imposing restraints on that desire. Finding this balance has challenged psychoanalytic discourse and practice ever since. (GENTILE, 2018, p. 126).

enquanto nos mantemos atentos aos sintomas da inevitável agressividade humana na estrutura social.

Para esclarecer a questão, dizemos que o sujeito *Spaltung* possui sua fissura como um dado estrutural, possuímos instâncias psíquicas separadas. Mas as pulsões e as funções dessas instâncias interferem umas nas outras, existe um deslocamento das pulsões entre as instâncias, somos uma individualidade cuja complexidade não permite sua compreensão somente através do pronome “Eu”. Do mesmo modo podemos ver o discurso; ele é estruturalmente separado entre enunciados e ações, entre fala e ato, no entanto, os afetos políticos transpassam essa estrutura carregando elementos de uma para outra em via de mão dupla e geralmente metamorfoseados pelo trajeto. Mais uma vez, assim como na construção do mito do pai primevo, a psicologia individual e o funcionamento coletivo ecoam um ao outro, surge na liberdade de expressão as contingências da união entre filogênese e ontogênese elucidadas principalmente em “Totem e Tabu”, “Psicologia das massas e análise do Eu” e “O mal-estar na civilização”. Digamos então, que podemos ver perfeitamente as separações estruturais de um todo, mas também o fluxo pulsional que os mistura.

O conceito de pulsão, enquanto conceito limítrofe entre o somático e o psíquico, é portanto um conceito solidário da “biologia ampla” de Freud, que se traduz em metapsicologia. A pulsão não indica uma clivagem, mas um *continuum* entre dois aspectos do ser biopsíquico, aos quais se aplicam, certamente, duas linguagens específicas, mas entre os quais as pulsões se colocam como “passadores”. Por uma série de *delegações*, com efeito, seguiremos as pulsões numa trajetória que nos leva do *stimulus* à complexidade psíquica. (SCARFONE, 2005, p.46/47).

A dinâmica libidinal humana é indispensável, por isso, para a gestão dos afetos políticos de sociedades as quais seus sujeitos possuem, em sua complexidade psíquica, as marcas da sua espécie (filogênese) e as de sua própria história em particular (ontogênese), fazendo ser preciso então, certa aceitação de antagonismos. Algo que por mais que tenha sido demonstrado por Freud, não deixa também de possuir certos critérios, assim, “*é atribuído à filogênese tudo aquilo que, na vida psíquica, não pode ser explicado mediante o recurso à experiência individual. Freud dirá, por certo, que antes de atribuir determinado fator à herança filogenética, é preciso ter esgotado as possibilidades de*

explicação pela ‘ontogênese’, isto é, pela história individual (...)” (MEZAN, 2019, p.607). Daí a importância de se estabelecer um critério metapsicológico de análise do discurso; estamos utilizando a teoria freudiana para confeccionar critérios hermenêuticos de julgamento da liberdade de expressão, e não avaliando algum caso estrito que dividiria o uso de nossos argumentos com as particularidades, podemos dizer, ontogenéticas, de um precedente específico.

É nessa ambivalência teórica, mas concreta na realidade social e pessoal, que filogênese e ontogênese se veem unidas, e servem de analogia à união do enunciado e da ação. Os “atos de fala” são igualmente ambivalentes justamente por emitirem em suas declarações não apenas a opinião de alguém em particular, mas também a mensagem de sua cultura introjetada, daí uma das razões de seus efeitos práticos. Isso que queremos dizer por ambivalência; na mensagem do discurso, quer dizer que aquilo que é dito possui muitos significados embutidos, e, digamos, alguns desses significados só são denunciados pela escuta de um interlocutor também pertencente à complexidade psico-cultural.

A significação nunca deixa de ocupar o primeiro lugar em um discurso normal: ela é o que nós escutamos toda vez e em primeiro quando alguém nos fala, nos impedindo de capturar o que toda língua, mesmo a mais transparente, contém de hermetismo. É difícil para nós não injetar automaticamente um significado a esse discurso ou a esse texto que nos escapa. (ROLLAND, 2022, p. 205).

Por isso que podemos fundamentar, com tudo o que a Psicanálise releva estar por trás do discurso, que entre aquele que fala e aquele que escuta é necessário um tipo especial de *tolerância*. Afinal, “*quanto mais se conhecem as contradições humanas, mais somos convidados a aceitá-las com indulgência*” (MEZAN, 2017, p. 77). Assim, relembremos de algumas das dificuldades colocadas pela psicanálise freudiana sobre a condição humana em seu aspecto universal; como a primazia do efeito castrador da realidade, a tendência de retração narcísica diante da dor orgânica e o mais importante para nós; as marcas da angústia e da agressividade ativas por detrás da tecitura social. Tudo isso significa um inescapável lugar da existência humana que remete a certa fraqueza advinda da existência de forças pulsionais internas que nos tensionam a ponto de nos partir (que não o fazendo, nos fissuram), “*mas a ideia de que é porque somos fracos que devemos aceitar as fraquezas dos outros permanecerá como*

um traço constante na apologia da tolerância” (MEZAN, 2017, p. 77). E se falamos em tolerância, estamos também claramente evocando seu sentido político, e talvez até mediador entre a liberdade de expressão e discurso de ódio. De um jeito ou de outro, percebemos que essa flagrante fraqueza humana orbita em torno de afetos específicos que desafiam a consistência da civilização; tal qual é o *medo*, afeto político escolhido como o gestor do contrato social freudiano (similar e além do hobbesiano), como já vimos na descrição do mito fundador em “Totem e Tabu”, ou a *angústia*, marca deixada pela renúncia por aquelas sociedades que se civilizaram, tal como demonstrado em “O mal-estar na civilização”. O que devemos admitir, por hora, é que *a tolerância é uma ferramenta de gestão de afetos*, e certamente a gestão de afetos políticos é uma missão de alto interesse para o Direito.

Se existe um reposteiro no qual de um lado se encontra o Estado de Direito com uma possível estabilidade democrática, é evidente que do outro lado se encontram os afetos políticos inconscientes que pressionam na direção do esmagamento desta fina divisória. Isso significa que a reflexão psicanalítica nos arma da percepção necessária para vislumbrar que algumas regras e instituições são montadas para evitar a abertura deste cortinado, para evitar que algumas pulsões obscuras do Id se escancarem e tomem o controle de algum grupo social, e essa noção de dualidade faz toda a diferença na avaliação das normas. O que se pretende, é que o Estado de Direito institua dentro de si as funções de uma *tolerância psicanalítica* que o encarne na função de um Super-eu político que haja como o censor simbólico de uma psicologia das massas. E isso só pode ser possível ao não recusarmos a existência de um inconsciente que é reconhecidamente a força propulsora dos afetos políticos que mobilizam a sociedade, e como todo inconsciente, é por excelência inacessível. “*A crítica freudiana é uma espécie de abertura à possibilidade de transformação das normas através da exploração de sua ambivalência interna (...)*” (SAFATLE, 2018, p. 41). É justamente por isso que a lei deve garantir a liberdade de expressão, porque é através dela que as ambivalências internas do discurso podem se revelar, e o Direito deve se responsabilizar pela convocação inesperada dos “atos de fala”, que surgem sem avisar dessas ambivalências, e

que, algumas vezes, se mostrarão como sendo discursos de ódio. Se existe um objeto alvo de afetos políticos odiosos, ele certamente será alvo também de investimentos ambivalentes, e ele pretenderá se realizar em uma ação. A questão é que o desejo contínuo que nos move tende a ser inconsciente, enquanto a proibição de sua realização é geralmente consciente (FREUD, 2012, p.58). Por exemplo, se determinado grupo age em prol de um discurso odioso e comete uma violência, os membros do interior deste grupo tendem a não enxergar o ódio como sua pulsão motivadora, mas confundem a punição de suas ações como censura, no lugar de consequências. É a mesma alienação do grupo que vimos na psicologia das multidões, que tem seu principal fenômeno como “*a ausência de liberdade do indivíduo na massa*” (FREUD, 2011, B, p. 49), e justamente em defesa dessa liberdade que vai do individual ao coletivo que podemos colocar em destaque que “*Freud age como quem explora as ambiguidades de nossas fantasias sociais, como quem desconstrói (...) a aparente homogeneidade de seu funcionamento, permitindo assim que outras histórias apareçam lá onde acreditávamos encontrar apenas as mesmas histórias*” (SAFATLE, 2018, p. 41). Essa percepção fina da “psicologia das profundezas” nos permite perceber as origens psíquicas de um ódio que pode surgir por uma má gestão dos afetos políticos, e como nessas condições a tolerância cumpre um papel fundamental.

É esta a constelação emocional que engendra o fanatismo. Nela, a angústia toma a forma do ódio ao diferente: este se transforma num objeto persecutório, cuja mera existência parece colocar em risco a estabilidade psíquica do fanático. Eis por que ele procurará encontrar motivos que pareçam justificar a eliminação daquilo que teme (a racionalização mencionada a pouco); se o uso da violência para alcançar seu objetivo tiver boas chances de ficar impune, não hesitará em empregá-la (a “crueldade” de que falavam os Enciclopedistas); e, ao ver a vítima humilhada, ensanguentada ou morta, experimentará os sentimentos descritos no vocabulário do século XVIII como “uma espécie de alegria e consolação”.

De que natureza são estes últimos? A primeira provém do triunfo sobre o suposto perseguidor; a segunda nasce do engrandecimento de sua autoimagem, por ser capaz de vencer uma criatura tão “perigosa”, e corresponde à sensação de euforia que denominamos “elação narcísica”.

A disposição emocional que torna possíveis essas nefastas consequências é precisamente a intolerância, e seus alvos podem ser os mais variados: as sexualidades minoritárias (“desviantes”, “doentias”, “depravadas”), os costumes de outras culturas ou segmentos sociais (“atrasados”, “imorais”, “bárbaros”), as convicções políticas opostas às dos fanáticos (“perniciosas”,

“destruidoras da coesão social”), e assim por diante. Embora nascido no ambiente religioso, o fanatismo se espalhou por outras áreas, e hoje o vemos atuante em inúmeros setores da dita “civilização”. (MEZAN, 2017, p. 86/87). [itálico nosso].

A volatilidade do medo na cultura provoca facilmente a angústia, e esta nos leva ao ódio de forma muito eficaz. Então é fácil perceber como as tendências de agressividade humana podem criar *fantasias sociais* com extrema destreza para que possam lastrear o medo, e objetivá-lo como afeto político na constituição de algum alvo. Um objeto fantasmaticamente dito maligno e que será investido libidinalmente pela pulsão de agressividade. Desse modo, o ódio pode ser até mesmo classificado como a verdadeira posição social do *desamparo*, não no sentido infantil de impotência, mas um que rende as capacidades racionais de cada membro do grupo que odeia, provocando uma retração narcísica coletiva. De certa forma, o discurso agressivo desses grupos representa um lugar de *negação* onde deveria haver o mal-estar da angústia da civilização. Eles recusam a angústia como resultado negativo daquilo sublimado pela renúncia pulsional, e no lugar dela direcionam sua pulsionalidade destrutiva em todas as direções até as últimas consequências, arriscando uma implosão social tamanha que poderia mesmo atuar como a manifestação fantasiosa da pulsão de morte.

É importante salientar que essa fantasia pede uma dupla fundamentação. Por um lado, ela apela à condição presente dos homens. Não sendo uma hipótese histórica, o estado de natureza é uma inferência feita a partir da análise das paixões atuais. Hobbes pede que lembremos como “todos os países, embora estejam em paz com seus vizinhos, ainda assim guardam suas fronteiras com homens armados, suas cidades com muros e portas, e mantêm uma constante vigilância”. Lembra ainda como os “particulares não viajam sem levar sua espada a seu lado, para se defenderem, nem dormem sem se fecharem – não só as portas, para a proteção de seus concidadãos – mas até seus cofres e baús, por temor aos domésticos”. Mas notemos um ponto central. A espada que carrego, as trancas na minha porta e em meus baús, os muros da cidade na qual habito são índices não apenas do desejo excessivo que vem do outro. Eles são índices indiretos do excesso do meu próprio desejo. Como se Hobbes afirmasse: “Olhe para suas trancas e você verá não apenas seu medo em relação ao outro, mas o excesso de seu próprio desejo que o desampara por querer levá-lo a situações que imperam a violência e o descontrole da força”. A retórica apela aqui a uma universalidade implicativa. (SAFATLE, 2018, p.46).

Vladimir Safatle ilustra com isso muito bem o que queremos dizer. O discurso de ódio é justamente a manifestação pulsional na qual há um excesso de desejo, e sem surpresas neste sentido, caso fosse transformado em ação o ambiente social seria de violência. Isso significa que uma vez rendidos ao ódio, agora com uma roupagem de organização sócio-política, é possível lembrar que o discurso de ódio não possui o status de liberdade de expressão, e nem poderia, porque *“a vida em sociedade exige que o ser humano renuncie à ilusão de que é possível realizar de imediato todos os seus desejos, e se conforme com a proibição de determinados atos pela coletividade a que pertence (ou, se decidir praticá-los, com a possibilidade de ser descoberto e castigado)”* (MEZAN, 2017, p. 81). Desse modo, entra em cena outra vez uma necessidade do refinamento civilizacional pela renúncia pulsional, e é claro que qualquer ato de renúncia antagoniza as demandas destrutivas dos prazeres do ódio. Por isso que lá, onde havia o discurso de ódio deve haver a tolerância. E isso define que a tolerância é o afeto político sublimado que ocupa um lugar onde antes havia o discurso de ódio; tolerância e ódio não podem ocupar o mesmo espaço psíquico, sendo a tolerância, então, marca da liberdade de expressão.

Atingimos um provável uso da tolerância como ferramenta da liberdade de expressão à moda de Freud; por uma simultaneidade de potência política e psíquica. No entanto, antes de esclarecer esta ideia, é preciso mostrar que se estamos tratando de uma gestão dos afetos para estabelecer as direções de um Estado de Direito ou mesmo de uma democracia, precisamos deixar explícitos dois argumentos; o primeiro argumento diz que Freud *“simplesmente acredita que o poder soberano, mesmo quando não se encontra efetivamente constituído na institucionalidade política, continua em latência como demanda fantasmática dos indivíduos”* (SAFATLE, 2018, p.40). Isso significa que sempre haverá um vazio psíquico no centro do poder político, tal como é descrito em “Totem e Tabu”, afinal, este centro de poder agora é o próprio totem, que não pode ser materializado concretamente, uma vez que este fora o lugar do tirânico pai primevo. Esse ‘vazio’ do poder soberano no fundo é uma alusão ao *desamparo*, sempre como o cerne da alma de todos os seres humanos, considerando que *“o desamparo não será produzido apenas pela consciência da vulnerabilidade do*

sujeito em relação ao Outro, mas também pela própria ausência de resposta adequada às excitações pulsionais internas. Ou seja, há uma dupla articulação entre fontes internas e externas” (SAFATLE, 2018, p.51). Fica claro que aquilo que está simbolicamente no centro do poder soberano é o sujeito *Spaltung*, com todas as contingências que já tratamos, porém, este lugar pode ser considerado ‘vazio’ porque não é o sujeito em si que se encontra nele, mas o seu desamparo. O Totem, o poder soberano do qual a cultura emana e emerge é o próprio *Hilflosigkeit* humano. Esse é o afeto político central, e isso inclusive marca uma diferença profunda entre Freud e Hobbes; o ‘vazio’ do poder soberano (SAFATLE, 2018, p. 49). Porém, afirmar que o desamparo é o afeto político principal significa que ele pode se deslocar para diversos lugares sociais, por isso tal afirmação não impede que o medo seja o sentimento que guia ambos o estado de natureza hobbesiano, e a guerra entre os irmãos do estado de natureza freudiano. O relevante disso é que o Totem de nossa existência cultural é justamente nossa própria mortalidade, nossa própria sujeição diante da impotência de seres que agora se reconhecem profundamente frágeis em seu desamparo, como fadados à imperfeição e à morte, um poder político desses seres que seja verdadeiramente soberano só poderia estar sempre vazio. Ainda assim, não somos pura resignação, produzimos a partir disso o Tabu; e neste sentido o Tabu representa as regras da renúncia pulsional, nosso meio adequado de lidar com o vazio, os ditames da cultura que em seu progresso vai se consolidando a organização dos irmãos, vai fundamentando as regras de um poder constituinte, de uma Constituição, de um Estado de Direito. Notadamente, ao encarar sem recalque um Totem dessa natureza, ao reconhecer o ‘vazio’ do poder soberano, o Tabu só poderia ser democrático. E para melhor interpretar o desamparo em seu sentido de afeto político, devemos destacar o salto que faz do individual para o coletivo:

Freud, porém, não se contenta em descrever o desamparo como um estado inicial afetivo de importância a ser ultrapassado no interior do processo de maturação individual, o que explica o uso freudiano do desamparo para falar de fenômenos como o estranhamento (*Unheimlichkeit*), a consciência da vulnerabilidade diante da força do outro, a herança filogenética da memória da vulnerabilidade da espécie na era histórica da glaciação ou, ainda, o sentimento diante da desagregação da visão religiosa de mundo. Paulatinamente, fica claro como o desamparo passa da condição de “dado

biológico originário” para uma “dimensão essencial, própria ao funcionamento psíquico”. Cada vez fica mais claro como o uso freudiano parece fazer ressoar o sentido concreto do termo alemão *Hilflosigkeit*, ou seja, estar em um “condição sem ajuda” possível.

(...)

A indeterminação da qual fala Freud a respeito da situação traumática de desamparo tem, ao menos, duas fontes. Primeiro, ela indica uma experiência temporal específica. Contrariamente ao medo, ou mesmo à esperança, o desamparo não projeta um horizonte de expectativas que permite aos instantes temporais ganharem a forma da continuidade assegurada pela projeção do acontecimento futuro. Medo e esperança são, a sua maneira, dois afetos complementares, pois estão vinculados em sua dependência mútua em relação à temporalidade da expectativa, temporalidade do acontecimento por vir, seja ele positivo ou negativo. É tal temporalidade que o desamparo elimina, inaugurando outra temporalidade, desprovida de expectativa, que se expressa em caráter fundamental de indeterminação. (SAFATLE, 2018, p. 51/52).

Essa condição especial do desamparo como afeto político finaliza este primeiro argumento mostrando a nível metapsicológico que a indeterminação desse vazio soberano, e a ausência dessa temporalidade de expectativas, só mostra que admitimos uma condição humana fundamental como cumpridora de um papel que nos desconforta. Mas essa indeterminação que nos desconforta é justamente a sensação de angústia de seres civilizados, que já entendem a castração da mortalidade. Mais uma vez, a esse patamar metapsicológico, *evidenciamos ser um processo de deslocamento narcísico a origem da liberdade de expressão*, já que o desamparo pode desbotar sua posição quando, no lugar da renúncia pulsional, *deslocamos* para o lugar desse totem, o medo ou a esperança, no lugar de instituir regras jurídicas tabu a partir do desamparo. Por isso que os *destinos das nossas pulsões são absolutamente relevantes para a definição da liberdade de expressão*. O segundo argumento, sendo assim, ao assumir a necessidade da gestão de um afeto político central, deve considerar justamente isso que permeia o sujeito *Spaltung*; os destinos das pulsões, que direcionam a clivagem mesma do sujeito político.

Ao falarmos em destinos das pulsões na Psicanálise, estamos dando um passo atrás conceitual sem de fato dá-lo em nosso contexto. Isso porque Freud definiu os destinos clássicos das pulsões em seu texto “*As pulsões e seus destinos*”, de 1915, ou seja, seu entendimento sobre a dinâmica libidinal ainda se

encontrava sob a égide do “princípio do prazer”, sendo que a tensão pulsional típica da metapsicologia entre pulsão de vida e de morte só se consolidaria mais tarde justamente com “*Além do princípio do prazer*”, publicado apenas em 1919 (SCARFONE, 2005, p. 45). Claro, isso talvez tenha sido em razão da ‘revolução’ causada na compreensão do aparelho psíquico depois da “*Introdução ao narcisismo*”, de 1914, o que certamente instituiu um contexto favorável. De todo modo, essa cronologia do desenvolvimento teórico não é de fato um passo atrás aqui, porque esses destinos elencados por Freud se encaixam no presente argumento a partir de seu uso para a definição de transformação e direcionamento social do afeto político. Sob o princípio do prazer, então, a tensão libidinal era entre as pulsões sexuais e as de autoconservação. Dentre elas, as sexuais eram as que investiam libidinalmente os objetos e se direcionavam a quatro destinos possíveis: o recalque, a sublimação, o retorno sobre a própria pessoa, e a inversão em seu contrário (SCARFONE, 2005, p. 46). Já mencionamos todos esses destinos direta ou indiretamente, no entanto, fica evidente sua relevância para os deslocamentos dos afetos políticos, ainda que encontremos dificuldades.

Primeiramente, *a sublimação é o único destino pulsional adequado para a instituição jurídica da liberdade de expressão*, principalmente se incluirmos nessa lógica (e podemos incluir), as pulsões de agressividade, afinal, assim estaríamos abordando as pulsões apresentadas em geral:

A Psicanálise postula na psique humana duas forças básicas, ou pulsões, – a sexualidade e a agressividade – que constituem o combustível com o qual e pelo qual somos movidos. A elas opõe-se um conjunto de obstáculos, as *defesas*, que visam a moderar o ímpeto das pulsões e a canalizá-las tanto quanto possível para direções socialmente aceitáveis. Cada ato nosso, cada pensamento ou fantasia, resulta de um embate entre pulsões e defesas, contendo portanto um pouco destas e um pouco daquelas. (MEZAN, 2017, p. 81).

Vejamos, portanto, que não estamos defendendo uma visão purista da liberdade de expressão, ela pode se transformar em discurso de ódio em um piscar de olhos e vice-versa, já que entre pulsões e defesas, fragmentos podem se embutir um no outro. Ainda assim, podemos adotar critérios para nos afastarmos dos outros três destinos pulsionais; o destino do “*recalque*” envolve a repressão,

o que significa que o Estado de Direito poderia trabalhar em nome da negação ou do esquecimento do desamparo humano. Isso certamente o retira da posição de Totem e produz uma sociedade sintomática, por exemplo, quando o poder soberano é tomado por um ditador fascista, que nega a dignidade de outros povos e faz esquecer que mesmo a multidão alienada possui limitações humanas. Uma sociedade fascista certamente sofre do sintoma do ressentimento, e nela o que impera é o discurso de ódio, não a liberdade de expressão. O destino do “*retorno sobre a própria pessoa*”, envolve um certo egocentrismo através de um “*processo pelo qual a pulsão substitui, pela própria pessoa, um objeto independente*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p. 464), caso em que o Estado de Direito não teria trabalho, pois se este destino fosse absoluto, voltados a si mesmos não haveria nenhum interesse nos outros, não seria possível nenhuma formação cultural e menos ainda alguma necessidade de liberdade de expressão. O terceiro destino, da “*inversão em seu contrário*” elimina de imediato o desamparo como afeto político possível, pois um ‘vazio’ não possui um contrário que já não seja preenchido por conteúdos afetuosos cujo contrário já algo em especial, a menos que o oposto da ‘vazio’ seja o ‘cheio’, que não diz muita coisa. Inclusive porque, o destino da “*inversão em seu contrário*” se refere a um “*processo pelo qual a meta de uma pulsão se transforma em seu contrário, na passagem de atividade para a passividade*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p. 253), sendo que o Estado de Direito neste caso (se existir) defenderá normas que favorecem o medo ou a temeridade, a liberdade ou a segurança, ou no exemplo mais clássico; o amor e o ódio⁸⁹. De um jeito ou de outro, as normas

⁸⁹ Apesar de essa ser apenas uma menção para contextualizar os destinos das pulsões nesse contexto entre liberdade de expressão e discurso de ódio, é fundamental que “ódio” também é um afeto político, e seu contrário é o “amor”, e sua dinâmica provoca um “medo” em relação ao ódio ou ao diferente do que amamos. Por isso, e para o enriquecimento teórico, vale transcrever o que Vladimir Safatle reflete sobre essas dinâmicas libidinais freudianas em relação à Thomas Hobbes e a proximidade de seus contratos sociais: “A metáfora hobbesiana utilizada por Freud, que afasta do horizonte toda pressuposição de uma tendência imediata à cooperação, deixaria claro como o vínculo social só poderia se construir a partir da restrição a essa crueldade inata, a essa agressividade pulsional que parece ontologicamente inscrita no ser do sujeito. Dessa forma, uma ‘hostilidade primária entre os homens’ seria o fator permanente de ameaça à integração social. Tal crueldade não parece ser completamente maleável de acordo com transformações sociais. Daí por que ‘Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade’. Ou seja, os vínculos cooperativos baseados no amor ou em alguma forma de intersubjetividade primária só são realmente capazes de sustentar relações sociais alargadas à condição de dar espaço à constituição de diferenças intoleráveis alojadas em um exterior que será objeto contínuo de violência. Tais vínculos de amor permitem a produção de espaços de afirmação identitária a partir de relações libidinais de identificação e investimento. Mas a constituição identitária é indissociável de uma regulação narcísica da coesão social,

se prenderiam em um movimento pendular constante de inversão do seu contrário em que se produz “*a intolerância de segmentos minoritários, que se julgam detentores do monopólio quanto a moral e aos bons costumes, os faz difamar e combater os que pensam de modo diferente*” (MEZAN, 2017, p. 87), sendo que de um lado ou de outro, a predominância seria o discurso de ódio, e não a liberdade de expressão.

O segundo argumento, portanto, mostra como os destinos das pulsões são centrais para a decisão de que determinado discurso é liberdade de expressão ou não, sem pretender com isso uma visão ingênua de que pode haver uma liberdade de expressão “pura”, ou “puramente sublimada”. A única coisa que podemos dizer é que a sublimação é a única opção de estabelecimento pulsional da liberdade de expressão porque é a única que envolve uma *renúncia* da própria pulsão.

Entramos então em outras sutilezas da renúncia pulsional, afinal, ela “*não pretende ter aniquilado o desejo; na verdade, na renúncia, o desejo é mantido intacto, e, estranha e relevantemente, é possível afirmar que a proibição preserva o desejo*” (BUTLER, 2021, p. 194). Isso é marcadamente um traço do sujeito do inconsciente; o desejo não pode ser aniquilado porque sempre haverá um inconsciente, então sempre haverão desejos inconscientes, consequentemente, sempre haverá uma necessidade de renúncia pulsional. Só que nessa dinâmica de destinos libidinais, muita coisa é fácil de ser confundida.

Segundo Freud, os imperativos autoimpostos que caracterizam o trajeto circular da consciência são seguidos e aplicados precisamente porque se tornam o lugar da própria satisfação que eles visam proibir. Em outras palavras, a proibição torna-se o lugar deslocado de satisfação do “instinto” ou do desejo proibido, uma oportunidade para reviver o instinto sob a rubrica da lei condenatória. Essa é, naturalmente, a base dessa forma de comédia na qual o portador da lei moral se revela o mais sério transgressor de seus preceitos. E exatamente porque essa satisfação deslocada é experimentada pela aplicação da lei, essa aplicação é revigorada e intensificada com o

o que explica por que Freud fazia questão de lembrar que, ‘Depois que o apóstolo Paulo fez do amor universal aos homens o fundamento de sua congregação, a intolerância extrema do cristianismo ante os que permaneceram de fora tornou-se uma consequência inevitável’. Não é difícil compreender como tal exteriorização da agressividade, assim como toda e qualquer aceitação de restrições pulsionais, só poderá ser feita apelando ao medo como afeto político central. Medo do exterior, do poder soberano, da despossessão produzida pelo outro ou ainda da destruição produzida por si mesmo’. (SAFATLE, 2018, p.48).

surgimento de todo desejo proibido. A proibição não visa à eliminação do desejo proibido e se intensifica por meio das renúncias que ele efetua. O futuro do desejo proibido é garantido por meio da própria proibição, enquanto a proibição não apenas alimenta, mas é *alimentada pelo* desejo que ela impõe à renúncia. Nesse sentido, então, a renúncia ocorre *através* do próprio desejo que é renunciado, o que significa que o desejo *nunca* é renunciado, mas é preservado e reafirmado na própria estrutura da renúncia. (BUTLER, 2021, p. 195/196).

Judith Butler certamente é vítima dessa confusão das dinâmicas libidinais, confundindo renúncia com proibição. Logicamente, se existiu uma renúncia legítima, não há por que haver uma proibição, e a renúncia em si não é uma proibição, porque uma proibição tem haver com algum tipo de coerção, enquanto a renúncia, ainda que não seja consciente, ocorre a partir de si mesma sem ser coagida. Apenas o escape desenfreado da pulsão necessitaria de coerção, e é justamente nisso que atua o Direito, ele coage a pulsão desenfreada. No entanto, Butler está correta em alertar que a proibição, pela lógica libidinal, auxilia na manutenção do desejo; que quanto mais proibido for, mais desejado é. Isso vai desde as proibições de condutas que estimularam o aparecimento da histeria na época de Freud, marcada por uma proibição social, até a proibição pela castração de realidade pesadamente focalizada no indivíduo atual, como contraponto, ironicamente, pela falta de limites sociais, onde o afeto político é o “empoderamento”, a “universalidade do capital” ou mesmo a “libertação dos desejos”, todos no lado de uma esperança de expectativas por seres que se acham divinos, esquecendo-se de sua humanidade desamparada. E como não poderia deixar de ser, isso torna o início do século XXI uma era da ansiedade e da depressão; as novas mazelas psíquicas da nossa época. Nessa esteira, percebemos que o hiato no qual a coerção do Estado de Direito deve atuar é justamente (e independentemente das mazelas de cada momento histórico), ao diagnosticar um destino pulsional que desvia o desamparo de sua posição de Totem, que desvia os afetos políticos para outros lugares que não sejam o da sublimação. Em outras palavras, e considerando o efeito do proibido; o Estado de Direito não pode abarcar o discurso de ódio e nenhum ramo que não seja o direito penal. Nenhum discurso deve ser proibido de nenhuma maneira. Mas o discurso de ódio também não pode jamais ser confundido com o direito à liberdade de expressão, o discurso de ódio deve poder existir (porque existe), e

assim ser punido *a posteriori* pelo Direito Penal na medida dos danos causados, mas jamais ser previamente censurado (proibido). Afinal, uma vez reprimido, o *destino pulsional* do ódio, como vimos, não desaparece, mas se transforma e potencializa nos sintomas de doenças sociais (como um totalitarismo, por exemplo). A censura provavelmente impossibilita a sublimação.

Chegamos então, à síntese desses dois argumentos; o primeiro, é que devemos encarar o status democrático de um vazio do poder soberano, reconhecendo uma permanente demanda fantasmática da cultura por “amparo”. O Totem do poder político central deve ser o afeto político de desamparo, um afeto esvaziado de potência e temporalidade. O segundo; é que os Tabus, o Estado de Direito, deve converter o destino das pulsões advindas do desamparo em destinos de sublimação. Por isso as leis devem proteger a liberdade expressão, o sublimado, inclusive na concretude de um Direito Constitucional onde isso for possível, mantendo amplamente, para onde a concretude jurídica não é possível, uma liberdade a partir da *tolerância*, ao mesmo tempo em que faz valer as consequências de destinos pulsionais outros que (não sublimados, mas também inevitáveis devido às contingências humanas) cheguem ao ponto de necessitar de uma punibilidade criminal.

É aqui o cume em que retomamos à tolerância em sentido psicanalítico, porque a identificamos como uma ferramenta da liberdade de expressão, marcada pela mesma necessidade de renúncia. “*No caso da tolerância, o custo psíquico dessa ‘troca’ é elevado: precisamos renunciar a posições libidinais que outrora nos proporcionaram intenso prazer, controlar nossos impulsos agressivos e de autoafirmação a qualquer custo, passar a ver no outro não apenas um meio de satisfazer umas e outros, mas alguém cujos sentimentos e cuja dignidade devem ser respeitados*” (MEZAN, 2017, p. 82/83). Sendo assim, a tolerância também provoca certa angústia, típica da renúncia. Algo que certamente diferencia a tolerância da censura, colocando-a no polo oposto, uma vez que a censura costuma estimular mais àquelas sensações mesquinhas de vingança, ou as impressões de alívio de um ressentimento de quem diz que “a justiça foi feita”. Sendo assim, a tolerância é um ato político de permissão e defesa daquilo que nos é diverso e diferente. E temos que “*toda ação política é*

inicialmente uma ação de desabamento e só pessoas desamparadas são capazes de agir politicamente” (SAFATLE, 2018, p.50), isto é, são capazes de vislumbrar seu próprio desamparo, são simpáticos ao desamparo alheio, como que promovendo uma razão social desincorporada de solidariedade, um ‘sem corpo’ social no (inter)reconhecimento do vazio.

Tal desincorporação, tal “dissolução da corporeidade do social” – que colocaria em xeque, inclusive todas as representações orgânicas do Estado como expressão da unidade ontológica da vontade geral e todos os recursos à existência de um povo-Uno que têm na metáfora hobbesiana do *Leviatã* seu momento decisivo – permitiria a abertura à potência de “indeterminação do social” que nos forneceria um forte princípio de distinção entre a democracia e todas as formas variadas de totalitarismo. Pois a democracia seria o governo que impede o preenchimento do exercício simbólico do poder por construções imaginárias de completude. Daí por que “Estado, Sociedade, Povo, Nação são, na democracia, entidades indefiníveis. Ou seja, a substancialização identitária de tais identidades (denunciada pelo uso de maiúsculas) é estranha à indeterminação própria a um governo cujo motor consiste em colocar continuamente em questão aquilo que procura esconder a natureza profundamente antagônica da vida social. A democracia seria, assim, “uma sociedade sem determinação positiva, irrepresentável na figura de uma comunidade” que, por funcionar a partir da institucionalização do conflito, precisaria ser capaz de suportar uma “quase dissolução das relações sociais” nos momentos de manifestação da vontade popular. (SAFATLE, 2018, p.66).

A construção da liberdade de expressão, por assim dizer, mostra que a *“ideia de tolerância se converte assim num aríete contra o absolutismo”* (MEZAN, 2017, p. 79), e nossa dificuldade é a de criar um *discurso simbólico* da gestão de afetos políticos que constantemente nos lembram que somos desamparados. A liberdade em uma democracia depende da administração dos sofrimentos coletivos, uma consideração legislativa que, ao legislar, faz a gestão de angústias. Por isso que pretensões legais que se pretendem isentas do que há de humano no político, tendem a ser leis positivadas nos códigos de um solo estéril. Por isso que o discurso simbólico, nosso objetivo último da expressão política, deve obviamente considerar categorias psicológicas.

“Interesse”, “credulidade”, “discórdia”, são obviamente categorias psicológicas; por isso, não nos surpreenderemos ao encontrar duas páginas depois uma versão laica do argumento de Bayle – “devemos nos tolerar reciprocamente porque somos todos fracos, inconsequentes, sujeitos à mutabilidade e ao erro” (p. 368). Disso Voltaire tira uma conclusão de natureza política: “se houver duas religiões, elas se cortarão a garganta uma à outra, mas se houver trinta, viverão em paz” (p. 365). Ou seja: se existirem

muitas crenças, nenhuma terá força suficiente para se impor às demais; os habitantes daquele país serão *forçados* a se tolerar reciprocamente, não pela violência do Estado, mas pela incapacidade de todas e de cada uma para eliminar os que pensam de forma diferente.

Voltaire é um marco importante na trajetória que conduz a filosofia política a considerar a religião um assunto privado, isto é, da alçada do indivíduo e não do coletivo. Desde que respeite as leis civis, que visam à paz pública e à segurança de todos, cada qual pode e deve ser livre para acreditar no que quiser, e para cultivar a divindade do modo que achar mais adequado. A mesma liberdade deve ser estendida às opiniões sobre qualquer assunto, seja ele político, ético, científico ou artístico. De onde um famoso epigrama atribuído ao filósofo francês: “não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte vosso direito de o dizer”⁹⁰. (MEZAN, 2017, p. 78/79).

A liberdade assim, deve ser irrestrita, e a tolerância deve ser ampla. Mas a profunda nota de melancolia disso é que nem tudo o que se pensa ser a liberdade, é liberdade. A verdadeira liberdade é frequentemente confundida com o extravasamento de pulsões cujos destinos não são sublimados, e cujos processos de deslocamento narcísico são narcísicos em sua retração, em seu ensimesmamento egocêntrico de uma fase primária infantil que passa despercebida diante da euforia das paixões. É preciso tolerância, inclusive, dos nossos próprios sofrimentos. Caso contrário nossa única opção política seria a sugestão benthamiana em seus “*Princípios da moral e da legislação*”, na qual a “*a natureza colocou a humanidade sob o governo de dois senhores soberanos, a dor e o prazer*” (BENTHAM, em SANDEL, 2007, p. 9) [tradução livre]⁹¹, e por isso sem saída cultural diante do princípio do prazer. Por isso que a tolerância, para fora ou para dentro, é uma ferramenta da liberdade de expressão legítima, e são discursos e atos tolerantes que devem gozar do resguardo jurídico.

A meu ver, enquanto permanecem *sem agir*, deve ser-lhes permitido expressar suas opiniões, mesmo que contrárias às da maioria. Nada – repito, *nada* – deve tolher a liberdade de opinião, de crença e de expressão; se houver calúnia a alguém ou ameaça a algum grupo, que estes tomem as

⁹⁰ É curioso que Mezan sabe que este epigrama não foi literalmente proferido por Voltaire, mas em nome da força simbólica disso usamos mesmo assim, como uma licença poética do intelectual da Psicanálise. Em sua nota de rodapé neste lugar ele diz: “No site *Answers.com*, lemos que a frase não figura na carta de Voltaire ao abade Le Riche (6.2.1770) que seria sua fonte; ela se deve ao autor de um livro de 1906, ‘*The friends of Voltaire*’, que a apresenta como resumindo a postura do filósofo em relação à liberdade de expressão. Quem faz fama, deita na cama...” (MEZAN, 2017, p. 79, rodapé 8).

⁹¹ [Original] (...) nature has placed mankind under the governance of two sovereign masters, pain and pleasure (...) (BENTHAM, em SANDEL, 2007, p. 9).

medidas legais que julgarem cabíveis, e que os tribunais condenem os ofensores às penas da legislação – mas só *ex post facto*, depois que algo tiver ocorrido; jamais antes, ou preventivamente. (MEZAN, 2017, p. 88).

Com esta colocação de Renato Mezan, que se encaixa como uma luva inesperada à nossa opinião que encerramos estes trabalhos. Se é o sujeito do inconsciente o emissor da liberdade de expressão, e também seu receptor, devemos resguardar, como juristas, o ‘vazio do poder soberano’ de seu inconsciente, sem sucumbir ao medo ou a qualquer afeto que negue a liberdade à nossa imperfeição. Sempre levando conosco o alerta psicanalítico que fez o seu pai (Freud), com seu olhar perscrutador naquele famoso retrato, de que o inconsciente está à espreita, e que nada mais temos do que uma pequena embarcação, cujo leme tentamos fazer navegar na “psicologia das profundezas”, seguindo as sinalizações desbotadas de um farol pré-consciente.

5. CONCLUSÃO

Uma inspiração conclusiva acerca da liberdade de expressão, vem do pano de fundo psicanalítico através da evidenciada simultaneidade entre individual e coletivo e entre consciente e inconsciente. É preciso que coloquemos em um patamar de relevância a missão psicanalítica de tentar trazer aquilo que é do inconsciente para o consciente no processo de cura, mas também na consideração legislativa da constituição de normas culturais. Isso porque além de muito do que dissemos aqui serem conceitos interessantes por si só, eles

também servem de alerta para a conduta humana, mais ainda para aqueles intelectuais que buscam maior entendimento diante das complexidades da vida e da efetividade dos direitos. Dizemos que a vantagem do conhecimento psicanalítico para a ‘liberdade de expressão’ se encontra, inclusive, na saliência dessas palavras em separado. Ao denunciarmos, por exemplo, uma necessidade de renúncia pulsional, elevamos a liberdade de expressão como um marco civilizatório, e esta é nossa primeira conclusão; *a liberdade de expressão é um marco refinado de civilidade*. Esse refinamento vem da tortuosa trajetória até uma liberdade de expressão legítima, ou seja, aquela que permanentemente luta em favor daquelas opiniões de caráter pulsional sublimados. Apenas no vencimento em relação aos destinos pulsionais outros, que não a sublimação, nos será possível refinar a noção de cultura tal qual ensinada por Sigmund Freud. E como a Liberdade de Expressão, agora como um direito estabelecido pelo fundamento psicanalítico, só pode surgir no angustiante e rarefeito cume da renúncia pulsional, podemos de fato entendê-la como este marco refinado de civilidade.

Por isso que nossa ação política e viabilidade democrática é como uma pequena embarcação no oceano do inconsciente humano, onde a liberdade de expressão funciona como um leme. Como leme, porque ao identificarmos que existem livres manifestações de expressão, poderíamos inferir que, conseqüentemente, valores comunitários e democráticos estão sendo bem alicerçados para além das instituições estatais. Quando há liberdade de expressão no meio social e isso é tido como normal pelas pessoas, esse fator talvez seja um sinal de saúde social no sentido de poder seguir a luz daquela farol pré-consciente que possivelmente guiará nosso lado do *Eu* sem jamais ignorar as contingências de um *Id* sempre capaz de surpreender instituições de direito enrijecidas.

Como leme, encontramos o alerta psicanalítico marcado pela condição da ambivalência humana. Se falamos em renúncia pulsional, falamos em frustração cultural, falamos em angústia. Isso quer dizer que o valor da palavra ‘expressão’ no sentido em que estamos defendendo só aflora em conjunto com a palavra ‘liberdade’. Isso é um alerta psicanalítico porque sabemos que deve existir

algum modo de dar vazão à agressividade humana, e talvez algo que alivie essa tensão pulsional seja exatamente a liberdade. Deixando de lado essa licença poética descritiva, mas restringindo seu alcance com um exemplo; poderíamos nos lembrar como, no Brasil, houve uma repressão histórica marcada pela Lei de Anistia após a ditadura militar de 64. Como a nossa sociedade não tomou *responsabilidade* pela culpa dos crimes ditatoriais, “recalcamos” essa culpa na forma da negação dessa agressão social por parte de diversos segmentos da nossa sociedade. Claro, atitudes como essa fazem posteriormente emergir os sintomas de uma violência oculta. Ao perguntarmos na atualidade, portanto, sobre os crimes contra a “ordem democrática”, ou contra a “separação dos poderes”, tão bem abordados por nossa ‘Constituição cidadã’ de 1988, não seriam estas, historicamente, indagações psicanalíticas em sua essência? Talvez.

Não podemos dizer com certeza, e nos recusamos a chamar de conclusão a defesa por uma liberdade de expressão irrestrita. Mas certamente vale pensarmos sobre a possibilidade. Se falamos em ambivalência dos sentimentos e mais ainda na existência do inconsciente, é preciso alertar o que isso significa na prática discursiva, e como isso coloca em primazia a posição da tolerância. Primeiro, é que devem ser permitidas todas as formas de expressão, e aqui estamos dizendo estritamente sobre formas de expressão comunicacionais, ou seja; o pensamento em primeiro lugar, mas também a escrita, a leitura, a fala, a interpretação e tudo aquilo capaz de moldar o conhecimento no nível da prática discursiva interna e externa a nós, tudo que envolve elaboração e reflexão deve ser permitido. O pensamento livre jamais pode ser censurado. A embarcação (da Psicanálise) a que estamos nos referindo, é justamente a capacidade de identificar quando a liberdade foi extraída do discurso. Quando, no lugar da liberdade de expressão, nosso discurso está sendo pilotado por nosso egocentrismo, quando dizemos algo devido a um sofrimento, e quem pilota o discurso são sentimentos de ressentimento ou aquela retração narcísica que nos leva a falar de uma posição primária do narcisismo, e muitas vezes até através de uma infantilidade ocultada pela dor.

Nesse tipo de situação, inclusive, a expressão deve ser liberada e desimpedida, devemos permitir que ela aconteça porque a agressividade humana

existe, e ela deve possuir algum destino. Desse modo, mesmo discursos que pareçam ser de ódio devem ser permitidos de existir. Porém, é muito claro para seus interlocutores, que tais discursos não devam ser considerados legítimas manifestações da liberdade de expressão, isso porque não são, de fato, livres. São apenas meios de satisfação de pulsões agressivas e mesmo de morte, não são livres porque são formas de suicídio cultural, no sentido entendido por Sigmund Freud, uma vez que fogem à abdicação dos desejos de seu emissor. Mas, sendo meios comunicacionais, são importantes como alívio da tensão pulsional de sentimentos negativos que existem de um jeito ou de outro na humanidade. Por isso, até certo ponto, enquanto o ódio for discurso ele não será ação, e se isto for apenas uma possibilidade, talvez a tolerância já valha a pena.

Em todo caso, e uma vez definido que o discurso de ódio não é liberdade de expressão, as falas e atos odiosos devem carregar a responsabilidade de suas consequências. O Direito Penal pode legislar duras punibilidades para os resultados de um ódio social, *o que não pode ocorrer é um censura prévia*. O meio indicado pela Psicanálise de limitar expressões odiosas em sua origem é primeiro reconhecer a existência da agressividade humana. A liberdade de expressão possui uma qualidade intrínseca de catarse, algo que não pode ser juridicamente nomeado, mas pode ser legalmente reconhecido. O Direito Fundamental é o de liberdade, e o Crime é o de ódio. Liberdade e ódio não podem ocupar libidinalmente o mesmo discurso, por mais rápida que seja sua troca, o máximo que o ódio pode fazer é se fantasiar de liberdade em sua satisfação egoísta.

Destacamos com grande veemência que não estamos defendendo toda e qualquer liberação de discursos de ódio, ao contrário, do ponto de vista da Psicanálise como o entendemos, nem mesmo o classificamos como liberdade de expressão, já que são um alívio das pulsões e não uma renúncia pulsional. O que fazemos é reconhecer que a agressividade e a violência humana não desaparecem com sua proibição, ao contrário, tendem a ser ainda mais desejada até se transformar em sintomas ou em ressentimento, de natureza social ou individual. Assim como foi no início da Psicanálise, em que a repressão da sexualidade feminina ocasionou em doentes histéricas, tememos que restrições

radicais da expressão provoquem sintomas graves na sociedade, desde o ponto de vista somatizado em doenças mentais, como atualmente já ocorre com a depressão e a ansiedade generalizadas em nossa era do ressentimento, quanto do ponto de vista de manifestações de agressividade mais práticas, como no cotidiano íntimo das famílias, em que o Estado só toma conhecimento de uma violência já no nível de crime, e até mesmo no panorama democrático, quando, por exemplo, as pessoas começam a exercer seu direito de voto como uma manifestação de vingança contra grupos antagônicos, algo que deveria ser uma expressão de liberdade democrática, se transforma em um escape de agressividade. Todas essas expressões não são liberdade de expressão, mas expressões de agressividade. Daí a noção da liberdade como autoconhecimento psicanalítico ser a embarcação e o leme, que guiam com um alerta, para onde, de fato, estamos seguindo em nossa trajetória cultural.

Por conta disso, não podemos concluir pela expressão irrestrita e nem por limitações radicais. Reconhecemos que tal articulação carece de um peso vindo da reflexão filosófica, falta Filosofia para pensarmos essas questões por enquanto. Mesmo assim, a ciência psicanalítica serve como um guia indispensável desse panorama, ela pode ser a embarcação inicial pela qual navegamos nessas águas misteriosas, assim, reconhecemos que sempre deve haver uma lacuna no debate, um espaço que respeita o amplo desconhecido do inconsciente humano, a ampla ação dos movimentos pulsionais do Id. Somos livres sem saber as formas dessa liberdade, de modo que outra conclusão possível é que *liberdade de expressão não é controle da expressão*, daí a necessária presença da tolerância. Não podemos pretender um controle completo nem jurídico, nem político e muito menos de domínio moral. A liberdade de expressão por vieses psicanalíticos, assim, exhibe uma angustiante conclusão, difícil para nosso Eu engolir; *termos liberdade de expressão não significa que controlemos nossa expressão*, mas, ainda assim, devemos nos *responsabilizar* por ela, e com essa maturidade que a liberdade deve ser a máxima possível, ao menos inicialmente. Em uma sociedade democrática, não podem haver direitos sem deveres. A maravilha do conhecimento é abraçar o desconhecido, e uma vez que muito vai depender de nossos pensamentos inconscientes, defendemos a

ideia de Freud de que devemos nos responsabilizar por este inconsciente que aflora no discurso sem nosso controle.

Devemos passar agora, em nossas linhas finais, mais diretamente ao que buscávamos em nossa intenção inicial; que era demonstrar que a liberdade de expressão tem origem no processo de deslocamento narcísico. E sobre tal hipótese, podemos dizer que na especificidade de contexto conceitual que sustentamos, como uma *conclusão, talvez a mais esperada, que de fato é possível que nossa livre expressão se origine por um processo de deslocamento narcísico*. Como dissemos acima, a liberdade, como meio de autenticar uma expressão mais legítima de acordo com a cultura, depende em grande parte da estabilização do narcisismo secundário, no sentido de um equilíbrio civilizado entre o Eu, o Id e o Super-eu. E no cultivo de um aparelho psíquico que não sucumba às demandas das paixões, mas que tenha paixão o suficiente para refletir de modo questionador diversos problemas inerentes da cultura, que, sendo civilização humana, mais do que contradições, possui ambivalências.

Isso significa que nossa hipótese foi confirmada, desde que seja aceita a premissa das características do sujeito *Spaltung*. Caso tomemos essa estrutura psíquica como base, é na articulação da fissura entre o Eu e o Id que a liberdade de expressão realmente ocorre, considerando-se o policiamento do Super-eu. Tendemos a concordar com isso sem nenhuma pretensão de fechamento. Essa tendência conclusiva deve ser melhor estudada, mas como proposta inicial ela se sustenta porque é útil perscrutarmos a liberdade de expressão dos sujeitos com base na cisão do Eu, uma vez que a Psicanálise nos ajuda a perceber que diante das complexidades, apenas o Eu não é o suficiente, e por isso devemos avaliar a questão a partir de uma visão na qual o Id/Isso também atua na expressão humana, e mais uma vez, é necessário, ou ao menos prudente, haver uma responsabilização sobre ‘Isso’.

Atrelamos de modo inescapável, desse modo, a necessidade de um autoconhecimento que é central e sempre enriquecedor, mas que, no entanto, demanda uma abertura de caminho na concepção de que sempre haverá uma faceta sombria acerca da questão, oculta nas entranhas inconscientes. Isso quer dizer que, simultaneamente na admissão do sujeito freudiano, temos a

confirmação da liberdade de expressão surgir de sua clivagem, mas também a obrigatoriedade de se manter um conceito aberto acerca desses movimentos intrapsíquicos. Como a enunciação do sujeito reflete o próprio sujeito, e o discurso por isso demanda uma renúncia pulsional, então ao exercer sua expressão o sujeito se encontra em sua própria expressão. Mas isso não o exime de erros, e nem sempre sua pulsão será renunciada a esse modo, menos ainda temos garantias de que haverá uma força sublimada do sujeito em prol da cultura. Esse é um reforço à abdicação do controle em favor de uma responsabilização e cultivo de expressões culturais, mas também significa um risco de que o próprio deslocamento narcísico também possa enclausurar a liberdade a depender do quão forte for a castração ao nosso discurso.

É isso que nos leva a argumentar, como um último comentário conclusivo, que *a própria liberdade de expressão possui um status ambivalente*. Por isso as conclusões acerca dela, sem ironia, não podem ser absolutamente conclusivas. Isso iria de encontro contra as nossas pontuações anteriores, de fato, o que não significa que esses comentários conclusivos não tenham valor, ao contrário, são uma afirmação da liberdade de expressão, já que gostaríamos de defender que por ser livre, seu conceito deve ser aberto. A outra questão ao redor dessa abertura, mas também acerca dos deslocamentos intrapsíquicos, reforça esse ponto, mas trata de uma questão mais técnica acerca da presente pesquisa. Ora, é preciso admitir que nunca pretendemos esgotar a extensa obra freudiana, nem mesmo no restrito foco temático que escolhemos, não por falta de dedicação argumentativa ou de interesse, mas porque esta já se tornou uma ampla tradição de projeção mundial. Considerando somente a psicanálise freudiana, constatamos que ela carrega, potencialmente, a ocupação de toda uma carreira intelectual, de vez que o uso de seus conceitos sempre podem apresentar lacunas, mas nem por isso devemos temer utilizá-los. Não é retórico dizer que, se há possibilidade de surgimento da liberdade de expressão na articulação das instâncias psíquicas, e se isso envolve o inconsciente, talvez sempre haja lugar para uma continuidade de articulação temática sobre essa questão. Admitir que a amplitude da obra de Freud, ou admitir que muito mais poderia ser explicado, por exemplo, pelo peso filosófico concebido na obra de Jacques Lacan, não é

afirmar que o texto é incompleto, mas admitir o que sempre será verdade, que qualquer pretensão demonstrativa em humanidades nunca será perfeita. Afirmar isso em comentários conclusivos de um trabalho psicanalítico deve ser visto como uma tentativa de escapar da arrogância sempre sedutora de nosso egocentrismo, e de certa maneira, nos aliarmos à própria tese defendida.

Uma que nos permitimos valorizar a influência da Psicanálise no Direito e na Filosofia, essas conclusões inconclusivas também se abrem para uma questão hermenêutica, que no fundo é uma indagação existencial; de que *a liberdade de expressão talvez seja uma ferramenta essencial para lidarmos com tensão entre Eros e Tânatos*. Talvez seja no discurso de nós mesmos que possamos fazer a tentativa de articular aquilo que vivemos de tensão entre pulsão de vida e pulsão de morte. Ainda que para alguns possa parecer pouco prático, a hipótese é que a metapsicologia ainda tem muito a nos dizer, e por extensão, também a reflexão filosófica. Evocando o exemplo de Sigmund Freud ao final de “O mal-estar na civilização”, mas de modo muito mais alarmante no século XXI, chegamos a uma época em que a agressividade humana pode destruir a própria espécie, temos o aparato tecnológico para tanto (químico, nuclear, ambiental etc.), assim, ao contrário de pouco prático, escolhemos concluir pela defesa urgente e pela necessidade extrema da educação em humanidades, pela promoção de conhecimentos mais elaborados e profundos das ciências humanas, por mais apoio à relevância de conhecimentos jurídicos, filosóficos, históricos, e, é claro, psicanalíticos, tudo para evitar possíveis catástrofes, além do desenvolvimento cultural em si. Temos potências nucleares no mundo de hoje, e elas podem pertencer ao egocentrismo oceânico ou à civilidade responsável. Se valorizamos a liberdade de expressão, é necessário saber que precisamos de mais cultura, a evolução técnica da modernidade pode servir tanto para as pulsões de destruição quanto para as pulsões de vida, e se a era da técnica possui atualmente domínio generalizado, é missão das humanidades promover, em contrapartida, uma profunda evolução ética.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Sônia. **A Lei e as leis – Direito e Psicanálise**. – Livraria e Editora Revinter Ltda, 2007.

BERLIN, Isaiah. **Liberty**. Edited by Henry Hardy. – Oxford University Press, Paperback corrected 2017.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. – 29a. edição – São Paulo, SP: Malheiros Editores Ltda, 2014.

BRASIL. **Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel** / Anne Joyce Angher, organização. – 30. Ed. – São Paulo: Rideel, 2020.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**; traduzido por Roberta Fabbri Viscardi. – São Paulo: Editora Unesp, 2021.

COHEN, Andrew Jason. **Toleration and freedom from harm: liberalism reconceived**. – USA: Routledge, 2020. (Routledge Studies in Contemporary Philosophy)

COSTA, André Oliveira. **Arqueologia do inconsciente: os primeiros escritos de Freud**. – 1a edição – Curitiba: Appris, 2018.

CONSTANT, Benjamin. **La Liberté de la Pensée**. – Paris: Éditions de L’Herne, 2015.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**; tradução de Alan Neil Ditchfield. 2 ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. – (Coleção Textos Filosóficos)

DRAWIN, Matheus Garcia; LOPES, Dimas Ferreira. **A PSICANÁLISE FREUDIANA E A HERMENÊUTICA FILOSÓFICA DE GADAMER: CONTRIBUIÇÕES PARA O DIREITO COMO INTEGRALIDADE**. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 3, n. 6, p. 236 - 258, 12 set. 2018.

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**; tradução e notas Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2010. A.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**; tradução Paulo César Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010. B.

FREUD, Sigmund. **Obras completas; volume 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)**; tradução Paulo César Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011. A.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**; tradução Paulo César Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011. B.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**; tradução Paulo César Souza. – 1a edição. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, Sigmund, 1856-1939. Obras completas, volume 2: **Estudos sobre a histeria (1893-1895)**; em coautoria com Josef Breuer. tradução Laura Barreto; revisão da tradução Paulo César Souza. – 1a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 19: **Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)**; tradução Paulo César Souza. – 1a edição. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 4: **A interpretação dos sonhos (1900)**. tradução Paulo César Souza. – 1a edição. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019. – (Obras completas).

FREUD, Sigmund. (1856-1939). **As pulsões e seus destinos**; tradução Pedro Heliodoro Tavares. – 1. ed.; 8a. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2023. (Obras Incompletas de Sigmund Freud; 2).

GALUPPO, Marcelo Campos. **O silêncio não cura: discurso de ódio, liberdade de expressão e Psicanálise. Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 61, n. 241, p. 139-155, jan./mar. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/61/241/ril_v61_n241_p139

GENTILE, Jill. MACRONE, Michael. **Feminine Law: Freud, free speech, and the voice of desire**; New York, NY: Routledge, 2018.

GOLDENBERG, Ricardo Davi. **Política e psicanálise**; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. (Passo-a-passo;71)

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**; tradução Janaína Marcoantonio. – 12 edição. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

HERRMANN, Fábio. **O que é Psicanálise?** – Editora Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos; 86).

HOBBS, Thomas (1588-1679). **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**; tradução Rosina D’Angina. – 1. ed. – São Paulo: Martin Claret, 2014.

KANT, Immanuel, 1724-1804. **Fundamentação da metafísica dos costumes**; tradução Inês A. Lohbauer. – São Paulo: Martin Claret, 2018.

KOLTAI, Caterina. **Totem a Tabu**. – 3a edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Para ler Freud).

LANDMAN, Patrick. **Freud**; tradução Nícia Adan Bonatti. – São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

LAPLANCHE, Jean. PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**; tradução Pedro Tamen. – 5a edição – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2022.

LE BON, Gustave (1841-1931). **Psicologia das multidões**; tradução Mariana Sérvulo da Cunha. – 3a. ed – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

LUCCHELLI, Juan-Pablo. **Le transfert de Freud a Lacan**. – Rennes: PUR: Presses Universitaires de Rennes, 2009. (Clinique Psychanalytique et Psychopathologie).

MANNONI, Octave, 1899 – 1989. **Freud e a descoberta do inconsciente**; tradução Lélia Gonzalez. – 1a ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MAURANO, Denise. **A histeria: o princípio de tudo**; [organizadora da coleção Nina Saroldi] – 2a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (Para ler Freud).

MERLEAU-PONTY, Maurice. **La structure du comportement**. – 3^o édition – Paris: PUF – Presses Universitaires de France, 2009. (Quadrige Grand Textes).

MEZAN, Renato. **Sociedade, cultura, psicanálise**. – São Paulo: Blucher, Karnac, 2017.

MEZAN, Renato. **Freud, pensador da cultura**. – 8a ed. – São Paulo: Blucher, 2019.

NICÉAS, Carlos Augusto. **O amor de si**. – 1a edição - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (Coleção Para Ler Freud).

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. – 12. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2011.

PLATÃO. **A República**; tradução, textos complementares e notas Edson Bini – 2. ed. – São Paulo: EDIPRO, 2014. (Clássicos Edipro).

PLATÃO. **O Banquete**; tradução, introdução e notas de Anderson de Paula Borges. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. – (Coleção Vozes de Bolso)

ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de psicanálise**, Michel Plon; tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antônio Coutinho Jorge. – 1a ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**; tradução André Telles. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2016. (Transmissão da Psicanálise).

ROLLAND, Jean-Claude. **Antes de ser aquele que fala**; tradução Paulo Sérgio de Souza Jr. – São Paulo: Blucher, 2017.

ROLLAND, Jean-Claude. **A língua e o psíquico**; tradução de Ana Maria Andrade de Azevedo. – 1. ed. – São Paulo: Blucher, 2022.

RYAN, Alan (Edited by). **The idea of freedom: Essays in honor of Isaiah Berlin**. Oxford, New York, Toronto, Melbourne: Oxford University Press, 1979.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. – 2a ed. rev.; 3. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SANDEL, Michael J. (edited by). **Justice: A Reader**. – Oxford University Press, 2007.

SAROLDI, Nina. **O mal-estar na civilização: as obrigações do desejo na contemporaneidade.** – 2a edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (Para ler Freud).

SCARFONE, Dominique. **As pulsões.** – São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2005. (Coleção Aldus, 24).